eneva

Relatório da Administração

2024

Mensagem da Administração

O ano de 2024 foi marcado por avanços significativos em várias frentes do plano estratégico da Eneva. A entrega de grandes projetos, a ampliação do portfólio operacional, a otimização da estrutura de capital e o desenvolvimento de novos projetos de expansão, para mencionar alguns destaques do período, refletem nosso sucesso em intensificar movimentos estratégicos que pavimentam o novo ciclo de crescimento da Companhia.

Também nesse ano, os ativos térmicos da Eneva reforçaram o papel relevante que desempenham para a segurança e a confiabilidade energética do SIN. A ampliação acelerada das fontes de geração intermitentes, o esgotamento do potencial das principais bacias hidrográficas brasileiras e os períodos de chuva e seca cada vez mais extremos vêm gerando instabilidade no sistema, principalmente nos momentos de descolamento entre demanda e geração. Para suprir esse déficit, o operador do sistema necessita cada vez mais de despacho termelétrico flexível nas horas de pico do dia, por meio de usinas que possam ser acionadas e desligadas diariamente, característica importante de grande parte do parque térmico da Eneva conectado ao SIN.

Para fazer frente às oportunidades apresentadas pelo sistema e por um mercado carente por soluções de energia confiável, limpa e acessível, atingimos marcos importantes no Parnaíba com a conclusão da construção do gasoduto de 120 km que interliga os campos do Cluster Sul do Complexo Parnaíba, à unidade de tratamento de gás do Complexo, além do início da operação comercial de UTE Parnaíba VI (P-VI) e da planta de liquefação de gás natural. A turbina a vapor P-VI forma o ciclo combinado com a UTE Parnaíba III, contribuindo para maior eficiência de geração do Complexo com menor consumo de gás, e traz um fluxo de 25 anos de receita fixa a partir de janeiro de 2025, por meio dos contratos celebrados no âmbito do Leilão de Energia Nova A-6 de 2019 da Aneel. Já a entrada em operação dos dois primeiros trens da planta de liquefação no Parnaíba a partir de dezembro de 2024 é um importante marco que inaugura o modelo de negócios de venda de gás liquefeito em pequena escala *target*, viabilizando a monetização do gás natural com volumes de receita firme e fortalecendo a frente de comercialização para terceiros. Com toda a sua capacidade operacional contratada, nosso plano de negócios contempla a continuidade ao projeto de expansão da capacidade da planta, que será desenvolvido em fases, com eventuais novos investimentos distribuídos ao longo do tempo conforme a adesão de novos clientes. Dado o posicionamento único da Companhia em regiões não atendidas por gasodutos, com ativos operativos, reservas de gás natural em terra e competências singulares, este é um mercado quase exclusivo e de grande potencial para a expansão das atividades da Eneva.

Em relação às atividades de E&P na Bacia do Parnaíba, finalizamos a contratação de todos os serviços para a retomada da campanha de perfuração, com a entrada em operação da sonda adquirida pela Eneva prevista para maio de 2025. Vale ressaltar que nosso volume de reservas já é superior ao requerido para a comprovação de combustível para o cadastramento das UTEs Parnaíba I e III no Leilão de Reserva de Capacidade 2025, programado para ocorrer em junho de 2025, e para a futura expansão da nossa capacidade de liquefação e distribuição de GNL em pequena escala, como mencionado.

No cluster Amazonas, avançamos significativamente na implementação do projeto Azulão 950. Todas as atividades estão dentro do cronograma, incluindo a chegada dos grandes equipamentos e o início da montagem das turbinas, caldeira, geradores, transformadores e subestação; a finalização de todos os gasodutos da primeira fase do desenvolvimento das reservas do Campo; bem como a conclusão das torres da linha de transmissão de 13 km.

Também evoluímos na frente estratégica de desenvolvimento do nosso primeiro Hub de Gás *target*. Finalizamos a conexão do Hub Sergipe à malha de gasodutos de transporte e iniciamos a operação dos contratos de gás firmados pela nossa mesa de gás. Em 2025, concentraremos nossos esforços em ocupar toda a capacidade operacional do Hub, expandindo o parque de geração termelétrica anexo ao terminal e conquistando novos contratos para atender clientes conectados à malha. Além do Hub Sergipe, a Eneva vem desenvolvendo projetos para a implementação de um segundo hub de gás, buscando acessar reservas de gás adicionais que possam ser conectadas aos gasodutos de transporte, ampliando nossa atuação na malha.

De forma complementar à nossa contribuição para garantir a segurança energética do sistema elétrico brasileiro, acompanhamos atentamente o desenvolvimento de tecnologias que possam vir a oferecer o mesmo atributo que as usinas termelétricas a gás propiciam ao SIN. Nesse sentido, estamos focados em três frentes: (i) estudos aprofundados sobre estocagem de energia renovável em baterias e avaliação sobre a participação da Eneva no leilão de reserva de capacidade com baterias; (ii) entendimento das tecnologias de captura, utilização e armazenagem de CO2 (CCUS), aproveitando muitas das nossas competências em E&P; e (iii) tecnologia envolvendo a produção de biogás e biometano, que podem ser adicionados ao gás natural e reduzir ainda mais a pegada de carbono dos usuários das soluções propostas pela Eneva.

As importantes conquistas operacionais em 2024 foram acompanhadas de avanços marcantes também nas frentes financeira e de M&A. Concluímos simultaneamente, e com sucesso, a aquisição do portfólio termelétrico de 859 MW do BTG e a captação de R$ 3,2 bilhões, reforçando nosso balanço com forte geração de caixa e redução da alavancagem, destravando sinergias que aumentaram a geração de valor aos acionistas e permitindo a aceleração do plano de negócios e da estratégia de crescimento da Companhia. A transação também contribuiu para simplificar a governança, com a nova distribuição da base acionária. Mesmo em um período de expansão, amparados pela nossa cultura de controle de custos e eficiência, conseguimos reduzir os principais itens gerenciáveis de despesas e custos fixos na comparação anual. Para suportar os planos de expansão do portfólio de ativos da Companhia, mantivemos os investimentos em outras três iniciativas estratégicas: excelência em O&M, excelência na execução de projetos e desenvolvimento de líderes e técnicos.

Também merece destaque nossa atuação na frente de saúde e segurança em 2024, ano em que atingimos nosso melhor desempenho dos últimos 10 anos, com uma redução de mais de 50% nas taxas de acidentes em comparação a 2023. Na frente social, com a implementação de grandes projetos em regiões remotas do país, seguimos impactando positivamente a vida de milhares de pessoas por meio de nossos premiados programas sociais.

Todos esses avanços estratégicos permitiram à Eneva encerrar o ano de 2024 ainda mais forte e eficiente, com capacidade financeira em seu balanço, um portfólio ampliado e mais flexível, e maior capacidade de execução de projetos de capital. Eles são exemplos de como nossa plataforma única, com os modelos de negócios mais competitivos nas áreas em que atuamos, pode gerar valor e criar um conjunto de ativos singular no mercado brasileiro.

Lino Cançado
CEO da Eneva S.A.

Olhando para frente, seguimos mais confiantes na capacidade do time Eneva para continuar entregando e desenvolvendo oportunidades de alocação de capital em projetos pioneiros de alta rentabilidade.

Agradecemos aos acionistas que nos acompanham nesta longa jornada e que acreditam no nosso potencial de geração de valor, e convidamos novos acionistas a participar desta oportunidade de investimento única na bolsa de valores brasileira.

A ENEVA

VISÃO GERAL

A ENEVA S.A. ("Eneva";"Companhia") é uma empresa integrada de energia, com atuação desde a exploração, produção e comercialização de hidrocarbonetos, até a geração e comercialização da energia elétrica.

Com sede no município do Rio de Janeiro, a Companhia possui presença geográfica ampla, conforme pode ser observado no mapa constante na Nota Explicativa 1 (Contexto Operacional) das Demonstrações Financeiras da Eneva referentes a 31 de dezembro de 2024, com ativos, operações e projetos em desenvolvimento em outros 10 estados brasileiros: Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Roraima, São Paulo, Sergipe e Espírito Santo.

Pioneira no desenvolvimento e operação do modelo R2W no Brasil, a Eneva integra a geração de energia térmica diretamente aos campos produtores de gás natural. Esse modelo verticalizado promove a redução de custos e a minimização das perdas relacionadas ao transporte de combustível, permitindo uma geração de energia mais eficiente e com menor impacto ambiental. Atualmente a Companhia opera o modelo R2W no Complexo Parnaíba, no Maranhão, e no Sistema Integrado Azulão - Jaguatirica, nos estados de Amazonas e Roraima, e está em fase de construção do Projeto Azulão 950, que também operará em modelo R2W no estado do Amazonas.

Na geração termelétrica, além dos ativos que operam em R2W, a Eneva possui também um portfólio diversificado de usinas supridas por combustível de terceiros, sendo grande parte movida a gás natural, operando em modelo Gas-to-Power ("G2P"), localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país, além de 2 usinas a carvão e 2 usinas a óleo nas regiões Nordeste e Sudeste, respectivamente. É importante destacar que parte dessas usinas que operam em G2P e as termelétricas a óleo foram adquiridas ao final de 2024, expandindo também a atuação da Companhia para a região Sudeste, e abrindo um novo leque de projetos e oportunidades de expansão com esses ativos.

Além de ter adicionado um fluxo contratado de geração de caixa de ativos operacionais, a aquisição das térmicas concluída ao final de 2024 também contribuiu para a otimização do balanço da Companhia, reduzindo a alavancagem consolidada da Eneva, destravando sinergias de portfólio e financeiras e adicionando novas possibilidades de crescimento com o portfólio de projetos térmicos adquirido.

Ao final de 2024, a capacidade térmica total da Eneva era de 6,5 GW, considerando capacidade instalada construída e a capacidade em construção contratada, dos quais 1,9 GW referem-se aos Complexos Parnaíba e Azulão, em operação, e 1,0 GW de capacidade em construção no Azulão, sendo estes em modelo R2W. Os demais 3,5 GW estavam distribuídos nos demais ativos da Companhia, sendo 2,0 GW de capacidade suprida por gás de terceiros em operação, 1,2 GW de usinas supridas por carvão e óleo e 0,3 GW de capacidade instalada a gás natural construída, porém em hibernação no ano de 2024.

A Eneva se destaca como uma das maiores operadoras térmicas do país, com ativos distribuídos ao longo do país e com custos altamente competitivos, desempenhando um importante papel na transição da matriz energética brasileira, oferecendo capacidade, confiabilidade e flexibilidade energética e elétrica ao sistema.

Capacidade instalada térmica
6,5 GW

Com a conclusão das aquisições dos ativos em 2024, a Eneva consolidou-se como a maior geradora térmica do Brasil em 2024, responsável por cerca de 23% da capacidade de geração térmica do país (exceto a biomassa)[1] em 2024. A Eneva conta ainda com 10,8 GW de pipeline de projetos, geograficamente dispersos e estrategicamente localizados em polos com sinergia com o demais portfólio da Companhia.

Notas

01 Dados do ONS referentes do PMO Março/2025, disponíveis em: https://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-sistema-em-numeros - Acesso em 05/03/2025.

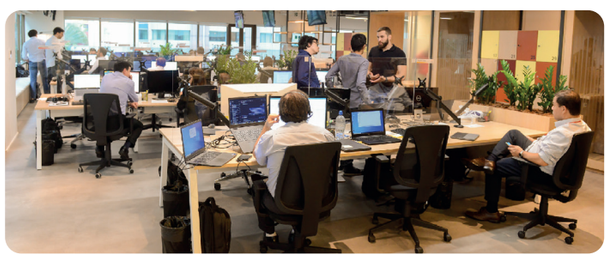
No segmento de geração renovável (usinas solares), a Eneva opera o Complexo Solar Futura 1, um dos maiores parques fotovoltaicos da América Latina em operação, com 0,7 GW de capacidade instalada.

A maior parte dessa geração está contratada no mercado livre, em regime de autoprodução, oferecendo contratos com receita fixa de longo prazo e reajuste anual por inflação. A Companhia possui ainda projetos de expansão em renováveis tanto no Complexo Futura quanto em outras localidades, incluindo projetos eólicos, os quais poderão ser desenvolvidos a depender das condições de mercado, futuramente.

Aproveitando suas competências nos diferentes segmentos e buscando otimizar portfólio, a Companhia também desenvolve atividades de comercialização de energia, realizando contratos de compra e venda a partir de diferentes fontes de geração, utilizando lastro de usinas próprias e de terceiros. Ao final de 2024, a Eneva se destacava por estar entre as maiores mesas de *trading* de energia do Brasil, com contratos que somaram 26.345 GWh de energia comercializados em 2024.

Em 2024, a Eneva consolidou uma nova frente de monetização do gás natural, buscando maximizar o retorno de seus ativos e garantir fluxo de receita firme em bases comercialmente atrativas, por meio do modelo de negócios SSLNG, nos moldes R2C. A partir da planta de liquefação de gás natural construída nas adjacências da Unidade de Tratamento de Gás Natural do Complexo Parnaíba, com capacidade total de liquefação de 600 mil m³ por dia, o gás natural produzido é liquefeito e vendido para clientes que não possuem acesso à malha de gás ("Comercialização de Gás *Off-Grid*"). Ao final de 2024, com a conclusão da construção da planta, a Companhia iniciou a operação comercial com as primeiras receitas provenientes da venda de gás *off-grid*, já tendo firmado contratos para a totalidade da capacidade da planta, cujo mix de clientes inclui instalações industriais de grandes empresas, distribuidores regionais e empresas que utilizam transporte rodoviário em frota. Nessa frente, a Eneva está desenvolvendo, em parceria com outras empresas, a criação do primeiro Corredor Verde do país, ao incentivar a substituição do diesel pelo GNL no transporte rodoviário de carga pesada nessa região - onde há grande circulação de frotas rodoviárias que escoam primordialmente a produção do agronegócio para os portos locais. Os números financeiros referentes ao ano de 2024 estão detalhados na Nota Explicativa 2 (Informações por Segmento do Negócio) das Demonstrações Financeiras da Eneva referentes a 31 de dezembro de 2024.

No negócio de Comercialização de *Gás Off-Grid*, a Eneva se destaca por sua vantagem competitiva por estar localizada em região sem acesso à malha de gás e sem competição no fornecimento de GNL regional, oferecendo aos clientes um insumo alternativo que substitui combustíveis altamente poluentes por uma alternativa mais limpa e com custos que tendem a ser mais competitivos.



O ano de 2024 também foi marcado pela conclusão da conexão do Hub Sergipe, composto pela UTE Porto do Sergipe I e pelo terminal de GNL (navio FSRU), à malha de gasodutos nacional, concedendo acesso a um mercado carente de soluções flexíveis de abastecimento. Para atender a esse *gap* de mercado, em 2024 a Companhia também lançou a sua mesa de trading de gás, óleo e condensado da Eneva ("Mesa de Gás"), buscando aproveitar as oportunidades provenientes da abertura do mercado livre de gás e oferecer produtos customizados e diversificados ao mercado, incluindo soluções de suprimento firmes ou flexíveis aos clientes. O foco de operação da Mesa de Gás contempla, além da busca por novos clientes para escalonar o negócio de Comercialização *Off-grid*, a compra e venda de gás natural na malha ("Comercialização de Gás *On-grid*") com a estruturação de operações a partir do Hub Sergipe, buscando adicionar novas fontes de receitas à partir da monetização da capacidade ociosa do navio FSRU, aproveitar as sinergias entre os ativos e operações da Eneva e capturar ganhos oportunísticos de compra e venda de gás natural no mercado spot. Com isso, a Eneva celebrou seus primeiros contratos de venda de gás flexíveis na malha em 2024, ultrapassando 3 MM m³/dia em diferentes anos, adicionando receita fixa sem custos adicionais e possibilidade de receita variável e ainda com capacidade disponível para novos contratos.

ENEVA INAUGURA MODELO DE COMERCIALIZAÇÃO *ON-GRID* EM 2024

Com a conexão do Hub Sergipe a Eneva passa a acessar um mercado carente de soluções flexíveis de abastecimento de gás natural, tradicionalmente suprido pelo gás associado firme da produção dos campos offshore, ampliando as oportunidades de monetização da capacidade disponível do terminal de GNL no Sergipe para um leque diverso de clientes conectados à malha. A Mesa de Gás desempenhará cada vez mais um papel crucial no desenvolvimento de novas receitas na Comercialização de Gás On-grid, aproveitando as competências e oportunidades a partir do portfólio existente de ativos da Eneva e possibilitando o desenvolvimento de novos projetos de crescimento.

Nas atividades de Exploração e Produção, cujos números financeiros referentes ao ano de 2024 estão detalhados na Nota Explicativa 2 (Informações por Segmento do Negócio) das Demonstrações Financeiras da Eneva no segmento de *Upstream*, a Eneva é a maior operadora *offshore* do Brasil, com cerca de 51,8 mil km² distribuídos em 21 concessões exploratórias (blocos), abrangendo as bacias do Parnaíba, Amazonas, Solimões e Paraná e operando 14 campos e áreas de desenvolvimento, 2 áreas de acumulação marginal, com reservas certificadas totais de gás natural (2P) de 46,5 bcm e uma produção superior a 8,4 milhões de m3 por dia. Vale ressaltar, ainda, que na Bacia do Solimões, a Companhia detém a área de Juruá, com Recursos Contingentes 2C, estimados em 24,0 bcm de gás natural.

A atuação da Eneva em E&P é a base para a oferta de diversas soluções de energia ao Brasil, incluindo térmicas em modelo R2W e a Comercialização de Gás *Off-grid*. A Eneva conta com 42%[2] das reservas onshore 2P de gás natural do Brasil, sendo a maior operadora terrestre do país, com ativos espalhados em 4 bacias sedimentares.

Notas

02 Fonte dados públicos: ANP - Boletim de Recursos e Reservas de Petróleo e Gás Natural 2023. Reservas Eneva

PORTFÓLIO

Em 31 de dezembro de 2024:

46,5 bcm
Reservas Totais 2P Gás Natural

6,5 GW
Capacidade Instalada Térmica (Contratada e Construída)

0,7 GWac
Capacidade Instalada Solar

10,8 GW
Pipeline de Projetos Capacidade Instalada

21 MMm³/d
Capacidade Regaseificação Hub Sergipe *(On-Grid)*

1,3 MMm³/d
Capacidade Liquefação Total *(Off-Grid)*

A Eneva desenvolve modelos de negócios variados, investindo constantemente na diversificação e otimização de seu portfólio, tanto de projetos a serem desenvolvidos, quanto de ativos em operação e em desenvolvimento.

Com a entrada em operação da planta de liquefação no Parnaíba, o início das operações da Mesa de Gás, e a adição dos novos ativos termelétricos adquiridos em 2024 ao portfólio da Eneva, a Companhia revisitou a forma de organização de seus ativos e negócios em clusters, conforme página seguinte:

>>>

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Cluster Amazonas e Solimões
Ativos localizados nos estados do Amazonas e Roraima, contempla negócios de E&P, energia e suprimento majoritário das próprias atividades (planta de liquefação GNL).

Cluster Maranhão
Ativos localizados no estado do Maranhão, composto pelos negócios de E&P, energia e comercialização de gás *off-grid* (GNL).

Cluster Ceará
Ativos de energia localizados no estado do Ceará.

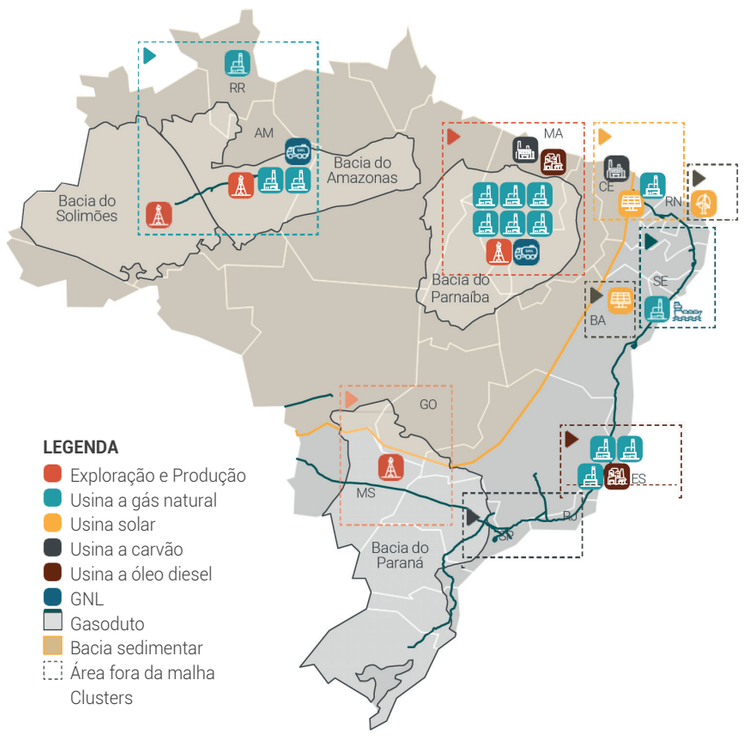
Cluster Sergipe
Ativos localizados no estado de Sergipe com negócios em energia e comercialização de gás target a partir do terminal de GNL conectado à malha.

Cluster Renováveis
Ativos de energia localizados nos estados da Bahia e do Rio Grande do Norte.

Cluster Espírito Santo
Ativos de energia localizados no estado do Espírito Santo.

Cluster Centro-Oeste e Sul
Ativos de E&P localizados nos estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

Comercialização
Mesa de energia localizada em São Paulo e de gás e correlatos no Rio de Janeiro, aproveitando sinergias em todo o portfólio de ativos da Eneva e adicionando novas fontes de receitas e negócios.



Cluster Amazonas e Solimões

E&P[3]

Estado do Amazonas

- **Bacia do Amazonas:** a Eneva é concessionária e operadora de 6 ativos de E&P dentre campos, áreas em desenvolvimento e blocos.
- **Bacia do Solimões:** a Eneva é concessionária e operadora da área de acumulação marginal de Juruá, que ainda se encontra em fase de estudos para identificar melhor forma de monetização de seus recursos.

Geração de energia com Gás próprio (R2W)

Estado de Roraima

- **UTE Jaguatirica II:** utiliza gás natural produzido e liquefeito no Campo de Azulão, no Amazonas, e transporta por carretas criogênicas até a usina.

Estado do Amazonas

- **Azulão 950:** encontram-se em construção e utilizarão gás natural no Campo de Azulão, que será transportado por gasodutos de conexão até as usinas (modelo R2W), com primeira parte da capacidade instalada a entrar em operação a partir do segundo semestre de 2026.

GNL - Abastecimento de Usina Própria

Estado do Amazonas

- **Adjacências do Campo do Azulão (Bacia do Amazonas):** a Eneva possui uma planta de liquefação de gás natural direcionada principalmente ao suprimento de gás à usina de Jaguatirica.

Notas

03 Valores dos destaques consideram o total de reservas 2P e recursos 2C da Companhia, certificadas pela Gaffney, Cline & Associates em dez/2023, descontada a produção acumulada de 2024, no caso das reservas de Azulão.

E&P

→ Bacia do Amazonas

9,9 bcm
Reservas de Gás 2P

9,5 MM bbl
Reservas de Óleo e Condensado 2P

→ Bacia do Solimões

24,0 bcm
Recursos contigentes de Gás 2C

ENERGIA

→ UTE Jaguatirica II

141 MW
Capacidade Instalada Operacional

→ Complexo Azulão - Em constução

360 MW
Capacidade Instalada Azulão I

590 MW
Capacidade Instalada Azulão II

GNL

→ GNL Azulão

0,7 mm m³/d
Capacidade de Liquefação

Cluster Maranhão

E&P[4]

- **Bacia do Parnaíba:** Eneva é concessionária e operadora de 30 ativos de E&P dentre campos, áreas em desenvolvimento, Planos de Avaliação de Descoberta (PADs) e blocos.

Geração de energia com gás próprio e de terceiros

Usinas Térmicas a Gás Natural do Complexo Parnaíba - gás próprio (R2W)

- **UTEs Parnaíba I, II, III e IV:** em operação utilizam gás natural do Complexo Parnaíba, que é transportado por gasodutos de conexão até as usinas.
- **UTE Parnaíba V e VI:** são usinas movidas a vapor que compõe o ciclo combinado com as UTEs Parnaíba I e III, respectivamente.

Usinas Térmicas a Óleo e a Carvão

- UTE Itaqui: utiliza carvão mineral importado para geração.
- UTE Gera Maranhão: usina operacional adquirida pela Eneva no quarto trimestre de 2024, movida por óleo combustível de terceiros.
- Portfólio de projetos: 1,9 GW de capacidade junto à Gera Maranhão, que poderia ser desenvolvido em leilões de capacidade ou energia novos.

GNL - Comercialização de Gás *On-grid* (SSLNG)

- Complexo Parnaíba: 2 plantas de liquefação de gás natural que entraram em operação comercial a partir do final de 2024, 100% contratadas no médio prazo.

Notas

04 Valores dos destaques consideram o total de reservas 2P e recursos 2C da Companhia, certificadas pela Gaffney, Cline & Associates em dez/2023, descontada a produção acumulada de 2024, no caso das reservas de Azulão.

E&P

→ Bacia do Parnaíba

36,7 bcm
Reservas de Gás 2P

2,2 MM bbl
Condensado 2P

ENERGIA

→ Complexo Parnaíba

1,9 GW
Capacidade Instalada Operacional

→ UTE Itaqui

360 MW
Capacidade Instalada Operacional

→ UTE Gera Maranhão

332 MW
Capacidade Instalada Operacional

1,9 GW
Capacidade *(Pipeline)*

GNL

→ Parnaíba SSLNG

0,6 mm m³/d
Capacidade de Liquefação

Cluster Ceará

Geração de energia com combustível de terceiros

Usina Térmica a Gás Natural

- **UTEs Fortaleza:** usina construída cujo contrato regulado se encerrou em dezembro/2023. O ativo encontra-se em hibernação enquanto a Companhia avalia eventual oportunidade de novo ciclo para a usina.
- **Portfólio de projetos:** 369 GW de capacidade junto à UTE Fortaleza, que poderia ser desenvolvido em leilões de capacidade ou energia novos.

Usina Térmica a Carvão

- **UTE Pecém II:** que utiliza carvão mineral importado para geração.

ENERGIA

→ UTE Pecém II

365 GW
Capacidade Instalada Operacional

→ UTE Fortaleza

327 MW
Capacidade Instalada (a ser recontratada)

→ UTE Carnaúba

369 MW
Capacidade Licenciada *(Pipeline)*

Cluster Sergipe

Geração de energia com gás de terceiros

- **UTE Porto de Sergipe I:** em operação suprida por GNL de terceiros via terminal de GNL (navio FSRU) arrendado até dezembro/2044.
- **Portfólio de projetos:** 3,4 GW de capacidade junto à Gera Maranhão, que poderia ser desenvolvido em leilões de capacidade ou energia novos.

GNL - Comercialização de Gás *Off-Grid*

- **Terminal de LNG:** fretado pela UTE Porto de Sergipe I, conectado à malha desde outubro/2024 e com capacidade ociosa para regaseificação.
- **Oportunidades para monetização da capacidade ociosa:** quando está despachando, a usina utiliza cerca de 30% da capacidade total de regás do FSRU.

ENERGIA

→ UTE Porto de Sergipe I

1,6 GW
Capacidade Instalada Operacional

3,4 GW
Capacidade Licenciada (Gasoduto)

GNL

→ Parnaíba SSLNG

21 mm m³/d
Capacidade de regaseificação existente conectada à rede de gás

Cluster Renováveis

Geração de energia - fontes renováveis

Estado do Bahia

- **Complexo Solar Futura 1:** Usina fotovoltaica operacional com contratos de autoprodução firmados para aproximadamente 100% do parque.
- **Portfólio de projetos:** 702 MW de capacidade junto ao Complexo Solar Futura 1, que poderia ser desenvolvido a depender das condições de mercado.

Estado do Maranhão

- **Tauá:** Usina fotovoltaica operacional de apenas 1MW localizada no Complexo Parnaíba.
- **Portfólio de projetos:** 59 MW de capacidade solar junto à planta solar existente, que poderia ser desenvolvido a depender das condições de mercado.

Estado do Rio Grande do Norte

- **Portfólio de projetos:** 275 MW de capacidade eólica na costa do Rio Grande do Norte, que poderia ser desenvolvido a depender das condições de mercado.

ENERGIA

→ UFV Futura I

692 MWac
Capacidade Instalada Operacional

→ UFV Tauá

1 MWac
Capacidade Instalada (a ser recontratada)

→ UFV Futura II

702 MWac
Capacidade *(Pipeline)*

→ Expansão Tauá

59 MWac
Capacidade I *(Pipeline)*

→ EOL Santo Expedito

275 MW
Capacidade *(Pipeline)*

Cluster Espírito Santo

Geração de energia com combustível de terceiros

Usinas Térmicas a Gás Natural

- **UTEs LORM, Povoação 1 e Viana1:** usinas operacionais em 2024, adquiridas pela Eneva no quarto trimestre de 2024, e conectadas à mesma malha de transporte do Hub Sergipe.
- **Portfólio de projetos:** somam cerca de 1 GW de capacidade instalada potencial, adquirido junto com as usinas operacionais, que poderia ser desenvolvido em leilões de capacidade ou energia novos.

Usina Térmica a Óleo

- **UTE Viana:** usina operacional adquirida pela Eneva no quarto trimestre de 2024, movida por óleo combustível de terceiros.

ENERGIA

→ UTE LORM

240 MW
Capacidade Instalada Operacional

6 MW
Capacidade *(Pipeline)*

226 MW
Novo projeto *(Pipeline)*

→ UTE Povoação

75 MW
Capacidade Instalada Operacional

8 MW
Capacidade *(Pipeline)*

49 MW
Novo projeto *(Pipeline)*

→ UTEs Viana e Viana 1

212 MW
Capacidade Instalada Operacional

→ UTE Aracruz

750 MW
Novo projeto próximo ao terminal de GNL

Cluster Centro-Oeste e Sul

E&P

Estado do Mato Grosso do Sul e Goiás

- **Bacia do Paraná:** A Eneva é operadora com 70% de participação, em consórcio com outra empresa que possui 30% de participação em 4 ativos de concessão de E&P. Os ativos estão em fase exploratória.

E&P

→ Bacia do Paraná

4
Blocos adquiridos em consórcio

11.544 Km²
Área de Concessão

Comercialização

Mesas de Trading de Energia e Gás, Condensado e Óleo

- **Mesas localizadas nas sedes administrativas em São Paulo e Rio de Janeiro:** visando gerar valor através das otimizações e sinergias entre ativos e portfólio atual da Eneva e buscando adicionar novas fontes de receitas de acordo com as oportunidades em cada mercado.

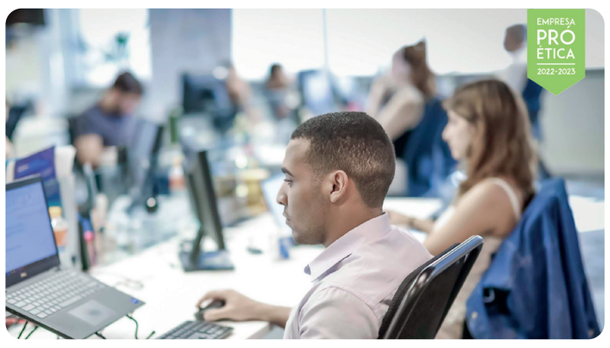
>>>

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Lista com Contratos Regulados das Usinas Termelétricas da Eneva, construídas ou em construção:

UTE[5]	Estado	Combustível	Capacidade Instalada (MW)	Contratos Regulados	Prazos de Vigência PPAs	Receitas Fixas Anuais (R$MM/ano) Data Base Reajuste Nov/24	Status
UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V (em conjunto, "Parnaíba I")	MA	Gás Próprio	676	CCEAR	Jan/13 - Dez/27	830	Em operação com CCEARs vigentes
UTE Maranhão III ("Parnaíba II")	MA	Gás Próprio	519	CCEAR	Jul/16 - Abr/36	673	Em operação com CCEARs vigentes
UTE MC2 Nova Venécia 2: turbinas a gás ("Parnaíba III")	MA	Gás Próprio	178	CCEAR	Jan/13 - Dez/27	184	Em operação com CCEARs vigentes
Parnaíba IV	MA	Gás Próprio	56	CCEAR	Jul/26 - Jun/41	39	Em operação com CCEARs vigentes
Parnaíba V	MA	Gás Próprio	365	CCEAR	Jan/24 - Dez/48	387	Em operação com CCEARs vigentes
UTE MC2 Nova Venécia 2: turbina a vapor ("Parnaíba VI")	MA	Gás Próprio	92	CCEAR	Jan/25 - Dez/49	116	Construção concluída até o final de 2024, com CCEARs a partir de 2025
Jaguatirica II	AM	Gás Próprio	141	CCESI	Jan/22 - Jan/37	593	Em operação com CCESI vigente
Azulão I	AM	Gás Próprio	360	CRCAP	Jul/26 - Jul/41	264	Em construção
UTE Azulão II e UTE Azulão IV (em conjunto, "Azulão II")	AM	Gás Próprio	590	CER	Dez/26 - Dez/41	2.119	Em construção
Fortaleza	CE	Gás de Terceiros	327	–	–	–	Em hibernação pós encerramento de contrato regulado em dez/23, atualmente sem contrato
Porto de Sergipe I	SE	Gás de Terceiros	1.593	CCEAR	Jan/20 - Dez/44	2.183	Em operação com CCEARs vigentes
Porto do Pecém II	CE	Carvão	365	CCEAR	Jan/13 - Set/28	530	Em operação com CCEARs vigentes
Porto de Itaqui	MA	Carvão	360	CCEAR	Jan/12 - Dez/27	591	Em operação com CCEARs vigentes
Viana	ES	Óleo Combustível	175	CCEAR CRCAP	Jan/10 - Dez/24 Jul/26 - Jun/41	170 150	Próximo contrato regulado (CRCAP) vigorará a partir de julho/26
Viana 1	ES	Gás de Terceiros	37	CER	Mai/22 - Dez/25	605	Em operação com CER vigente
Povoação 1	ES	Gás de Terceiros	75	CER	Mai/22 - Jan/26	1.238	Em operação com CER vigente
Luiz Oscar Rodrigues de Melo ("LORM")	ES	Gás de Terceiros	204 36 204	CCEAR CER CRCAP	Jan/11 - Dez/25 Mai/22 Jan/26 Jul/26 - Jun/41	120 599 188	Em operação com CCEARs vigentes Em operação com CER vigente Próximo contrato regulado (CRCAP) vigorará a partir de jul/26
UTE Geramar I e UTE Geramar II ("Gera Maranhão")	MA	Óleo Combustível	332	CCEAR CRCAP	Jan/10 - Dez/24 Jul/26 - Jun/41	365 265	Próximo contrato regulado (CRCAP) vigorará a partir de jul/26

Notas
05 As UTEs consolidadas em cada Empresas (SPE) estão detalhadas na Nota Explicativa 1 (Contexto Operacional) das Demonstrações Financeiras da Eneva referentes a 31 de dezembro de 2024.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota as práticas de governança corporativa recomendadas no Código Brasileiro de Governança Corporativa, além das regras previstas no Regulamento do Novo Mercado.

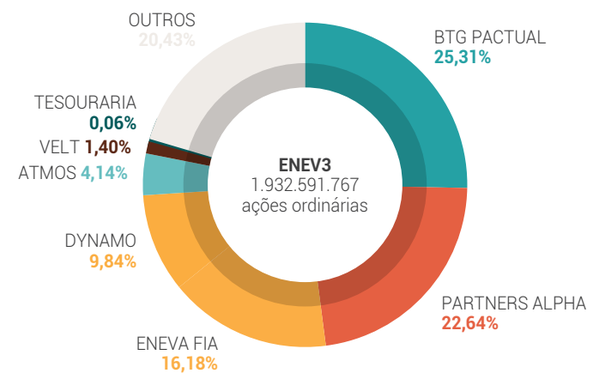
A Eneva além de estar listada no Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa Balcão sob o código ENEV3, integra os índices IBRX100 - indicador de desempenho médio das cotações de cem ativos de maior representatividade e faz parte do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção da Plataforma de Ação Contra a Corrupção da Rede Brasil do Pacto Global.

Importante mencionar que a ética faz parte das decisões da Eneva, norteando a realização dos negócios e as relações com clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, entidades públicas e demais partes interessadas. O compromisso da Eneva com a ética e integridade se manifesta de diversas formas, como a premiação que recebeu na edição do Pró-Ética 2022-2023. O Pró-Ética é uma iniciativa da Controladoria Geral da União que busca fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas, por meio do reconhecimento público daquelas que, independentemente do porte ou ramo de atuação, mostram-se comprometidas em implementar medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção.

Novo Mercado

A Companhia está listada no segmento de Novo Mercado desde o seu IPO em 2007, e possui capital pulverizado (Corporation). A Eneva possui uma única classe de ações e seu capital social ao final de 2024 era composto por 1.932.591.767 ações ordinárias, negociadas na B3 sob o código ENEV3. As ações da Companhia fazem parte da carteira dos principais índices da B3, IBOV, IEE e ISE.

A composição acionária referente a 31 de dezembro de 2024 está detalhada no gráfico abaixo.



Estrutura de Governança

A estrutura de Governança Corporativa da Eneva está pautada nos pilares de boas práticas que regulam as relações corporativas, suportam os controles internos e garantem uma atuação de conformidade e transparência nas tomadas de decisões. Este modelo alia processos decisórios fortes e mecanismo que garantem agilidade, eficiência e qualidade e representa a busca permanente pelo aprimoramento das práticas adotadas e, por consequência, a tratativa igualitária de seus acionistas.

A Eneva apresenta, atualmente, a seguinte estrutura de Governança Corporativa:

Conselho de Administração

Órgão máximo de deliberação colegiada, que tem entre suas atribuições a orientação geral dos negócios da Companhia, definição e decisões sobre questões estratégicas e aspectos econômicos e monitoramento dos planos de gestão de negócios executados pela Diretoria Executiva, de acordo com as competências estabelecidas no Estatuto Social, no seu regimento interno, na Política de Alçadas e na legislação em vigor.

O Conselho de Administração é composto por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos independentes, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição.

Segue abaixo a composição do Conselho de Administração da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

HENRI PHILIPPE REICHSTUL
Presidente e coordenador do comitê de pessoas

JOSÉ AFONSO ALVES CASTANHEIRA
Vice-presidente e membro do comitê de acompanhamento de obras

MARCELO PEREIRA LOPES DE MEDEIROS
Membro independente

FELIPE GOTTLIEB
Membro independente, dos comitês de auditoria estatutário e financeiro

RENATO ANTÔNIO SECONDO MAZZOLA
Membro independente, dos comitês financeiro e de pessoas

BARNE SECCARELLI LAUREANO
Membro independente e coordenador do comitê de acompanhamento de obras

GUILHERME BOTTURA
Membro independente e coordenador do comitê financeiro e membro do comitê de pessoas

COMPETÊNCIAS
Cada membro possui formação e experiências específicas e complementares para orientar os negócios da Eneva com uma visão abrangente das externalidades, riscos e oportunidades que possam impactar o modelo de negócios da Companhia. Nenhum dos membros do Conselho de Administração exerce função executiva na Companhia, sendo remunerados somente por suas atividades como Conselheiros.

FAIXA ETÁRIA

ATÉ 50 ANOS	51 A 59 ANOS	61 A 70 ANOS	+70 ANOS
3 membros	-	2 membros	2 membros

TEMPO DE MANDATO

+4 ANOS	0 A 4 ANOS
3 membros	4 membros

Para conhecer mais sobre cada membro do Conselho de Administração, consulte nosso site de RI e veja a experiência detalhada de cada um deles. https://ri.eneva.com.br/governanca-corporativa/diretoria-conselho-e-comites/

Comitês de Assessoramento

Para apoiar os processos de tomada de decisão, o Conselho conta com a assessoria de comitês especializados sobre matérias relevantes para a Companhia que funcionam simultaneamente ao Conselho, em caráter permanente ou temporário.

Nos Comitês de Assessoramento, nenhum dos membros exerce função executiva na Companhia e todos têm mandato unificado, com possibilidade de reeleição, de acordo com o respectivo Regimento Interno (https://ri.eneva. com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-regimentos).

Atualmente, a Companhia possui os seguintes comitês:

Comitê de Auditoria Estatutário

Com autonomia operacional e orçamento próprio, o Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma das principais responsabilidades opinar na contratação e destituição dos serviços de Auditoria Independente, além de outras atribuições previstas na legislação aplicável e Regimento Interno do Comitê como: (i) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (ii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, bem como da auditoria externa da Companhia; (iii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (iv) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

Em anexo nesse relatório incluímos o relatório resumido das atividades do Comitê.

Comitê Financeiro

Acompanhar a adoção e implementação dos melhores padrões econômico-financeiros, além de assessorar o Conselho de Administração na análise e revisão do orçamento da Companhia.

Comitê de Pessoas

Acompanhar a adoção e a implementação de estruturas e melhores práticas de recursos humanos, bem como analisar e recomendar melhorias na política salarial da Companhia, além de outras funções precípuas relacionadas a metas corporativas, avaliação dos órgãos de governança, planos de retenção e sucessão, entre outros temas.

Comitê de Acompanhamento de Obras

Acompanhar a execução física e financeira dos Projetos de Capital e monitorar os riscos e as contingências associados a estes projetos.

Diretoria Executiva

A Diretoria Estatutária da Companhia, em dezembro de 2024, é composta por 03 membros, conforme figura abaixo:

Lino Cançado
Diretor-Presidente

Marcelo Habibe
Diretor de finanças e relações com investidores

Marcelo Cruz
Diretor de marketing, comercialização e novos negócios

A Companhia ainda conta com 8 posições na sua Diretoria Executiva não estatutária, que é formada por executivos com ampla experiência no setor de atuação da Eneva.

A Diretoria Executiva responde pela execução da estratégia de negócios definida pelo Conselho de Administração, pela elaboração de planos e projetos e pelos desempenhos operacional e financeiro seguindo os limites estabelecidos por lei e pelo estatuto da Companhia. Todos os membros possuem comprovada formação acadêmica e experiência no âmbito de suas atuações.

Políticas e Regimentos

As Políticas e Regimentos da Companhia estabelecem as diretrizes e condutas a serem observadas para a consecução dos negócios da Eneva, garantindo uma atuação de acordo com os princípios e valores da Eneva e legislação aplicável. Os normativos são estabelecidos e revisados com apoio do Comitê de Auditoria, aprovados pelo Conselho de Administração e estão aderentes à legislação anticorrupção e às melhores práticas de integridade. Em 2024, alinhada ao compromisso de adesão às melhores práticas internacionais, a Companhia revisou a Política Anticorrupção.

Políticas Corporativas da Eneva

Alçadas	Finanças
Anticorrupção	Gerenciamento de Riscos
Compras	HSE - Health and Safety Executive
Defesa da Concorrência	Indicação de Membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária
Direitos Humanos	Remuneração
Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários	Sustentabilidade
Doações e Patrocínios	Transações com Partes Relacionadas

Regimentos internos da Eneva

Comitê de Acompanhamento de Obras	Comitê de Pessoas
Comitê de Auditoria Estatutário	Diretoria
Comitê Financeiro	Conselho de Administração

Diretrizes e Procedimentos de Integridade

– Diretriz de Brindes, Presentes e Hospitalidades
– Diretriz de Conflito de Interesses
– Diretriz de Doações e Patrocínios
– Diretriz de Gestão de Consequências
– Diretriz de Igualdade, Oportunidade e Respeito
– Diretriz de Interação com Poder Público
– Diretriz de Relações com Terceiros
– Manual da Área de *Compliance*
– Procedimento de Cláusulas Anticorrupção
– Procedimento de Comunicação e Treinamento de *Compliance*
– Procedimento de Investigações Internas de Relatos

Canal de Denúncia

A Eneva possui um canal de denúncias seguro, confidencial, externo e independente. As denúncias de infrações ao Código de Conduta da Companhia e à lei brasileira podem ser feitas nesse canal de forma anônima por colaboradores, prestadores de serviço e pela sociedade em geral.

A Companhia orienta seus colaboradores a denunciarem qualquer atitude que potencialmente esteja em desacordo com a legislação, o Código de Conduta, ou normativos internos. Esta orientação é reforçada constantemente por meio dos treinamentos presenciais, cursos online, ações de comunicações internas sobre *Compliance*, ética, integridade e normativos internos para todos os colaboradores.

Todos os relatos registrados no Canal de Denúncia são tratados e apurados pela área de Compliance e demais áreas previstas na Diretriz de Gestão de Consequência. As aplicações de medidas disciplinares, quando cabíveis, são implementadas respeitando a razoabilidade e proporcionalidade.

As apurações prezam pelo respeito à confidencialidade do denunciante, sendo assegurada a não retaliação e, tem também como objetivo assegurar a melhoria contínua dos controles internos e demais elementos de Compliance.

O objetivo do canal de denúncia é prevenir, e quando não for possível, interromper a cadeia delitiva ou desvio de conformidade. A finalidade é promover um ambiente íntegro e ético para o público interno e externo.

Os relatos podem ser realizados por meio telefônico ou via web.
Disponível 24 horas, sete dias por semana.
Telefone: 0800 601 8679
Site: www.contatoseguro.com.br/pt/eneva

Programa de Integridade

A Companhia estruturou seu Programa de Integridade, coordenado pela área de Compliance, com atividades periodicamente reportadas à Diretoria Jurídica, de Governança, Compliance e Controles Internos, e apresentadas ao Comitê de Auditoria Estatutário, que por sua vez, reportam ao Conselho de Administração. O Programa de Integridade é formado por um conjunto de ações que busca prevenir, detectar e remediar atos que estejam em desacordo com o Código de Conduta e os normativos internos da Companhia, bem como com a legislação vigente, a fim de preparar a organização para lidar com eventuais riscos.

A Companhia está fortemente engajada em combater qualquer forma de corrupção, fraude, suborno, favorecimento, tráfico de influência, extorsão, lavagem de dinheiro e propina nas suas relações internas, com fornecedores, parceiros ou agentes públicos.

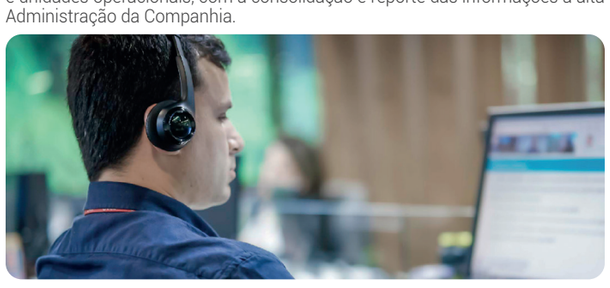
Como ilustrado no infográfico abaixo, o núcleo do Programa de Integridade gira em torno do comprometimento da alta Administração. O que garante a melhoria contínua das atividades é o monitoramento constante dos elementos que compõem o Programa.

Gestão de Riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos baseado nas melhores práticas de mercado e orientado por sua Política de Gerenciamento de Riscos, que visa reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos e garantir a preservação do valor e a continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo riscos operacionais, estratégicos, financeiros, regulatórios e relacionados a questões ESG, dentre outros.

No que tange aos riscos financeiros, a Companhia está exposta a riscos de mercado, de liquidez, de crédito e de estrutura de capital, conforme detalhado na Nota Explicativa 6 (Gerenciamento de Riscos) das Demonstrações Financeiras da Eneva referentes a 31 de dezembro de 2024.

Com periodicidade mínima anual é realizada uma atualização mais abrangente do mapeamento de riscos de negócio, envolvendo todas as áreas corporativas e unidades operacionais, com a consolidação e reporte das informações à alta Administração da Companhia.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

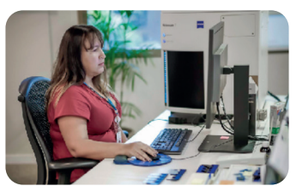
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com o objetivo de maximizar o valor gerado e assegurar o melhor retorno de seus ativos, a Eneva realiza anualmente a revisão de seu Planejamento Estratégico. Essa revisão é fundamentada em estudos de mercado, tendências globais e nacionais, novas oportunidades, ambiente político e regulatório, além considerar fatores internos e o contexto da Companhia.

O Planejamento Estratégico está ancorado em 5 alavancas de valor e, para que a missão e visão 2030 sejam alcançados, a Companhia precisa perseguir os comportamentos indicados abaixo:

PESSOAS

Atração, desenvolvimento e retenção de talentos são componentes cruciais da estratégia da Eneva.



A Companhia valoriza suas equipes e suas competências únicas e pioneiras, fundamentais para o desempenho dos negócios e para a concretização do plano estratégico da Companhia.

Em 2023, a Companhia lançou o LIFE, pautado na Visão da Eneva e na criação de valor almejada até 2030. O Programa LIFE (Liderança, Integração, Força de Trabalho Local, Excelência, Competência e Retenção) tem por objetivo, dentro deste contexto, garantir profissionais preparados e adequados para cumprir os desafios estratégicos, através (i) do planejamento da força de trabalho, (ii) da definição e implementação dos projetos voltados para liderança, integração, fortalecimento da mão de obra local. O programa promove também a excelência, competência e retenção de colaboradores, alinhados à cultura da Eneva.

Essa iniciativa, que compreende um programa de 30 projetos revisados de acordo com o Planejamento Estratégico, concluiu 2024 com a execução de 20 projetos. Este resultado marca um avanço importante, contribuindo para que a área de Recursos Humanos se torne progressivamente mais estratégica.

O LIFE está pautado em:

- **Liderança**
  Atrair e desenvolver a liderança que vai sustentar o nosso crescimento
- **Integração**
  Adotar uma nova forma de trabalhar
- **Força de trabalho local**
  Regionalizar a nossa força de trabalho
- **Excelência, competência e retenção**
  Perseguir altos padrões de desempenho e reter as melhores pessoas

Atração de Novos Colaboradores

Durante o ano de 2024, a Eneva desenvolveu e implementou estratégias para fortalecer a marca empregadora, promovendo uma imagem positiva e atraente no mercado de talentos.

Isso incluiu parcerias estratégicas com universidades e escolas técnicas, além de um plano de comunicação adequado para o público interno e externo. Alcançamos mais de 10 mil estudantes interessados em ingressar na empresa. Participamos de mais de quinze eventos estudantis que nos aproximaram dos jovens talentos e nos ajudaram a difundir o conhecimento de marca. Oferecemos palestras, minicursos e realizamos o Programa de Estágio Técnico em Silves (AM), Boa Vista (RR) e Santo Antonio dos Lopes (MA). Ao todo, trinta e dois jovens profissionais oriundos dos cursos de Eletromecânica, Petróleo e Gás, Segurança do Trabalho fizeram parte do nosso programa voltado para a formação de futuros operadores das usinas da Eneva.

No último ano, reforçamos a parceria com universidades nos locais onde atuamos e contratamos mais de 50 estudantes para participar do **Programa de Estágio (nível superior)** que conta com uma jornada de desenvolvimento que oferece treinamentos e mentorias aos jovens estudantes. Essas parcerias visam proporcionar maiores oportunidades de desenvolvimento para os estagiários, gerando cada vez mais valor para a Companhia. Como parte dessa estratégia, houve a criação de uma página exclusiva para a divulgação dos programas de estágio e a reformulação do site de carreiras adequada ao posicionamento da marca.

Em 2024 concluímos a segunda turma do **Programa de Trainee Eneva**. Iniciado em 2022, o programa selecionou 25 trainees de todo o Brasil em duas modalidades: trainees operacionais (Geração e E&P) e trainees corporativos. Estruturado para oferecer uma jornada de desenvolvimento sólida e alinhada com as diversas áreas da Companhia, o programa proporcionou aos participantes, ao longo de 2 anos, uma visão completa do nosso negócio. Dentre os principais resultados, destaca-se o impacto do desenvolvimento técnico e comportamental dos trainees, e suas contribuições para projetos importantes que geraram valor para o negócio. Durante o primeiro ano, os trainees passaram por um *job rotation*, proporcionando uma visão abrangente das áreas correlatas à sua formação. Já no segundo ano, eles foram alocados em uma área fixa para se aprofundar em um escopo específico e desenvolver projetos. A alta taxa de efetivação dos participantes reforça nosso compromisso com a formação e crescimento dos nossos talentos.

A alta taxa de efetivação dos participantes reforça nosso compromisso com a formação e crescimento dos nossos talentos.

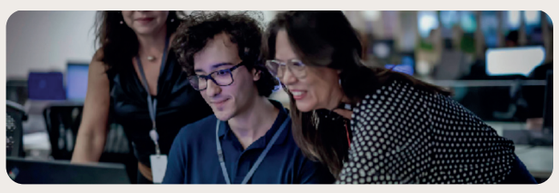
10 mil estudantes — Interessados em ingressar na empresa através de parcerias estratégicas com universidades e escolas técnicas.

+50 estudantes — Contratados em 2024 para participar do Programa de Estágio (nível superior) em parceria com universidades nos locais onde atuamos.

25 Trainees — Selecionados em todo o Brasil em duas modalidades: trainees operacionais e corporativos.

Desenvolvimento de Colaboradores

A área de Recursos Humanos da Eneva trabalha de forma contínua para acompanhar a agenda de crescimento da Companhia dessa forma, criou e aprimorou nos últimos anos, programas de desenvolvimento dos colaboradores, conforme destacado abaixo:

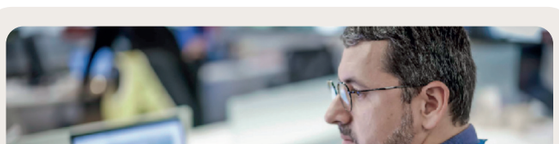


Academia de Liderança

A Companhia ofereceu treinamentos para 336 líderes, incluindo diretores, gerentes, coordenadores e supervisores, por meio da Academia da Liderança. O principal objetivo desses treinamentos é desenvolver habilidades e preparar os líderes para responder aos desafios e mantê-los alinhados à cultura da empresa. Como parte da continuidade da jornada de formação das lideranças, a Companhia iniciou um programa de mentorias focado no compartilhamento de conhecimentos e experiências da alta liderança. Nesse contexto, os diretores executivos assumiram a responsabilidade de mentorar um grupo piloto de gerentes gerais, com ênfase no desenvolvimento de habilidades essenciais para esse nível de gestão.

Academia do Conhecimento

Em 2024, a Companhia renovou a Academia do Conhecimento. Entre as novidades, a página foi atualizada com um layout mais dinâmico, projetado para aprimorar a experiência do colaborador. Agora, a plataforma possui páginas dedicadas para cada categoria de desenvolvimento, oferecendo uma ampla coleção de treinamentos da Eneva e da UOL Edtech. Os temas abrangem Liderança, Habilidades Comportamentais, Negócios Eneva, Sistemas e Ferramentas, ESG e Diversidade, todos direcionados para o autodesenvolvimento. Além disso, foram implementadas campanhas mensais com propostas de treinamento voltadas para o autodesenvolvimento.

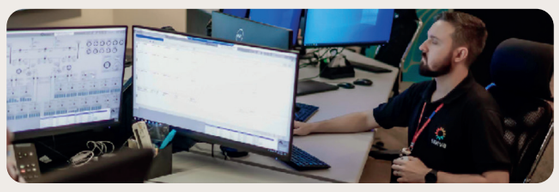


Carreira Técnica

Lançado em 2023, o modelo de Carreira Técnica da Eneva tem se consolidado como um importante pilar de desenvolvimento, valorização e retenção dos nossos talentos. Mais do que um programa, essa iniciativa reflete nosso compromisso com a construção de um ambiente onde a expertise técnica é reconhecida, incentivada e fundamental para o crescimento sustentável da Companhia. Desde seu lançamento, a Carreira Técnica vem gerando impacto positivo. Em seu segundo ciclo, 15 colaboradores se inscreveram no programa e 7 foram aprovados, demonstrando o interesse e a adesão dos profissionais à iniciativa. A próxima etapa é ampliar essa estrutura, fortalecendo a jornada de desenvolvimento dos nossos especialistas e garantindo que a trilha técnica seja cada vez mais robusta e atrativa.

Ciclo de Avaliação de Carreira e Sucessão (CACS)

Modelo já consolidado na Companhia, ocorre anualmente para todos os profissionais. O processo contribui para o reconhecimento, desenvolvimento e meritocracia, a partir de um modelo estruturado de avaliação. Alguns dos objetivos do CACS são desenvolver os colaboradores de acordo com suas perspectivas de carreira e momento da Companhia; reconhecer os melhores desempenhos, fortalecendo nossa cultura de meritocracia; e identificar talentos e possíveis sucessores. Em 2024, a Companhia reforçou seu compromisso com a transparência e o entendimento do processo que, por meio de um roadshow, que envolveu todas as unidades, foram realizados workshops com lideranças e colaboradores, permitindo aprofundar ainda mais os conceitos e metodologias aplicadas no ciclo de avaliação.



Programa Gestores do Negócio

O MBA Eneva é um programa cuidadosamente elaborado para o desenvolvimento de gestores da Companhia, com foco em temas estratégicos voltados para o negócio. Integrado ao LIFE, o programa tem como objetivo aliar teoria e prática no contexto organizacional, promovendo conhecimento, proatividade na resolução de problemas, inovação e desenvolvimento do pensamento analítico estratégico, dentro do contexto da geração de energia e gás. Em 2024, as inscrições para a segunda turma do programa foram um sucesso, com um número de inscritos que superou as expectativas. Os 73 inscritos passaram por um processo de avaliação em três etapas: Avaliação prévia do RH, Avaliação dos sócios e Elevator Pitch do Projeto que precisam apresentar ao final do curso, com a Diretoria Executiva. Ao final desse processo, tivemos a aprovação de 35 líderes.

Jornada de Desenvolvimento (PDI e LNT)

A Companhia reformulou seu modelo de gestão das ações de desenvolvimento mapeadas no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e no Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT), promovendo uma maior conexão entre esses processos. Essa integração proporcionará um direcionamento mais eficaz dos investimentos em capacitação, com foco em resultados e mantendo a cultura de aprendizado alinhada às necessidades do negócio.

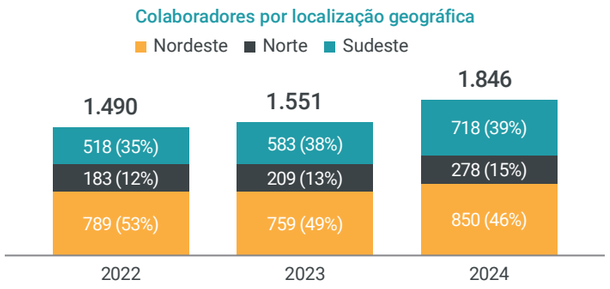
Jornada de Integração *(onboarding)*

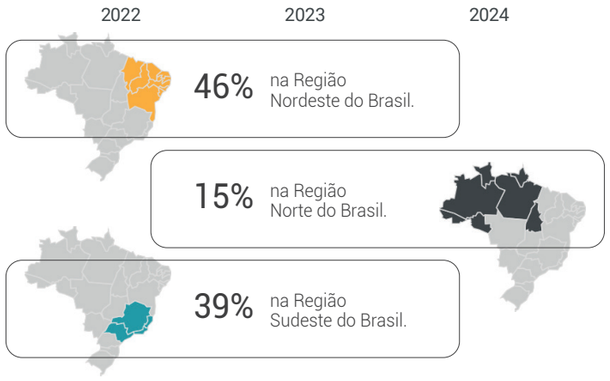
A Companhia implementou um novo modelo de integração para novos colaboradores na Eneva, reconhecendo que este é o primeiro passo para o sucesso. A jornada de integração é crucial para apresentar novos colaboradores à cultura, valores e processos da Eneva. Essa é uma oportunidade única para criar uma conexão forte, garantindo que cada novo membro se sinta acolhido e preparado para contribuir com seu melhor. Um onboarding bem-sucedido acelera a adaptação, impulsiona o engajamento e a produtividade, estabelecendo as bases para um futuro promissor.

Força de Trabalho

A Eneva encerrou o ano de 2024 com um total de 1.846[6] colaboradores próprios. O aumento de 19% da força de trabalho. comparado a 2023, se deve principalmente por dois motivos: (i) a aquisição das térmicas de Linhares, Povoação, Tevisa e Gera Maranhão, num desafio de integração de mais de 200 pessoas, e (ii) a continuidade da mobilização dos times de implantação do Projeto Azulão 950MW, com a contratação de profissionais com atividades in loco no estado do Amazonas, e para os times alocados no escritório do Rio de Janeiro.

Colaboradores por localização geográfica

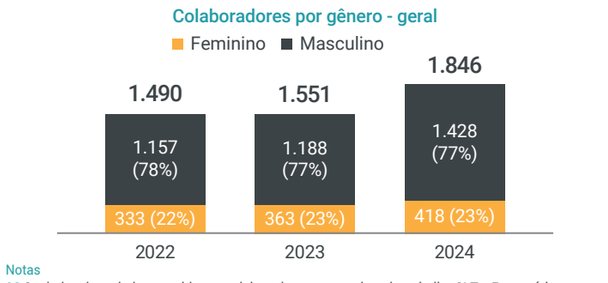




Colaboradores por gênero

Em 2024, 23% da população total da Eneva era representada por mulheres, sendo que 18% delas ocupavam posições de liderança.

Colaboradores por gênero - geral

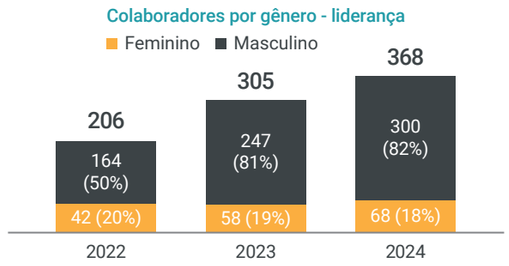


Notas

06 Os dados das tabelas consideram colaboradores com regime de trabalho CLT e Estatutários, excluindo-se estagiários e aprendizes. Referência para cálculo o mês de dezembro de cada ano.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

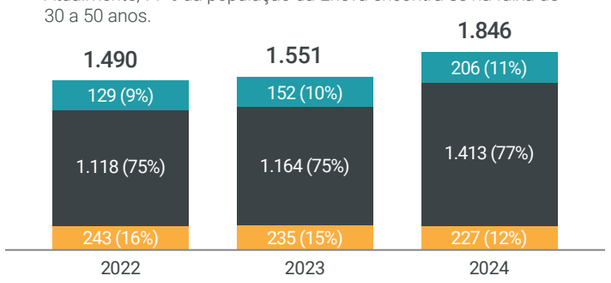
Colaboradores por gênero - liderança



Colaboradores por faixa etária

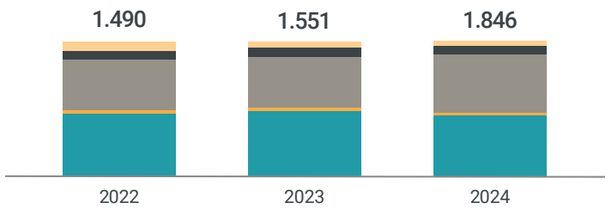
Menos de 30 anos ■ De 30 a 50 anos ■ Acima de 50 anos

Atualmente, 77% da população da Eneva encontra-se na faixa de 30 a 50 anos.



Por raça[7]

Em 2024, 45% da população da Eneva se autodeclara brancos e 49% da população negros (pretos + pardos).

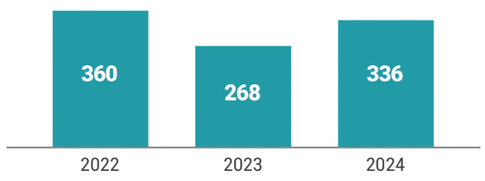


	2022	2023	2024
Não declarados	7,8%	4,5%	3,2%
Preta	5,8%	6,3%	6,6%
Indígena	0,1%	0,1%	0,3%
Parda	37,2%	37,7%	42,7%
Amarela	2,3%	2,3%	1,9%
Branca	46,8%	49,1%	45,3%

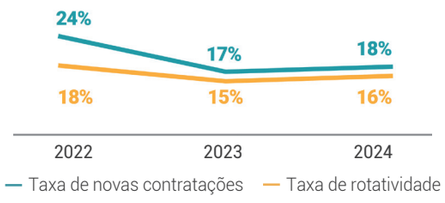
Novas Contratações[8], Taxa de Novas Contratações[9] e Taxa de Rotatividade[10]

Em 2024, foram contratados 336 novos colaboradores e a Companhia apresentou uma taxa de rotatividade de 16%, valor similar ao do ano anterior, que foi de 15%.

Novas Contratações



Taxa de Novas Contratações vs. Taxa de Rotatividade

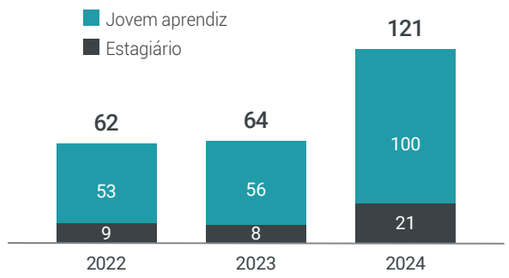


Outros trabalhadores

No final de 2023, a Eneva contava com 64 jovens aprendizes e estagiários. Já no final de 2024, esse número aumentou para 121. Esse crescimento é atribuído ao Programa de Estágio Técnico das Operações, que visa preparar a mão de obra local para ocupar futuras posições nas operações.

O programa foi estruturado em duas fases, com duração total de 12 meses de capacitação. Na primeira fase, que dura 6 meses, os estagiários passam por um job rotation nas diversas áreas das Operações Eneva. Na segunda fase, que está em andamento, os estagiários são alocados em 2022 2023 2024 uma área específica da planta, para uma imersão prática e de conhecimento.

Contratações Jovens Aprendiz e Estagiários



Remuneração

A estratégia de remuneração da Eneva foi definida para fomentar uma cultura de mérito, foco em resultados e sentimento de dono. O modelo abrange todos os colaboradores e cargos, sem distinções de qualquer gênero ou outros indicadores sociais. Norteada por princípios alinhados à nossa cultura e comportamentos, foi desenhada para refletir diretamente os resultados econômico-financeiros alcançados e pelo valor de mercado no curto e no longo prazo.

Para apoiar essa iniciativa, realizamos em 2024 uma reavaliação de todos os cargos de liderança, utilizando pesquisas e avaliações das posições da Estrutura Organizacional. O objetivo dessa reavaliação foi garantir consistência na comparação com o mercado e aumentar a atratividade através de um novo pacote de remuneração.

As diretrizes de Remuneração baseiam-se nos 3 componentes abaixo:

→ **Remuneração Fixa**
Alinhada com as práticas de mercado, é composta por parcelas mensais. O objetivo da remuneração fixa mensal é reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos colaboradores, baseado em parâmetros de mercado, com objetivo de remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio;

→ **Incentivo de Curto Prazo**
Possui como objetivo alinhar as prioridades de curto prazo com o Planejamento Estratégico da Companhia, recompensando o cumprimento de metas anuais corporativas e de equipe. Isso é feito através de escalas de desempenho que incluem os níveis mínimo, target e superação de resultados. Além disso, essa remuneração variável está regulamentada por acordo coletivo para todas as localidades e empregados;

→ **Incentivo de Longo Prazo**
O objetivo é promover o alinhamento entre os interesses dos executivos e dos acionistas, assegurando a criação contínua de valor para a Companhia. Adicionalmente, visa engajar a administração no desenvolvimento e execução de um plano estratégico consistente, além de atrair e reter executivos.

Os planos de remuneração baseados em ações conferem aos beneficiários a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, incentivando-os a otimizar todos os aspectos que possam valorizar os negócios de maneira sustentável a longo prazo.

Notas
07 Número com base na autodeclaração dos colaboradores e grupos pela classificação do IBGE
08 Colaboradores admitidos nos anos respectivos (excluindo-se estagiários e aprendizes)
09 Razão entre a quantidade de novas contratações pela base total de empregados no período
10 Média entre novas contratações e desligamentos, dividido pela base total de empregados no período

Benefícios

A Eneva adota um pacote de benefícios que é considerado competitivo e que possui baixa coparticipação dos colaboradores, permitindo uma gestão eficaz, transparente e alinhada à estratégia do negócio. A Companhia se preocupa em garantir a equidade interna e em adotar as melhores práticas do mercado, respeitando sempre as determinações do Acordo Coletivo de Trabalho vigente e celebrado em cada localidade.

Entre os benefícios oferecidos pela Eneva, destacam-se a assistência médica e odontológica sem custo para os colaboradores, extensível a cônjuges e filhos solteiros até 24 anos. Além disso, a Companhia oferece auxílios que garantem subsídios para o pagamento de creche, babá, material escolar, e educação, promovendo o bemestar e desenvolvimento dos colaboradores e suas famílias. A Eneva também disponibiliza previdência privada, proporcionando segurança financeira para o futuro, e licenças maternidade e paternidade estendidas, apoiando os colaboradores em momentos importantes de suas vidas familiares.

Outro benefício significativo é o Programa de Apoio e Cuidado (Optum), que oferece assistência psicológica, social, jurídica e financeira gratuita para todos os colaboradores, seus dependentes legais, pais e mães. Este programa reflete o compromisso da Eneva com a saúde e o bem-estar integral de seus colaboradores, proporcionando suporte em diversas áreas da vida pessoal e profissional.

Balanço Social

Abaixo tabela do Balanço Social da Eneva, que resume parte dos dados apresentados nesta seção e inclui informações adicionais, como indicadores e investimento em benefícios para colaboradores da Companhia.

Base de Cálculo	2023 Valor (MM R$)	2024 Valor (MM R$)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)[11]	509,1	**570,3**
Receita Operacional Líquida (ROL)	10.090,9	**11.387,5**
Distribuição do valor adicionado (DVA)	5.836,8	**4.865,2**

Indicadores Sociais Internos	Valor (MM R$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	% Sobre DVA	Valor (MM R$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	% Sobre DVA
Alimentação	46,0	9,0%	0,5%	0,8%	**52,6**	**9,2%**	**0,5%**	**1,1%**
Encargos sociais compulsórios	106,7	21,0%	1,1%	1,8%	**117,4**	**20,6%**	**1,0%**	**2,4%**
Previdência privada	4,4	0,9%	0,0%	0,1%	**6,3**	**1,1%**	**0,1%**	**0,1%**
Saúde (Médico e Odontológico)	37,0	7,3%	0,4%	0,6%	**46,4**	**8,1%**	**0,4%**	**1,0%**
Vale transporte (VT)	3,7	0,7%	0,0%	0,1%	**6,0**	**1,1%**	**0,1%**	**0,1%**
Segurança e saúde no trabalho	7,3	1,4%	0,1%	0,1%	**8,8**	**1,6%**	**0,1%**	**0,2%**
Educação	0,2	0,0%	0,0%	0,0%	**0,3**	**0,1%**	**0,0%**	**0,0%**
Capacitação e desenvolvimento profissional	3,9	0,8%	0,0%	0,1%	**4,4**	**0,8%**	**0,0%**	**0,1%**
Creches ou auxílio-creche ou auxílio escola	4,5	0,9%	0,0%	0,1%	**4,4**	**0,8%**	**0,0%**	**0,1%**
Auxílio habitação e mobilização	3,7	0,7%	0,0%	0,1%	**4,0**	**0,7%**	**0,0%**	**0,1%**
Outros	3,8	0,8%	0,0%	0,1%	**3,3**	**0,6%**	**0,0%**	**0,1%**

Indicadores do Corpo Funcional	2023	2024
Nº de empregados(as) ao final do período	1.551	**1.846**
Nº de admissões durante o período	268	**336**
Nº de estagiários(as)	62	**121**
Nº de empregados(as) acima de 50 anos	152	**206**

Indicadores do Corpo Funcional	2023	2024
Nº de mulheres que trabalham na empresa	363	**418**
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19%	**19%**
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	682	**911**
Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais	30	**27**

Outras Informações

Razão entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e a remuneração total anual média de todos os empregados (excluindo-se o mais bem pago)	2023			2024		
	28,02			**28,58**		
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(•)[12] todos(as) empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(•)[12] todos(as) empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(•)[13] todos(as) empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(•)[13] todos(as) empregados

PANORAMA DE MERCADO CONTEXTO SETORIAL

Geração de Energia

Resumo geral do ano de 2024

A carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) ao longo de 2024 apresentou, de forma geral, tendência de crescimento em grande parte do ano, impulsionada por diversos fatores, com destaque para o crescimento gradual da economia ao longo do ano e a ocorrência de elevadas temperaturas no segundo semestre.

Em comparação a 2023, o crescimento médio anual foi de 7%, sendo o mês de dezembro o único que não apresentou aumento de carga, especialmente devido a temperaturas mais amenas em comparação com o ano anterior.

Na expansão da capacidade instalada, houve acréscimo de 8% no SIN, considerando todas as fontes de energia, incluindo micro e minigeração distribuída (MMGD). O maior destaque foi para as fontes eólica e solar centralizada, que apresentaram crescimentos de 14% e 34%, respectivamente.

Com a intensificação do aumento das fontes renováveis centralizadas e no MMGD na capacidade, um efeito importante observado a partir do final de 2023 se consolidou ao longo de 2024: o aumento da carga líquida[14] ao fim do dia no período, quando a geração solar deixa de contribuir para o sistema. Historicamente, para atender a esta demanda, o sistema usualmente utilizava o parque hidráulico e, quando necessário, o parque térmico, como ocorreu de forma cada vez mais frequente em 2024.

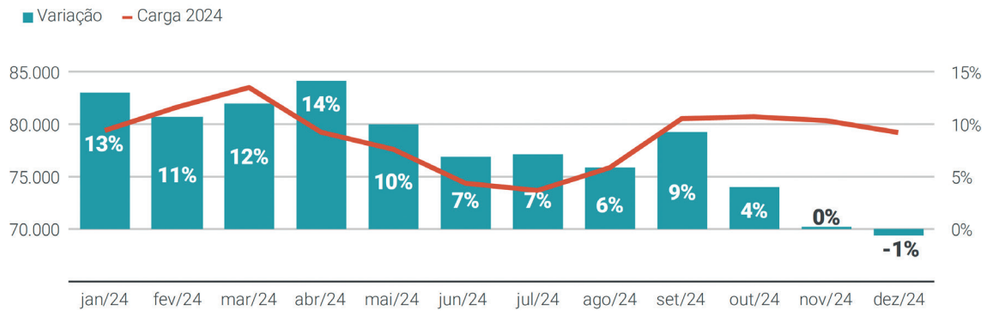
Outra característica operacional marcante do ano de 2024 foi o retorno de um cenário de hidrologia menos favorável. Nos subsistemas Sudeste e Centro-Oeste (SE/CO) e Norte, a Energia Natural Afluente ("ENA") ficou bem abaixo da Média de Longo Termo ("MLT") até o mês de outubro, enquanto o Nordeste também apresentou ENA abaixo da MLT na maior parte do ano. Vale ressaltar que, embora o subsistema Sul tenha apresentado ENA superior a 300% da MLT com as chuvas atípicas e catastróficas no mês de maio, no restante do ano a ENA também ficou próxima ou abaixo da média. Em função da baixa performance da hidrologia do Norte, foram observadas limitações de disponibilidade de potência no parque hidráulico e, em períodos de alta temperatura ou baixa geração das renováveis, o aumento da carga líquida. Nessas ocasiões, o sistema necessitou acionar o despacho térmico para atendimento à demanda nos períodos de maior carga líquida[15].

SIN - Visão geram de 2024

Carga

A carga média realizada do SIN, para o ano de 2024, foi de 79.891 MWmédios, correspondendo a um crescimento de 7% (ou 5.149 MWmédios) em relação à carga verificada no ano de 2023[16].

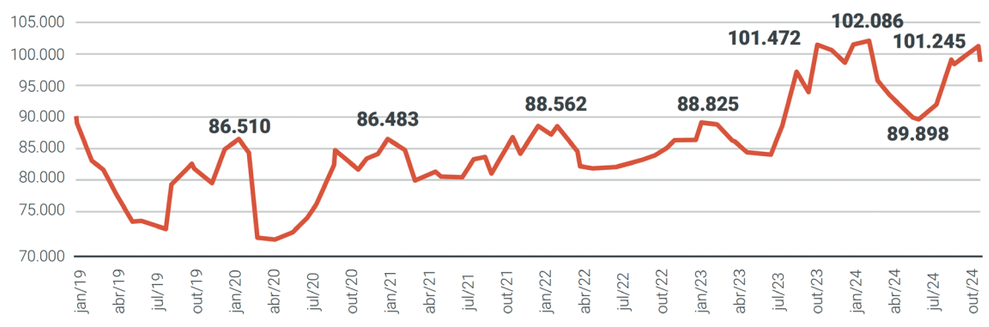
Carga de energia SIN (MWm)
Fonte: ONS



Em tendência contrária ao restante do ano, a carga apresentou redução em dezembro de 2024 quando comparada a 2023, devido à ocorrência de temperaturas muito elevadas nos últimos meses do ano de 2023, levando à elevação substancial da naqueles períodos, ao passo que os últimos meses de 2024 registraram comparativamente mais amenas.

Pela ótica da demanda máxima, foi possível observar claramente o efeito diferenciado das temperaturas no fim de 2023, influenciado pelo fenômeno El Niño. O recorde instantâneo de demanda foi de 101,5 GW em novembro de 2023, tendo sido superado em março de 2024 com o registro de 102 GW também relacionado as altas temperaturas registradas no país.

Histórico de demanda instantânea (GW)
Fonte: ONS



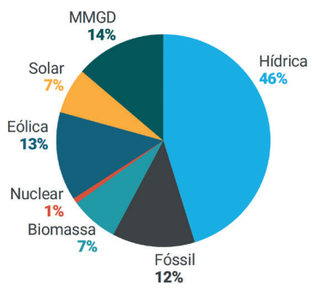
Notas
11 Não considera CAPEX.
12 Apenas colaboradores com contrato CLT prazo indeterminado.
13 Apenas colaboradores com contrato CLT prazo indeterminado, vide Acordo Coletivo de PLR.
14 Considera-se carga líquida a carga bruta do sistema descontada das inflexibilidades térmicas e da geração não despachada centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), principalmente proveniente de fontes intermitentes.
15 Importante observar que os momentos de maior carga líquida não necessariamente foram os períodos de maior carga sistêmica.
16 Disponível no site do ONS - Histórico da Operação - Carga de Energia.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

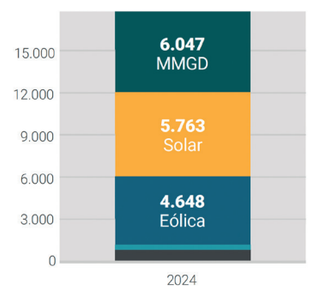
Expansão da matriz

A matriz elétrica, que em dezembro de 2023 contava com aproximadamente 198 GW de capacidade instalada centralizada (e 225 GW considerando MMGD), cresceu cerca de 18 GW ao longo de 2024, atingindo 243 GW de capacidade instalada em dezembro de 2024, considerando MMGD.

Matriz elétrica brasileira dez/24
Fonte: SIGA e Painel Geração Distribuída ANEEL



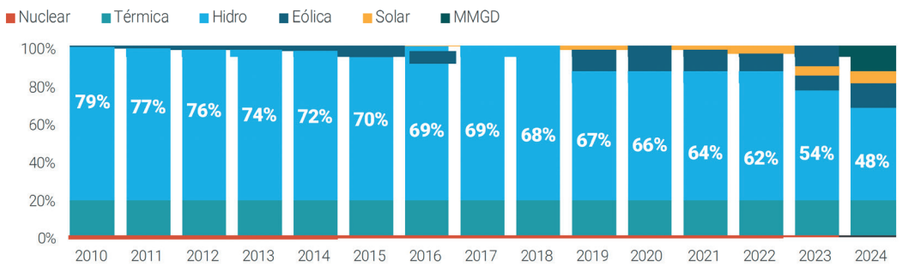
Incremento da Capacidade Instalada por fonte
Fonte: SIGA e Painel Geração Distribuída ANEEL



A fonte solar centralizada aumentou em 34% sua capacidade instalada no ano de 2024, seguida pelo crescimento de 18% da MMGD e 14% da eólica com relação às respectivas capacidades instaladas do ano de 2023. Em termos de valor absoluto, o maior incremento foi relacionado à MMGD.

Ao longo dos últimos anos, com a evolução tecnológica, a substancial redução dos níveis de investimentos associados ao desenvolvimento de energias renováveis e intermitentes, e os subsídios existentes no mercado brasileiro, foi observada uma aceleração na penetração das fontes eólica e solar, tanto centralizada como distribuída.

Evolução da composição da matriz elétrica (Por fonte)
Fonte: ONS



O CRESCIMENTO DA GERAÇÃO RENOVÁVEL VEM TRANSFORMANDO SIGNIFICATIVAMENTE A OPERAÇÃO DO SIN

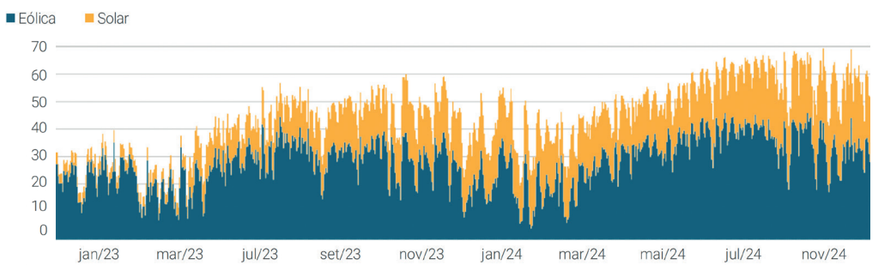
A intermitência inerente às energias renováveis vem contribuindo para alguns paradigmas operativos e trazendo novos desafios ao planejamento energético e, principalmente, elétrico. O sistema elétrico brasileiro historicamente recorreu a fontes hidrelétricas para fazer frente à variação de demanda de curto prazo, por sua flexibilidade e baixo custo de ajuste na geração, aumentando assim sua geração em picos de demanda mas, dada a restrição de expansão dessa fonte com a impossibilidade de construção de novos reservatórios, outras fontes, como as termelétricas, têm contribuído para o atendimento da demanda nesses períodos.

Com a diminuição relativa da participação de fontes despacháveis na matriz e com o aumento da granularidade da geração e consequente diminuição de alguns atributos tais como a inércia operativa, algumas nova situações operativas se apresentam com desafios relevantes, e a necessidade de flexibilidade foi uma questão importante para o sistema no ano de 2024.

Geração Renovável

A aceleração da penetração das fontes renováveis na matriz aumenta a sua representatividade no balanço energético do SIN, por se tratar de uma energia com custo marginal nulo, com prioridade no despacho centralizado pelo menor custo ao sistema e a impossibilidade de estocar a energia gerada por essas fontes.

Geração renovável no SIN - Eólica vrs Solar (GWmed)
Fonte: ONS



Como observado nos últimos anos, a velocidade do crescimento da participação dessas fontes foi superior ao aumento da carga. Este fenômeno, além de gerar maior intermitência na matriz energética, também contribuiu para a recuperação dos níveis de reservatório, uma vez que, em bases anuais, a geração hidráulica despachável torna-se menos necessária.

PERÍODOS DE ALTAS TEMPERATURAS: EXIGÊNCIA POR RECURSOS DESPACHÁVEIS.

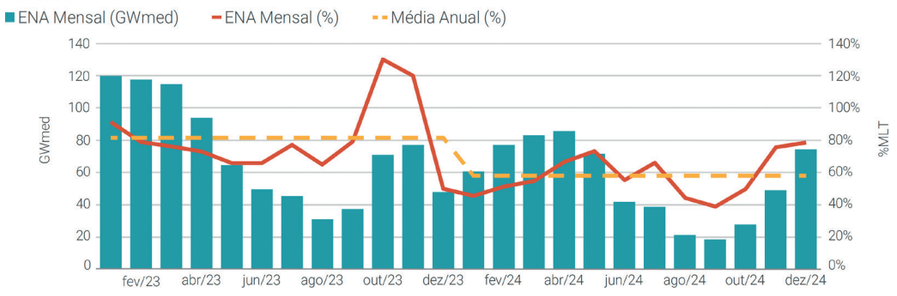
No entanto, é importante reforçar que as fontes eólicas e solares apresentam grande variabilidade de contribuição na geração, a depender das condições de vento e de radiação solar. Nos momentos em que coincidiram os momentos de baixas contribuições dessas fontes com períodos de altas temperaturas, foi observado o aumento instantâneo da exigência por recursos despacháveis.

Hidrologia - ENA

O ano de 2024 demonstrou um comportamento mais típico de hidrologia comparado a 2023, ano que tinha sido marcado pela atuação do El Niño, evidenciando condições hidrológicas extremas, com precipitação muito acima das médias no Sul, contribuindo para níveis de ENA no SIN em cerca de 160% da MLT nos meses de outubro/23 e novembro/23, e para o atraso do período úmido no Norte, evidenciado pela ENA próxima a 60% da MLT nesse subsistema no em dezembro/24.

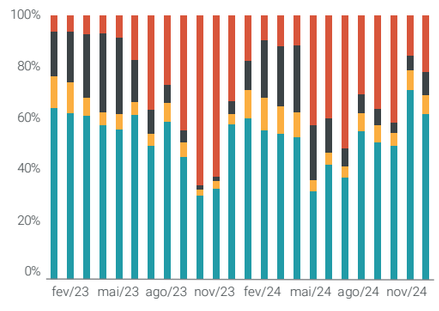
2024, por sua vez, apresentou um 1º semestre oscilando um pouco abaixo da MLT e um 2º semestre marcado por um perfil mais seco, o que desencadeou elevação do despacho térmico neste horizonte.

Histórico de ENA no SIN - 2023 a 2024 (GWmed x %MLT)
Fonte: ONS



Como ao longo de grande parte de 2023 as condições hidrológicas mantiveram-se favoráveis e, como explicitado acima, considerando o nível acelerado de penetração renovável de maneira centralizada e distribuída, houve elevação dos níveis de armazenamento dos reservatórios, o que contribuiu para os preços mais baixos no início do ano de 2024.

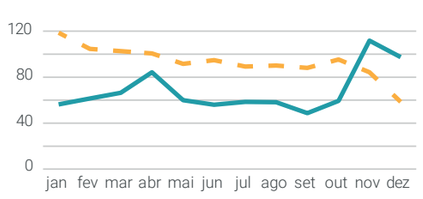
Contribuição% na MLT de ENA do SIN por subsistema (2024)
Fonte: ONS



Distribuição espacial das usinas hidrelétricas
Fonte: EPE

Hidrologia - Submercados ENA

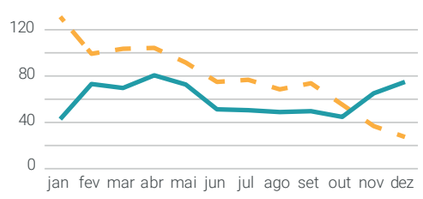
ENA – SE/CO (%MLT)
Fonte: ONS



O submercado SE/CO apresentou ENA abaixo da MLT de janeiro/24 até setembro/24. A partir de outubro/24, houve uma recuperação gradual, intensificando em novembro/24 e dezembro/24 como reflexo de eventos relevantes de precipitação nesta época do ano.

É importante ressaltar que os meses de janeiro, fevereiro e março são meses que possuem maior valor de ENA para o submercado SE/CO, pela média histórica. Portanto, o desempenho da ENA nesses meses têm impacto significativo nos armazenamentos das usinas hidrelétricas do SIN, dado que os reservatórios desse submercado representam cerca de 70% da capacidade de armazenamento do SIN.

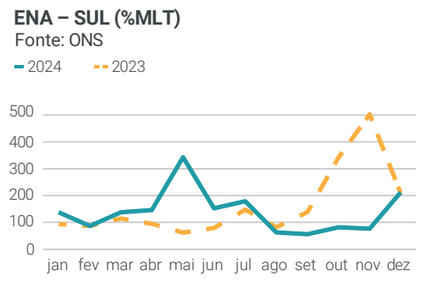
ENA – NORTE (%MLT)
Fonte: ONS



O atraso no período umido influenciou o comportamento da ENA no submercado Norte (N). O subsistema iniciou o ano com ENA abaixo de 50% da MLT e foi marcado por valores de ENA abaixo de 60% da MLT na maioria dos meses. Em dezembro/24, mês que sazonalmente a região começa a mostrar uma recuperação hídrica, a ENA começou a mostrar sinais de recuperação, diferentemente de 2023.

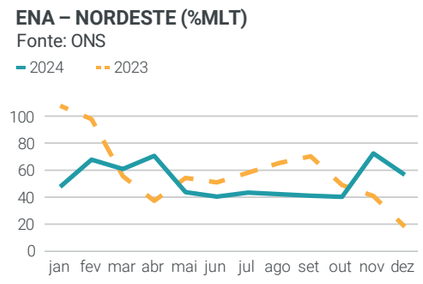
A escassez do Norte foi um tema importante para a operação, especialmente no segundo semestre. Como boa parte da geração neste submercado é a fio d'água, a hidrologia desfavorável reflete diretamente na disponibilidade de potência hidráulica para atendimento instantâneo.

ENA – SUL (%MLT)
Fonte: ONS



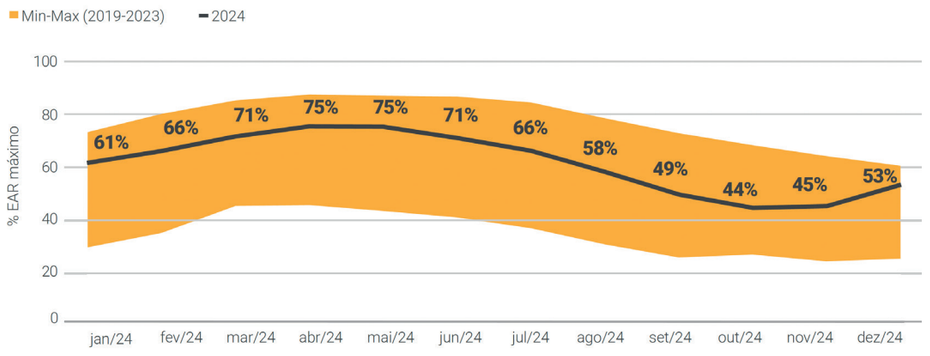
O comportamento da ENA no submercado Sul foi influenciada por mais um ano marcado por eventos de chuvas extremas, sendo a mais marcante em maio/24, levando ao registro de mais de 300% de MLT naquele mês no subsistema, com ocorrências catastróficas que geraram também a interrupção da transmissão em parte da região, impedindo o fluxo e exportação de energia. No restante do ano a ENA permaneceu próximo à média histórica.

ENA – NORDESTE (%MLT)
Fonte: ONS



O submercado Nordeste apresentou uma condição hidrológica desfavorável ao longo de 2024, permanecendo abaixo de 50% da MLT em boa parte dos meses.

Histórico de energia armazenada no SIN (% EAR máximo)
Fonte: ONS

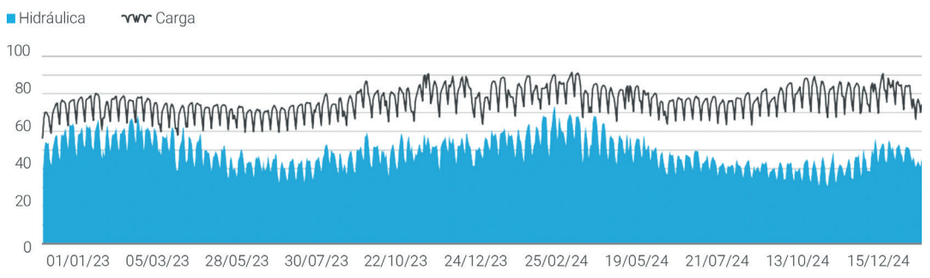


No ano de 2023 se iniciou uma reversão da tendência hidrológica, a hidrologia desfavorável se estendeu durante o ano de 2024, resultando em um armazenamento menor que no ano anterior. Apesar da situação hidrológica, o armazenamento de 2024 não chegou ao mínimo do histórico entre 2019 e 2023, as fontes renováveis (eólica e solar) combinadas ao acionamento térmico permitiram que os níveis registrados não fossem tão críticos.

Geração Hidrelétrica

As fontes hidrelétricas contribuíram com um menor patamar da geração total do SIN em 2024, quando comparado a 2023, conforme evidenciado no gráfico abaixo. Também é possível identificar o aumento do gap entre a geração hidráulica e a carga do SIN, sendo justificada, principalmente pelo incremento da geração renovável, conforme acima explicado.

Evolução da composição da matriz elétrica (Por fonte)
Fonte: ONS



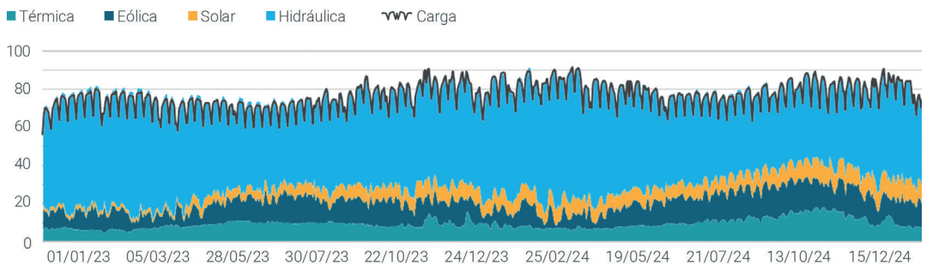
SAZONALIDADE HIDROLÓGICA TRAZEM LIMITAÇÕES NA CAPACIDADE INSTANTÂNEA DE ATENDIMENTO

No entanto, vale destacar que, apesar dos níveis ainda confortáveis de reservatório e do incremento da geração intermitente reduzindo a necessidade média de geração hidráulica, o sistema conta com importantes usinas a fio d'água que, por não terem reservatórios, acabam por estar sujeitas 100% à sazonalidade hidrológica e trazem limitações na capacidade instantânea de atendimento à carga. Esse efeito foi evidenciado especialmente no segundo semestre de 2024, quando ocorreram os episódios de incremento de carga associados à temperatura.

Balanço energético e geração térmica

No modelo operativo do SIN, a geração termelétrica flexível exerce papel de geração complementar para garantir o atendimento à demanda sistêmica.

Balanço Energético por Fonte – SIN (GWmed)
Fonte: ONS

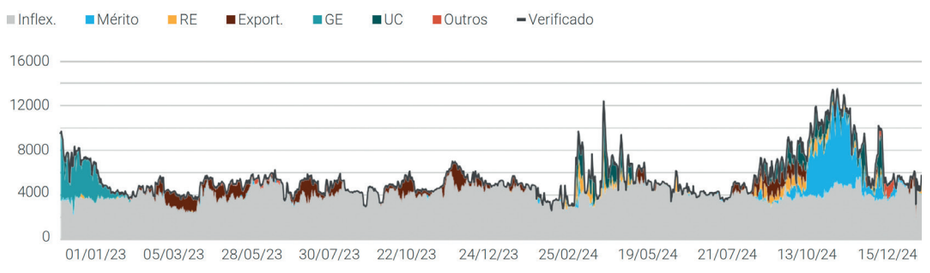


No balanço total do SIN é possível verificar picos de aumento da geração termelétrica, em especial no primeiro e último trimestres de 2024. O aumento pontual da demanda sistêmica causada pela elevação das temperaturas em momentos de baixa geração renovável, e com a geração a fio d'água do Norte prejudicada tanto pela sazonalidade típica quanto pelo El Niño, trouxeram a necessidade de despacho termelétrico para atendimento ao pico de carga.

CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA POR DESPACHO TERMELÉTRICO

É importante observar que a profundidade e as características da demanda por despacho termelétrico são compatíveis com as características da contratação termelétrica no leilão de capacidade de 2021, que considerou eventos com curta duração (<12 horas), que exigem flexibilidade operativa para atendimento.

Despacho térmico por tipo – SIN (GWmed)
Fonte: ONS



Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Pela análise do gráfico acima com a evolução do despacho térmico por tipo, fica evidente que a necessidade energética existente no sistema antes de 2022 passou a traduzir-se em necessidades instantâneas a partir do final de 2023 e ao longo de grande parte de 2024, para compensar o atingimento do topo da disponibilidade de geração hidrelétrica em determinados momentos e para compensar a saída da geração renovável intermitente principalmente nas últimas horas do dia.

Atualmente, boa parte do parque termelétrico está contratado em contratos regulados de energia que, por privilegiarem atendimentos de demanda energética, possuem CVUs mais baixos e exigem tempos mínimos de operação mais altos. Neste sentido a demanda sistêmica descasa da oferta termelétrica e faz-se necessária a geração por *unit commitment*.

O retorno do despacho termelétrico observado desde o final de 2023 foi decorrente não apenas de fatores conjunturais, mas também de fatores estruturais. Dentre os de conjuntura, o El Niño contribuiu com o aumento das temperaturas e elevou significativamente a carga em diversos horários do dia. Além disso, as menores precipitações, principalmente no subsistema Norte, limitaram a capacidade instantânea de geração hidrelétrica em importantes usinas do SIN, fatores estes potencializados pelo cenário de redução sazonal da geração eólica entre outubro de 2023 e meados de 2024.

O despacho térmico fora do mérito reflete também condições estruturais do sistema, como limitações dos modelos de previsão, restrições operativas devido às obrigações de defluência mínima a serem obedecidas pelas usinas hidrelétricas e restrições de uso múltiplo da água impostas ao ONS, bem como a crescente matriz energética intermitente do SIN, impulsionada pelo aumento da capacidade instalada solar e eólica. Como resultado, vem se observando sucessivos despachos termelétricos regulatórios no SIN, principalmente por motivo de restrição elétrica, para suprimento de potência instantânea.

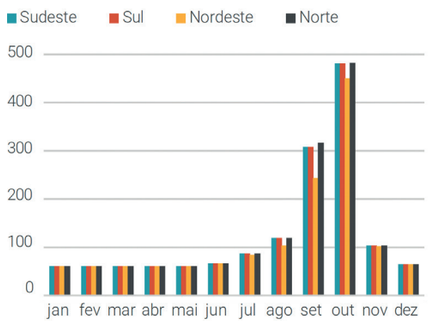
Esse cenário reforça a necessidade de potência e geração térmica para equilíbrio do sistema, mesmo em um contexto de sobreoferta de energia e hidrologia favorável, além de desassociar a tese do despacho como mecanismo acionável exclusivamente de forma sazonal, para cobertura dos períodos secos.

PLD

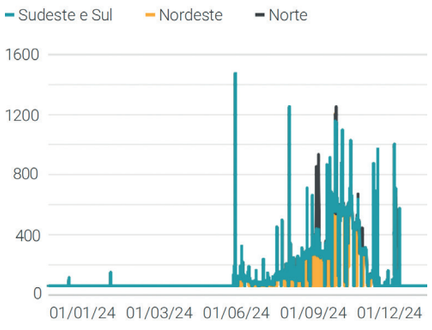
O primeiro semestre de 2024 foi marcado por preços de energia em seus patamares mínimos, em consonância com a operação sistêmica, refletindo os níveis dos reservatórios no início do ano e com o bom desempenho da geração renovável (típico para o período). Porém, no segundo semestre, com a hidrologia desfavorável, amazenamento baixo e contínua tendência de aumento da carga, os preços de energia descolaram do piso em alguns meses, atingindo picos de PLD, especialmente no mês de outubro, que registrou um PLD médio de R$ 480,78/MWh no Sudeste, reflexos da aceleração do despacho termelétrico para atendimento a demanda, especialmente na ponta.

É importante observar também que pela primeira vez desde agosto/22, no terceiro trimestre de 2024 voltou-se a ter valores de PLD descolados entre si nos submercados, sendo a principal diferença no Nordeste, que em diversos dias do trimestre apresentou PLDs horários mais baixos que dos demais, como reflexo da maior geração de fontes intermitentes nessa época do ano e das restrições ao escoamento de energia implementadas pelo ONS após o corte automático de energia ocorrido em agosto/23. Após os descasamentos relevantes de PLD entre os submercados observados ao longo de grande parte do terceiro trimestre de 2024, ao final de 2024 os níveis de PLD ficaram praticamente estáveis entre os 4 submercados em grande parte do período.

PLD Médio Mensal 2024 (R$/MWh)
Fonte: CCEE

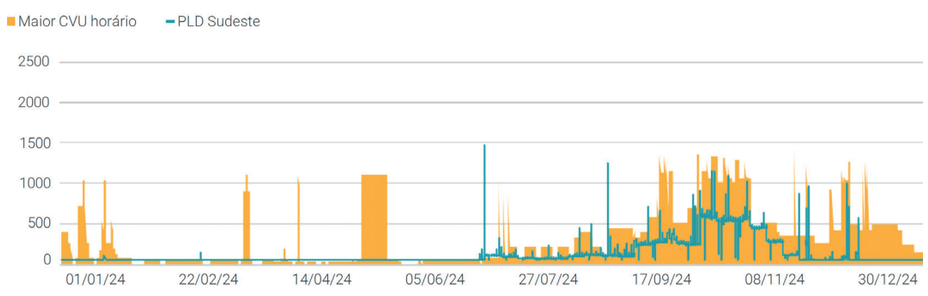


PLD Horário (R$/MWh)
Fonte: CCEE



Vale destacar que, no âmbito do preço horário, os descasamentos de preços entre o modelo de formação de preços e a operação em tempo real continuou a ocorrer ao longo de todo o ano de 2024. Para atender critérios operativos do tempo real, o operador despachou usinas mais caras que o indicativo do PLD ao longo de boa parte do ano, como pode ser observado no gráfico abaixo.

PLD Sudeste e máximo CVU horário (R$/MWh)
Fonte: CCEE e ONS



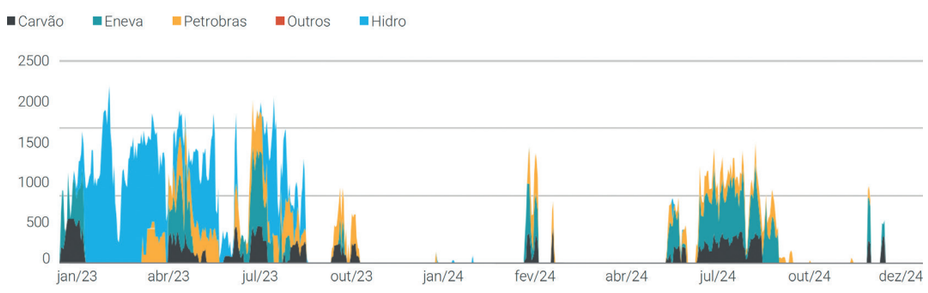
Embora historicamente sempre tenham sido registrados descasamentos entre o PLD (CMO) e o real custo marginal de operação do sistema, efeitos compensados principalmente pelos encargos de serviço de sistema (ESS), na maioria das vezes, os descasamentos ocorriam por conta de despachos pontuais, associados a restrições momentâneas e concentradas em lugares específicos do SIN.

No entanto, as diferenças evidenciadas no gráfico foram impulsionadas pela demanda sistêmica. As rodadas oficiais dos modelos de operação e preço do SIN (NEWAVE, DECOMP e DESSEM) devem seguir ritos e prazos estabelecidos, e muitas vezes por ineficiências na modelagem ou por dificuldades sistêmicas, os modelos de otimização são incapazes de convergir em uma solução dentro do prazo. Como resultado, são acionadas contingências que simplificam as soluções e muitas vezes acabam por gerar cenários operativos inexequíveis. Este é o caso principalmente de quando foi acionado o segundo nível de contingências - desconsideração do *unit commitment* das UTEs - dentro do modelo diário que deveria guiar o planejamento diário da operação. Porém, na operação efetiva, esses parâmetros devem ser respeitados e esse é um dos principais motivos que levam a operação e os preços de saída do modelo a divergirem consideravelmente dos custos operativos.

Exportação

Em 2024, a exportação de energia térmica para a Argentina e Uruguai foi, em média, menor que o verificado em 2023. Esse comportamento pode ser explicado pela condição hidrológica desfavorável, com o aumento da necessidade de atendimento à demanda por fontes térmicas no SIN, inviabilizando assim a exportação em diversos momentos.

Volume de Exportação de Energia (GWmed)
Fonte: ONS



Exploração e Produção

Desempenho da Oferta e Demanda em 2024

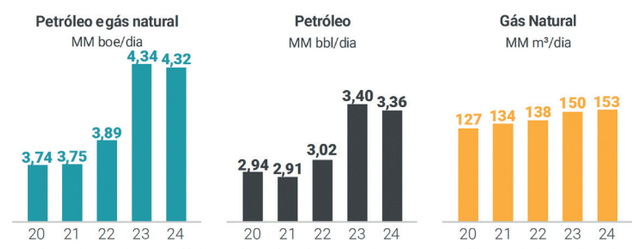
Em 2024, a produção média anual de petróleo e gás atingiu a marca de 4,32 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia), mantendo-se estável em relação a 2023.

No caso do petróleo, o mercado nacional performou em leve baixa em relação ao ano anterior, foram produzidos em média 3,35 milhões de barris por dia (bbl/dia) no Brasil em 2024, valor 1,29% abaixo do recorde observado em 2023, quando atingiu 3,40 milhões de bbl/dia.

Já a produção de gás natural no ano de 2024 chegou à média anual de 153 milhões de metros cúbicos por dia (M³/dia), 2% maior que no ano anterior, quando foi de 150 milhões de M³/dia.

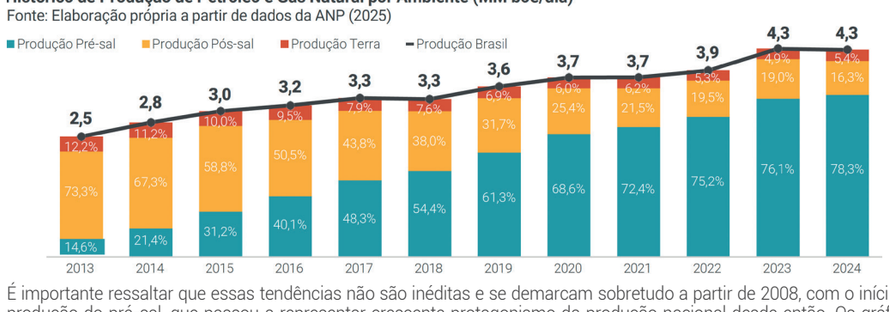
redução
-0,5%
em relação ao total do ano anterior, quanto aconteceu o recorde de 4,34 milhões de boe/dia.

Produção média anual
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANP (2025)



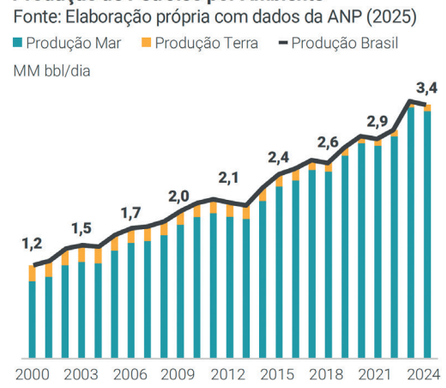
Essa dinâmica foi impulsionada, sobretudo, pela produção offshore do pré-sal, que registrou 3,38 milhões de boe/dia (alta de 2,4% e 78,3% da produção total, em óleo equivalente); ela foi seguida pela alta de 8,9% da produção em terra, com 0,23 milhões de boe/dia (5,4% da produção total, também em óleo equivalente). A produção offshore do pós-sal, alternativamente, recuou 14,6%, registrando 0,70 milhões de boe/dia (16,3% da produção total em óleo equivalente).

Histórico de Produção de Petróleo e Gás Natural por Ambiente (MM boe/dia)
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANP (2025)

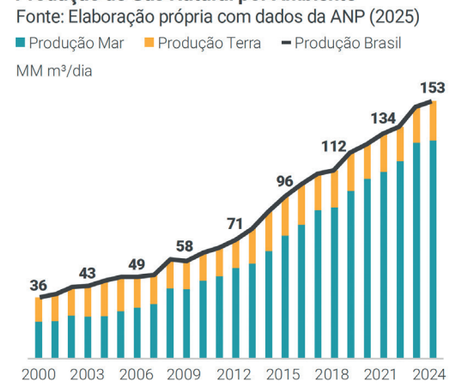


É importante ressaltar que essas tendências não são inéditas e se demarcam sobretudo a partir de 2008, com o início da produção do pré-sal, que passou a representar crescente protagonismo da produção nacional desde então. Os gráficos abaixo relacionam a variação anual da produção de petróleo e gás natural, por ambiente, desde 2000.

Produção de Petróleo por Ambiente
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP (2025)



Produção de Gás Natural por Ambiente
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP (2025)



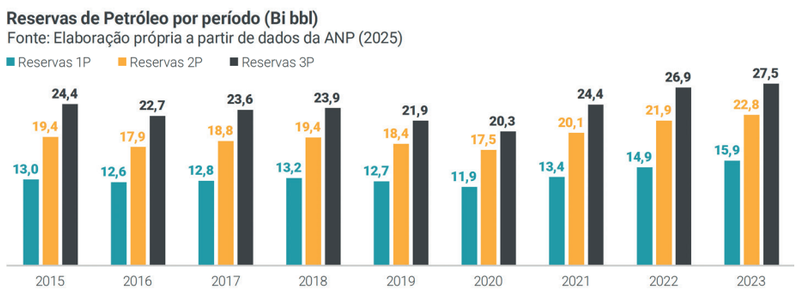
Em maiores detalhes, em 2024, a Bacia de Santos segue na liderança na produção nacional de petróleo, com 76,9% de participação, aumento de 2,8% em relação ao ano anterior. Já a Bacia de Campos, na segunda posição, segue posicionada com 20,3% na produção nacional, no mesmo ano, um decréscimo de 3,1% em relação a 2023. As demais representam, individualmente, menos de 1% da produção.

Na produção de gás nacional, a Bacia de Santos segue igualmente na liderança, com 77,2% de participação, um aumento de 1,8% em relação ao ano de 2023. As Bacias de Solimões e Campos seguem na 2ª e 3ª posições, com participação de 8,9% e 6,9%, respectivamente, na produção nacional de gás natural. A Bacia do Parnaíba (2,41%) e do Recôncavo (1,76%), seguem na 4ª e 5ª posições, respectivamente. As demais representam, individualmente, menos de 1% da produção.

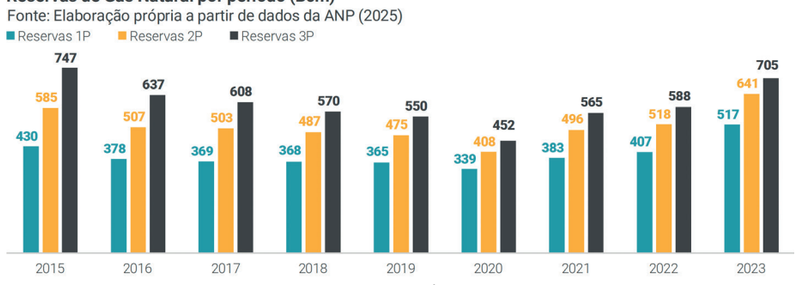
Do lado da oferta, o Brasil contava com 15,9 bilhões de bbl em reservas de petróleo provadas (1P), 22,8 bilhões de bbl em reservas de petróleo provadas e prováveis (2P) e 27,5 bilhões de bbl em reservas provadas, prováveis e possíveis (3P). Tomando as reservas 2P como exemplo, 97,3% das reservas são *offshore* e 2,7% *onshore*.

O Brasil contava com 517 bcm de reservas de gás natural provadas (1P), 641 bcm em reservas de gás natural provadas e prováveis (2P) e 705 bcm em reservas provadas, prováveis e possíveis (3P). Vale ressaltar que 82,5% das reservas 2P são *offshore* e 17,5% *onshore*.

Reservas de Petróleo por período (Bi bbl)
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANP (2025)



Reservas de Gás Natural por período (Bcm)
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANP (2025)



O pré-sal pautou o ritmo do mercado nacional de petróleo e gás. É importante destacar que a ligeira queda na produção de petróleo nacional no de 2024 reflete circunstâncias específicas, como paradas programadas de unidades de produção em função de manutenção, localizadas em importantes campos do pré-sal, entrada em operação de poços, parada de poços para manutenção ou limpeza, início de comissionamento de novas unidades de produção, dentre outros. Tais ações são típicas da produção de petróleo e gás natural e buscam a operação estável e contínua, bem como o aumento da produção ao longo do tempo.

Acontecimentos Relevantes no Setor em 2024

Entre os acontecimentos relevantes para o setor ao longo de 2024, destaca-se a assinatura da maioria dos contratos associados ao 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão (OPC4)[17], a fase de exploração passa a contabilizar 426 blocos sob contrato. A assinatura de 177 contratos até o final de agosto de 2024 representou um aumento de 70% no número de blocos em relação a maio de 2024, mês anterior ao início da assinatura dos contratos, quando havia 251 blocos sob contrato. Desde a implantação da ANP ocorrida no ano de 1998, esse é o maior número de áreas na fase de exploração.

A previsão de R$ 18,3 bilhões de investimentos para a fase de exploração até o ano de 2027 será incrementada considerando as campanhas exploratórias associadas aos novos contratos. O cenário reforça a importância da continuidade das ofertas de áreas no regime de concessão e o impacto significativo das atividades reguladas pela ANP na economia país. Por outro lado, reflete-se na ampliação dos desafios relacionados ao acompanhamento e à fiscalização das atividades previstas nos planos de trabalho associados aos contratos de E&P na fase de exploração.

Notas

17 AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). In: Resultados - 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/4o-ciclo-oferta-permanente-concessao. Acesso em: 07 fev. 2025.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Houve ainda em 2024 a promulgação do Decreto 12.153/2024, instituindo o programa "Gás para Empregar", que em determinados aspectos atinge o segmento E&P. Com foco em aumentar a oferta de gás natural, o decreto destaca o papel da ANP no controle dos níveis de reinjeção e indica a possibilidade de revisão dos planos de desenvolvimento dos campos de produção, respeitada a viabilidade técnico-econômica visando a redução dos níveis de reinjeção de gás. O Decreto defende que não seja rejeitado gás para além do que seria tecnicamente necessário na maximização da produção de óleo, o que possibilitaria uma maior disponibilidade de gás natural no mercado. Como próximos passos, deverão ser criadas regulamentações específicas, atribuídas à ANP, que ainda serão debatidas e definidas. Nesse sentido, os efeitos do Decreto deverão ser sentidos apenas nos próximos anos, dado que ainda serão necessárias definições adicionais quanto às principais mudanças e atualizações trazidas.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A seguir, apresentamos um resumo dos principais dados operacionais das usinas da Companhia, bem como do segmento de Upstream, referentes aos anos de 2023 e 2024.

Geração Térmica a Gás no Parnaíba

Parnaíba I	2024	2023
Disponibilidade (%)	**99%**	99%
Despacho (%)	**46%**	19%
Geração Líquida (GWh)	**2.668**	1.097
Geração Bruta (GWh)	**2.791**	1.158

Parnaíba II	2024	2023
Disponibilidade (%)	**96%**	98%
Despacho (%)	**52%**	52%
Geração Líquida (GWh)	**2.253**	2.227
Geração Bruta (GWh)	**2.361**	2.358

Parnaíba III	2024	2023
Disponibilidade (%)	**100%**	93%
Despacho (%)	**24%**	8%
Geração Líquida (GWh)	**368**	143
Geração Bruta (GWh)	**381**	149

Parnaíba IV	2024	2023
Disponibilidade (%)	**98%**	99%
Despacho (%)	**40%**	24%
Geração Líquida (GWh)	**182**	74
Geração Bruta (GWh)	**189**	78

Parnaíba IV	2024	2023
Disponibilidade (%)	**100%**	98%
Despacho (%)	**50%**	18%
Geração Líquida (GWh)	**1.527**	584
Geração Bruta (GWh)	**1.616**	616

Geração Térmica a Gás em Roraima

Jaguatirica II	2024	2023
Disponibilidade (%)	**93%**	86%
Despacho (%)	**77%**	69%
Geração Líquida (GWh)	**818**	724
Geração Bruta (GWh)	**856**	758

Geração Térmica a Gás em Roraima

Porto de Sergipe I	2024	2023
Disponibilidade (%)	**95%**	97%
Despacho (%)	**1%**	0%
Geração Líquida (GWh)	**145**	0
Geração Bruta (GWh)	**155**	0

Usinas com CER Viana 1, LORM e Povoação 1	2024	2023
Disponibilidade (%)	**98%**	99%
Despacho (%)	**2%**	1%
Geração Líquida (GWh)	**24**	796
Geração Bruta (GWh)	**24**	817

LORM (CCEAR)	2024	2023
Disponibilidade (%)	**93%**	100%
Despacho (%)	**9%**	0%
Geração Líquida (GWh)	**146**	2
Geração Bruta (GWh)	**147**	3

Geração Térmica a Carvão

Itaqui e Pecém II	2024	2023
Disponibilidade (%)	**94%**	99%
Despacho (%)	**12%**	2%
Geração Líquida (GWh)	**689**	120
Geração Bruta (GWh)	**774**	137

Geração Solar

Futura 1[18]	2024	2023
Disponibilidade (%)	**92%**	63%
Fator de capacidade Ajustado %	**30%**	23%
Geração Frustrada por Restrição (GWh)	**-172**	-81
Geração Bruta (GWh)	**1.475**	969
Geração Líquida (GWh)	**1.466**	963

Geração Térmica a Óleo

Viana e Gera Maranhão	2024	2023
Disponibilidade (%)	**99%**	100%
Despacho (%)	**3%**	1%
Geração Líquida (GWh)	**125**	46
Geração Bruta (GWh)	**127**	47

Upstream

Parnaíba	2024	2023
Produção (Bi m³)	**1,44**	0,84
Reservas remanescentes (Bi m³)	**36,1**	37,6

Amazonas	2024	2023
Produção (Bi m³)	**0,23**	0,24
Reservas remanescentes (Bi m³)	**9,8**	10,0

Notas

18 É importante observar que o Complexo Solar Futura 1 iniciou operação comercial de 100% de suas usinas fotovoltaicas em 26/05/2023. Em 2023, os dados de disponibilidade e fator de capacidade médios apresentados na tabela se referem às médias a partir da entrada da operação comercial. Os dados apresentados de geração líquida e bruta por sua vez incluem também o período de testes e comissionamento nos meses de abril e maio. Os dados apresentados na tabela de geração líquida e bruta do 2T23 referem-se a todo o período do 2T23, incluindo o período de testes e comissionamento nos meses de abril e maio.
Vale ressaltar que o Fator de capacidade objetiva mensurar a capacidade de geração total do parque operacional no período. Considera a geração do período, ajustada para incluir também a geração frustrada por restrição no trimestre, em relação à capacidade instalada operacional (ajustada pela disponibilidade) no período.

Geração Térmica

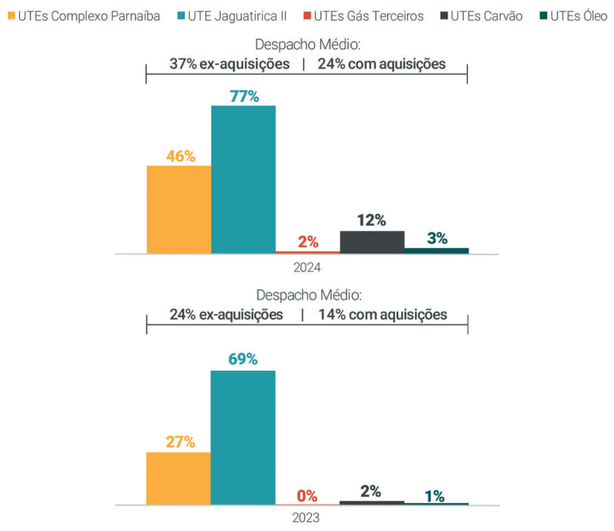
Em 2024, como apresentado na seção de contexto setorial, a carga do SIN apresentou uma tendência geral de crescimento, impulsionada pelo crescimento econômico gradual e pelas altas temperaturas no segundo semestre. O crescimento médio anual foi de 7% em comparação a 2023, com exceção do mes de dezembro, que não apresentaram aumento de carga devido a temperaturas mais amenas.

O ano também foi marcado pelo retorno de cenário hidrológico mais alinhado à MLT, com a ENA ligeiramente abaixo ou em linha à MLT na maior parte dos subsistemas. A baixa performance hidrológica em determinados períodos levou a limitações na disponibilidade de potência das usinas hidráulicas, aumentando a necessidade de despacho térmico para atender à demanda principalmente ao longo do segundo semestre de 2024.

No entanto, é importante ressaltar que houve demanda por despacho termelétrico distribuído em grande parte do ano, com geração fora da ordem de mérito que não refletiu apenas a necessidade de atendimento sazonal da demanda e disponibilidade de recursos hidrológicos, mas também foi acionada para fazer frente à necessidade de energia firme nos momentos de redução da geração eólica e solar, devido principalmente ao crescimento acelerado de fontes intermitentes, em contexto também de expansão da carga.

Além disso, em 2024, a exportação de energia térmica para a Argentina e Uruguai foi, em média, menor que a verificado em 2023. Esse comportamento pode ser explicado pela condição hidrológica menos favorável do que 2023 no Brasil, com o aumento da necessidade de atendimento à demanda por fontes térmicas no SIN, além do maior acionamento de termelétricas ao longo do ano para atendimento a ponta de carga, inviabilizando assim a exportação em diversos momentosTambém contribuiu para a redução da exportação a inviabilidade de exportação de energia em grande parte do mês de maio/24, período em que a Argentina apresentou elevada sinalização de necessidade de importação de energia. Na oacasião, foi possível operacionalizar a exportação em função da indisponibilidade técnica das linhas de transmissão e da conversora de Garabi, na Região Sul do Brasil, até o início de junho/24, como resultado da ocorrência de eventos climáticos extremos de chuvas no Estado do Rio Grande do Sul que se estenderam do final de abril até meados de maio, com rompimento parcial da barragem da UHE 14 de Julho, assim como o alagamento da Subestação Nova Santa Rita e o desligamento de 30 linhas de transmissão, 8 transformadores e 5 UHEs na região.

Despacho Médio Termelétrico Ponderado pela Capacidade Instalada (%) [19, 20]



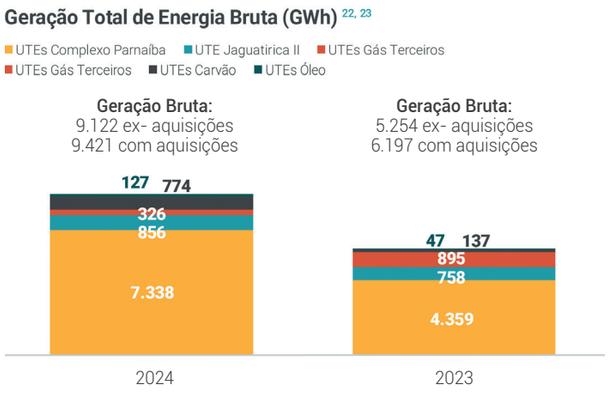
Os principais motivos de despacho térmico pelas usinas da Eneva foram:

- Nas usinas do Complexo Parnaíba: **(i)** geração para exportação, principalmente no terceiro trimestre de 2024, assim como para atendimento à demanda do SIN, para fazer frente aos despachos por **(ii)** restrição elétrica, em função de solicitação pelo ONS para garantia de confiabilidade e estabilidade do sistema elétrico, **(iii)** ordem de mérito de custo, quando da indicação dos modelos e **(iv)** *unit commitment,* acionado de forma complementar aos despachos necessários para o sistema de modo a atender as restrições contratuais das usinas. Adicionalmente, a UTE Parnaíba II despachou por inflexibilidade em 50% do ano, conforme previsto em seu CCEAR;
- Nas usinas a carvão, despacho principalmente para atendimento à ponta de carga do SIN;
- No SISOL de Roraima, despacho por mérito pela UTE Jaguatirica II ao longo de todo o ano de 2024.

Com o aumento do despacho médio na comparação anual, a geração de energia termelétrica apresentou crescimento de 71,1% em 2024 frente a 2023, somando geração bruta total de 9.122 GWh, sem considerar o despacho dos ativos adquiridos em outubro/24. Considerando a geração dos ativos adquiridos em ambos os períodos, inclusive nos períodos anteriores à aquisição, a geração total da Companhia totalizaria 9.421 GWh em 2024, com aumento de 52,0% versus 2023.

O gráfico abaixo mostra a abertura da geração bruta por segmento da Companhia:[21]

Geração Total de Energia Bruta (GWh) [22, 23]



Notas

19 Para fins de comparabilidade entre os períodos, foram apresentados nos gráficos de despacho e geração médios os resultados operacionais de 2023 e 2024 das UTEs de Linhares, Tevisa, Povoação, as quais passaram a fazer parte do portfólio da Eneva em 25 de outubro/24, e das UTEs de Gera Maranhão, as quais só passaram a fazer parte do portfólio da Eneva, parcialmente (50%) em 14 de novembro/24 e de 100% em 11 de dezembro/24, com a conclusão dos seus respectivos processos de aquisição.

20 A partir do início de 2024, o despacho médio ponderado pela capacidade total instalada da Eneva não considera mais a capacidade instalada da UTE Fortaleza, de 327 MW, uma vez que essa usina foi desligada em dezembro de 2023. Em 2023, o dado de despacho médio ponderado pela capacidade instalada total da Companhia considera a capacidade da usina, uma vez que a mesma se encontrava operacional e disponível para geração naquele período.

21 Para fins de comparabilidade entre os períodos, foram apresentados nos gráficos de despacho e geração médios os resultados operacionais de 2023 e 2024 das UTEs de Linhares, Tevisa, Povoação, as quais passaram a fazer parte do portfólio da Eneva em 25 de outubro/24, e das UTEs de Gera Maranhão, as quais só passaram a fazer parte do portfólio da Eneva, parcialmente (50%) em 14 de novembro/24 e de 100% em 11 de dezembro/24, com a conclusão dos seus respectivos processos de aquisição.

22 Para fins de comparabilidade entre os trimestres, foram apresentados nos gráficos de despacho e geração médios os resultados de 2024 e 2023 das UTEs de Linhares, Tevisa, Povoação, as quais passaram a fazer parte do portfólio da Eneva em 25/10/2024, e as UTEs de Gera Maranhão, as quais só passaram a fazer parte do portfólio da Eneva, parcialmente (50%) em 14/11/2024 e de 100% em 14/12/2024, com a conclusão dos seus respectivos processos de aquisição.

23 A partir do 1T24, o despacho médio ponderado pela capacidade total instalada da Eneva não considera mais a capacidade instalada da UTE Fortaleza, de 327 MW, uma vez que essa usina foi desligada em dezembro de 2023. Em 2023, o dado de despacho médio ponderado pela capacidade instalada total da Companhia considera a capacidade da usina, uma vez que a mesma se encontrava operacional e disponível para geração naquele período.

- Aumento de 2.979 GWh na geração bruta das usinas a gás do Complexo Parnaíba, principalmente devido ao maior volume de despachos ocorridos para atender ao SIN. O volume total de energia gerado para exportação cresceu 25,8% no comparativo anual, considerando tanto os montantes efetivamente exportados quanto os valores excedentes gerados por inflexibilidade e liquidados a PLD devido às restrições operativas e limitações de modulação de carga de cada usina e gestão do timing de ramp-up. Importante também destacar que no ano de 2024 a Companhia registrou montante recorde de volume total de energia gerada para exportação (considerando também as modulações), desde o início das operações de exportação em 2022, tendo obtido também patamar recorde para um trimestre no terceiro trimestre de 2024, totalizando 1.061 GWh de energia líquida total gerada para exportação.
- Crescimento de 637 GWh de geração nas usinas a carvão, para atendimento à ponta de carga ao SIN, com despachos principalmente por motivos de unit commitment, ordem de mérito e restrição elétrica e ordem de mérito;
- Aumento de 97 GWh de geração bruta na UTE Jaguatirica II, refletindo o aumento de disponibilidade média da usina desde a conclusão da estabilização do Sistema Integrado Azulão-Jaguatirica em dezembro/23;
- 155 GWh gerados na UTE Porto de Sergipe I no último trimestre de 2024 para atendimento ao despacho antecipado entre 30 de novembro e 20 de dezembro, realizado através de solução alternativa de suprimento, com geração do próprio ativo e com geração para substituição de energia do Complexo Parnaíba. Considerando a impossibilidade do suprimento de gás natural à usina diretamente por meio do FSRU, em decorrência da falha na tubulação de conexão (riser), identificada e divulgada ao mercado em Fato Relevante em 7 de outubro/24, a Companhia implementou soluções alternativas que possibilitaram o suprimento da térmica e atendimento ao despacho, parcialmente, pela geração do próprio ativo, e, majoritariamente, pela geração de energia por substituição do Complexo Parnaíba. Vale ressaltar que a falha no riser e o reestabelecimento do suprimento da UTE Porto de Sergipe I pelo Hub Sergipe foram concluídos até o final de dezembro/24.
- Importante destacar que no último trimestre do ano foram adicionados 859 MW de capacidade instalada ao portfólio da Eneva, que geraram 299 GWh de energia bruta em todo o ano de 2024, inclusive no período anterior à aquisição dos ativos.

Geração Solar

Em 26 de maio de 2023, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial de 100% do Complexo Solar Futura 1, localizado no estado da Bahia. Após a fase de energização gradual e testes, que começaram no final de março de 2023, o Complexo, composto pelas UFVs Futura 1 a 22 e capacidade instalada total de 692,4 Mwac concluiu a estabilização ao final de outubro/23 quando 100% das UFVs encontravam-se operacionais.

Desde o final de 2023, 20 das 22 UFVs possuem contratos de venda de energia na modalidade de autoprodução para três contrapartes.

Em 2024, dando continuidade à trajetória de crescimento de disponibilidade após a estabilização, o Complexo atingiu uma disponibilidade média de 92% e uma geração bruta total de 1.475 GWh, frente à geração bruta total de 969 GWh no ano anterior e a disponibilidade média de 84% registrada desde o início da operação até o final de 2023.

GERAÇÃO DO COMPLEXO SOLAR FUTURA 1

Vale destacar que, no segundo semestre de 2024, a geração do Complexo Solar Futura 1 foi parcialmente afetada por restrições operacionais impostas pelo ONS, devido a requisitos mais rígidos de confiabilidade elétrica e razões energéticas após o evento de corte automático de carga em agosto de 2023. Essas restrições, junto à maior ocupação das linhas de transmissão, maior incidência sazonal de geração eólica e aumento do despacho térmico, resultaram em uma geração frustrada de 172 GWh no período. A partir de outubro/24 foi observada redução na geração frustrada em comparação com o observado entre julho/24 e setembro/24, devido à ampliação dos limites de intercâmbio do subsistema Nordeste pelo ONS a partir de 17 de outubro de 2024 e ao término do período sazonal da safra dos ventos.

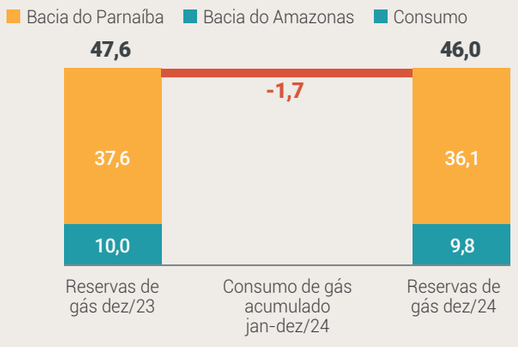
Upstream

A produção total de gás natural da Eneva atingiu 1,67 bcm em 2024, com 1,44 bcm provenientes do Complexo Parnaíba e 0,23 bcm da Bacia do Amazonas, no Campo de Azulão, destinado ao suprimento da UTE Jaguatirica II. Este volume representa um aumento de 54,8% em relação ao total produzido em 2024, que foi de 1,08 bcm, devido principalmente a:

- Maior demanda por gás nas termelétricas do Complexo Parnaíba, decorrente dos despachos para atender à crescente demanda do Sistema Interligado Nacional (SIN) e para suprir a geração destinada à exportação;
- Melhoria da disponibilidade na UTE Jaguatirica II no início do ano que impulsionou a demanda por gás da termelétrica. Vale observar que, a despeito do aumento do despacho na comparação anual, houve ligeira redução de produção de gás em 0,01 bcm no Campo de Azulão devido à melhoria da eficiência operacional nos sistemas de autogeração e liquefação de Azulão, aprimorada após a realização de investimentos destinados à otimização do consumo de gás na planta como um todo.

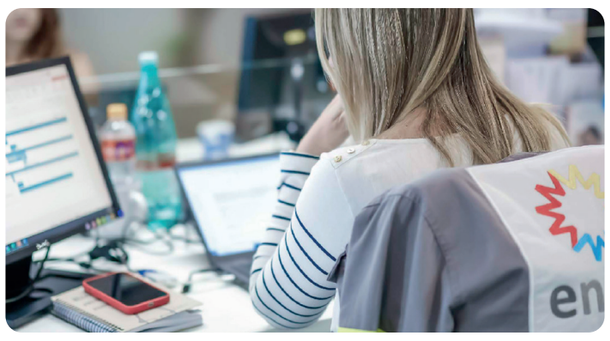
A Companhia encerrou o ano de 2024 com um total de reservas 2P de gás natural de 46,0 bcm, sendo 36,1 bcm de reservas nos campos da Bacia do Parnaíba e 9,8 bcm na Bacia do Amazonas, no Campo de Azulão. Este volume reflete o saldo das reservas certificadas pela Gaffney, Cline & Associates (GCA), referentes a 31 de dezembro de 2023, descontando o consumo de gás acumulado no ano de 2024.

Evolução Anual das Reservas de Gás (bcm)



Vale destacar que a Eneva também certificou, em dezembro/23, além das as reservas e recursos contingentes de gás, pela primeira vez reservas de óleo, com a incorporação das reservas de Tambaqui, nova área de desenvolvimento declarada comercial pela Companhia na Bacia do Amazonas. Considerando todas as reservas de líquidos da Companhia, ou seja, óleo e condensado, o volume certificado de líquidos pela GCA referente a 31 de dezembro de 2023 foi de 2,24 milhões de barris de reservas de condensado 2P na Bacia do Parnaíba e de 9,54 milhões de barris de reservas de condensado 2P na Bacia do Amazonas, representando, em conjunto, 11,78 milhões de barris de reservas de líquidos em ambas as bacias. No relatório, foram também divulgados os volumes de recursos contingentes totais (P50 ou 2P) de 24,04 bcm de gás natural da área de Juruá na Bacia do Solimões.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br



DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Consolidado

DRE Consolidado (R$ Milhões)	2024	2023	%
Receita Operacional Líquida	**11.387,5**	**10.090,9**	**12,8%**
Custo Operacional Líquido	**(6.232,3)**	**(5.304,4)**	**17,5%**
Despesas Operacionais	**(580,4)**	**(565,1)**	**2,7%**
SG&A	(450,1)	(435,0)	3,5%
Despesas com Exploração G&G	(130,3)	(130,1)	0,2%
Depreciação e Amortização	**(1.689,6)**	**(1.611,7)**	**4,8%**
Custos	(1.201,7)	(1.075,3)	11,8%
Despesas	(487,9)	(536,4)	-9,0%
Outras Receitas/Despesas	**(680,1)**	**61,9**	**N/A**
Impairment Carvão (não caixa)	(634,7)	–	N/A
Demais Receitas/Despesas	(45,4)	61,9	N/A
Equivalência Patrimonial	**6,8**	**0,8**	**735,3%**
EBITDA ICVM 527/12	**3.901,5**	**4.284,1**	**-8,9%**
EBITDA Ajustado *(ex-Impairment)*[24]	**4.536,3**	**4.284,1**	**5,9%**
Resultado Financeiro Líquido	**(3.561,7)**	**(2.390,8)**	**49,0%**
EBT	**(1.349,8)**	**281,6**	**N/A**
Impostos Correntes	**(237,9)**	**(120,6)**	**97,3%**
Impostos Diferidos	**2.137,1**	**142,4**	**N/A**
Resultado Líquido do Exercício	**549,5**	**303,4**	**81,1%**
Resultado Líquido Participações Minoritárias	**507,5**	**85,7**	**491,8%**
Resultado Líquido Eneva	**42,0**	**217,7**	**-80,7%**

A ENEVA S.A. apresenta as Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 20 de março de 2025.

Receita

As receitas da Companhia são majoritariamente provenientes de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado. Esses contratos são celebrados em leilões de energia ou de capacidade realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que pré-definem preços, volumes e prazos, além de possuírem mecanismos para mitigar o risco de inadimplência dos agentes.

Esses contratos garantem receita fixa, independente do despacho, reajustada anualmente pelo IPCA no mês de novembro, no caso de contratos por disponibilidade. Além disso, há uma receita variável quando a Companhia é solicitada a despachar pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), desde que não esteja cumprindo inflexibilidade contratual.

A Receita Operacional Líquida consolidada totalizou R$ 11.387,5 milhões em 2024, representando um crescimento de 12,8% em relação a 2023. Esse aumento deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Incremento de R$ 731,5 milhões de receita das usinas do Complexo Parnaíba, refletindo o início dos CCEARs da UTE Parnaíba V em janeiro de 2024, além do reajuste contratual pelo IPCA dos contratos regulados das usinas Parnaíba I à III, aplicado em novembro de cada ano, e dos despachos regulatórios para atendimentos à exportação e ao SIN;
- Aumento da receita da Comercializadora em R$ 625,6 milhões, impulsionada principalmente pelo maior volume de energia transacionada no período, assim como pelos maiores preços de energia no período;
- Crescimento da receita proveniente do Hub Sergipe em R$ 497,2 milhões, refletindo, principalmente, o início das operações de comercialização de gás no segmento, com a consolidação da Mesa de Gás em 2024 e o início dos contratos de venda de gás a partir do segundo semestre de 2024, com destaque para: **(i)** os contratos bilaterais de fornecimento de gás firme para clientes a partir do 3T24; **(ii)** vendas de cargas de GNL no 4T24; **(iii)** contratos flexíveis de venda de gás natural para clientes target, considerando a parcela fixa e variável dos contratos de reserva da capacidade do FSRU a partir do 4T24. Também contribuiu para o aumento da receita o reajuste da receita fixa dos CCEARs da UTE Porto de Sergipe I, aplicado em novembro de cada ano;
- R$ 495,2 milhões de receita operacional líquida dos resultados das UTEs LORM (contratos CER e CCEAR), Povoação 1 e Viana 1 (em conjunto, "Térmicas a Gás Espírito Santo") contabilizadas pró rata, após a conclusão da aquisição dos ativos em 25 de outubro/24, e dos ativos Viana, Viana 1 e Gera Maranhão (em conjunto, "usinas a óleo"), também pró rata à conclusão de cada aquisição, sendo Viana em 25 de outubro/24 e as aquisições de Gera Maranhão 100% concluídas em 11 de dezembro/24. As receitas são principalmente decorrentes das receitas fixas dos contratos regulados dos ativos adquiridos, que se encontravam todos contratados em ACR no 4T24;
- Aumento da receita do segmento de geração a carvão em R$ 220,7 milhões, principalmente em função da maior receita de geração variável devido ao maior despacho no ano de 2024 versus 2023;
- Incremento da receita de geração a gás em Roraima na UTE Jaguatirica II em R$ 114,6 milhões em função tanto do reajuste contratual anual da receita fixa quanto do maior despacho em 2024 versus 2023, com a conclusão da estabilização da usina ao final de 2023 e;
- Os movimentos de crescimento acima foram parcialmente compensados pela redução de receita de R$ 1.392,3 milhões da UTE Fortaleza, cujo contrato regulado com a distribuidora do Ceará se encerrou em dezembro/23. Com isso, a usina foi desligada ao final de dezembro/23, e o ativo permanecerá em hibernação enquanto a Eneva avalia eventuais oportunidades de contratação de um novo ciclo para o ativo.

Custos

Os custos operacionais, excluindo custos relacionados com depreciação e amortização, totalizaram R$ 6.232,3 milhões em 2024, apresentando um crescimento de 17,5% em relação a 2023 devido, principalmente, a:

- Aumento de custos no segmento de comercialização de energia em R$ 880,3 milhões, refletindo o maior volume de energia adquirida e os maiores preços de energia, em tendência similar aos movimentos que impulsionaram o aumento da receita nesse segmento;
- Crescimento dos custos do Hub Sergipe em R$ 433,9 milhões, refletindo principalmente os custos relacionados ao início das operações da Mesa de Gás a partir de 2024;
- Maiores custos no segmento de geração a carvão em R$ 241,5 milhões, impulsionados pelo crescimento dos custos variáveis em função do maior despacho, e ainda refletindo um preço médio de estoque mais elevado frente ao valor da receita variável atrelada a CVU recebida pelo despacho. Vale ressaltar que o custo médio de estoque do carvão até o final de 2024 ainda reflete cargas adquiridas ao longo do ano de 2021, para fazer frente ao elevado patamar de despacho térmico no SIN naquele ano, em um cenário de preços de commodity CIF-ARA significativamente mais elevados versus o patamar atual, dados (i) os efeitos da redução da oferta de carvão, no contexto da pandemia de Covid-19, quando algumas unidades produtoras pararam suas operações, e (ii) do cenário de aumento da demanda por carvão em 2021, pós fim das políticas de confinamento mais restritivas e redução da oferta de gás natural na Europa, no período que antecedeu o início da guerra na Ucrânia. No entanto, é importante observar que, ao longo do 4T24 a Companhia adquiriu cerca de 250 mil toneladas de carvão, sendo 100 mil toneladas em Itaqui e 150 mil em Pecém II, a preços correntes de mercado, visando o suprimento dos estoques das usinas no contexto do retorno do despacho regulatório;
- Entrada no resultado dos custos das Térmicas a Gás Espírito Santo e das usinas a óleo, adquiridas no 4T24, com registro de custos pro rata de R$ 114,3 milhões a partir das respectivas conclusões das aquisições;
- Aumento de R$ 63,7 milhões em custos totais no segmento de geração solar devido, principalmente, ao registro de um ano inteiro de resultados do Complexo Solar Futura 1 em 2024, frente ao resultado parcial a partir do início da operação comercial da usina solar em 2023, a partir de 26 de maio/23;
- Os custos foram parcialmente compensados pela redução nos custos relacionados à UTE Fortaleza em R$ 679,9 milhões na comparação anual, refletindo o desligamento da usina de Fortaleza em dezembro/23.

Despesas

As Despesas Operacionais, excluindo depreciação e amortização, aumentaram 2,7%, totalizando R$ 580,4 milhões em 2024, como reflexo do aumento das despesas gerais e administrativas. Esse aumento foi concentrado principalmente nas despesas relacionadas aos programas de Incentivo de Longo Prazo (ILPs). Em 2024, essas despesas aumentaram R$ 41,2 milhões frente ao valor total de 2023, uma vez que a rubrica, em 2023, foi positivamente impactada por efeito pontual relacionado à revisão do cálculo e contabilização do valor justo de determinados programas de ILP da Companhia, resultando na reversão de R$ 48,0 milhões em despesas contabilizadas em trimestres anteriores no quarto trimestre de 2023.

Outras Receitas e Despesas

A rubrica de Outras Receitas e Despesas registrou resultado negativo de R$ 680,0 milhões em 2024, frente à receita total de R$ 61,9 milhões em 2023, refletindo principalmente o registro de despesa contábil não caixa de R$ 634,7 milhões no 4T24, relacionada à realização de testes de recuperabilidade (Impairment) dos ativos de geração a carvão, UTEs Itaqui e Pecém II, que demonstraram redução do valor recuperável de seus ativos, considerando a conversão das usinas para gás natural dada a falta de visibilidade sobre a realização de leilão para recontratação dos ativos utilizando o combustível atual. Importante destacar que a Companhia vem aprimorando os estudos relativos à conversão destas plantas para suprimento a gás natural, que inicialmente demonstraram viabilidade técnica.

EBITDA

Em 2024, o EBITDA Consolidado totalizou R$ 3.901,5 milhões, redução de 8,9% em relação a 2023, principalmente em função do registro da despesa contábil não caixa com Impairment dos ativos de geração a carvão de R$ 634,7 milhões no 4T24. Desconsiderando o efeito do Impairment, o EBITDA de 2024 atingiria R$ 4.536,3 milhões, aumento de 5,9% versus 2023.

O aumento do EBITDA Ajustado entre os períodos refletiu principalmente a dinâmica operacional positiva ao longo do ano, impulsionada por:

(i) Desempenho das usinas do Complexo Parnaíba, com aumento de EBITDA de R$ 474,1 milhões, principalmente refletindo o início do contrato regulado da UTE Parnaíba V e a maior receita variável de geração com despacho;

(ii) Entrada no resultado pró rata de R$ 369,6 milhões referente ao EBITDA das Térmicas a Gás Espírito Santo e das usinas a óleo, adquiridas no 4T24, a partir das respectivas conclusões das aquisições, refletindo principalmente os elevados montantes de receita fixa das usinas com Contratos de Energia de Reserva firmados no Procedimento Simplificado Competitivo (UTEs LORM, Povoação 1 e Viana 1).

(iii) Pela trajetória favorável de Jaguatirica após a conclusão da estabilização da usina ao final de 2023, com aumento de EBITDA de R$ 114,2 milhões com o crescimento das receitas variáveis de despacho e a redução das deduções (penalidades) sobre a receita fixa, com a melhoria da indisponibilidade;

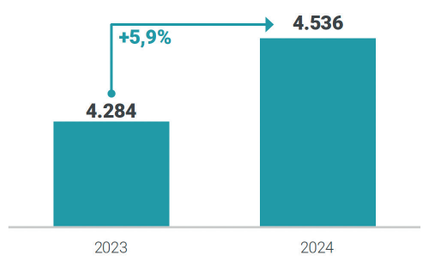
As variações positivas no EBITDA anual foram parcialmente compensadas por:

(i) Redução de R$ 617,8 milhões no EBITDA referente ao encerramento do contrato da UTE Fortaleza ao final de 2023;

(ii) Resultado menor de EBITDA de Holding e Outros em R$ 35,0 milhões devido principalmente às maiores despesas

(iii) Queda de R$ 24,4 milhões de EBITDA no segmento de geração a carvão, desconsiderando o impacto das despesas com *Impairment,* devido principalmente ao maior despacho no 2024 frente ao 2023, com margem variável de despacho negativa, impactada negativamente pelo descasamento entre o custo médio de estoque de carvão adquirido anteriormente e o CVU médio do período, com menor preço de commodity CIF-ARA.

EBITDA Ajustado ex *Impairment* (R$ MM)



Resultado Financeiro Consolidado

Resultado Financeiro (R$ Milhões)	2024	2023	%
Receitas Financeiras	**507,3**	**610,8**	**17,0%**
Receitas de aplicações financeiras	321,2	314,0	2,3%
Multas e juros recebidos	48,8	6,8	614,3%
Juros entre partes relacionadas	8,0	0,8	933,8%
Efeitos Reestruturação Financeira CELSE	–	237,6	N/A
Outros	129,2	51,7	150,1%
Despesas Financeiras	**(2.718,9)**	**(3.282,3)**	**-17,2%**
Encargos de dívida [25]	(265,4)	(398,7)	-33,4%
Juros sobre debêntures	(1.200,2)	(1.266,0)	-5,2%
Variação monetária	(462,6)	(288,7)	60,2%
Juros sobre arrendamento mercantil e outros [26]	(255,8)	(241,7)	5,8%
Variação cambial líquida	7,7	(68,0)	N/A
Comissões e corretagens financeiras	(70,1)	(81,7)	-14,2%
IOF/IOC	(15,7)	(33,2)	-52,9%
Juros a incorrer antecipação recebíveis	(272,3)	(36,2)	651,2%
Efeitos Reestruturação Financeira CELSE	–	(431,6)	N/A
Reclassificação valor Justo debêntures	–	(370,1)	N/A
Outros	(184,5)	(66,4)	177,9%
Variação cambial não caixa sobre arrendamento mercantil [27]	**(925,9)**	**253,4**	**N/A**
Variação da marcação a mercado de *swaps*	**(424,1)**	**27,4**	**N/A**
Resultado Financeiro Líquido	**(3.561,7)**	**(2.390,8)**	**49,0%**
Resultado Financeiro Líquido ajustado para excluir impactos *one-off* e impactos não-caixa	**(2.211,6)**	**(2.107,4)**	**4,9%**

Em 2024, a Companhia apresentou resultado financeiro líquido negativo de R$ 3.561,7 milhões, comparado ao resultado negativo de R$ 2.390,8 milhões em 2023. Importante mencionar que, nos dois exercícios foram contabilizados efeitos não recorrentes e não-caixa que dificultam a análise da performance financeira em base comparativa. Se desconsiderarmos esses efeitos, o resultado financeiro líquido seria de R$ 2.211,6 milhões em 2024, frente a R$ 2.107,4 milhões em 2023, registrando variação de -4,9% na variação anual.

Dessa forma, o aumento do resultado financeiro líquido negativo em 49,0% na comparação anual foi principalmente em função de:

- Impacto não caixa da variação cambial líquida negativa (sem impacto caixa) sobre arrendamento mercantil em -R$ 925,9 milhões em 2024, frente ao resultado positivo de variação cambial de R$ 253,4 milhões em 2023. Essa variação foi sobretudo em função da contabilização de -R$ 1.179,3 milhões de variação cambial incidente sobre o arrendamento do FSRU da UTE Porto de Sergipe I (IFRS 16/CPC 06), refletindo a valorização da taxa de câmbio ao longo de 2024 e impulsionando o saldo remanescente do passivo devido em moeda estrangeira (dólar americano) no final do exercício frente ao saldo do início do período. Por sua vez, em 2023, foi observado efeito inverso, com registro de despesa positiva nessa rubrica;
- Impacto de -R$ 451,5 milhões na rubrica de "Variação da marcação a mercado dos swaps", efeito recorrente sem impacto caixa, referente a: (a) ao resultado de -R$ 264,4 milhões da marcação a mercado do swap referente à operação de antecipação de recebíveis da UTE Porto de Sergipe I que tem como fator de desconto o CDI. Com o aumento mais acelerado da curva DI neste trimestre, é necessário marcar o ajuste futuro do deságio embutido no desconto dos recebíveis da UTE. Cabe aqui destacar que o ônus financeiro das dívidas atreladas ao CDI tem hedge natural com o rendimento de caixa e demais receitas de aplicações financeiras da Companhia; e (b) ao resultado da marcação a mercado das operações de compra de energia nas UTEs LORM, Povoação e Viana 1, com impacto de R$ 124,1 milhões no 4T24. Vale ressaltar que estas operações foram realizadas com o intuito de mitigar a exposição das receitas dos contratos do Procedimento Competitivo Simplificado das usinas, não sujeitas a marcação a mercado, a flutuações do PLD e;
- Impacto negativo na comparação anual de R$ 236,0 milhões na rubrica de Juros a incorrer sobre antecipação de recebíveis na comparação anual, principalmente relacionado ao início da contabilização das operações de adiantamento parcial de receita fixa estruturadas nas UTE Porto de Sergipe I em julho/24 - até então o montante contabilizado nessa linha refletia apenas as antecipações realizadas em Itaqui e Pecém II em setembro/23.

Os seguintes efeitos parcialmente mitigaram a piora do resultado financeiro líquido no período:

- Nesse exercício não houve contabilização de despesa líquida relacionada à reestruturação financeira da CELSE concluída ao longo do 4T23, ao passo que em 2023 foram contabilizados os seguintes valores one-off referentes ao processo de refinanciamento da dívida da CELSE, sendo: (a) Despesas no total de R$ 431,6 milhões, sendo R$ 294,1 milhões relacionados à baixa integral dos custos de captação das dívidas anteriores e R$ 137,5 milhões referentes aos fees pagos aos credores prévios para a liquidação antecipada da dívida; e (b) Receita de R$ 237,6 milhões referente ao desconto financeiro obtido na recompra da 1ª Emissão de Debêntures da CELSE realizada no 4T23, a 94% do seu valor de face, sem impacto no fluxo de caixa;
- Contabilização, no 4T23, de despesa pontual não caixa em um total de R$ 370,1 milhões, relacionada à reclassificação da contabilização do reconhecimento integral em resultado do valor justo das debêntures após liquidação antecipada dos *swaps* contratados para conversão da exposição de IPCA para CDI, sem impacto no fluxo de caixa. Como esse efeito deuse apenas no 4T23, a rubrica apresenta variação positiva na comparação entre os anos e;
- Crescimento de "Outras Receitas Financeiras" em R$ 77,6 milhões no período e impacto positivo de R$ 75,7 milhões em variação cambial líquida na comparação anual.

Vale destacar que as principais rubricas de contabilização de serviço de dívida, "Encargos de Dívida", "Juros sobre Debêntures" e "Variação Monetária", apresentaram variação total consolidada de melhoria de R$ 25,1 milhões na comparação anual, demonstrando relativa estabilidade entre os exercícios sociais.

Investimentos

Capex (R$ Milhões)	2024	2023
Geração a Carvão	**40,4**	**28,1**
Pecém II	16,4	9,7
Itaqui	24,0	18,4
Geração a Óleo [a]	**1,9**	–
Geração a Gás	**110,6**	**139,9**
Parnaíba I [b]	36,2	27,4
Parnaíba II [c]	38,0	23,2
Parnaíba III [c]	2,4	6,2
Parnaíba IV [c]	0,3	0,1
Parnaíba V	30,4	68,3
UTE Fortaleza	1,5	14,8
UTEs Gás Espírito Santo [a]	1,9	–
Hub Sergipe	**178,1**	**25,4**
Parnaíba VI [c]	**166,6**	**298,9**
Azulão-Jaguatirica	**98,0**	**84,5**
Azulão 950	**1.760,7**	**1.099,2**
E&P	60,3	293,8
UTE	1.700,4	805,4
Futura [a]	**23,0**	**109,0**
Upstream	**481,6**	**449,7**
Desenvolvimento	393,5	335,5
Exploração	88,1	114,2
Planta de Liquefação de Gás - Maranhão	**310,6**	**343,6**
***Holding* e Outros**	**167,4**	**126,7**
Total	**3.338,8**	**2.704,9**

Valores acima referem-se à visão de capex econômico (competência).

(a) Os valores investidos anteriormente nessas usinas contemplam apenas os valores contabilizados pós conclusão desses ativos no 4T24. Não serão apresentados valores retroativos de antes das aquisições uma vez que não será feito um pro-forma dos ativos adquiridos.

(b) O capex de Parnaíba I é apresentado separadamente ao de Parnaíba V. Conforme reestruturação societária anunciada no 1T20, a SPE Parnaíba I foi incorporada na PGC em jan/20.

(c) A UTE Parnaíba VI é o fechamento de ciclo da UTE Parnaíba III, cujo contrato de início do PPA iniciou em janeiro de 2025. Para melhor compreensão, o capex será apresentado separadamente ao de Parnaíba III.

No acumulado de 2024, a Companhia investiu R$ 3.338,8 milhões, sendo 82% do total direcionado aos projetos em construção e desenvolvimento, sendo os principais o Projeto Azulão 950, a Planta de Liquefação no Maranhão, a UTE Parnaíba VI e as atividades de Upstream. Em 2023, os investimentos totais somaram R$ 2.704,9 milhões, dos quais 81% também foram a esses projetos.

Do valor total de 2024, R$ 1.760,7 milhões foram destinados à construção do Complexo Azulão 950 MW, acelerando frente ao montante de R$ 1.099,2 milhões registrado em 2023, refletindo o atingimento de diversos marcos contratuais com fornecedores no período. Por sua vez, R$ R$ 310,6 milhoes foram para a construção da planta de liquefação no Complexo Parnaíba, concluída ao final de 2024, para viabilizar novo modelo de negócios de Comercialização de Gás Off-Grid, ao passo que em 2023 os valores direcionados a esse projeto foram de R$ 343,6 milhões. Para a construção da UTE Parnaíba VI, tambem concluída ao final de 2024, R$ 166,6 milhões foram investidos em 2024, frente a R$ 298,9 milhões em 2023.

Além disso, os investimentos relacionados às atividades de desenvolvimento no Upstream (exceto para o projeto Azulão 950), somaram R$ 481,6 milhões em 2024, para fazer frente, principalmente, ao desenvolvimento dos campos Gavião Belo e Gavião Mateiro. Em 2023 esses investimentos totalizaram R$ 449,7 milhões.

Já o Hub Sergipe demandou investimentos totais de R$ 178,1 milhões em 2024, frente aos R$ 25,4 milhões em 2023, em função, principalmente, dos valores investidos ao final de 2024 de R$ 112,0 milhões referentes à troca do riser e das iniciativas de otimização no período, com a instalação de compressor onshore, visando mitigar as perdas de GNL e possibilitar a comercialização do Boil-Off Gas, tendo em vista a conclusão da conexão do Hub Sergipe à malha.

Em relação aos investimentos realizados nos ativos operacionais, destacam-se as seguintes variações nas comparações entre 2024 e 2023:

- Redução de R$ 86,0 milhões nos investimentos em Futura, dada a entrada em operação, em maio/2025;
- Aumento de R$ 40,7 milhões nos investimentos na Holding e Outros, principalmente, em função do aumento dos dispêndios com a GNL Brasil, referentes à aquisição de carretas criogênicas ao longo de 2024;
- Redução de R$ 37,9 milhões de investimentos na UTE Parnaíba V, que ainda teve valores provisionados relacionados à sua construção em 2023 e;
- Maiores investimentos nas usinas a carvão, totalizando R$ 40,4 milhões em 2024, frente a R$ 28,1 milhões em 2023, devido a obras de melhorias e de recomposição de estruturas realizadas nos ativos.

Notas

24 EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que acompanha, ajustado para desconsiderar efeito contábil não caixa do *Impairment* reconhecido no 4T24 nos ativos a carvão.

25 Inclui amortizações sobre os custos de transação.

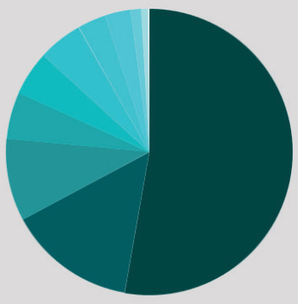
26 Conforme IFRS16/CPC 06.

27 Essa linha considera o Resultado Financeiro Líquido, deduzido das linhas (i) Receitas – Efeito Refinanciamento CELSE (não recorrente);
(ii) Despesas - Efeito Refinanciamento CELSE (não recorrente); (iii) Reclassificação Valor Justo Debêntures (não recorrente);
(iv) Variação cambial não caixa sobre arrendamento mercantil (não caixa); (v) Perdas/ganhos com derivativos (não caixa).

»»»

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

▶ Composição Capex 2024 por Projeto (%)

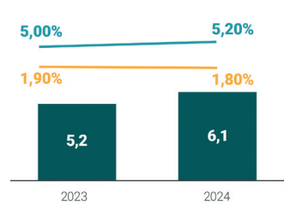


- Projeto Azulão Azul 950MW (**52,7%**)
- *Upstream* (**14,4%**)
- SSLNG (**9,3%**)
- Hub Sergipe (**5,3%**)
- Projeto Parnaíba VI (**5,0%**)
- Holding e Outros (**5,0%**)
- Geração a Gás Próprio (**3,3%**)
- Azulão-Jaguatirica (**2,9%**)
- Geração a Carvão (**1,2%**)
- Futura 1 (**0,7%**)
- Geração a Gás de Terceiros (**0,1%**)
- Geração a Óleo (**0,1%**)

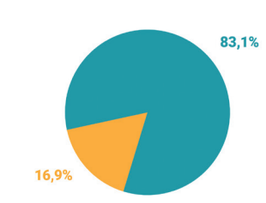
Endividamento

A dívida bruta consolidada (líquida do saldo de depósitos vinculados aos contratos de financiamento e custos de transação) totalizou R$ 17.386 milhões no encerramento de dezembro/24, frente a R$ 19.701 milhões em dezembro/23.

Prazo e Custo da Dívida Média 2024 (Anos e % a.a.) [28]



Perfil da Dívida – Fechamento 2024 (%) [29]



O prazo médio de vencimento da dívida consolidada em dezembro de 2024 era de cerca de 6,1 anos, alongamento de prazo de 0,9 anos frente ao final de 2023, com cerca de 83% da dívida consolidada com exposição a IPCA e 17% com exposição a CDI. Ao final de 2024, o *spread* médio das dívidas indexadas ao IPCA era de 5,2%, enquanto o spread média da dívida indexada ao CDI totalizava 1,8%.

Os principais efeitos que impactaram a variação da dívida bruta entre os exercícios foram:

- Pagamentos de principal e juros e constituição de depósitos vinculados no valor total de R$ 8.076,4 milhões, refletindo tanto os pagamentos relacionados aos cronogramas usuais das dívidas, quanto os pagamentos referentes às liquidações antecipadas de dívidas que ocorreram ao longo do exercício de 2024, no âmbito dos processos de *liability management* da Companhia, visando alongar os prazos médios da dívida e reconfigurar o perfil da dívida aumentado exposição a IPCA, em linha com a exposição às principais receitas da Companhia. Nesse sentido, os principais pagamentos de principal e juros referentes às liquidações antecipadas de dívidas foram:

(i) Liquidação antecipada integral da 7ª Emissão e da 2ª série da 2ª Emissão de debêntures da Eneva, no montante total de R$ 2.386,1 milhões, concluídos em maio/24;

(ii) Conclusão do resgate antecipado parcial das Debêntures da 2ª Série da 11ª Emissão da Eneva ao final de setembro/24, com o pagamento antecipado total de R$ 1.585,5 milhões, de um montante de dívida financeira total de R$ 2.709,4 milhões. Vale ressaltar que essa operação foi liquidada com parte dos recursos provenientes da operação de cessão parcial dos direitos creditórios decorrentes da Receita Fixa dos Contratos de Comercialização de Energia da UTE Porto de Sergipe I junto ao Banco Bradesco S.A., que adicionou R$ 2.700,0 milhões ao caixa da Companhia em julho/24;

(iii) Resgate parcial das Debêntures da 2ª Série da 11ª Emissão da Eneva em R$ 868,7 milhões, em dezembro/24.

No período também vale destacar o vencimento, conforme cronogramas originais, das dívidas da 1ª série da 2ª Emissão de debêntures da Eneva, com pagamento total de principal e juros de R$ 794,6 milhões em 2024 até o vencimento ao longo do segundo trimestre de 2024, assim como os pagamentos de principal e juros em valor total de R$ 563,7 milhões referentes aos pagamentos das Notas de Crédito de Exportação emitidas na Eneva, com vencimento ao longo do terceiro trimestre de 2024.

- Novas captações em um valor total de R$ 3.428,2 milhões, em julho/24, com destaque para as operações realizadas no âmbito do *liability management* da Companhia, simultaneamente aos pagamentos destacados acima, a saber:

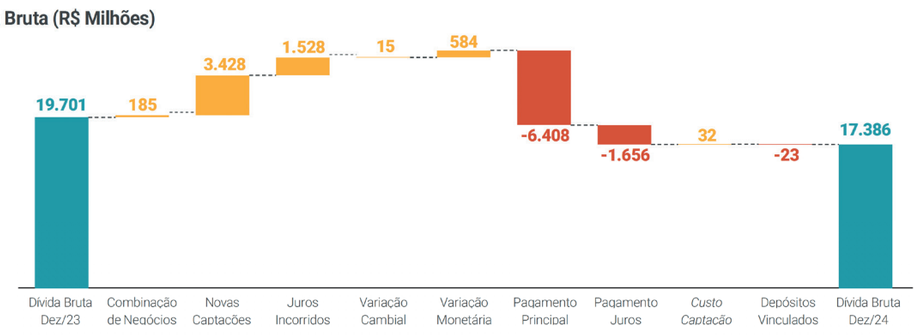
(i) Captação de R$ 2.500,0 milhões via 10ª Emissão de Debêntures da Eneva, em maio/24;

(ii) Captação de R$ 838 milhões em janeiro/25 por meio da 13ª Emissão de Debêntures da Eneva.

Vale ressaltar que a Companhia também concluiu diversos desembolsos com bancos de fomento no período, com destaque para: (i) o primeiro desembolso relativo ao Financiamento da UTE Azulão II, junto ao FDA, no valor de R$ 500 milhões no quarto trimestre de 2024, no âmbito do Projeto Azulão 950 e do contrato de financiamento firmado em 28 de agosto de 2024, assim como: (ii) R$ 150 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2024, junto ao FDA, relacionado ao Contrato de Financiamento da UTE Azulão I, conforme divulgado em 21 de dezembro de 2023.

- Juros contabilizados sobre os financiamentos no período, aumentando a dívida bruta em R$ 1.526,2 milhões em 2024;
- Entrada no balanço da dívida dos ativos adquiridos, totalizando R$ 172,9 milhões, das empresas Linhares e Viana, cujos processos foram concluídos antes do fechamento do exercício.

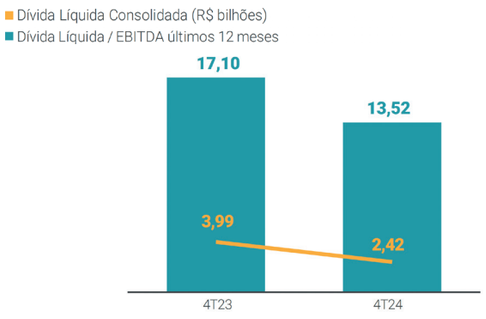
Evolução da Dívida Bruta (R$ Milhões)



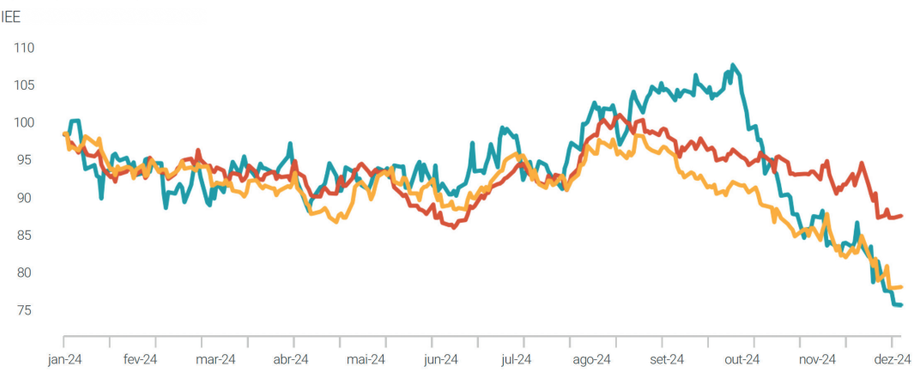
Ao final de dezembro/24, o saldo de caixa (caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) da Companhia somava R$ 3.866,3 milhões, crescimento de R$ 1.273,7 milhões frente ao saldo de caixa de R$ 2.592,6 milhões em dezembro/23.

A dívida líquida consolidada totalizava R$ 13.520,4 milhões ao final do 4T24, com relação de dívida liquida/EBITDA nos últimos 12 meses de 2,42x. Importante considerar que o EBITDA 12 meses para fins de covenant considera o resultado 12 meses dos ativos adquiridos no 4T24.

Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem (R$ bilhões)



Desempenho das Ações (Base 100)



ENEV3	2024	2023	Var.
Nº de ações - final período	1.932.591.767	1.584.572.378	348.019.389
Cotação fechamento - final período (R$/ação)	10,53	13,61	-22,6%
Ações negociadas (MM) - média diária	8,1	8,9	-9,1%
Volume financeiro (R$ MM) - média diária	92,9	91,5	1,5%
Valor de mercado - final período (R$ MM) [31]	**20.350**	**21.566**	**-5,6%**
***Enterprise Value* - final período (R$ MM)** [32]	**33.866**	**38.674**	**-12,4%**

Ao longo do ano de 2024, a Eneva concluiu os seguintes aumentos de capital social com a emissão de novas ações, conforme abaixo:

- **Aumento de Capital Privado no âmbito de Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia**

Em 14 de março de 2024, foi realizado aumento de capital social da Companhia, com a emissão de 125.193 novas ações ordinárias, decorrente do exercício de opções outorgadas e determinados administradores no âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia.

- **Follow-On**

Como importante destaque do exercício social, em 01 de outubro/24, foi protocolado perante a CVM pedido de registro do Follow-On, de 228.571.429 ações ordinárias, totalizando um montante de, no mínimo, R$ 3.200.000.006,00, considerado o preço de R$ 14,00 por ação, exclusivamente para investidores profissionais. Em 10 de outubro/24, após a conclusão do procedimento de bookbuilding, o Follow-On foi precificado, tendo sido realizado o aumento de capital social no valor de R$ 3.200.000.006,00. Foram emitidas 228.571.429 ações ordinárias, ao preço de R$ 14,00 por ação. Como consequência, o capital social da Companhia passou de R$ 13.263.745.287,34 para R$ 16.463.745.293,34.

Vale ressaltar que o Follow-On também foi realizado no contexto da implementação das operações de fusões e aquisições ("M&A") anunciadas em julho/24 e concluídas em outubro/24 e dezembro/24, por meio das quais a Eneva tornou titular da totalidade das participações acionárias das empresas Tevisa, Povoação, Gera Maranhão e Linhares, sendo o Follow-On uma das condições precedentes para a conclusão das operações.

- **Aumento de Capital Privada no âmbito do Closing Parcial M&A**

Também é importante destacar o aumento de capital privado ocorrido no contexto do M&A realizado no período, em 25 de outubro/24, em que a Companhia concluiu parcialmente as operações de M&A ("Closing Parcial do M&A") com: (i) a aquisição de 100% das ações da Linhares e das debêntures da 2ª emissão da Linhares, com desembolso em caixa, no valor total de R$ 855 milhões; e (ii) a cisão parcial da BTG Pactual Holding Participações S.A., com a incorporação de 100% das ações da Tevisa e da Povoação, que previa pagamento em ações. No âmbito do Closing Parcial do M&A, a Eneva concluiu um novo aumento de capital com a emissão de 119.322.767 novas ações ordinárias da Companhia, no valor de R$ 1.670.518.740,34, em favor do Banco BTG Pactual S.A., para pagamento dos ativos Tevisa e Povoação.

Como resultado das operações de aumento de capital acima descritas, ao final de dezembro/24 o capital social da Companhia era de R$ 18.134.264.034, dividido em 1.932.591.767 ações ordinárias, com 99,781% das ações em circulação. Considerando os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações o capital social líquido da Companhia é de R$ 17.898.825.952.

ESG – *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE*

A Eneva desempenha um papel socioeconômico essencial ao contribuir para a segurança energética, investindo no uso sustentável de recursos naturais e soluções que contribuem para a melhoria da eficiência de suas operações e com a redução de emissões da sua cadeia de valor. Além disso, a empresa gera oportunidades socioeconômicas para as comunidades através de iniciativas de educação, inserção no mercado de trabalho, empoderamento feminino e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis. Buscando garantir a continuidade na geração de valor para acionistas e sociedade, a empresa está revisando seus compromissos ESG para melhor representar seus desafios, equilibrando crescimento, rentabilidade, planejamento estratégico e temas materiais ESG. Este processo está em fase de aprovação pela administração e será publicado no Relato Integrado 2024.

A Eneva baseia sua estratégia de sustentabilidade em três pilares principais, alinhados ao seu modelo de negócios, impactos, oportunidades, riscos e desafios socioambientais inerentes às suas operações.

A seguir são apresentados os três pilares estratégicos de atuação em sustentabilidade:

- **Transição Energética**

Contribuindo para a estabilidade do sistema elétrico brasileiro, investindo em tecnologias de baixo carbono e reduzindo de emissões de GEE.

- **Oportunidades Sociais e Econômicas**

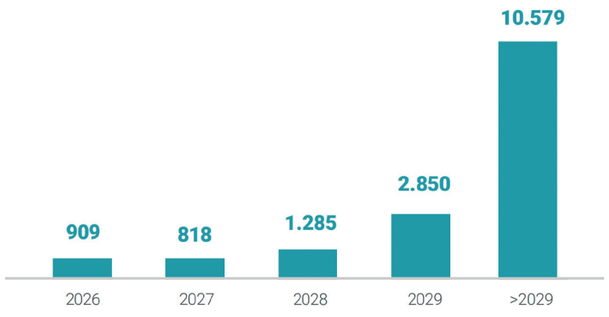
Ampliando o acesso a oportunidades econômicas e educacionais para melhorar a qualidade de vida da população.

- **Conservação Ambiental e Bioeconomia**

Conservando a biodiversidade através de cadeias produtivas sustentáveis, promovendo o uso eficiente de recursos naturais.

A Eneva possui a maior parte de suas dívidas concentradas no médio e longo prazo, com vencimentos a partir de 2029, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Cronograma de Vencimento da Dívida (Principal + Juros) - Final de 2024 (R$ Milhões) [30]



Desempenho da Ação e Mercado de Capitais

A ENEVA CONCLUIU IMPORTANTES PROCESSOS DE AUMENTO DE CAPITAL EM 2024, POR SUBSCRIÇÃO PÚBLICA E PRIVADA, COM DESTAQUE PARA O *FOLLOW-ON* DE OUTUBRO/24

A Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações ("Follow-On"), realizada em outubro/24, foi concluída no contexto da operação de aquisição das empresas termelétricas Linhares, Tevisa, Povoação e Gera Maranhão, e envolveu a captação de R$ 3.200,0 milhões para a Eneva S.A., com a emissão de mais de 228 milhões de ações ordinárias da Companhia.

As ações da Companhia são negociadas na bolsa brasileira (B3) sob o código ENEV3 (100% ações ordinárias). No último dia de pregão em 2024, a ação encerrou cotada a R$ 10,53, uma desvalorização de 22,6% em relação ao preço registrado no último pregão de 2023 (R$ 13,61), enquanto o IBOV e o IEE apresentaram uma desvalorização de 10,4% e 18,4%, respectivamente.

Transição Energética

O Brasil possui uma das matrizes elétricas mais renováveis do mundo, com mais de 89% da capacidade de geração elétrica do país advinda de fontes como hidrelétricas, eólicas, solares e biomassa (EPE, 2024). Dessas fontes, uma parte crescente provém de fontes intermitentes, ou seja, que não estão disponíveis de forma constante pois dependem, por exemplo, de ventos e radiação solar para gerarem eletricidade. É nesse cenário que, através de usinas termelétricas complementares ao sistema, a Eneva garante segurança energética na geração de energia de base, especialmente durante períodos de baixa produção das fontes renováveis, momentos de pico de demanda ou de corte de carga renovável para preservação do sistema de transmissão. Assim, em uma matriz elétrica majoritariamente renovável, a Eneva garante o atributo de confiabilidade da geração para a sociedade brasileira.

Outro aspecto importante é a ampliação das ações de eficiência energética que a Companhia vem investindo nos últimos anos em seus ativos de geração a gás natural. Medidas como o fechamento de ciclo das usinas do complexo termelétrico de Parnaíba, principal complexo de geração elétrica da Companhia, têm o potencial de reduzir a intensidade de emissões de carbono na geração de energia em cerca de 28%. Com os fechamentos de ciclo das UTEs Parnaíba V, em operação desde 2022, e Parnaíba VI, com previsão de entrar em operação comercial em 2025, a Eneva acrescenta 460 MW ao seu portfólio de geração, com investimento de R$ 2,1 bilhões para praticamente dobrar o potencial de energia das UTEs Paraníba I e III, sem consumo adicional de moléculas de gás.

Em alinhamento com seu compromisso contínuo de contribuir com o equilíbrio das três dimensões do trilema da energia - segurança, sustentabilidade e equidade, a Companhia realizou estudos de viabilidade técnica e econômica para a conversão de suas usinas termelétricas a carvão, UTEs Itaqui e Pecém, para o uso de gás natural. Os resultados desses estudos foram favoráveis, indicando a viabilidade técnica e econômica da conversão.

Ainda há desafios locais para o suprimento do gás natural para essas novas usinas e questões regulatórias para viabilizar eventual recontratação. Ainda, a previsão de despacho das usinas a carvão da Companhia deve se manter baixa, impactando de forma pouco relevante, frente a todo o portfólio de geração da Eneva, na intensidade de emissões da Companhia. Em 2024 a geração de energia a carvão representou cerca de 7% da energia bruta gerada pela Eneva.

Notas

28 O Custo da dívida apresentado considera o custo médio ponderado da dívida no trimestre, a exceção da visão proforma, cujo custo médio ponderado da dívida considera a data da conclusão do processo de liability management. O custo em CDI+ inclui no seu cálculo exposições em TJLP.

29 O perfil em CDI considera Pré e EURIBOR+, equivalentes a 0,8% e 0,6%, respectivamente.

30 O fluxo em questão considera o valor do principal da dívida, custos de transação e accrual de juros.

31 Desconsidera valor de ações em tesouraria, a preço de fechamento do período.

32 *Enterprise Value* equivale à soma do valor de mercado e da dívida líquida da Companhia, ambas do final do período.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Para garantir a complementaridade de seu portfólio, a Eneva mantem na sua carteira o Parque Solar Futura 1 com 671 MW de capacidade. O ativo entrou em operação comercial em 2023 e é um dos maiores parques solares da América Latina. Ao final de 2024 o portfólio de geração renovável da Companhia representava 11% da sua capacidade instalada e gerou 1.484 GWh, representando 14% da energia bruta gerada pela Companhia. Os investimentos para a construção do Parque Solar Futura I chegaram a R$ 2,9 bilhões.

Ainda, a Eneva vem estruturando de forma contínua seu programa de transição energética através das Diretorias de Tecnologias de Baixo Carbono, de Novos Negócios e de Estratégia e & ESG com o objetivo de buscar iniciativas inovadoras e oportunidades de redução do impacto das emissões da Companhia e de sua cadeia de valor. Ao longo de 2024 a Eneva acompanhou as novas regulamentações que podem afetar os setores de geração de energia e de óleo e gás a fim de observar riscos e oportunidades para o crescimento das suas operações. Dentro de suas iniciativas estratégicas, a Companhia vem desenvolvendo sua atuação no setor de suprimento de Gás Natural Liquefeito em Pequena Escala (SSLNG). Esse desenvolvimento visa atender regiões anteriormente sem acesso ao combustível via malha de gasodutos, possibilitando a substituição de combustíveis mais intensivos em carbono, como óleo combustível e diesel, pelo gás natural para clientes industriais e para o transporte rodoviário. O desenvolvimento da nova planta de SSLNG localizada no Complexo Parnaíba, no Maranhão, começou o seu comissionamento em dezembro/24. Além disso, a Companhia vem estabelecendo parcerias no mercado de biocombustíveis mirando em comercialização e oportunidades de desenvolvimento do mercado de Bioenergia com Captura e Armazenamento de Carbono (BECCS).

Outra iniciativa relevante de 2024 foi a assinatura de contrato entre a Eneva, Scania e Virtu GNL para a aquisição de caminhões movidos a GNL. Os contratos celebraram o primeiro movimento para criação de um novo mercado no país com o uso de GNL como combustível para o transporte rodoviário pesado de longa distância em substituição ao óleo diesel, estabelecendo "corredores azuis". A substituição tem o potencial de reduzir até 20% das emissões de CO2, além de contribuir para a redução das emissões de NOx e de material particulado dos veículos.

Oportunidades Sociais e Econômicas e Conservação Ambiental e Bioeconomia

Ciente da relevância de suas operações nas localidades em que atua, a Companhia atua para o fortalecimento socioeconômico local através, principalmente, de iniciativas que contribuem para o empoderamento de mulheres em vulnerabilidade social, a educação e capacitação para a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos, e o fomento à bioeconomia.

Empoderamento feminino
Aumentar oportunidades econômicas e empreendedoras para mulheres, dedicando esforços para ajudá-las a gerar e administrar suas finanças, assegurar a educação contínua de seus filhos e combater a violência de gênero

Educação e inserção no mercado de trabalho
Desenvolver e incentivar iniciativas que possam ser ampliadas de maneira econômica, com o objetivo de aprimorar o desempenho educacional em escolas públicas. Isso promoverá o empreendedorismo e facilitará uma inserção efetiva no mercado de trabalho, combatendo o analfabetismo e oferecendo ensino técnico e profissionalizante.

Fomento à bioeconomia
Apoiar agricultores familiares e fortalecer vocações locais para implantar sistemas agroflorestais através do fortalecimento de todos os elos da cadeia de valor, de modo a gerar alternativas de renda em harmonia com a guarda e preservação da floresta.

Dentre os principais projetos nesses eixos, destacamos os seguintes:

→ Elas Empreendedoras

Capacitar mulheres prioritariamente em situação de vulnerabilidade social das nossas áreas de influência, estimulando a geração de renda, além de apoiar o acesso a políticas públicas locais nas áreas de saúde da mulher, planejamento familiar e combate à violência doméstica.

750
horas de capacitação
formalização social (criação de associações e cooperativas), aprimoramento e comercialização de produtos

89,34%
participantes
saíram da linha de pobreza, com aumento da renda familiar entre 123% e 177%

→ Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos

Contribuir para a erradicação do analfabetismo em nossos municípios de atuação através da disponibilização de equipamentos, materiais de suporte e lanche para evitar a evasão escolar nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

403
formados

13 escolas
participantes

→ Projetos Agroflorestais

Apoiar diretamente os agricultores dos territórios do Amazonas, focando na geração de renda com produtos da floresta. Com duração de médio a longo prazo, a iniciativa se estrutura na melhoria da produção, certificações, estruturação de mercado e fortalecimento da cadeia produtiva.

135
agricultores envolvidos

Fortalecimento da mão-de-obra Local

Por meio de estágio técnico operacional e em parceria com instituições de ensino local, a Eneva tem atuado para ampliar a contratação de trabalhadores oriundos das regiões em que atua.

→ Mão-de-obra Local

Distribuição mão de obra local nos ativos operacionais Eneva.

Governança e transparência

A Companhia segue com o compromisso de transparência por meio da realização e publicação do inventário anual de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), respeitando todas as categorias aplicáveis estabelecidas pela metodologia do GHG Protocol. Desde 2020, toda a cadeia operacional é inventariada, verificada por terceira parte e divulgada no Registro Público de Emissões (RPE) do Programa Brasileiro do GHG Protocol. Em 2024, pela quarta vez consecutiva, a Companhia recebeu o Selo Ouro pelo Programa, reconhecimento máximo concedido às organizações que apresentam, de forma completa e auditada, o balanço de suas emissões devidamente verificado, comprovando seus esforços na gestão e redução dos impactos ambientais.

Além disso, anualmente a Companhia publica seu Relato Integrado, e apresentará em 2025 sua terceira edição neste formato, após três edições anuais de relatórios de sustentabilidade.

O documento segue os princípios e diretrizes do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), da *Global Reporting Initiative* (GRI), do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), e da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD). O Relato divulga a todos os públicos de relacionamento da Companhia as realizações financeiras e não financeiras, abrangendo modelo de negócio, estratégia e visão de futuro, políticas, compromissos e ações da Eneva no ano em questão que geraram valor.

→ 10 MELHORES RELATOS INTEGRADOS DO PAÍS

Nos últimos dois ciclos, este relato foi reconhecido entre os 10 melhores do país pela iniciativa Reporting Matters, do Conselho Empresarial Brasileiro pelo Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

→ Principais Reconhecimentos

Em 2024, a Eneva manteve seus esforços para a transparência e respostas a índices externos e ratings, entre outras iniciativas. Os resultados podem ser observados no quadro a seguir.

Agência/Instituição[33]	Medição	2022	2023	2024	Média setorial
ISE B3	0-100	75,62%	75,96%	**N/D** [37]	N/D
CDP Clima	D-A	B	B	**B**	N/D[36]
CDP Água	D-A	B	B	**B-**	N/D[36]
MSCI	CCC-AAA	BB	BBB	**BBB**	A
S&P Global (DJSI)	0-100	52	54	**57**	37
Sustainalytics[34]	0-100 (quanto menor melhor)	37,6 (Risco alto)	39,5 (Risco alto)	**36,3 (Risco alto)**	31,8 (Risco alto)
Refinitiv[35]	0-100	56 (B-)	51 (B-)	**N/D** [37]	Posição 149/333
RepRisk	0-100 (quanto menor melhor)	24	31	**N/D** [37]	N/D
GHG Protocol	Bronze - Ouro	Ouro	Ouro	**Ouro**	Ouro

Abaixo, visão mais detalhada sobre os índices e iniciativas indicados na tabela:

ISEB3

→ ISE B3

Em 2024, a Eneva integrou pela segunda vez a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) B3. O índice contempla as Companhias com as melhores práticas (ambiental, social e governança na sigla em inglês) entre as empresas de capital aberto no Brasil. Este foi o segundo ano em que a Eneva participou do processo, ocupando a 44ª posição entre 78 Companhias, pertencentes a 36 setores.

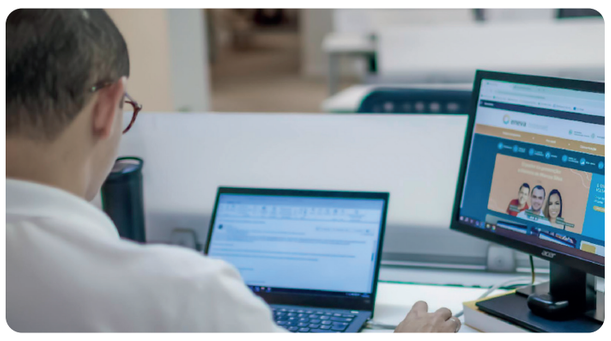
CDP

→ Carbon Disclosure Project (CDP)

A Eneva responde desde 2021 os questionários de Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica do CDP. Em 2024, a pontuação no questionário de Mudanças Climáticas manteve a nota B acompanhando a mesma nota dos últimos dois ciclos. Em Segurança Hídrica, a Companhia alcançou a nota B-, uma pequena queda com relação ao último ciclo, porém mantendo o seu posicionamento na categoria "Management". O CDP é uma organização sem fins lucrativos que opera o sistema global de divulgação para que investidores, empresas, cidades, estados e regiões gerenciem seus impactos ambientais.

→ GHG Protocol

A Eneva foi reconhecida com o selo ouro no Programa Brasileiro do GHG Protocol pela quarta vez em 2024. A instituição é responsável pela adaptação da metodologia do GHG Protocol ao contexto brasileiro e pelo desenvolvimento de ferramentas de cálculo para estimativas de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O reconhecimento evidencia o compromisso da Companhia com a transparência, apresentando um inventário completo e auditado por terceira parte independente, seguindo a metodologia do GHG.



AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia possui contrato para a realização de auditoria independente das suas demonstrações financeiras com a PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA ("PWC"), o qual tem vigência de cinco anos a partir da auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A política de contratação adotada pela Companhia estabelece diretrizes e princípios a serem seguidos pelas empresas do Grupo Eneva no processo de serviços de auditoria externa, com o objetivo de evitar a existência de conflitos de interesse ou a perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, vedando a contratação de serviços de consultoria que podem ameaçar a independência dos auditores durante a vigência do contrato de auditoria.

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, todos os serviços prestados por nossos auditores independentes são aprovados pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Os honorários referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 para a Eneva e suas empresas controladas, foram os seguintes:

Honorários[38] (R$ mil)	2023	2024
Auditoria contábil e tributária[39]	4.737	**4.410**
Serviços adicionais relacionados à auditoria[40]	1.435	**2.504**
Outros serviços	–	**514**
Total	**6.172**	**7.428**

Os auditores emitiram parecer sem ressalvas em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eneva S.A. referentes ao exercício de 2024. O principal assunto de auditoria abordado foi a combinação de negócios dos ativos térmicos adquiridos do banco BTG Pactual S.A e Redução ao Valor Recuperável de Ativos *(impairment)*.

ANEXO

Relatório resumido das atividades do comitê de auditoria estatutário

Referente as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A. ("Comitê"), foi criado e instalado em 08 de maio de 2019 e sua transformação em Comitê de Auditoria Estatutário deliberada em 26 de junho de 2019. O Comitê é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria Executiva. Em observância ao artigo 5º, XVIII, do Regimento Interno do Comitê e do artigo 22, §1º do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, o objetivo do presente documento é compilar as principais atividades exercidas pelo Comitê ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Notas

33 A Eneva deixou de compor a carteira do ICO2 B3 em 2025, após mudanças na metodologia de avaliação e seleção das empresas participantes pela iniciativa.
34 A média setorial para o ciclo de reporte de 2024 não havia sido disponibilizado pelo CDP até o momento de publicação deste Relatório. Em 2023 a média setorial foi de B para ambos os questionários de clima e de água.
35 Valores calculados exclusivamente pela agência/instituição sem a contribuição da Eneva.
36 Posição da Companhia em 31/12 do ano de avaliação.
37 Resultado ainda não divulgado.
38 Resolução CVM nº 162/2022.
39 Auditoria contábil inclui os honorários cobrados em relação à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais, informações trimestrais e auditorias das nossas controladas. Auditoria tributária são honorários relativos a revisões de conformidade fiscal conduzidas em conexão com os procedimentos de auditoria nas demonstrações financeiras.
40 Serviços adicionais relacionados à auditoria, principalmente, referem-se à asseguração e serviços relacionados para conforto em emissões a mercado.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Relatório da Administração 2024

ENEVA S.A.

CNPJ nº 04.423.567/0001-21

Composição e atribuições

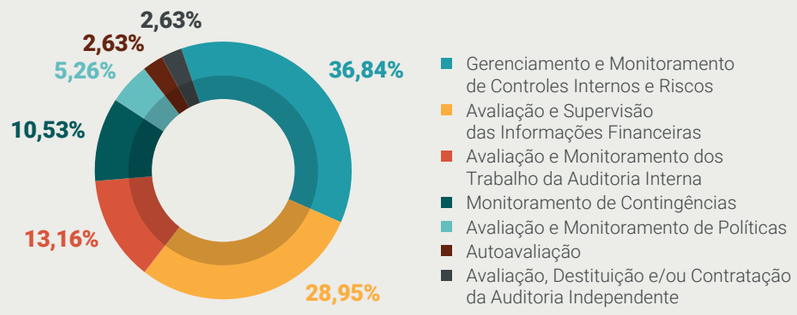
Conforme Estatuto Social da Eneva S.A. ("Companhia"), o órgão possui como principais responsabilidades, além de outras atribuições previstas na legislação aplicável e Regimento Interno do Comitê: **(i)** avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; **(ii)** acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; **(iii)** avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e **(iv)** avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

O Comitê atualmente é composto por 4 membros independentes, que foram eleitos na reunião do Conselho de Administração ocorrida em 15 de maio de 2023. Os membros eleitos pelo Conselho de Administração em maio de 2023 atendem a todos os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado e na Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021 e possuem mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que examinar, discutir e votar as contas dos administradores referentes ao exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2024. Os membros do Comitê são:

Membros	Função	Independente
Ricardo Baldin	Coordenador e membro com Reconhecida experiência em Contabilidade Societária	SIM
Edson Teixer	Membro	SIM
Fernando Campos	Membro	SIM
Felipe Gottlieb	Membro e Conselheiro de Administração	SIM

Atividades

O Comitê possui um plano de trabalho definido anualmente, priorizando os temas de maior relevância e, incorpora também as solicitações do Conselho de Administração. No ano de 2024, o Comitê cumpriu todo o plano de trabalho e, no gráfico abaixo, é possível verificar, em termos percentuais, os principais assuntos discutidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.



Ao longo do ano de 2024, o Comitê se reuniu no total de 09 (nove) vezes, respeitando e atendendo a periodicidade mínima de 6 (seis) vezes ao ano, dentro do período de 1 (uma) vez a cada bimestre, conforme exigido pela Resolução CVM nº 23. Neste período, os membros do Comitê avaliaram, discutiram, conheceram e/ou opinaram sobre:

- O Plano Anual da Auditoria Interna do ano de 2024 e respectivas atualizações referentes às atividades da área e status do Plano;
- O resultado da sua autoavaliação, bem como da avaliação da Auditoria Interna realizada pelos membros do Comitê;
- O reporte trimestral de suas atividades ao Conselho de Adminsitração;
- As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e Demonstrações Trimestrais referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2024, acompanhadas dos relatórios dos auditores externos.
- As atividades de monitoramento de gestão de riscos e controles internos, além das denúncias de Compliance e planos de ação da área de Tecnologia da Informação, no que diz respeito à cybersecurity, atividades da área e o projeto migração SAP S/4HANA;
- As contingências jurídicas e procedimentos de arbitragens da Companhia;;
- A nova estrutura da área de tecnologia da informação;
- A revisão da Política Anticorrupção da Companhia;
- A emissão de parecer por consultor externo sobre os principais impactos contábeis relacionados a aquisição das Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (Celse) e o tratamento do ágio por rentabilidade futura *(goodwill)* advindo da operação;
- A emissão de parecer por consultor externo sobre os aspectos jurídico-regulatórios e *compliance* contábil da operação de autoprodução de energia elétrica implementada por Focus Futura Holding Participações S.A., Focus Futura Geração 1 S.A., White Martins Gases Industriais Ltda, White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda e White Martins Gases Industriais do Norte Ltda;
- A Recuperabilidade dos ativos a carvão.

Conclusões e recomendações

Os membros do Comitê da Companhia, no exercício de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, recomendaram para aprovação do Conselho de Administração da Companhia ao longo de 2024 o Plano Anual da Auditoria Interna, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e Demonstrações Trimestrais referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2024, bem como a aprovação da revisão da Política Anticorrupção.

Ressalta-se que ao longo de 2024 não foram identificadas pelo Comitê quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Diante dos trabalhos de análise, monitoramento, discussões e recomendações realizadas pelo Comitê no período de atuação supracitado, expostas de forma sintetizada neste relatório, o Comitê considera que contribuiu para a melhoria dos sistemas de controles, auditoria e governança da Companhia e cumpriu com suas responsabilidades como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração.

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

Referente as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024

O Comitê, órgão assessor estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o Relatório da Administração e a minuta do relatório e parecer dos auditores independentes, sem ressalvas, a ser emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda e considerando o disposto no artigo 10º, parágrafo único, inciso III, da Resolução CVM 81/2021, conforme alterada, emite a seguinte recomendação:

Considerando as discussões e esclarecimentos pertinentes prestados pela gestão da Companhia e seus Auditores, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, o Comitê de Auditoria, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração da Eneva, das Demonstrações Financeiras do 4º Trimestre de 2024 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, devidamente acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Rio de janeiro, 11 de março de 2025.

Ricardo Baldin | Edson Teixer | Fernando Campos | Felipe Gottlieb

Demonstrações Financeiras 2024

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — *(em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	2	5.147.935	1.864.537	11.387.505	10.090.895
Custo operacional líquido	2	(3.621.233)	(908.563)	(7.434.022)	(6.379.745)
Lucro bruto		1.526.702	955.974	3.953.483	3.711.150
(Despesas)/receitas operacionais		–	–	–	–
Gerais e administrativas	7	(640.928)	(569.351)	(1.068.203)	(1.101.589)
Outras receitas/(despesas) operacionais	7	(40.107)	(1.390)	(680.212)	61.690
Resultado de equivalência patrimonial	16.2	(445.638)	603.853	6.841	1.072
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		400.029	989.086	2.211.909	2.672.323
Resultado financeiro		–	–	–	–
Receitas financeiras	8	357.998	249.082	597.740	1.122.051
Despesas financeiras	8	(2.697.530)	(1.416.676)	(4.159.427)	(3.512.817)
Lucro/(prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		(1.939.503)	(178.508)	(1.349.778)	281.557
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro		–	–	–	–
Corrente	9	–	–	(237.858)	(120.566)
Diferido	9	1.981.516	396.193	2.137.108	142.441
Lucro líquido do exercício		42.013	217.685	549.472	303.432
Atribuído a sócios da empresa controladora		42.013	217.685	42.013	217.685
Atribuído a sócios não controladores	29	–	–	507.459	85.747
Lucro por ações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)		–	–	–	–
Lucro líquido básico por ação	31	–	–	0,02514	0,13754
Lucro líquido diluído por ação	31	–	–	0,02514	0,13745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — *(em milhares de reais)*

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	42.013	217.685	549.472	303.432
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	–	–	–	–
Ajustes de conversão de moeda estrangeira do exercício	(18.219)	(1.227)	(18.219)	(1.227)
Ganhos/(perdas) com derivativos	(15.539)	22.922	(15.539)	22.922
Provisão de IR e CS não realizados	–	(7.376)	–	(7.376)
Total dos itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	(33.758)	14.319	(33.758)	14.319
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	–	–	–	–
Ganhos/(perdas) com derivativos	141.206	(24.982)	141.206	(24.982)
Mudança na participação relativa em controlada	–	50.200	–	50.200
Total dos itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	141.206	25.218	141.206	25.218
Total do resultado abrangente do exercício	149.461	257.222	656.920	342.969
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	149.461	257.222	149.461	257.222
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	–	–	507.459	85.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — *(em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas		5.811.937	2.270.400	14.338.633	12.124.926
Vendas de energia, serviços e outros	2	5.819.150	2.272.078	12.802.604	11.414.005
Receitas relativas à construção de ativos próprios		–	–	1.483.306	712.073
Outras receitas/(despesas)		(7.213)	(1.678)	52.723	(1.152)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(3.234.605)	(748.347)	(8.388.354)	(5.799.471)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.152.171)	(746.258)	(7.261.617)	(5.608.837)
Insumos de geração		(82.154)	(735)	(491.441)	(187.922)
Perda e recuperação de valores ativos		(280)	(1.354)	(635.296)	(2.712)
Valor adicionado bruto		2.577.332	1.522.053	5.950.279	6.325.455
Depreciação e amortização	2	(567.781)	(335.948)	(1.689.626)	(1.611.748)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		2.009.551	1.186.105	4.260.653	4.713.707
Valor adicionado recebido em transferência		(87.641)	852.935	604.581	1.123.123
Resultado de equivalência patrimonial	16	(445.638)	603.853	6.841	1.072
Receitas financeiras	8	250.485	144.826	483.209	861.044
Ganho de valor justo de debêntures	8	24.961	–	24.961	237.563
Juros sobre operações de mútuos	8	82.107	104.149	7.549	774
Outros		444	107	82.021	22.670
Valor adicionado total a distribuir	8	1.921.910	2.039.040	4.865.234	5.836.830
Distribuição do valor adicionado		1.921.910	2.039.040	4.865.234	5.836.830
Pessoal		359.569	269.479	681.796	591.045
Remuneração direta		208.529	179.262	461.609	413.501
Benefícios		140.286	81.903	200.617	161.668
FGTS e contribuições		10.754	8.314	19.570	15.876
Impostos, taxas e contribuições		(1.176.032)	124.713	(533.742)	1.401.829
Federal		(1.485.097)	(229.082)	(789.045)	956.353
Estadual		200.885	279.213	77.607	294.219
Municipal		437	367	702	1.256
Taxas e contribuições		107.743	74.215	176.994	150.001
Remuneração de capital de terceiros		2.696.360	1.427.163	4.167.708	3.540.524
Juros de empréstimos e debêntures	8	958.893	811.593	1.365.331	1.539.184
Perda de valor justo de debêntures	8	–	321.524	–	321.524
Outras despesas financeiras	8	864.650	116.691	1.292.968	1.026.760
Variação cambial e monetária	8	858.445	148.002	1.469.477	587.247
Aluguéis	2	14.518	29.306	38.629	55.918
Outros		(146)	47	1.303	9.891
Remuneração de capital próprio		42.013	217.685	549.472	303.432
Lucro líquido do exercício		42.013	217.685	42.013	217.685
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas não controladores		–	–	507.459	85.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — *(em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(1.939.503)	(178.508)	(1.349.778)	281.557
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		–	–	–	–
Depreciação e amortização	2	567.786	335.948	1.689.631	1.611.748
Baixa de imobilizado		15.589	–	16.382	–
Perda por redução ao valor recuperável	17	–	–	634.748	–
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais		23.208	29.421	23.208	29.421
Resultado de equivalência patrimonial e do passivo a descoberto	16.2	445.638	(603.853)	(6.841)	(1.072)
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	2	295.680	–	468.718	(214.710)
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	8	(24.961)	321.524	(24.961)	321.524
Amortização de custo de transação de empréstimos	8	70.803	21.601	100.307	125.440
Provisão para causas judiciais	7	(2.421)	1.748	(2.442)	(2.019)
Baixa de custo de transação - refinanciamento	8	–	–	–	294.086
Desconto financeiro - refinanciamento	8	–	–	–	(237.563)
Recuperação de créditos tributários e juros		–	–	–	(55.557)
Resultado financeiro líquido	8	2.279.584	775.483	3.455.446	1.546.193
		1.731.403	703.364	5.004.418	3.699.048
Aumento/(diminuição) dos ativos e dos passivos operacionais:					
Contas a receber		(1.098.460)	(49.606)	(544.642)	(156.029)
Estoques		125.561	(29.613)	205.216	(78.409)
Despesas antecipadas		(6.648)	4.079	(100.599)	(52.925)
Impostos a recuperar e recolher líquidos		134.346	(82.357)	135.499	(5.926)
Operações comerciais com partes relacionadas		(32.877)	69.636	7.958	596
Adiantamentos a fornecedores		(32.329)	14.812	20.395	(61.813)
Fornecedores		(54.626)	(130.379)	(467.988)	(417.712)
Obrigações sociais e trabalhistas		102.534	28.790	39.142	70.266
Adiantamento de clientes		–	–	85.923	–
Outros ativos e passivos		40.940	30.118	(82.043)	10.169
		(821.559)	(144.520)	(701.139)	(691.783)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		–	–	(287.982)	(217.083)
Dividendos recebidos	15	963.734	612.468	–	–
Valores recebidos e pagos de arbitragem	25	140.337	–	140.337	–
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas atividades operacionais		2.013.915	1.171.312	4.155.634	2.790.182
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível		(958.848)	(796.786)	(2.557.110)	(2.563.815)
Aquisição advinda de combinações de negócios, líquidos dos caixas obtidos		(1.242.360)	–	(932.906)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital		(880.902)	(1.316.024)	–	–
Títulos e valores mobiliários		(284.788)	17.095	82.798	794.684
Aporte de capital		(358.029)	–	–	–
Aquisição de debêntures com partes relacionadas		(214.864)	–	–	–
Caixa advindo de incorporações		491.899	–	–	–
Recebimento de mútuo - principal		95.415	1.016.499	–	–
Recebimento de mútuo - juros		10.824	29.105	–	–
Recebimento pela venda de participação em controladas		–	21.917	2.016	39.131
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos pelas atividades de investimentos		(3.341.653)	(1.028.194)	(3.405.202)	(1.730.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captações de financiamentos e debêntures	23	2.608.676	1.500.000	3.428.258	7.104.095
Pagamentos de financiamentos e debêntures - principal	23	(5.933.844)	(15.653)	(6.408.195)	(6.772.777)
Pagamentos de financiamentos e debêntures - juros	23	(1.126.738)	(1.094.699)	(1.655.992)	(1.857.073)
Custos de captações		(69.203)	(3.627)	(68.286)	(174.317)
Depósitos vinculados	23	–	–	(23.183)	497.885
Pagamentos de comissões sobre antecipação de debêntures		(11.992)	–	(11.992)	–
Antecipação de recebíveis futuros	21	2.700.000	–	2.700.000	850.000
Pagamentos de antecipação de recebíveis futuros - principal		–	–	(254.386)	(74.266)
Pagamentos de antecipação de recebíveis futuros - juros		–	–	(26.308)	(1.597)
Pagamentos de antecipação de recebíveis futuros - comissões		(30.183)	–	(30.183)	–
Pagamentos de passivo de arrendamento		(220.699)	(20.952)	(425.634)	(410.308)
Nota comercial com partes relacionadas	16	1.300.000	–	–	–
Aumento de capital	1.1	3.151.119	–	3.151.119	–
Liquidações de instrumentos financeiros		(14.299)	(109.471)	(39.777)	(156.656)
Alienação de participação em controlada sem perda de controle		–	500	–	960.102
Remuneração de credores - refinanciamento	8	–	–	–	(137.487)
Dividendos pagos para acionistas não controladores		–	–	(233.679)	(42.630)
Recebimento de reembolso de seguros antecipados - refinanciamento		–	–	–	205.613
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados/ (consumidos) pelas atividades de financiamentos		2.352.837	256.098	101.762	(9.416)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.025.099	399.216	852.194	1.050.766
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		445.834	46.618	2.342.061	1.291.295
No fim do exercício		1.470.933	445.834	3.194.255	2.342.061
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.025.099	399.216	852.194	1.050.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Demonstrações Financeiras 2024

ENEVA S.A.

CNPJ nº 04.423.567/0001-21

eneva

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — *(em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	**1.470.933**	445.834	**3.194.255**	2.342.061
Títulos e valores mobiliários	11	**452.014**	31.425	**672.057**	250.578
Contas a receber	12	**1.317.184**	180.402	**2.330.710**	1.431.317
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	26	**422.258**	–	**717.224**	660.830
Estoques	13	**188.348**	84.411	**813.508**	724.564
Despesas antecipadas		**49.054**	11.364	**308.353**	140.649
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	14	**77.172**	49.048	**276.010**	243.290
Outros impostos a recuperar	14	**45.711**	16.507	**50.640**	66.550
Dividendos a receber	15	**143.034**	264.868	–	–
Mútuos com partes relacionadas	29	–	58.585	–	–
Operações comerciais com partes relacionadas	29	**358.092**	179.586	**6.750**	–
Debêntures com partes relacionadas	29	**219.879**	–	–	–
Adiantamentos a fornecedores		**45.655**	13.326	**115.942**	119.523
Instrumentos financeiros derivativos	28	**428**	–	–	–
Outros		**21.984**	23.439	**32.847**	82.078
		4.811.746	**1.358.795**	**8.518.296**	**6.061.440**
Não circulante					
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	26	**534.227**	–	**899.974**	1.012.905
Operações comerciais com partes relacionadas	29	**38.628**	149.793	**143**	–
Mútuos com partes relacionadas	29	**677.404**	646.404	–	–
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	14	**2.425**	33.170	**13.774**	37.934
Instrumentos financeiros derivativos	28	–	3.885	–	3.876
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	**1.359.013**	–	**2.874.323**	361.765
Outros		**17.743**	15.091	**52.601**	41.155
		2.897.145	**1.075.990**	**4.191.187**	**1.739.892**
Investimentos	16	**13.211.725**	16.594.046	**7.791**	9.567
Imobilizado	17	**15.592.777**	5.500.628	**32.032.322**	28.448.910
Intangível	18	**6.615.619**	1.042.891	**8.021.184**	7.306.070
		38.317.266	**24.213.555**	**44.252.484**	**37.504.439**
Total do ativo		**43.129.012**	**25.572.350**	**52.770.780**	**43.565.879**

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo circulante					
Fornecedores	19	**709.862**	85.017	**1.305.006**	600.106
Fornecedores de projetos em construção	20	–	80.636	**355.033**	179.698
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	26	**811.910**	–	**1.036.943**	558.322
Empréstimos e financiamentos	23	**32.031**	533.894	**655.413**	812.974
Debêntures	23	**388.200**	915.991	**713.730**	1.306.722
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	23	**24.961**	24.961	**24.961**	24.961
Arrendamento	24	**168.810**	32.137	**161.421**	190.199
Operações comerciais com partes relacionadas	29	**75.289**	19.409	**6.625**	–
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	22	**511**	442	**179.278**	90.711
Outros impostos a recolher	22	**145.183**	52.054	**290.090**	158.028
Instrumentos financeiros derivativos	28	–	11.738	**1.850**	4.518
Antecipação de recebíveis futuros	21	–	–	**214.782**	249.342
Parcela contingente advinda de combinação de negócios	3	**275.193**	60.800	**275.193**	60.800
Obrigações sociais e trabalhistas		**63.715**	40.604	**98.597**	67.246
Participações nos lucros		**128.517**	111.289	**178.103**	146.374
Contas a pagar - setor elétrico		–	–	**34.068**	45.832
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	28	**51.950**	24.325	**144.679**	89.893
Provisão - custo de ressarcimento	28	–	–	**61.095**	62.047
Outras obrigações		**42.399**	17.484	**47.045**	88.437
		2.918.531	**2.010.781**	**5.783.912**	**4.736.210**
Não circulante					
Fornecedores	19	**406.480**	215.789	**511.359**	336.206
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	26	**73.877**	–	**214.964**	429.328
Empréstimos e financiamentos	23	**111.187**	18.747	**3.611.307**	3.049.004
Debêntures	23	**12.126.098**	9.653.112	**12.405.989**	14.532.037
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	23	**266.960**	291.921	**266.960**	291.921
Instrumentos financeiros derivativos	34	**295.807**	–	**299.781**	–
Arrendamento	24	**4.613.940**	110.329	**4.323.225**	3.401.554
Antecipação de recebíveis futuros	21	**2.883.462**	–	**3.287.162**	561.037
Nota comercial com partes relacionadas	29	**301.248**	–	–	–
Operações comerciais com partes relacionadas	29	**13.214**	13.554	**206**	206
Mútuos com partes relacionadas	29	**10**	65.768	**1.228**	–
Provisão para passivo a descoberto		**34.220**	79.976	–	–
Provisão, ativos e passivos contingentes	25	**13.464**	8.144	**45.781**	95.964
Provisão para obrigação de abandono	27	**155.882**	168.774	**155.189**	169.208
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	–	579.888	**1.630.268**	1.010.354
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	22	**367**	–	**367**	8.337
Outras obrigações		**4.777**	437	**18.315**	6.877
		21.300.993	**11.206.439**	**26.772.101**	**23.892.033**
Total do passivo		**24.219.524**	**13.217.220**	**32.556.013**	**28.628.243**
Patrimônio líquido					
Capital social	30	**17.898.826**	13.077.188	**17.898.826**	13.077.188
Ações em tesouraria	30	**(7.269)**	(17.329)	**(7.269)**	(17.329)
Reserva de capital	30	**235.074**	172.879	**235.074**	172.879
Reserva de lucros - Incentivos fiscais	30	**1.383.209**	971.784	**1.383.209**	971.784
Transações com acionistas	30	**(94.168)**	(1.615.231)	**(94.168)**	(1.615.231)
Outros resultados abrangentes	30	**171.052**	63.603	**171.052**	63.603
Prejuízos acumulados	30	**(677.236)**	(297.764)	**(677.236)**	(297.764)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**18.909.488**	**12.355.130**	**18.909.488**	**12.355.130**
Participações de acionistas não controladores	30	–	–	**1.305.279**	2.582.506
Total do patrimônio líquido		**18.909.488**	**12.355.130**	**20.214.767**	**14.937.636**
Total do passivo e patrimônio líquido		**43.129.012**	**25.572.350**	**52.770.780**	**43.565.879**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — *(em milhares de reais)*

	Nota	Capital social integralizado	Ações em tesouraria	Reserva de Lucros – Reserva de capital (opções de ações outorgadas)	Reserva de Lucros – Incentivos fiscais	Outros resultados abrangentes	Transação com acionistas	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**13.075.688**	**(28.444)**	**146.914**	**814.419**	**16.690**	**–**	**(346.969)**	**13.678.298**	**57.720**	**13.736.018**
Programa de recompra de ações	**30**	–	11.115	–	–	–	–	(11.115)	–	–	–
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM	**30**	–	–	–	78.924	–	–	(78.924)	–	–	–
Incentivo fiscal ICMS	**30**	–	–	–	78.441	–	–	(78.441)	–	–	–
Transações com acionistas:		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	217.685	**217.685**	85.747	**303.432**
Custo de captação		30	–	–	–	–	–	–	**30**	–	**30**
Transações com pagamentos baseados em ações		1.470	–	(1.470)	–	–	–	–	–	–	–
Mudança na participação em controlada	**16**	–	–	–	–	–	(1.615.231)	–	**(1.615.231)**	2.439.039	**823.808**
Valor justo dos instrumentos patrimoniais		–	–	27.435	–	–	–	–	**27.435**	–	**27.435**
Outros resultados abrangentes:		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mudança na participação relativa em controlada		–	–	–	–	50.200	–	–	**50.200**	–	**50.200**
Ajustes de conversão de moeda estrangeira no exercício		–	–	–	–	(1.227)	–	–	**(1.227)**	–	**(1.227)**
Perda com derivativos		**–**	**–**	**–**	**–**	(2.060)	**–**	**–**	(2.060)	**–**	(2.060)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**13.077.188**	**(17.329)**	**172.879**	**971.784**	**63.603**	**(1.615.231)**	**(297.764)**	**12.355.130**	**2.582.506**	**14.937.636**
Aumento de capital	**30**	4.820.086	–	–	–	–	–	–	**4.820.086**	10.401	**4.830.487**
Programa de recompra de ações	**30**	–	10.060	–	–	–	–	(10.060)	–	–	–
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM	**30**	–	–	–	275.725	–	–	(275.725)	–	–	–
Incentivo fiscal ICMS	**30**	–	–	–	135.700	–	–	(135.700)	–	–	–
Transações com acionistas:		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	42.013	**42.013**	507.459	**549.472**
Dividendos		–	–	–	–	–	–	–	–	(261.507)	**(261.507)**
Transações com pagamentos baseados em ações		1.552	–	(1.552)	–	–	–	–	–	–	–
Mudança na participação em controlada	**16**	–	–	–	–	–	1.521.063	–	**1.521.063**	(1.520.563)	**500**
Valor justo dos instrumentos patrimoniais		–	–	63.747	–	–	–	–	**63.747**	–	**63.747**
Outras movimentações de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	(13.017)	**(13.017)**
Outros resultados abrangentes:		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ajustes de conversão de moeda estrangeira no exercício		–	–	–	–	(18.218)	–	–	**(18.218)**	–	**(18.218)**
Ganho com derivativos		**–**	**–**	**–**	**–**	125.667	**–**	**–**	125.667	**–**	125.667
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**17.898.826**	**(7.269)**	**235.074**	**1.383.209**	**171.052**	**(94.168)**	**(677.236)**	**18.909.488**	**1.305.279**	**20.214.767**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eneva S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A., com sede no município e estado do Rio de Janeiro, que atua tanto na indústria de petróleo e gás natural (exploração, produção, acondicionamento e comercialização), quanto na indústria de energia elétrica (geração de energia e soluções em energia no Brasil). Na atividade de geração de energia, a Companhia possui 7,2 GW de capacidade instalada (82% operacional), sendo 6,5 em Usinas Termoelétricas (UTE) e 0,7 MW em Usinas Fotovoltaicas (UFV). Na atividade de exploração e produção (E&P) de óleo e gás, a Companhia é a maior operadora privada de gás natural do Brasil, com capacidade de produção de 9* milhões de m³/dia. A Eneva S.A. possui 51,8* mil km² em área de concessão das bacias do Parnaíba (MA), do Amazonas (AM), do Solimões (AM) e do Paraná (GO/MS). Atualmente, a Companhia possui quatorze campos e áreas de desenvolvimento *onshore em* seu portfólio, sendo doze declarados comerciais na Bacia do Parnaíba e dois na Bacia do Amazonas. Esses ativos estão substancialmente conectados à infraestrutura de produção responsável pelo abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no estado do Maranhão ("Complexo Parnaíba"), pelo suprimento do insumo para os clientes industriais da região e abastecimento a termelétrica UTE Jaguatirica II, em Roraima. Nas atividades de geração de energia a Companhia possui 43 usinas:

15 Termoelétricas (gás natural)	23 Usinas fotovoltaicas	2 Termoelétricas (carvão importado)	3 Termoelétricas (óleo diesel)
5,3 GW	**0,7 GW**	**0,7 GW**	**0,5 GW**
capacidade instalada (75% operacional)	capacidade instalada	capacidade instalada	capacidade instalada

*Informações não auditadas

Os ativos, operações e projetos em desenvolvimento da Companhia estão distribuídos pelo Brasil, conforme demonstrado na figura abaixo:

MARANHÃO

1 ITAQUI
360 MW

2 GERA MARANHÃO
332 MW

3 COMPLEXO PARNAÍBA
1.9 GW

4 BACIA DO PARNAÍBA
12 campos de gás natural

AMAZONAS

5 BACIA DO AMAZONAS
2 campos de gás natural e óleo
1 área de acumulação marginal (Japiim)

6 BACIA DO SOLIMÕES
1 área de acumulação marginal (Juruá)

7 COMPLEXO AZULÃO
950 MW

GOIÁS E MATO GROSSO DO SUL

8 4 BLOCOS EXPLORATÓRIOS
11.544 km² de área total

CEARÁ

9 PECÉM II
365 MW

10 ENEVA (UTE FORTALEZA)
327 MW

11 TAUÁ
1 MW

BAHIA

12 PARQUE SOLAR FUTURA I
692 Mwac

RORAIMA

13 AZULÃO
141 MW

SERGIPE

14 ENEVA (HUB SERGIPE)
1.6 GW

ESPÍRITO SANTO

15 LINHARES
240 MW

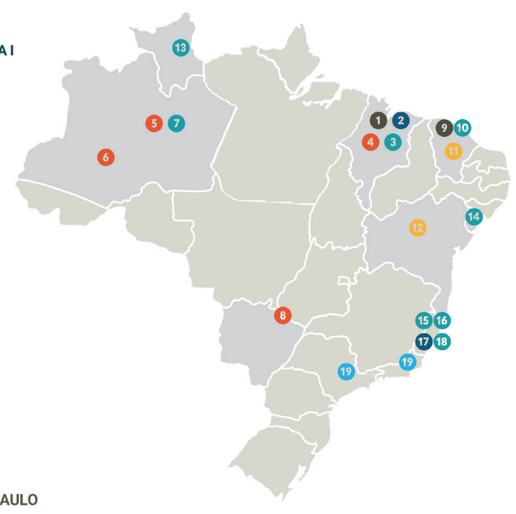
16 POVOAÇÃO
75 MW

17 VIANA
175 MW

18 VIANA
37 MW

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

19 ENEVA (COMERCIALIZADORA DE ENERGIA)



- Termoelétrica (gás natural)
- Termoelétrica (carvão importado)
- Termoelétrica (óleo diesel)
- Usina solar
- Exploração e Produção
- Comercializadora

Relação das empresas ligadas à atividade de geração de energia e suas respectivas usinas:

Complexos	Empresas	Usinas Termelétricas (UTE) e Usinas Fotovoltaicas (UFV)
Complexo Azulão	Azulão Geração de Energia S.A.	UTE Jaguatirica II
	Azulão I Geração de Energia S.A.	UTE Azulão
	Sparta 300 SPEs S.A.	UTE Azulão II
		UTE Azulão IV
Complexo Parnaíba	Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	UTE Parnaíba V
		UTE Maranhão IV
		UTE Maranhão V
	Parnaíba II Geração de Energia S.A.	UTE MC2 Nova Venécia 2
		UTE Maranhão III
		UTE Parnaíba IV
	Pecém II Geração de Energia S.A.	UTE Porto do Pecém II
	Itaqui Geração de Energia S.A.	UTE Porto de Itaqui
	Eneva S.A.	UTE Fortaleza
	Tauá Geração de Energia Ltda	UFV Tauá
Hub Sergipe	Eneva S.A.	UTE Porto Sergipe I
Complexo Solar Futura	SPE Futura 1 GCES* S.A.	UFV 1, 2, 3 e 4
	SPE Futura 2 GCES* S.A.	UFV 5, 6, 7 e 8
	SPE Futura 3 GCES* S.A.	UFV 9, 10, 11 e 12
	SPE Futura 4 GCES* S.A.	UFV 13, 14, 15, 16 e 17
	SPE Futura 5 GCES* S.A.	UFV 18, 19 e 20
	SPE Futura 6 GCES* S.A.	UFV 21 e 22
Complexo Espírito Santo	Linhares S.A.	Luiz Oscar Rodrigues de Melo (LORM)
	Povoação Energia S.A.	UTE Povoação 1
	Termelétrica Viana S.A.	UTE Viana e UTE Viana 1
	Geradora de Energia do Maranhão S.A.	UTE Geramar I
		UTE Geramar II

** GCES: Geração e Comercialização de Energia Solar*

1.1. Eventos significativos do exercício: Captação de debêntures e financiamento: Conclusão da 10ª emissão de debêntures da Eneva S.A.[1]: Em 6 de maio de 2024, a Companhia concluiu a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em até quatro séries, no montante de R$2.500.000. A totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Companhia será utilizada para: a. reembolso de despesas e gastos incorridos com o Complexo Solar Futura; b. reembolso de despesas e gastos relacionados a investimentos no Complexo Parnaíba, na venda de gás liquefeito em pequena escala (*Small Scale Liquid Natural Gas* - "SSLNG"), no Projeto Azulão Jaguatirica e no Projeto Azulão 950 MW (Complexo Azulão). **Celebração de contrato de financiamento no âmbito do projeto Azulão 950MW (Complexo Azulão)[1]:** Em agosto de 2024, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Brasil S.A., utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), com o objetivo de financiar a construção da UTE Azulão II e da UTE Azulão IV (usinas da controlada Sparta 300 SPEs S.A.) no âmbito do Projeto Azulão 950MW. O valor do financiamento é de R$1.000.000, sendo liberados R$500.000 durante o exercício de 2024. **Aprovação da 13ª emissão de debêntures da Eneva S.A.[1]:** Em 12 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou a 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em até duas séries. A totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio das debêntures será utilizada para: a. pagamento dos valores incorridos pela Companhia para a realização da oferta de resgate antecipado facultativo total ou parcial das debêntures da 2ª (segunda) série da 11ª (décima primeira) emissão de debêntures da Companhia. Em 07 de janeiro de 2025, a distribuição pública foi encerrada, emitindo 838.074 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única. **Celebração de memorandos de entendimento para operações de combinação de negócios e oferta pública de ações:** Em 16 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Companhia celebrou, de forma vinculante, os termos e condições para a implementação de operações distintas de combinação de negócios e de estruturação de uma oferta pública primária de ações (*Follow-on)* da Eneva S.A. **Combinação de negócios:** Em 05 de setembro de 2024, a Companhia celebrou de forma vinculante os seguintes acordos: **a. Termelétrica Viana S.A ("Tevisa") e Povoação Energia S.A ("Povoação"):** Através de celebração de acordo de associação com o BTG Pactual Holding Participações S.A. ("BTGP") e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG"), tendo por objeto a implementação de uma operação de cisão parcial da BTGP com subsequente incorporação da parcela cindida do patrimônio líquido da BTGP pela Eneva, composta exclusivamente por ações ordinárias de emissão da Tevisa e da Povoação, representativas de 100% (cem por cento) dos seus respectivos capitais sociais, tornando, assim, Tevisa e Povoação subsidiárias integrais da Eneva. A reorganização societária foi aprovada pelos acionistas da Companhia e da BTGP em 30 de setembro de 2024 nas suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias. Em 25 de outubro de 2024, todas as condições precedentes foram atendidas e a reorganização societária foi concluída. **b. Linhares Brasil Energia Participações S.A ("Linhares Participações"):** Celebração do contrato de compra e venda das

[1] as informações referentes ao prazo, custo da dívida e alavancagem estão descritas na nota explicativa 23 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

»»»

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

ações com o BTG Infraestrutura Dividendos Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("FIP BDIV") para aquisição pela Eneva da totalidade das ações ordinárias emitidas pela Linhares Participações e, consequentemente, a totalidade das ações ordinárias emitidas pela Linhares Geração S.A. ("Linhares"), que era sua subsidiária integral. Adicionalmente, a Companhia adquiriu a totalidade das Debêntures da 2ª emissão da Linhares, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, de titularidade do FIP BDVI. Em 25 de outubro de 2024, todas as condições precedentes foram atendidas e a reorganização societária foi concluída. **c. Geradora de Energia do Maranhão S.A ("Gera Maranhão"):** Celebração do contrato de compra e venda de ações com o BTGP para aquisição pela Eneva de ações ordinárias representativas de 100% do capital social da Gera Maranhão de titularidade da BTGP. Em 14 de novembro de 2024, a Companhia adquiriu 50% do capital social de Gera Maranhão, após atender todas as condições precedentes. Em 11 de dezembro de 2024, a Companhia adquiriu os outros 50% restantes do capital social de Gera Maranhão de titularidade dos outros acionistas que exerceram o direito de *tag along, concluindo a reorganização societária. A* alocação do valor justo da combinação de negócios está detalhada na nota explicativa 3 - Combinação de negócios. ***Oferta publica de ações:*** A oferta pública de distribuição de novas ações ordinárias da Eneva *("Follow-on"),* que era uma das condições suspensivas para que as operações acima fossem concretizadas, foi liquidada em 10 de outubro e captou R$3.151.119 (líquidos dos custos de captação), através da emissão de 228.571.429 ações ordinárias ao preço de R$14,00, gerando um aumento do seu capital social, dentro do limite do capital autorizado. Além de ser usado para liquidação das aquisições descritas acima, os recursos captados pela Eneva por meio do *Follow- on* serão utilizados no plano de negócios da Companhia e para otimizar sua estrutura de capital, fortalecendo seu balanço e reduzindo sua alavancagem. **Celebração de contratos de suprimentos de gás natural: Operação com a Companhia Pernambucana de Gás ("Copergás"):** Em 23 de julho de 2024, a Companhia celebrou contrato para fornecimento de gás natural, oriundo da Bacia do Parnaíba, para a Copergás nos municípios de Petrolina e Garanhuns, no estado de Pernambuco. A Eneva é responsável pelas operações de liquefação, transporte e regaseificação do GNL, esta última acontecendo nas plantas de regaseificação da Copergás com perspectiva de entrega de até 35.000 m³/dia em Petrolina e de 5.000 m³/dia em Garanhuns, operadas pela Eneva. O Contrato possui vigência de 3 anos, a partir do início do fornecimento comercial, que começou em agosto de 2024. **Operação com a Termopernambuco S.A. ("Termopernambuco"):** Em 07 de agosto de 2024, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de gás natural com a Termopernambuco para fornecimento de gás natural. O suprimento será realizado a partir de GNL importado pelo Hub Sergipe, por meio da Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (Navio ou "FSRU"). O fornecimento de gás natural iniciou em 01 de outubro de 2024 e terminará em 30 de junho de 2026. A UTE Termopernambuco poderá solicitar à Companhia até 2.400.000 m³/dia de gás natural, em modalidade 100% flexível, para geração termelétrica, tendo a Companhia exclusividade no fornecimento do gás necessário para atendimento aos despachos da usina pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) durante o período do contrato. A remuneração ocorre em duas parcelas: uma fixa, pela reserva de capacidade do FRSU e segurança da disponibilidade de gás para o cliente, e uma variável, atrelada ao índice de preço de gás natural liquefeito (GNL) LNG Japan/Korea Marker (Platts)(JKM), para remunerar o gás que será solicitado pela UTE Termopernambuco em caso de despacho. **Antecipação de recebíveis da UTE Porto do Sergipe I:** No dia 26 de julho de 2024, a Eneva realizou, para o Bradesco, cessão parcial dos direitos creditórios decorrentes da Receita Fixa dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") da Usina Termelétrica Porto de Sergipe I por disponibilidade, relativos ao período de janeiro de 2026 a fevereiro de 2030, com liquidação imediata desses recebíveis, no valor total de R$2.700.000, líquido dos encargos pela antecipação, à taxa pré-fixada de DI+1,3950% a.a. O valor nominal total dos direitos creditórios cedidos foi de R$4.157.738, a partir de apuração de dezembro de 2025 no ambiente de contratação regulada ("ACR"), com prazo de cessão no período de 20 de janeiro de 2026 a 15 de fevereiro de 2030, referente ao 21º Leilão de Energia Nova (A-5) de 30 de abril de 2015. Os direitos creditórios cedidos tiveram os seus saldos ajustados a valor presente. Os descontos financeiros serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Adicionalmente, a Companhia contratou operação de *swap para conversão do risco de exposição à taxa pré-fixada, firmada na operação de antecipação de recebíveis futuros, para CDI, conforme nota explicativa 21 - Antecipação de recebíveis futuros.* **Início da operação comercial e expansão do segmento de venda de gás liquefeito em pequena escala ("SSLNG"):** Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia iniciou a operação comercial do primeiro trem de liquefação da instalação de acondicionamento de GNL ("Planta de Liquefação"), construída nas adjacências do Complexo Parnaíba, após o recebimento da autorização para operar por parte da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"). Dessa forma, a Companhia inaugura o modelo de negócios de SSLNG, viabilizando a monetização do gás natural, que já conta com 3 contratos com prazo de suprimentos entre 3 e 10 anos. O segundo trem de liquefação encontra-se em fase de comissionamento. Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), no valor de R$660.000 ao custo de IPCA + 3,4187% a.a., com prazo de vigência de 15 anos, incluindo 5 anos de carência de principal e vencimento final em 15 de janeiro de 2040, considerando, também, um bônus de adimplência contratual. O financiamento visa expandir o projeto de fornecimento de GNL, via Planta de Liquefação no Complexo Parnaíba, para regiões do Brasil que não são atendidas pela malha de gasodutos (*off-grid), através de carretas criogênicas via modal rodoviário. A liberação do recurso aconteceu no dia 13 de janeiro de 2025, após atendimento de determinadas condições precedentes e ao cronograma do projeto.*

2. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DO NEGÓCIO

A Administração gerencia seus negócios com base em nove segmentos, sendo eles: (i) térmicas a gás, (ii) HUB Sergipe, (iii) térmicas a carvão, (iv) usinas solares, (v) térmicas a óleo, (vi) *upstream,* (vii) SSLNG, (viii) comercialização de energia e (ix) holding e outros. O desempenho dos segmentos operacionais é avaliado com base no EBITDA ajustado (excluindo gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como perda por redução ao valor recuperável).

Principais atividades por segmento:

Segmento	Principais atividades
Térmicas a gás	Operação e expansão do Complexo de Parnaíba (capacidade de 1,9 GW), UTE Jaguatirica II (capacidade de 141 MW), UTE Linhares (capacidade de 240 MW), UTE Povoação (capacidade de 75 MW), UTE Viana I (capacidade de 37 MW).
HUB Sergipe	UTE Porto Sergipe I (capacidade de 1,6 GW), suprida por GNL adquirido de terceiro e transportado por navios metaneiros até o Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito ("FSRU"). Comercialização de gás *on-grid.*
Térmicas a carvão	UTE Itaqui (capacidade de 360 MW) e UTE Pecém II (capacidade de 365 MW).
Usinas Solares	Operação do complexo Futura I (capacidade de 692,4 MW) e do Projeto Futura (potencial de expansão), além de uma usina de 1 MW em Tauá, Ceará.
Térmicas a Óleo	UTE Viana (capacidade de 175 MW), UTE Geramar I e UTE Geramar II (capacidade total de 332 MW).
Upstream	Operação de 14 campos de gás natural, sendo 12 declarados comerciais na Bacia do Parnaíba e 2 na Bacia do Amazonas, voltados para exploração e produção (E&P). Adicionalmente, Bacia de Solimões, com uma área de acumulação marginal (Juruá).
SSLNG	Modelo de negócio em pequena escala de GNL, onde o gás é produzido e liquefeito nas instalações do Complexo Parnaíba e vendido para clientes industriais e para uso no setor automotivo de transporte pesado. Em 2024, com a conclusão da Planta de Liquefação, a Companhia passou a fornecer gás natural para suprir clientes *off-grid,* dentre eles, plantas industriais de grandes empresas, distribuidores regionais e empresas que utilizam transporte rodoviário em frota.
Comercialização de energia	Comercialização de energia no ambiente de contratação livre (ACL), registrada na CCEE.
Holding e outros	Empresas com participações em outras companhias, prestação de serviço de soluções logísticas, transporte de GNL e desenvolvimentos de novos projetos.

Embora o segmento de SSLNG não atinja o critério quantitativo requerido pelas normas contábeis para segmentos reportáveis, a administração da Companhia realiza acompanhamento qualitativo desse segmento por entender que possui potencial de crescimento, com expectativa de contribuição significativa para as receitas da Companhia. Em 2023, a térmica UTE Porto de Sergipe I estava incluída no segmento "Térmicas a Gás". Porém, a partir de 2024, a Companhia desenvolveu negócios de comercialização de gás *on-grid impulsionado* pela conexão do terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) à malha de transporte. Por isso, houve a necessidade de segregar as atividades de geração de energia e comercialização de gás como um segmento específico denominado Hub Sergipe, passando a ser reportado separadamente. Dessa forma, as informações comparativas de 2023 foram reapresentadas para refletir essa nova estrutura de segmentação. Em 2024, a Companhia adquiriu as usinas termelétricas Gera Maranhão e Tevisa, conforme apresentado na nota explicativa 1.1 - Eventos significativos do exercício. Essas usinas operam com geração a óleo, um segmento que, até 2023, não fazia parte do portfólio de operações da Companhia. Diante disso, passamos a reportar as Térmicas a Óleo como um novo segmento, considerando sua importância para a Diretoria Executiva na análise e tomada de decisões estratégicas, incluindo aspectos ambientais, sociais e governamentais.

Demonstração do Resultado em 2024

	Atividade de geração de energia					Atividade de E&P					
	Térmicas a Gás	HUB Sergipe	Térmicas a Carvão	Usinas Solares	Térmicas a Óleo	*Upstream*	SSLNG	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do consolidado
Receita operacional líquida	3.905.845	2.536.387	1.193.127	278.287	48.242	994.481	60.298	4.250.433	–	(1.879.595)	11.387.505
Custo operacional líquido	(1.802.720)	(1.052.596)	(600.873)	(205.293)	(21.466)	(223.182)	(52.864)	(4.142.154)	–	1.868.834	**(6.232.314)**
Depreciação e amortização - custo	(346.318)	(392.793)	(210.602)	(111.528)	(3.113)	(129.645)	(7.709)	–	–	–	**(1.201.708)**
Despesas gerais e administrativas	(69.825)	(15.092)	(41.096)	(14.163)	(8.127)	(6.669)	(4.918)	(47.670)	(78.756)	(163.630)	**(449.945)**
Depreciação e amortização - despesa	(18.189)	–	(1.306)	(466)	(74)	(14.790)	(178)	(1.542)	(213.919)	(237.458)	**(487.923)**
Despesas com exploração e poço seco	–	–	–	–	–	(130.335)	–	–	–	–	**(130.335)**
Outras receitas e despesas operacionais	(18.208)	(7.372)	509	(9.760)	92	4.799	(10.245)	(1.940)	5.851	(9.189)	**(45.463)**
Perda por redução ao valor recuperável	–	–	(634.748)	–	–	–	–	–	–	–	**(634.748)**
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	148.389	(141.549)	**6.841**
Receitas financeiras	181.192	65.721	26.308	42.199	2.198	2.451	1.010	9.108	379.235	(111.682)	**597.740**
Despesas financeiras	(516.190)	(1.713.311)	(179.914)	(69.642)	(408)	(161.344)	(12.990)	(2.787)	(1.627.250)	124.409	**(4.159.427)**
Tributos correntes e diferidos	(206.825)	(42.966)	178.586	(12.018)	(2.592)	–	(3.020)	15.047	1.973.039	–	**1.899.250**
Lucro/(prejuízo) do exercício	**1.108.761**	**(622.022)**	**(270.009)**	**(102.384)**	**14.752**	**335.766**	**(30.616)**	**78.495**	**586.589**	**(549.741)**	**549.473**
Reconciliação do lucro/(prejuízo) líquido x EBITDA	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	1.108.761	(622.022)	(270.009)	(102.384)	14.752	335.766	(30.616)	78.495	586.589	(549.741)	**549.473**
(+) Depreciação e amortização	364.507	392.793	211.908	111.994	3.187	144.435	7.887	1.542	213.919	237.458	**1.689.631**
(-) Receitas financeiras	(181.192)	(65.721)	(26.308)	(42.199)	(2.198)	(2.451)	(1.010)	(9.108)	(379.235)	111.564	**(597.740)**
(+) Despesas financeiras	516.190	1.713.311	179.914	69.642	408	161.344	12.990	2.787	1.627.250	(124.409)	**4.159.427**
(+/-) Tributos correntes e diferidos	206.825	42.966	(178.586)	12.018	2.592	–	3.020	(15.047)	(1.973.039)	–	**(1.899.250)**
EBITDA	**2.015.091**	**1.461.327**	**(83.081)**	**49.071**	**18.741**	**639.094**	**(7.729)**	**58.669**	**75.484**	**(325.128)**	**3.901.541**
(+) Perda por redução ao valor recuperável	–	–	634.748	–	–	–	–	–	–	–	**634.748**
EBITDA ajustado	**2.015.091**	**1.461.327**	**551.667**	**49.071**	**18.741**	**639.094**	**(7.729)**	**58.669**	**75.484**	**(324.111)**	**4.536.289**

Demonstração do Resultado em 2023

	Atividade de geração de energia				Atividade de E&P				
	Térmicas a Gás	HUB Sergipe	Térmicas a Carvão	Usinas Solares	*Upstream*	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do consolidado
Receita operacional líquida	4.005.137	2.039.221	972.418	222.334	719.788	3.071.374	3.150	(942.527)	**10.090.895**
Custo operacional líquido	(2.245.120)	(618.656)	(359.334)	(141.548)	(175.340)	(2.706.971)	–	942.528	**(5.304.441)**
Depreciação e amortização - custo	(310.315)	(387.469)	(202.094)	(71.051)	(104.375)	–	–	–	**(1.075.304)**
Despesas gerais e administrativas	(69.210)	(28.351)	(40.205)	(17.623)	(10.937)	(56.374)	(212.284)	(19)	**(435.004)**
Depreciação e amortização - despesa	(885)	(24)	(1.298)	(503)	(10.398)	(1.324)	(208.803)	(313.212)	**(536.446)**
Despesas com exploração e poço seco	–	–	–	–	(130.141)	–	–	–	**(130.141)**
Outras receitas e despesas operacionais	2.903	58.775	3.159	(760)	(1.136)	2.044	(3.240)	(56)	**61.690**
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–	–	–	–	1.051.052	(1.049.980)	**1.072**
Receitas financeiras	128.597	797.731	23.139	50.219	10.675	12.955	241.018	(142.283)	**1.122.051**
Despesas financeiras	(400.281)	(1.588.343)	(189.069)	(48.875)	(40.224)	(1.622)	(1.386.280)	141.877	**(3.512.817)**
Tributos correntes e diferidos	(128.664)	(92.019)	(31.719)	(17.213)	–	(107.164)	398.546	108	**21.875**
Lucro/(prejuízo) do exercício	**982.163**	**180.865**	**174.997**	**(25.020)**	**257.912**	**212.918**	**(116.841)**	**(1.363.564)**	**303.432**
Reconciliação do lucro/(prejuízo) líquido x EBITDA									
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	982.163	180.865	174.997	(25.020)	257.912	212.918	(116.841)	(1.363.564)	303.432
(+) Depreciação e amortização	311.200	387.493	203.392	71.554	114.773	1.324	208.803	313.212	**1.611.748**
(-) Receitas financeiras	(128.597)	(797.731)	(23.139)	(50.219)	(10.675)	(12.955)	(241.018)	142.283	**(1.122.051)**
(+) Despesas financeiras	400.281	1.588.343	189.069	48.875	40.224	1.622	1.386.280	(141.877)	**3.512.817**
(+/-) Tributos correntes e diferidos	128.664	92.019	31.719	17.213	–	107.164	(398.546)	(108)	**(21.875)**
EBITDA	**1.693.711**	**1.450.989**	**576.038**	**62.403**	**402.235**	**310.073**	**838.678**	**(1.050.104)**	**4.284.071**
(+) Perda por redução ao valor recuperável	–	–	–	–	–	–	–	–	–
EBITDA ajustado	**1.693.711**	**1.450.989**	**576.038**	**62.403**	**402.235**	**310.073**	**838.678**	**(1.050.104)**	**4.284.071**

Receita e custo operacionais líquidos por categoria 2024

	Atividade de geração de energia					Atividade de E&P					
	Térmicas a Gás	HUB Sergipe	Térmicas a Carvão	Usinas Solares	Térmicas a Óleo	*Upstream*	SSLNG	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do consolidado
Disponibilidade (ACR) **(a)**	3.128.857	1.999.170	1.079.671	–	46.473	–	–	–	–	–	**6.254.171**
Venda de energia (ACR) **(b)**	808.858	92.968	251.919	–	7.009	–	–	–	–	(195.438)	**965.316**
Venda de energia (ACL) **(c)**	730.718	44.901	–	297.764	803	–	–	4.719.427	–	(909.141)	**4.884.472**
Venda de gás e condensado **(e)**	–	576.635	–	–	–	755.557	26.947	–	–	(660.539)	**698.600**
Arrendamento **(e)**	–	–	–	–	–	395.506	41.963	–	–	(437.469)	–
Impostos sobre vendas	(504.819)	(170.798)	(125.329)	(19.477)	(5.199)	(156.582)	(8.610)	(468.994)	–	322.991	**(1.136.817)**
Pesquisa e desenvolvimento	(54.013)	(6.489)	(11.931)	–	(307)	–	–	–	–	–	**(72.740)**
Ressarcimento	(66.495)	–	(1.203)	–	(537)	–	–	–	–	–	**(68.235)**
Outras deduções	(137.261)	–	–	–	–	–	(2)	–	–	–	**(137.263)**
Receita operacional líquida	**3.905.844**	**2.536.387**	**1.193.127**	**278.287**	**48.242**	**994.481**	**60.298**	**4.250.433**	**–**	**(1.879.595)**	**11.387.503**
Energia e gás para revenda	(133.064)	(43.416)	(1.706)	(80.844)	(682)	–	(15.299)	(3.664.510)	–	900.465	(3.039.056)
Depreciação e amortização	(346.318)	(392.793)	(210.602)	(111.528)	(3.113)	(129.645)	(7.709)	–	–	–	**(1.201.708)**
Operação e manutenção	(84.469)	(391.131)	(27.366)	(7.805)	(217)	(68.215)	(13.677)	(7.884)	–	–	**(600.764)**
Insumos de geração	(574.127)	(291.483)	(320.360)	(64)	(7.140)	–	–	–	–	609.046	**(584.128)**
Regulatórios	(326.703)	(151.996)	(73.503)	(83.036)	(4.971)	–	(1.430)	(460)	–	–	**(642.100)**
Serviços de terceiros	(112.487)	(154.643)	(48.653)	(19.608)	(2.198)	(293)	(920)	(19)	–	–	**(338.822)**
Valor justo dos contratos de energia **(d)**	–	–	–	–	–	–	–	(468.718)	–	–	**(468.718)**
Pessoal	(143.759)	(4.182)	(80.998)	(8.700)	(4.765)	(60.808)	(3.962)	(561)	–	–	**(307.735)**
Participações governamentais	–	–	–	–	–	(90.980)	–	–	–	–	**(90.980)**
Aluguéis	(358.848)	(8.096)	(21.316)	(312)	(40)	(1.500)	(16.460)	–	–	359.323	**(47.249)**
Outros	(69.263)	(7.648)	(26.971)	(4.924)	(1.453)	(1.386)	(1.116)	(2)	–	–	**(112.762)**
Custo operacional líquido	**(2.149.039)**	**(1.445.388)**	**(811.475)**	**(316.821)**	**(24.579)**	**(352.827)**	**(60.573)**	**(4.142.154)**	**–**	**1.868.833**	**(7.434.021)**
Lucro/(prejuízo) bruto	**1.756.806**	**1.090.999**	**381.652**	**(38.534)**	**23.663**	**641.654**	**(275)**	**108.279**	**–**	**(10.762)**	**3.953.482**

Receita e custo operacionais líquidos por categoria 2023

	Atividade de geração de energia							
	Térmicas a Gás	HUB Sergipe	Térmicas a Carvão	Usinas Solares	Atividade de E&P Upstream	Comercialização de Energia	Eliminações	Total do consolidado
Disponibilidade (ACR) **(a)**	3.698.696	2.004.443	**1.030.891**	–	–	–	–	**6.734.030**
Venda de energia (ACR) **(b)**	490.883	3	44.126	7.695	–	15.615	(257.720)	**300.602**
Venda de energia (ACL) **(c)**	630.942	65.421	9.380	234.133	–	3.196.967	(249.790)	**3.887.053**
Valor justo dos contratos de energia **(d)**	–	–	–	–	–	214.710	–	**214.710**
Venda de gás e condensado **(e)**	–	171.004	–	–	475.186	–	(368.580)	**277.610**
Arrendamento **(e)**	–	–	–	–	354.814	–	(354.814)	–
Impostos sobre vendas	(589.641)	(183.580)	(102.255)	(19.494)	(107.061)	(355.919)	208.198	**(1.149.752)**
Pesquisa e desenvolvimento	(41.173)	(18.070)	(9.725)	–	–	–	–	**(68.968)**
Ressarcimento	(104.390)	–	–	–	–	–	–	**(104.390)**
Receita operacional líquida	**4.085.317**	**2.039.221**	**972.417**	**222.334**	**722.939**	**3.071.373**	**(1.022.706)**	**10.090.895**
Energia e gás para revenda	(303.097)	(59.666)	(6.660)	(57.599)	–	(3.006.204)	721.246	**(2.711.980)**
Depreciação e amortização	(310.315)	(387.469)	(202.094)	(71.052)	(104.375)	–	–	**(1.075.305)**
Regulatórios	(576.053)	(188.736)	(69.944)	(54.532)	–	(1.382)	–	**(890.647)**
Operação e manutenção	(359.069)	(4.746)	(29.651)	(6.115)	(56.616)	(2.046)	–	**(458.243)**
Insumos de geração	(448.159)	(178.887)	(64.361)	(62)	–	–	282.758	**(408.711)**
Serviços de terceiros	(112.166)	(110.343)	(51.088)	(10.297)	(227)	–	–	**(284.121)**
Pessoal	(119.776)	(19.271)	(81.075)	(8.094)	(55.851)	–	–	**(284.067)**
Participações governamentais	–	–	–	–	(56.170)	–	–	**(56.170)**
Aluguéis	(345.293)	(666)	(19.531)	(188)	(1.640)	–	321.362	**(45.956)**
Outros	(61.685)	(56.341)	(37.024)	(4.660)	(4.835)	–	–	**(164.545)**
Custo operacional líquido	**(2.635.613)**	**(1.006.125)**	**(561.428)**	**(212.599)**	**(279.714)**	**(3.009.632)**	**1.325.366**	**(6.379.745)**
Lucro/(prejuízo) bruto	**1.449.704**	**1.033.096**	**410.989**	**9.735**	**443.225**	**61.741**	**302.660**	**3.711.150**

Ambiente de Contratação Regulada (ACR): As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) celebrados entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão, contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes. Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela ANEEL. **a. Disponibilidade ACR (receita fixa):** Essa modalidade de receita tem como objetivo remunerar o empreendimento de geração mantido à disposição do SIN para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). Essa receita sofre atualização anualmente conforme definido em contrato, recompondo os efeitos da inflação acumulada no período. **b. Venda de energia ACR (receita variável):** Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e por meio de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não é considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. **Ambiente de Contratação Livre (ACL):** É o segmento de mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. **c. Venda de energia ACL:** Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica. **d. Valor justo dos contratos de comercialização de energia:** A Companhia tem um portfólio de contratos de comercialização de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo. Os valores apresentados são referentes ao resultado da marcação a mercado (MTM) desses contratos de compra e venda para entrega futura. Esse valor justo é mensurado conforme nota explicativa 5.1 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos. Quando a mensuração a valor justo for positiva, o valor é registrado na linha de receita, quando for negativo, o valor é registrado na linha de custo, para uma melhor apresentação do resultado. **e. Venda de gás, condensado e arrendamento:** A Eneva S.A. é responsável pela exploração e extração de gás natural e tem contrato de fornecimento de gás e de arrendamento das estações de tratamento com o Complexo Parnaíba e do campo de Azulão para atendimento à UTE Jaguatirica. A venda de gás está atrelada diretamente ao despacho dos Complexos de geração de energia. O preço é estabelecido em contrato firmado entre as partes e o volume comercializado varia em função da necessidade de gás do Complexo. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição periódica e é equivalente ao volume transferido para o cliente, mas ainda não é considerada nas medições anteriores ao fechamento do exercício.

»»»

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Política contábil: A Companhia utiliza o método de aquisição nas operações de combinação de negócios. A contraprestação transferida pela aquisição de uma controlada compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos e dos passivos assumidos do negócio adquirido; (ii) instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia; (iii) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente; e (iv) o valor justo de qualquer participação acionária preexistente na controlada. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes em uma combinação de negócios são, com limitadas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. Um *goodwill surge* quando há excesso entre a contraprestação transferida pela Companhia e os valores agregados dos componentes. Quando o valor agregado dos componentes é inferior à contraprestação transferida pela aquisição da subsidiária, um ganho de compra vantajosa é reconhecido na demonstração do resultado. **Estimativas e julgamentos:** No processo de mensuração da combinação de negócios, a Companhia aplica premissas e técnicas de avaliação nos principais elementos (ativos adquiridos e passivos assumidos) identificados na aquisição. A aplicação dessas premissas e técnicas de avaliação envolve julgamento por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e as características individuais dos elementos que estão sendo avaliados. Caso a contabilização inicial da combinação de negócios esteja incompleta ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, o adquirente deve reportar os valores preliminares cuja contabilização estiver incompleta. Durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data de aquisição e reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos existentes na data da aquisição, que, se fosse conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. Contudo, o período de mensuração não deve ultrapassar um ano da data de aquisição. **Contexto das combinações de negócios:** A Companhia celebrou os termos e condições para a implementação de operações distintas de combinação de negócios e de estruturação de uma oferta pública primária de ações da Eneva S.A. (conforme detalhado na nota explicativa 1.1 - Eventos significativos do exercício). No decorrer dos meses de outubro e dezembro, aconteceram a liquidação da oferta pública e a conclusão das combinações de negócios envolvendo as termelétricas Tevisa, Povoação, Linhares e Gera Maranhão. A conclusão da operação está alinhada à estratégia da Eneva que é buscar sinergias financeiras, societárias e operacionais: ativos geradores de caixa sem endividamento significativo, integração ao portfólio e subsequente incorporação na Holding. O laudo de alocação do valor justo apurado na aquisição (*Purchase Price Allocation* - "PPA") das térmicas adquiridas foi preparado por empresa especializada. **Aquisição e incorporação da Tevisa:** No dia 25 de outubro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Tevisa. A operação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas na negociação entre a Companhia e os antigos acionistas da térmica. O valor total da operação foi de R$652.877, sendo: R$597.168 como preço fixo e R$55.709 como parcela contingente. O pagamento do preço fixo ocorreu por meio da emissão de 42.654.882 novas ações da Companhia ao preço unitário de R$14, entregues aos vendedores. A Tevisa é uma empresa de capital fechado dedicada à geração e comercialização de energia elétrica nas usinas termelétricas UTE Viana e UTE Viana 1, localizadas em Viana, Espírito Santo. A UTE Viana possui 20 unidades geradoras com potência total de 174,6 MW, operando com motores a óleo de baixo teor de enxofre. Já a UTE Viana 1 conta com 4 unidades geradoras, totalizando 37,48 MW de potência instalada e média de 36 MW de garantia física, utilizando gás natural como combustível.

Apuração do Valor Justo: A seguir apresentamos o valor justo dos principais ativos e passivos identificados:

	Saldo contábil em 31/10/2024	Ajustes valor justo	Saldo a valor justo adquirido
Ativo circulante	**273.119**	**–**	**273.119**
Caixa e equivalentes de caixa	105.490	–	105.490
Contas a receber	83.927	–	83.927
Despesas antecipadas	47.467	–	47.467
Outros ativos circulantes	36.234	–	36.234
Ativo não circulante	**393.262**	**291.423**	**684.685**
Outros ativos não circulantes	28.784	–	28.784
Imobilizado	**364.360**	**–**	**364.360**
Intangível	**119**	**291.423**	**291.542**
Ativo total	**666.381**	**291.423**	**957.804**
Passivo circulante	**213.252**	**–**	**213.252**
Adiantamentos de clientes	151.333	–	151.333
Fornecedores	24.869	–	24.869
Tributos	23.624	–	23.624
Outros passivos circulantes	13.426	–	13.426
Passivo não circulante	**91.676**	**–**	**91.676**
Impostos diferidos	85.240	–	85.240
Outros passivos não circulantes	6.436	–	6.436
Ativos líquidos	**361.454**	**291.423**	**652.877**
Composição do preço pago			
Instrumentos patrimoniais			597.168
Parcela contingente advinda de combinação de negócios			55.709
Contraprestação transferida			**652.877**

O "Contas a Receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R$83.927, não havendo valores estimados como não recuperáveis provisionados na data de aquisição. Caso a aquisição da Tevisa tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a Administração estima que, considerando os mesmos ajustes a valor justo, a receita consolidada da Eneva S.A. seria R$11.552.111 e o lucro líquido consolidado, R$334.894 em 31 de dezembro de 2024. Em 25 de janeiro de 2025, a Companhia incorporou a subsidiária Tevisa após o cumprimento das condições suspensivas. O objetivo da incorporação é simplificar e racionalizar a estrutura societária da Companhia, reduzindo custos operacionais, administrativos e sinergias financeiras. **Mensuração do valor justo - Intangíveis gerados na combinação de negócios:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis significativos estão descritas nos textos a seguir. O valor justo foi mensurado utilizando fluxos de caixa descontados estimados seguindo as seguintes premissas: **i. Autorização da operação (condição ao desempenho futuro da Tevisa);** O ativo total avaliado a valor justo (mais valia) foi alocado 100% na autorização de operação da Termelétrica Viana S.A. que possui vencimento em 2042, e sua amortização se dará pela curva de receita dos contratos conforme demonstrado na nota explicativa 18 - Intangível. **ii. A taxa média de desconto aplicada na avaliação ficou entre 16,47% e 16,64% (WACC).** As taxas de desconto aplicadas na avaliação dos ativos adquiridos foram definidas com base no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), ajustado para refletir os riscos específicos das operações adquiridas, considerando fatores como taxa livre de risco, prêmio de risco do mercado, volatilidade do setor elétrico e estrutura de capital da Companhia. **Apuração de parcela contingente:** O acordo de aquisição prevê o pagamento de duas parcelas contingentes ao preço de compra que podem ocorrer de forma independente, sem que um evento dependa do outro. **• Primeira parcela:** Condicionada à recontratação da Tevisa no próximo leilão de reserva de capacidade e que tenha a duração mínima de 15 (quinze) anos. **• Segunda parcela:** Condicionada à antecipação do início do contrato do leilão de reserva de capacidade, realizado em 21 de dezembro de 2021, com início previsto para 1º de julho de 2026. Para a alocação do preço de compra, a Companhia está considerando um montante de R$55.709 referente à soma das duas parcelas contingentes, assumindo uma premissa de antecipação de seis meses para o contrato da segunda parcela mencionada. **Aquisição e incorporação da Povoação:** Também em 25 de outubro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Povoação. A operação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas na negociação entre a Companhia e os antigos acionistas da Térmica. O valor total da operação foi de R$1.089.394, sendo: R$1.073.350 como preço fixo e R$16.044 como parcela contingente. O pagamento do preço fixo ocorreu através da emissão de 76.667.885 novas ações da Companhia ao preço unitário de R$14, entregues aos vendedores. A Povoação Energia S.A. é uma empresa de capital fechado com sede no Rio de Janeiro, autorizada a operar a UTE Povoação 1 em Linhares, Espírito Santo. A usina possui 8 unidades geradoras, totalizando 75 MW de potência instalada e média de 72 MW de garantia física, utilizando gás natural como combustível. A energia é fornecida por contrato de reserva com a CCEE, vigente de maio de 2022 a dezembro de 2025. **Apuração do Valor Justo da Combinação de Negócios:** A seguir apresentamos o valor justo dos principais ativos e passivos identificados:

	Saldo contábil em 31/10/2024	Ajustes valor justo	Saldo a valor justo adquirido
Ativo circulante	**379.127**	**–**	**379.127**
Caixa e equivalentes de caixa	148.165	–	148.165
Contas a receber	93.844	–	93.844
Despesas antecipadas	91.911	–	91.911
Outros ativos circulantes	45.208	–	45.208
Ativo não circulante	**332.773**	**462.565**	**795.339**
Despesas pagas antecipadamente	16.851	–	16.851
Outros ativos não circulantes	7.667	–	7.667
Imobilizado	**278.888**	**–**	**278.888**
Intangível	**29.366**	**462.565**	**491.932**
Ativo total	**711.901**	**462.565**	**1.174.466**
Passivo circulante	**32.226**	**–**	**40.842**
Tributos	27.128	–	24.058
Outras obrigações	5.098	–	13.109
Passivo não circulante	**52.846**	**–**	**55.726**
Impostos diferidos	52.673	–	55.554
Outros passivos não circulantes	172	–	172
Ativos líquidos	**626.829**	**462.565**	**1.089.394**
Composição do preço pago			
Instrumentos patrimoniais			1.073.350
Parcela contingente advinda de combinação de negócios			16.044
Contraprestação transferida			**1.089.394**

O "Contas a Receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R$93.844, não havendo valores estimados como não recuperáveis provisionados na data de aquisição. Caso a aquisição da Povoação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a Administração estima que, considerando os mesmos ajustes a valor justo, a receita consolidada da Eneva S.A. seria R$11.881.132 e o lucro líquido consolidado, R$729.674 em 31 de dezembro de 2024. Em 25 de janeiro de 2025, a Companhia incorporou a subsidiária Povoação após o cumprimento das condições suspensivas. O objetivo da incorporação é simplificar e racionalizar a estrutura societária da Companhia, reduzindo custos operacionais, administrativos e sinergias financeiras. **Mensuração do valor justo - Intangíveis gerados na combinação de negócios:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis significativos adquiridos foram as seguintes: o valor justo foi mensurado utilizando fluxos de caixa descontados estimados seguindo a seguintes premissas: **i. Autorização da operação (condição ao desempenho futuro da Povoação):** O ativo total avaliado a valor justo (mais valia) foi alocado 100% na autorização de operação da Povoação Energia S.A. que possui vencimento em 2056, e sua amortização se dará pela curva de receita dos contratos conforme demonstrado na nota explicativa 18 - Intangível. **ii. A taxa média de desconto aplicada na avaliação ficou entre 16,66% e 16,80% (WACC):** As taxas de desconto aplicadas na avaliação dos ativos adquiridos foram definidas com base no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), ajustado para refletir os riscos específicos das operações adquiridas, considerando fatores como taxa livre de risco, prêmio de risco do mercado, volatilidade do setor elétrico e estrutura de capital da Companhia. **Apuração de parcela contingente:** O acordo de aquisição prevê o pagamento de parcela contingente ao preço de compra, condicionado à recontratação da Povoação no próximo leilão de reserva de capacidade. Para a alocação do preço de compra, a Companhia está considerando um montante de R$16.044 referente à parcela contingente. **Aquisição e incorporação da Linhares:** Ainda em 25 de outubro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Linhares Participações, controladora da Linhares Geração. A operação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas nas negociações entre a Companhia e os antigos acionistas da térmica. O valor total da operação foi de R$706.269, sendo: R$640.269 como preço fixo e R$65.840 como parcela contingente. O pagamento do preço fixo ocorreu através da liquidação em caixa. A Linhares é uma empresa de capital fechado, autorizada a operar a Usina Termelétrica Luiz Oscar Rodrigues de Melo (UTE LORM), localizada no município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, com uma capacidade instalada total de 240 MW, movida a gás. Possui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) por disponibilidade, firmados com 30 distribuidoras de energia, válidos de 2011 até 31 de dezembro de 2025, referentes à planta principal, com média de energia contratada de 96 MW. **Apuração do valor justo da combinação de negócios:** A seguir apresentamos o valor justo dos principais ativos e passivos identificados:

	Saldo contábil em 31/10/2024	Ajustes valor justo	Saldo a valor justo adquirido
Ativo circulante	**305.575**	**–**	**305.575**
Caixa e equivalentes de caixa	139.848	–	139.848
Contas a receber	68.135	–	68.135
Despesas antecipadas	45.718	–	45.718
Estoques	16.326	–	16.326
Outros ativos circulantes	35.547	–	35.547
Ativo não circulante	**478.574**	**308.273**	**786.847**
Outros ativos não circulantes	13.026	–	13.026
Imobilizado	**441.813**	**–**	**441.813**
Intangível	**23.738**	**308.273**	**332.010**
Ativo total	**784.152**	**308.273**	**1.092.422**
Passivo circulante	**284.386**	**–**	**284.386**
Empréstimos e financiamentos	21.179	–	21.179
Debêntures	226.220	–	226.220
Fornecedores	11.033	–	11.033
Outros passivos circulantes	25.953	–	25.953
Passivo não circulante	**91.770**	**–**	**101.770**
Impostos diferidos	91.814	–	91.814
Empréstimos	1.190	–	1.190
Outros passivos não circulantes	8.767	–	8.767
Ativos líquidos	**397.996**	**308.273**	**706.269**
Composição do preço pago			
Caixa			640.269
Parcela contingente advinda de combinação de negócios			65.840
Contraprestação transferida			**706.269**

O "Contas a Receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R$68.135, não havendo valores estimados como não recuperáveis provisionados na data de aquisição. Caso a aquisição da Linhares tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a Administração estima que, considerando os mesmos ajustes a valor justo, a receita consolidada seria de R$11.525.545 e o lucro líquido consolidado, R$384.424 em 31 de dezembro de 2024. Em 25 de janeiro de 2025, a Companhia incorporou a subsidiária Linhares, após o cumprimento das condições suspensivas. O objetivo da incorporação é simplificar e racionalizar a estrutura societária da Companhia, reduzindo custos operacionais, administrativos e sinergias financeiras. **Mensuração do valor justo - Intangíveis gerados na combinação de negócios:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis significativos adquiridos foram as seguintes: o valor justo foi mensurado utilizando fluxos de caixa descontados estimados seguindo a seguintes premissas: **i. Autorização da operação (condição ao desempenho futuro da Linhares):** O ativo total avaliado a valor justo (mais valia) foi alocado 100% na autorização de operação da Linhares Geração S.A. que possui vencimento em 2043, e sua amortização se dará pela curva de receita dos contratos conforme demonstrado na nota explicativa 18 - Intangível. **ii. A taxa média de desconto aplicada na avaliação ficou entre 16,67% e 16,82% (WACC):** As taxas de desconto aplicadas na avaliação dos ativos adquiridos foram definidas com base no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), ajustado para refletir os riscos específicos das operações adquiridas, considerando fatores como taxa livre de risco, prêmio de risco do mercado, volatilidade do setor elétrico e estrutura de capital da Companhia. O acordo de aquisição prevê o pagamento de duas parcelas contingentes ao preço de compra que podem ocorrer de forma independente, sem que um evento dependa do outro. **• Primeira parcela:** O pagamento da parcela contingente está relacionado à recontratação do ativo no próximo leilão de reserva de capacidade, com duração mínima de 15 (quinze) anos; **• Segunda parcela:** Condicionada à antecipação do início do contrato do leilão de reserva de capacidade realizado em 21 de dezembro de 2021, que se iniciaria em 1º de julho de 2026. Para a alocação do preço de compra, a Companhia está considerando um montante de R$65.840 referente à soma das duas parcelas contingentes, assumindo uma premissa de antecipação de seis meses para o contrato da segunda parcela mencionada. Adicionalmente, em 25 de outubro de 2024, foi concluída a operação de compra das debêntures da 2ª emissão da Linhares, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, de titularidade do FIP BDIV, pelo valor de R$214.864. Essa debênture será registrada na Companhia como um ativo circulante com partes relacionadas em sua demonstração financeira individual e, na demonstração financeira consolidada, será integralmente eliminada, sem gerar impacto nos indicadores financeiros da Companhia. **Aquisição da Gera Maranhão:** Em 11 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Gera Maranhão. A operação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas nas negociações entre a Companhia e os antigos acionistas da térmica. O valor total da operação foi de R$678.890, sendo: R$602.090 como preço fixo e R$76.800 como parcela contingente. O pagamento do preço fixo ocorreu através da liquidação em caixa. A Gera Maranhão é uma empresa de capital fechado, autorizada a operar a Usina Geramar I e a Usina Geramar II movidas a óleo, localizadas no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com uma capacidade instalada total de 332 MW. Possui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) por disponibilidade, firmados com 36 clientes, válidos de 2010 até 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2021, as usinas venceram o Leilão de Reserva de Capacidade - Leilão Geração ANEEL número 011/2021, com contratação de 291,1 MW a partir 01 de julho de 2026, válido por 15 anos. **Apuração do valor justo da combinação de negócios:** A seguir apresentamos o valor justo dos principais ativos e passivos identificados:

	Saldo contábil em 31/11/2024	Ajustes valor justo	Saldo a valor justo adquirido
Ativo circulante	**186.569**	**–**	**186.569**
Caixa e equivalentes de caixa	52.760	–	52.760
Contas a receber	67.011	–	67.011
Estoques	59.973	–	59.973
Outros ativos circulantes	6.826	–	6.826
Ativo não circulante	**499.599**	**49.071**	**548.670**
Outros ativos não circulantes	42	–	42
Imobilizado	**480.010**	**–**	**480.010**
Intangível	**19.547**	**49.071**	**68.618**
Ativo Total	**686.168**	**49.071**	**735.239**
Passivo circulante	**56.349**	**–**	**56.349**
Fornecedores	27.511	–	27.511
Obrigações fiscais	19.584	–	19.584
Outros passivos circulantes	9.255	–	9.255
Passivo não circulante	**–**	**–**	**–**
Ativos líquidos	**629.819**	**49.071**	**678.890**
Composição do preço pago			602.090
Caixa			
Parcela contingente advinda de combinação de negócios			76.800
Contraprestação transferida			**678.890**

O "Contas a Receber" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R$67.011, não havendo valores estimados como não recuperáveis provisionados na data de aquisição. Caso a aquisição da Gera Maranhão tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a Administração estima que, considerando os mesmos ajustes a valor justo, a receita consolidada seria R$11.318.429 e o lucro líquido consolidado, R$210.059 em 31 de dezembro de 2024. **Mensuração do valor justo - Intangíveis gerados na combinação de negócios:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis significativos adquiridos foram as seguintes: o valor justo foi mensurado utilizando fluxos de caixa descontados estimados seguindo a seguintes premissas: **i. Autorização da operação (condição ao desempenho futuro da Gera Maranhão):** O ativo total avaliado a valor justo (mais valia) foi alocado 100% na autorização de operação da Gera Maranhão S.A. que possui vencimento em 2043, e sua amortização se dará pela curva de receita dos contratos conforme demonstrado na nota explicativa 18 - Intangível. **ii. A taxa média de desconto aplicada na avaliação ficou entre 15,63% e 15,93% (WACC):** As taxas de desconto aplicadas na avaliação dos ativos adquiridos foram definidas com base no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), ajustado para refletir os riscos específicos das operações adquiridas, considerando fatores como taxa livre de risco, prêmio de risco do mercado, volatilidade do setor elétrico e estrutura de capital da Companhia. **Apuração de parcela contingente:** O acordo de aquisição prevê o pagamento de uma parcela adicional ao preço de compra condicionada à antecipação do início do contrato do leilão de reserva de capacidade realizado em 21 de dezembro de 2021, com previsão de início em 1º de julho de 2026. Para a alocação do preço de compra, a Companhia está considerando um montante de R$76.800 referente à parcela contingente, assumindo uma premissa de antecipação de seis meses para o contrato mencionado. **Resumo total de parcela contingente:** O montante apresentado como parcela contingente se refere a melhor estimativa da Companhia e está atrelada a efetivação de condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda das empresas adquiridas (vide quadro abaixo). Conforme destacado em cada combinação de negócios acima.

	Consolidado	
	2024	**2023**
	55.709	–
Tevisa Povoação	**16.044**	–
Linhares	**65.840**	–
Gera Maranhão	**76.800**	–
CGTF	**60.800**	60.800
	275.193	**60.800**

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as políticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e também de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, de acordo com essas normas, essa demonstração está apresentada como informação suplementar. Nas demonstrações financeiras individuais, os custos relativos às debêntures de 8ª e 9ª emissões emitidas pela Eneva S.A., que têm por finalidade a construção do projeto Parnaíba VI, são registrados na conta de "investimento em controladas" até o término do período de construção, na proporção pela qual os recursos foram destinados. Esses custos são apresentados na conta de "imobilizado" nas demonstrações financeiras consolidadas. Cabe destacar ainda que as ações da Eneva S.A. que foram adquiridas pela controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. para realização do programa de recompra de ações da Companhia estão registradas no patrimônio líquido individual e consolidado de forma reflexa. Desse modo, não existe diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) o plano de opção de compra e o plano de unidades restritas de performance, vide nota explicativa 32 - Plano de pagamento baseado em ações. Dessa forma, essa operação não gera diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e daquelas empresas em que a Companhia detém o controle (direto e indireto); os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. Uma lista com as empresas mais relevantes, incluindo subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto, e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota explicativa 16 - Investimentos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2025. **Informações financeiras relacionadas à sustentabilidade:** O Brasil possui uma das matrizes elétricas mais renováveis do mundo, com mais de 89% da capacidade de geração elétrica do país advinda de fontes como hidrelétricas, eólicas, solares e biomassa (EPE, 2024). Dessas fontes, uma parte crescente provém de fontes intermitentes, ou seja, que não estão disponíveis de forma constante pois dependem, por exemplo, de ventos e radiação solar para gerarem eletricidade. É nesse cenário que, através de usinas termelétricas complementares ao sistema, a Eneva garante segurança energética na geração de energia de base, especialmente durante períodos de baixa produção das fontes renováveis, momentos de pico de demanda ou de corte de carga renovável para preservação do sistema de transmissão. Assim, em uma matriz elétrica majoritariamente renovável, a Eneva garante o atributo de confiabilidade da geração para a sociedade brasileira. Outro aspecto importante é a ampliação das ações de eficiência energética, já que, nos últimos anos, a Companhia vem investindo em seus ativos de geração a gás natural. Medidas como o fechamento de ciclo das usinas do complexo termelétrico de Parnaíba, principal complexo de geração elétrica da Companhia, têm o potencial de reduzir a intensidade de emissões de carbono na geração de energia. Com os fechamentos de ciclo das UTEs Parnaíba V e Parnaíba VI, a Eneva acrescenta 460 MW* ao seu portfólio de geração, com um investimento de R$2.100.000* para praticamente dobrar a geração de energia sem o consumo adicional de moléculas de gás. A Eneva vem estruturando de forma contínua seu programa de transição energética através das Diretorias de Tecnologias de Baixo Carbono, de Novos Negócios e de Estratégia e Sustentabilidade, com o objetivo de buscar iniciativas inovadoras e oportunidades de redução do impacto das emissões da Companhia e de sua cadeia de valor. Ao longo de 2024, a empresa acompanhou as novas regulamentações que podem afetar os setores de geração de energia e de óleo e gás a fim de observar riscos e oportunidades para o crescimento das suas operações. Dentro de suas iniciativas estratégicas, a Companhia vem desenvolvendo sua atuação no setor de suprimento de GNL em SSLNG para atendimento em regiões que antes não tinham acesso ao combustível via malha de gasodutos, viabilizando a substituição de combustíveis mais carbono-intensivos, como óleo combustível e o diesel, pelo gás natural para clientes industriais. O desenvolvimento da nova planta de SSLNG, localizada no Complexo Parnaíba, no Maranhão, contou com o investimento de R$1.000.000* e começou o seu comissionamento em dezembro de 2024. Além disso, a Companhia vem estabelecendo parcerias no mercado de biocombustíveis mirando em comercialização e oportunidades de desenvolvimento do mercado de Bioenergia com Captura e Armazenamento de Carbono ("BECCS"). Outra iniciativa relevante de 2024 foi a assinatura de contrato entre Eneva, Scania e Virtu GNL para a aquisição de caminhões movidos a GNL. Os contratos celebraram o primeiro movimento para criação de um novo mercado no país com o uso de GNL como combustível para o transporte rodoviário pesado de longa distância em substituição ao óleo diesel, estabelecendo "corredores azuis". A substituição tem o potencial de reduzir até 20% das emissões de CO_2, além de contribuir para a redução das emissões de NO_x e de material particulado dos veículos. Adicionalmente, ciente da relevância de suas operações nas localidades em que atua, a Companhia trabalha para o fortalecimento socioeconômico local principalmente através de iniciativas que contribuem com a educação e a capacitação das comunidades vizinhas a suas operações, estabelecendo um legado de autonomia.

*informações não auditadas.

»»»

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Dessa forma, os projetos da Eneva estão sustentados em três principais pilares:

01

EMPODERAMENTO FEMININO

O objetivo é ampliar o acesso das mulheres a oportunidades econômicas e empreendedoras, dando apoio a elas de forma que tenham capacidade de gerar e administrar suas finanças, assegurar a educação contínua de seus filhos e combater a violência de gênero;

02

EDUCAÇÃO E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A meta é desenvolver e incentivar iniciativas que possam ser ampliadas de forma econômica para aprimorar o desempenho educacional em escolas públicas, promovendo, assim, o empreendedorismo e facilitando uma inserção efetiva no mercado de trabalho através do combate ao analfabetismo e do ensino técnico e profissionalizante.

03

FOMENTO À BIOECONOMIA

Visa apoiar agricultores familiares e fortalecer vocações locais para implantar sistemas agroflorestais através do fortalecimento de todos os elos da cadeia de valor, de modo a gerar alternativas de renda em harmonia com a guarda e a preservação da floresta.

O quadro a seguir apresenta de forma resumida os impactos nas demonstrações financeiras da estratégia de sustentabilidade da Companhia:

Estratégia	Impacto nas demonstrações financeiras
Segurança energética e inovação na transição energética - Eficiência energética, diversificação de portfólio e investimentos em pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de baixo carbono	• Desenvolvimentos dos projetos das UTEs Parnaíba V, Parnaíba VI, Jaguatirica II, do Complexo Solar Futura I e planta de liquefação de gás natural para grades clientes industriais.• Investimentos de pesquisa e desenvolvimento para o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono.• Pioneirismo no mercado de SSLNG e adoção de frota de caminhões a GNL.• Investimento em outras ações de manutenção e adaptação de plantas com o objetivo de reduzir emissões de gases de efeito estufa das operações, como a conversão das usinas termelétricas a carvão, UTEs Itaqui e Pecém II, para uso de gás natural, o que gerou uma perda por redução ao valor recuperável de R$634.748, conforme nota explicativa 17 - Imobilizado.
Educação e capacitação - atuação para o desenvolvimento de comunidades vizinhas às operações da Companhia	• Constituição de passivo relacionado ao apoio a reassentamentos oriundos de deslocamento de comunidades para nossas instalações.• Cumprimento de obrigações oriundas do licenciamento ambiental.• Ações voluntárias da Companhia para o desenvolvimento de relacionamento com a comunidade, desenvolvimento de mão de obra local e manutenção da licença social para operar.
Incentivo e desenvolvimento de fornecedores de pequeno porte locais	• Ações de desenvolvimento e treinamento de potenciais fornecedores locais para atendimento à operação de forma mais eficiente.
Remuneração variável vinculada a metas que consideram aspectos ESG	• Benefícios aos colaboradores.

A Companhia segue com o compromisso de transparência por meio da realização e publicação do inventário anual de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), respeitando todas as categorias aplicáveis estabelecidas pela metodologia do GHG *Protocol. Desde 2020, toda a cadeia operacional é inventariada, verificada por terceira parte e divulgada no Registro Público de Emissões (RPE) do Programa Brasileiro do GHG Protocol. Em 2024, pela quarta vez consecutiva, a Companhia recebeu o Selo Ouro, reconhecimento* máximo concedido às organizações que apresentam, de forma completa e auditada, o balanço de suas emissões devidamente verificado, comprovando seus esforços na redução dos impactos ambientais. Além disso, anualmente a Companhia publica seu Relato Integrado, e apresentará em 2025 sua terceira edição nesse formato, após três edições anuais de relatórios de sustentabilidade. O documento divulga a todos os públicos de relacionamento da Companhia as realizações financeiras e não financeiras, abrangendo modelo de negócio, ações estratégicas e visão de futuro, políticas, compromissos e ações da Eneva que geraram valor no ano em questão. Nos últimos dois ciclos, esse relato foi reconhecido entre os 10 melhores do país pela iniciativa *Reporting Matters, do Centro Empresarial pelo Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Dessa forma, a estratégia divulgada pela Companhia relacionada à sustentabilidade e os investimentos (anunciados e já realizados nos últimos anos) foram avaliados no contexto dos julgamentos contábeis críticos e das principais estimativas das suas demonstrações contábeis. Futuras alterações nessa estratégia podem afetar as principais estimativas da Companhia e resultar em impactos materiais no resultado e nos saldos contábeis de ativos e passivos em exercícios sociais subsequentes.* **Declaração de relevância:** Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. **Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Políticas contábeis:** As políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias ligadas à Companhia são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e de suas controladas. **Mudanças nas políticas contábeis, leis e divulgações: i. Alterações em pronunciamentos contábeis:** O IASB e o CPC emitiram revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram: **CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores:** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitam aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. A Companhia avaliou o conteúdo desse pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais além daquelas que já estão divulgadas na nota explicativa 20 - Fornecedores de projetos em construção. **Agenda IFRIC ("*International Financial Reporting Interpretations Committee*") sobre divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22/IFRS 8):** Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e incluiu na nota explicativa 2 - Informações por segmento do negócio o custo operacional líquido por tipo de segmento, entendendo que facilita ao leitor o cálculo do lucro bruto de cada segmento. **CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** O IASB alterou o IAS 1 para esclarecer a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes. Inicialmente, a mudança de 2020 determinava que, se uma entidade tivesse cláusulas restritivas (covenants) a serem cumpridas após a data do balanço, mas não tivesse garantido o cumprimento até essa data, o passivo deveria ser classificado como circulante. Em 2022, o IASB revisou essa regra, esclarecendo que apenas covenants exigidos até a data do balanço afetam a classificação do passivo. Se o cumprimento do covenant for exigido apenas depois dessa data, ele não altera a classificação do passivo. Além disso, foram incluídos novos requisitos de divulgação sobre o risco de liquidação nos 12 meses seguintes. A aplicação dessas alterações é obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Não tivemos impacto na divulgação devido a essa mudança. **IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras:** Estabelece novos requerimentos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro das entidades, fornecendo informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando detalhadamente os impactos do novo padrão em demonstrações financeiras. **IFRS S1 e IFRS S2 - Divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e mudanças climáticas:** O IFRS S1 e o IFRS S2 foram emitidos para estabelecer um padrão global para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e mudanças climáticas. O IFRS S1 define os requisitos gerais para que as empresas informem como riscos e oportunidades de sustentabilidade podem impactar sua posição financeira e desempenho no curto, médio e longo prazo, abrangendo governança, estratégia, gestão de riscos e métricas sustentabilidade. Já o IFRS S2 complementa esse padrão ao focar especificamente na divulgação de riscos e oportunidades relacionados ao clima, exigindo informações detalhadas sobre impactos financeiros, estratégias de mitigação e adaptação, bem como metas e métricas climáticas. Essas normas entrarão em vigor obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2026, e a Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas normas em suas divulgações financeiras e operacionais. **CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Contratos com referência energia e cuja geração dependa da natureza:** Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de uso próprio *(own use)* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação. O objetivo dessas mudanças é garantir que as demonstrações financeiras apresentem adequadamente os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza, descritos como contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza *(contracts referencing nature-dependent electricity)*. Essas alterações se aplicam apenas a contratos que expõem uma entidade à variabilidade devido à volatilidade na geração de energia que depende de condições naturais. As mudanças incluem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia que dependem de condições naturais devem ser tratados contabilmente como contratos de uso próprio; (ii)condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting, especificamente hedge de fluxo de caixa; e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. Essas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas mudanças em suas demonstrações financeiras, mas não espera que resultem em impactos materiais. **ii. Reforma Tributária Internacional - Pillar 2:** No dia 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.079 que institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), introduzindo no Brasil o chamado Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado ("QDMTT"), em linha com a iniciativa Pillar 2 sob a coordenação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"), O objetivo da norma é estabelecer uma tributação mínima efetiva de 15% sobre o lucro global ("Lucro GloBe"), no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária ("Regras GloBe"). A Companhia avaliou a aplicabilidade da norma, concluindo que como todo resultado consolidado é 100% gerado e tributado no Brasil, não está sujeita às Regras GloBe. **iii. Reforma Tributária:** Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária sobre consumo aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/23 e institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto Seletivo (IS) e cria o Comitê Gestor do IBS. A Reforma Tributária sobre o consumo substitui cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, dividido entre esfera federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e esfera de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS). A Reforma também introduziu o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Vários aspectos, inclusive as alíquotas dos novos tributos, deverão ser regulamentados por meio de legislação infraconstitucional, principalmente via Leis Complementares, que deverão ser apreciadas pelo Congresso Nacional. Os impactos finais somente serão plenamente conhecidos quando ocorrer a edição dessas normas. Haverá um período de transição entre os anos de 2026 e 2032, em que os dois sistemas tributários (atual e novo) coexistirão e a Companhia fará as adequações necessárias para atender as novas regras ao longo de 2025. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e seus resultados são reconhecidos prospectivamente.

5.1. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

Estimativa	Nota explicativa
Combinação de negócios	3
Recuperabilidade dos impostos diferidos	9
Vida útil do ativo imobilizado e intangível	17 e 18
Teste de redução ao valor recuperável - Avaliação de perda por redução ao valor recuperável	17 e 18
Provisão, ativos e passivos contingentes	25
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	26
Provisão para obrigação de abandono	27
Plano de pagamento baseado em ações	32
Provisão para obrigação de abandono	27
Instrumentos financeiros	28

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Gerenciamento de riscos: A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos baseado nas melhores práticas de mercado e orientado por sua Política de Gerenciamento de Riscos, que visa reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos e garantir a preservação do valor e a continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo riscos operacionais, estratégicos, financeiros, regulatórios e relacionados a questões ESG, dentre outros. No que tange aos riscos financeiros, a Companhia está exposta a riscos de mercado, de liquidez, de crédito e de estrutura de capital, conforme será detalhado nos itens a seguir. **Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das suas atividades, envolvendo principalmente (i) risco de taxa câmbio, (ii) risco de variação de preço e (iii) risco de taxa de inflação e juros flutuantes. A gestão dos riscos de mercado é feita com base na visão consolidada dos diversos fatores de risco a que o fluxo de caixa da Companhia está exposto e suas correlações, e em termos de exposição líquida, isto é, considerando o fluxo projetado de todas as entradas e saídas de caixa vinculadas a um mesmo fator de risco. **(i) Risco de taxa de câmbio:** No contexto de exposições em moeda estrangeira, a Companhia realiza desembolsos em dólares norte-americanos referentes ao contrato de arrendamento de Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (Navio ou FSRU), que fica atracado no Porto de Sergipe, dedicado à operação do Hub Sergipe. O contrato tem vigência até o ano de 2044 e, pelos requisitos contábeis, é registrado no passivo o valor justo de todos os fluxos futuros de pagamento do arrendamento. Em função disso, flutuações na taxa de câmbio podem resultar em impacto significativo no resultado financeiro da Companhia, embora sem efeito no caixa em sua totalidade, conforme pode ser observado na nota explicativa 24 - Arrendamentos. O aumento do dólar em 2024 gerou uma variação cambial negativa no resultado financeiro de R$922.095, já os pagamentos realizados foram de R$301.422. Cabe mencionar que a Companhia possui receitas indexadas à taxa de câmbio (USD-BRL) em contratos firmes de venda de gás relativos à operação SSLNG, que constituem *hedge* natural integral para os desembolsos relativos ao arrendamento do FSRU. *Com* a finalidade de verificar a sensibilidade dessa exposição, foram definidos três diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou a taxa de câmbio à vista para estimar quais seriam as despesas financeiras para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso a taxa de câmbio fosse deslocada em 25% e 50%, respeitando os prazos de pagamento do contrato.

Risco de fluxo de caixa:	**Cenário provável**	**Cenário I (alta 25%)**	**Cenário II (alta 50%)**
Passivo do contrato de arrendamento	241.113	301.391	361.669
	241.113	**301.391**	**361.669**
Aumento da despesa financeira esperada		**60.278**	**120.556**

A Companhia possui ainda exposição cambial decorrente de investimentos de capital (CAPEX), operações de compra e venda de energia elétrica denominadas em moedas estrangeiras ou indexadas a elas, troca de taxa de juros sobre passivos de antecipação de recebíveis futuros e empréstimos em moeda estrangeira mitigados pela contratação de instrumentos financeiros derivativos com objetivo de *hedge*. Os instrumentos financeiros derivativos de operação de *hedge* são estes:

			Controladora		Consolidado	
Tipo de *hedge*	**Item protegido**	**Instrumento de *hedge***	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Posição ativa			**11.374**	–	11.374	–
Hedge de valor justo	Empréstimo em moeda estrangeira	*Swaps* de câmbio				
Hedge de valor justo	Antecipação de recebíveis futuros	*Swaps* de taxa de juros	–	3.876	–	3.876
Hedge de fluxo de caixa	Contrato de energia de reserva (fator x)	*Swaps* de preço	–	–	**56.686**	–
Hedge de valor justo	Operações de compra e venda de energia em dólar	Non-Deliverable Forwards (NDFs)	–	–	–	21.874
Hedge de fluxo de caixa	Investimentos em CAPEX	Non-Deliverable Forwards (NDFs)	**428**	9	**85.412**	9
			11.802	3.885	**153.473**	25.759
Posição passiva						
Hedge de valor justo	Antecipação de recebíveis futuros	*Swaps* de taxa de juros	**(307.182)**	(1.482)	**(307.182)**	(1.482)
Hedge de fluxo de caixa	Investimentos em CAPEX	Non-Deliverable Forwards (NDFs)	–	(10.255)	–	(24.918)
Hedge de valor justo	Operações de venda de energia em dólar	Non-Deliverable Forwards (NDFs)	**–**	**–**	**(147.923)**	**–**
			(307.182)	(11.738)	**(455.105)**	(26.401)
Posição líquida final			**(295.379)**	(7.852)	**(301.632)**	(641)

Instrumentos financeiros derivativos são contratos cujo valor é determinado pelo valor de outro ativo (ativo subjacente). Atualmente as principais características dos instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia consistem em: (i) valores influenciados por flutuação das taxas ou preços; (ii) não há investimento inicial; e (iii) liquidação em data futura. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia têm por objetivo a proteção de exposições aos riscos de variação de preços atrelados à moeda estrangeira e de taxa de juros em dívidas e compromissos futuros, os quais são reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicial e subsequentemente a valor justo, que é calculado com base em metodologias de valorização que podem ser complexas, envolvendo modelos matemáticos de precificação considerando variáveis como projeções futuras de câmbio, inflação, volatilidade histórica, projeções macroeconômicas de mercado, taxa de juros de longo prazo e preços de energia. Os valores são periodicamente ajustados de acordo com a evolução das condições de mercado e modelos internos. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa. ***Hedge* de valor justo: Empréstimo em moeda estrangeira** - As operações de *hedge* para a proteção da variação cambial sobre o empréstimo da Companhia resultam de posições passivas vinculadas à variação do Euro, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo dos empréstimos e debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro. **Antecipação de recebíveis futuros** - As operações de *hedge* para a proteção das taxas de juros flutuantes das antecipações da Companhia resultam de posições passivas vinculadas à taxa pré-fixada para CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo são reconhecidos no resultado financeiro. **Operações de compra e venda de energia em dólar** - As operações de *hedge* para a proteção da variação cambial em contratos de compra e venda de energia negociados em dólar visam proteger a companhia contra potenciais perdas sobre o valor justo dos contratos que são mensurados a valor justo por meio de resultado (VJR) sendo, dessa forma, designados como "*hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo dos contratos de comercialização energia e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado operacional pois o hedge deve acompanhar o item protegido. Composição dos *hedges* sobre antecipação de recebíveis futuros e empréstimo em moeda estrangeira.

Instrumento financeiro	Item protegido	Valor de referência	Moeda	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros[1]	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Bradesco		375.000	R$	10/02/2027	Mensais	12,31% a.a.	360.856	(13.255)	347.601
Swap		375.000	R$	10/02/2027		CDI + 2,05% a.a.	(364.289)	(11.775)	(376.064)
Bradesco	Antecipação de recebíveis futuros	475.000	R$	15/02/2028	Mensais	12,51% a.a.	250.010	(6.478)	243.532
Swap		475.000	R$	15/02/2028		CDI + 2,18% a.a.	(252.553)	(5.278)	(257.831)
Bradesco		2.700.000	R$	15/02/2030	Mensais	13,20% a.a.	2.851.042	(159.220)	2.691.822
Swap		2.700.000	R$	15/02/2030		CDI + 1,40% a.a.	(2.839.763)	(116.479)	(2.956.242)
LBBW	Empréstimo em moeda estrangeira	19.318	EUR	01/07/2035	Semestrais	EURIBOR + 0,8%	95.931	(1.411)	94.520
Swap		81.215	R$	31/01/2025		CDI - 0,14% a.a.	(83.156)	10	(83.146)

***Hedge* de fluxo de caixa:** A Companhia possui *hedge de* fluxo de caixa com a finalidade de proteger: (i) a exposição à moeda estrangeira de compromissos financeiros de aquisição futura de ativos para CAPEX e; (ii) a exposição ao preço de energia por eventual penalidade nos contratos de energia de reserva. Nessas operações, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na linha de "Outros resultados abrangentes", e transferidos para o ativo ou resultado quando o objetivo do *hedge* protegido for efetivamente liquidado. **(ii) Risco de variação de preço:** A Companhia possui receitas e custos variáveis de usinas termelétricas indexados ao preço de commodities, predominantemente carvão (CIF ARA) e petróleo (Brent). As usinas termelétricas a carvão, Itaqui e Pecém II, importam carvão mineral, no mercado spot, para compor os estoques necessários para a geração de energia. E a usina termelétrica a gás Porto do Sergipe I importa GNL, em compromisso de longo prazo, com preço indexado ao Brent. A estrutura contratual do CCEAR dessas usinas prevê o repasse do custo com a commodity na receita variável (como um dos componentes dessa receita). Dessa forma, o risco de resultados negativos produzidos pela variação do preço dos insumos é mitigado, remanescendo o risco de descasamentos temporais de preços relativos ao período entre a compra das commodities e o seu repasse na remuneração da geração de energia. Esse risco de descasamento temporal é monitorado pela Companhia, e em caso desvalorização dos estoques de insumos de geração, é realizado o devido ajuste, com impacto no resultado. Cabe destacar que os estoques de insumos também são recuperáveis mediante a receita fixa das usinas, como componente dessa receita para a declaração de disponibilidade das usinas. Com relação ao gás natural consumido pelas térmicas do Complexo Parnaíba, ele é produzido pela própria Eneva através dos ativos do segmento de *Upstream*. Além disso, para o segmento de SSLNG, temos contratos firmes de venda de gás com preço indexado ao Brent. **Risco de variação dos preços de mercado de energia elétrica:** A Companhia e suas controladas operam no mercado de compra e venda de energia com o objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco de mercado preestabelecidos pela administração da Companhia e monitorados diariamente. Essa atividade expõe a Companhia e suas controladas ao risco do preço futuro da energia. As operações futuras de compra e venda de energia são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Companhia. O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros dos contratos de energia da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, certo julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

	Técnica de valorização	Dados não observáveis	Valor justo dos contratos de comercialização energia	Sensibilidade dos inputs ao valor justo*	
				2024	
Ativos financeiros	Método de fluxo de caixa descontado	Preço projetado de energia	1.617.198	**+10%**	1.326.160
				-10%	1.747.119
Passivo financeiros			1.251.907	**+10%**	1.072.719
				-10%	1.268.290

** Esse cenário de variação de 10% representa uma flutuação considerada razoável pela Companhia, tomando como base o histórico de negociações firmados em condições similares de mercado.* **(iii) Risco de taxa de inflação e juros flutuantes:** A Companhia e suas controladas possuem empréstimos, financiamentos e debêntures indexados a taxas de juros pós fixadas (DI, TJLP e Euribor) e taxa de inflação (IPCA) ficando, portanto, os fluxos de pagamento dessas dívidas expostos às flutuações dessas taxas, o que pode elevar o valor futuro de seus passivos financeiros. O impacto de flutuações das taxas de juros nos fluxos de pagamento da dívida é mitigado pela remuneração dos recursos financeiros mantidos em Caixa/Equivalentes de caixa, predominantemente atrelada ao DI, e o impacto de flutuações da taxa de inflação é mitigado pela previsão contratual de correção anual de parcela representativa das receitas da Companhia, ambos medidos pelo IPCA. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos três diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar quais seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI, IPCA e Libor fossem deslocadas em 25% e 50%, respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

Risco de fluxo de caixa:	**Cenário provável**	**Cenário I (alta 25%)**	**Cenário II (alta 25%)**
Passivo indexado ao TJLP	1.383	1.661	1.935
Passivo indexado ao CDI	431.179	543.753	638.187
Passivo indexado ao IPCA	2.027.739	2.335.841	2.640.149
Passivo indexado à Euribor	4.222	5.074	5.931
	2.464.522	**2.886.328**	**3.286.201**
Aumento da despesa financeira esperada	–	**421.806**	**821.679**

Metodologia
deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

Indicadores
IPCA médio 12M: 9,3% (fonte: Curva Referencial B3)
TJLP 12M: 6,7% (fonte: Conselho Monetário Nacional)
CDI médio 12M: 15,4% (fonte: Curva Referencial B3)

Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa, de modo a evitar que eventual ocorrência de descasamentos em seu fluxo de caixa afete sua capacidade de pagamento. A gestão do risco de liquidez consiste em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e na capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Consolidado 2024					
Passivos	**Até 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	145.923	1.159.083	511.359	–	–	**1.816.365**
Fornecedores de projetos em construção	375.144	–	–	–	–	**375.144**
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	875.201	189.966	129.080	111.964	–	**1.306.211**
Empréstimos e financiamentos	282.598	256.399	546.282	1.966.278	5.518.983	**8.570.540**
Debêntures	592.989	1.211.884	1.581.676	8.141.731	19.673.648	**31.201.928**
Antecipação de recebíveis futuros	67.236	67.236	134.472	403.417	4.201.106	**4.873.467**
Operações comerciais com partes relacionadas	–	–	206	–	–	**206**
Instrumentos financeiros derivativos	68.226	(45.425)	72.306	459.575	279.739	**834.421**
Contas a pagar - setor elétrico	–	34.068	–	–	–	**34.068**
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	–	144.679	–	–	–	**144.679**
Arrendamento	80.529	80.892	370.879	547.948	3.404.398	**4.484.646**
	2.487.845	**3.098.783**	**3.346.259**	**11.630.913**	**33.077.874**	**53.638.580**

»»»

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Demonstrações Financeiras 2024

ENEVA S.A.

CNPJ nº 04.423.567/0001-21

eneva

Passivos	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Consolidado 2023 Total
Fornecedores	264.370	396.536	336.206	–	–	**997.112**
Fornecedores de projetos em construção	106.885	72.813	–	–	–	**179.698**
Instrumentos financeiros derivativos	(20.534)	(4.872)	(1.530)	(572)	–	**(27.508)**
Valor justo dos contratos de comercialização energia	539.585	118.416	29.836	299.813	–	**987.650**
Antecipação de recebíveis futuros	20.238	20.238	40.476	121.429	607.998	**810.379**
Arrendamentos	107.596	82.603	210.155	363.803	2.827.596	**3.591.753**
Contas a pagar - setor elétrico	45.832	–	–	–	–	**45.832**
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	–	89.893	–	–	–	**89.893**
Empréstimos e financiamentos	386.511	433.037	1.471.495	4.488.542	7.388.125	**14.167.710**
Debêntures	1.327.934	1.264.917	3.140.497	4.079.778	11.532.053	**21.345.179**
	2.778.417	**2.473.581**	**5.227.135**	**9.352.793**	**22.355.772**	**42.187.698**

Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos e instrumentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e financeiras. A Companhia adota como política a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos relacionados a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e derivativos estão expostos a baixos riscos devido à classificação dos bancos de primeira linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento.

	Consolidado 2024	2023
Posições do risco de crédito	**3.194.255**	2.342.061
Caixa e equivalente de caixa	**672.057**	250.578
Títulos e valores mobiliários	**2.330.710**	1.431.317
Contas a receber	**1.617.198**	1.673.735
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	**423.534**	400.350
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	**8.237.754**	**6.098.041**

A avaliação de risco de crédito de contas a receber e comercialização de energia estão descritos na nota explicativa 12 - Contas a receber. **Risco de estrutura de capital:** Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital. A gestão do endividamento financeiro visa ao integral cumprimento de todas as obrigações financeiras, incluindo o enquadramento aos *covenants* financeiros contratuais, contemplando margem de segurança para que estes não sejam excedidos. Além disso, como parte de medidas para proteger sua estrutura de capital, a Companhia e suas controladas, adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes* para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Nos casos em que é necessário aprovação dos acionistas, a Administração irá propor tais ações.

*informação não auditada.

7. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Despesas gerais e administrativas				
Depreciação e amortização	**(212.128)**	(217.087)	**(487.924)**	(536.444)
Pessoal	**(325.852)**	(251.122)	**(314.398)**	(273.793)
Exploração e poço seco	**(130.352)**	(130.122)	**(130.412)**	(130.141)
Serviços de terceiros	**(39.908)**	(54.013)	**(49.431)**	(74.697)
Aluguéis	**(4.148)**	(5.166)	**(4.729)**	(5.828)
Material de consumo	**(1.386)**	(3.861)	**(1.431)**	(4.614)
Impostos e contribuições	**(1.561)**	(1.446)	**(2.382)**	(2.313)
Serviços compartilhados - *Cost Sharing*	**143.665**	158.976	**–**	–
Seguros administrativos	**(4.102)**	(4.354)	**(5.652)**	(5.970)
Outras	**(65.156)**	(61.156)	**(71.843)**	(67.789)
	(640.928)	**(569.351)**	**(1.068.203)**	**(1.101.589)**
Outras receitas e despesas				
Perda por redução ao valor recuperável **(a)**	**–**	–	**(634.748)**	–
Perda de bens com inventário	**(21.305)**	–	**(21.305)**	–
Perda na baixa de ativos imobilizados	**(15.589)**	–	**(16.393)**	(324)
Crédito de PIS/COFINS	**20.029**	–	**20.029**	59.362
Ganho/(perda) na alienação de investimentos	**1.557**	(1.706)	**1.556**	(1.361)
Reversão/(constituição) de provisões	**2.421**	(1.748)	**2.442**	2.019
Provisão para perdas de investimento	**(268)**	(253)	**(536)**	(506)
Outras receitas/(despesas)	**(26.952)**	2.317	**(31.257)**	2.500
	(40.107)	**(1.390)**	**(680.212)**	**61.690**
	(681.035)	**(570.741)**	**(1.748.415)**	**(1.039.899)**

(a) Para mais informações, vide nota explicativa 17 - Imobilizado.

8. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Receitas financeiras				
Variação cambial e monetária	**58.399**	50.429	**88.607**	483.849
Aplicação financeira	**135.801**	58.738	**321.176**	313.952
Refinanciamento	**–**	–	**–**	237.563
Marcação a mercado e derivativos	**12.312**	26.505	**1.876**	27.401
Multas e juros recebidos ou auferidos	**27.282**	1.382	**48.843**	6.838
Rendimentos de mútuos	**82.107**	104.149	**7.999**	774
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	**24.961**	–	**24.961**	–
Ganho com antecipação na recompra de energia	–	–	**63.882**	–
Outras	**17.136**	7.879	**40.396**	51.674
	357.998	**249.082**	**597.740**	**1.122.051**
Despesas financeiras				
Juros de debêntures	**(900.940)**	(764.727)	**(1.200.212)**	(1.265.971)
Variação cambial e monetária	**(550.837)**	(123.958)	**(1.110.939)**	(554.040)
Variação monetária sobre dívidas	**(307.603)**	(24.044)	**(358.538)**	(33.207)
Apropriação AVP na antecipação de recebíveis futuros	**(183.462)**	–	**(272.260)**	(36.243)
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	–	(321.524)	–	(321.524)
Baixa do custo de transação - refinanciamento	–	–	–	(294.086)
Juros de empréstimos e financiamentos	**(57.953)**	(46.866)	**(165.120)**	(273.213)
Juros de passivos de arrendamento	**(133.922)**	(16.905)	**(230.280)**	(219.510)
Remuneração de credores - refinanciamento	–	–	–	(137.487)
Amortização do custo de transação de empréstimos	**(70.803)**	(21.601)	**(100.307)**	(125.440)
Comissão sobre fianças bancárias	**(31.960)**	(4.029)	**(70.135)**	(81.736)
Juros de provisão de abandono	**(23.283)**	(20.407)	**(24.074)**	(21.139)
Multa e juros pagos ou incorridos	**(551)**	(1.251)	**(4.995)**	(8.148)
Juros de fornecedores	**–**	–	**(7.160)**	(3.805)
Juros sobre mútuos	**(31.862)**	(6.785)	**(1.422)**	(1.022)
Marcação a mercado e derivativos	**(314.137)**	–	**(425.995)**	–
Outras	**(90.217)**	(64.579)	**(187.990)**	(136.246)
	(2.697.530)	**(1.416.676)**	**(4.159.427)**	**(3.512.817)**
Resultado Financeiro	**(2.339.532)**	**(1.167.594)**	**(3.561.687)**	**(2.390.766)**

Reconciliação do resultado financeiro líquido:

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Resultado financeiro líquido apresentado no fluxo de caixa	**(2.279.584)**	(775.483)	**(3.455.446)**	(1.546.193)
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	**24.961**	(321.524)	**24.961**	(321.524)
Baixa do custo de transação - refinanciamento	–	–	–	(294.086)
Remuneração de credores - refinanciamento	–	–	–	(137.487)
Amortização do custo de transação de empréstimos	**(70.803)**	(21.601)	**(100.307)**	(125.440)
Outros resultados financeiros	**(14.106)**	(48.986)	**(30.895)**	33.964
Total do resultado financeiro líquido apresentado na nota explicativa	**(2.339.532)**	**(1.167.594)**	**(3.561.687)**	**(2.390.766)**

9. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Política contábil: Os tributos de Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSL") correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das investidas que geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões dos valores estimados para pagamento às autoridades fiscais. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. A Companhia apresenta lucratividade histórica e suas projeções não indicam mudança nesse cenário e, portanto, considera que a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos não é crítica em relação ao prazo projetado. As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. **Estimativas e julgamentos:** IRPJ e CSL diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aqueles adotados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia fundamentado em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e CAPEX.

Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: Em 31 de dezembro de 2024, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a "CSL" (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de IRPJ e CSL correntes e diferidos é demonstrada a seguir:

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSL	**(1.939.503)**	(178.508)	**(1.349.778)**	281.557
Alíquota nominal - %	**34%**	34%	**34%**	34%
IRPJ/CSL à alíquota nominal	**659.431**	60.693	**458.925**	(95.729)
Resultado de equivalência patrimonial	**(73.537)**	319.540	**2.326**	364
Subvenção para investimento - ICMS	**46.138**	26.670	**46.138**	26.670
Outras diferenças permanentes **(a)**	**(34.167)**	(37.499)	**(33.269)**	(6.843)
Tributos não constituídos	**(301)**	(1.404)	**(23.786)**	4.157
Diferença de presunção de base do lucro presumido	**–**	–	**(40.552)**	(18.043)
Redução do benefício SUDENE, SUDAM e PAT **(b)**	**–**	–	**274.298**	83.106
Baixa de prejuízo fiscal/base negativa de Celse	**–**	–	**(168.782)**	–
Mais/menos valia da Celse, CGTF e Térmicas do ES **(c)**	**1.383.952**	28.193	**1.383.952**	28.193
IRPJ e CSL correntes e diferidos	**1.981.516**	396.193	**1.899.250**	21.875
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes [1] **(d)**	**–**	–	**(237.858)**	(120.566)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos **(c)**	**1.981.516**	396.193	**2.137.108**	142.441
Total	**1.981.516**	396.193	**1.899.250**	21.875

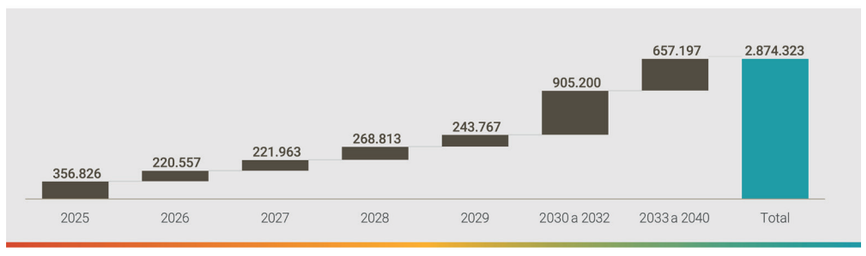
a. Referem-se às adições/exclusões permanentes da apuração de IRPJ/CSL, tais como exercício de Stock Options e respectivos encargos, doações, patrocínios e incentivo à inovação tecnológica. b. O impacto se refere principalmente ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene e pela Sudam, que resulta em redução de até 75% do IRPJ no período de 10 anos. c. Devido à incorporação societária ocorrida no 2º trimestre de 2024, foi baixado o passivo de IRPJ/CSL diferidos constituídos em 2022 sobre a mais valia gerada na aquisição de controle da Celse. d. O aumento do IRPJ/CSL correntes decorre principalmente da subsidiaria Parnaíba Geração e Comercialização, que apurou maior lucro tributável em função do maior despacho em 2024 e, ainda, das térmicas do Complexo do Espírito Santo, que apuraram lucro tributável no 4º trimestre de 2024 e não eram consolidadas no 4º mesmo trimestre do exercício anterior. [1]**Reconciliação da alíquota efetiva dos tributos correntes:** O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSL) são calculados sobre o lucro contábil do período ajustado pelas adições das despesas indedutíveis, as exclusões das receitas não tributáveis e as compensações permitidas pela legislação tributária.

	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Resultado do período antes do IRPJ/CSL	**(1.349.778)**	**281.557**
Base de cálculo das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal/base negativa	**6.285.612**	418.944
Baixa do saldo de prejuízo fiscal/base negativa da Celse e FC One **(e)**	**496.418**	–
Baixa do saldo da mais valia gerada na aquisição de controle da Celse **(e)**	**(4.205.227)**	**–**
Base de cálculo após as diferenças temporárias e o prejuízo fiscal/base negativa	**1.227.025**	**700.501**
Alíquota nominal - %	**34%**	34%
IRPJ/CSL à alíquota nominal	**(417.189)**	**(238.170)**
Resultado de equivalência patrimonial	**2.326**	364
Subvenção para investimento - ICMS	**46.138**	26.670
Outras diferenças permanentes	**(33.269)**	(6.843)
Tributos não constituídos	**(23.786)**	4.157
Diferença de presunção de base do lucro presumido	**(40.551)**	(18.043)
Redução benefício - SUDENE, SUDAM e PAT	**274.298**	83.106
Mais/menos valia CGTF	**(45.825)**	28.193
IRPJ e CSL correntes	**(237.858)**	**(120.566)**
Alíquota efetiva do IRPJ e CSL correntes	**19,38%**	17,21%

e. Em 17 de abril de 2024 e 24 de junho de 2024 por conta das incorporações societárias das subsidiárias FC One e Celse, respectivamente, na Eneva, foi baixado o saldo de IRPJ/CSL diferidos constituídos nos anos anteriores sobre os prejuízos fiscais e bases negativas das incorporadas. Também foi baixado IRPJ/CSL diferidos constituídos em 2022 sobre a mais valia gerada na aquisição da Celse. Ambos os impactos, bem como os respectivos tributos diferidos, não impactaram na apuração de IRPJ/CSL correntes. **Impostos diferidos:** A composição consolidada dos tributos diferidos por natureza (ativos, passivos e resultado) é demonstrada a seguir:

	Ativo e Passivo 31/12/2024 IRPJ/CSL	31/12/2023 IRPJ/CSL	Resultado 31/12/2024 Base de cálculo	IRPJ/CSL	31/12/2023 Base de cálculo	IRPJ/CSL
Diferidos sobre prejuízo fiscal/base negativa	**1.266.963**	**1.353.781**	**(255.349)**	**(86.819)**	**467.759**	**159.038**
Diferidos sobre diferenças temporárias ativas:						
Provisões ativas	**289.794**	254.886	**102.673**	**34.909**	47.782	16.246
Perda por redução ao valor recuperável	**215.814**	–	**634.748**	**215.814**	–	–
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	**99.253**	107.740	**(24.961)**	**(8.487)**	268.285	91.217
Gastos pré-operacionais	**31.552**	33.434	**(5.537)**	**(1.882)**	(40.012)	(13.604)
Direito de uso	**970.947**	476.621	**1.453.902**	**494.327**	526.709	179.081
Total ativo diferido (a)	**2.874.323**	**2.226.462**	**1.905.476**	**647.862**	**1.270.523**	**431.978**
Diferidos sobre diferenças temporárias passivas:						
Arrendamento a pagar	**(634.074)**	(475.660)	**(465.925)**	**(158.414)**	(710.118)	(241.440)
Depreciação acelerada	**(681.218)**	(363.577)	**(215.229)**	**(73.178)**	(254.735)	(86.610)
Ganho por compra vantajosa	**(109.382)**	(163.609)	**159.493**	**54.227**	78.253	26.606
Valor justo da aquisição de ativos	**(11.178)**	(30.493)	**56.809**	**19.315**	–	–
Valor justo dos contratos de comercialização energia	**(124.199)**	(240.331)	**341.565**	**116.132**	(180.415)	(61.341)
Provisões passivas	**(83.728)**	(144.764)	**179.517**	**61.036**	(84.909)	(28.869)
Mais/menos valia de ativos	**13.511**	(1.456.617)	**4.323.905**	**1.470.128**	300.344	102.117
Total passivo diferido	**(1.630.268)**	**(2.875.051)**	**4.380.136**	**1.489.246**	**(851.580)**	**(289.537)**
Diferido líquido	**1.244.055**	**(648.589)**	**6.285.612**	**2.137.108**	**418.943**	**142.441**

a. Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros: *A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de até 16 anos.



Conforme exigido pela norma contábil CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser compensados na mesma entidade fiscal para fins de apresentação.

	2024 IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/ base negativa	IRPJ/ CSL sobre diferenças temporárias	Total	2023 IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/ base negativa	IRPJ/ CSL sobre diferenças temporárias	Total
Eneva S.A.	918.896	440.117	**1.359.013**	–	–	–
Itaqui Geração de Energia S.A.	180.146	118.220	**298.366**	188.610	(47.365)	**141.245**
Eneva Comercializadora Ltda	–	–	**–**	55.355	2.000	**57.355**
Eneva Participações S.A.	–	38	**38**	–	36	**36**
Pecém II Geração de Energia S.A.	63.322	(1.102)	**62.220**	68.015	(35.344)	**32.671**
Centrais Elétricas de Sergipe S.A. **(a)**	–	–	**–**	163.202	(42.032)	**121.170**
SPEs Futuras	13.190	98	**13.288**	8.748	540	**9.288**
Total ativo diferido líquido			**1.732.925**			**361.765**
Eneva S.A.	–	–	–	839.035	(1.418.923)	**(579.888)**
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	–	(150.663)	**(150.663)**	–	(137.844)	**(137.844)**
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	–	(71.148)	**(71.148)**	18.011	(62.839)	**(44.828)**
Eneva Comercializadora Ltda	90.090	(96.235)	**(6.145)**	–	–	–
Azulão Geração de Energia S.A.	–	(31.049)	**(31.049)**	2.929	(19.175)	**(16.246)**
Focus Energia Ltda **(a)**	–	–	–	–	(219.148)	**(219.148)**
FC One Ltda **(a)**	–	–	–	7.631	(9.228)	**(1.597)**
Linhares	–	(88.691)	**(88.691)**	–	–	–
Povoação	–	(48.096)	**(48.096)**	–	–	–
Tevisa	–	(81.264)	**(81.264)**	–	–	–
Outros	1.318	(13.132)	**(11.814)**	2.244	(13.047)	**(10.803)**
Total passivo diferido líquido			**(488.870)**			**(1.010.354)**
Diferido líquido			**1.244.055**			**(648.589)**

a. Empresas incorporadas pela Eneva ao longo do exercício de 2024. **Incertezas tributárias: Durante** o primeiro trimestre de 2024 houve uma mudança no prognóstico de um processo administrativo que discute a glosa de prejuízos fiscais decorrentes de despesas com contrato hedge e dedução de IRPJ e CSLL. O processo estava inicialmente classificado como perda remota e foi reclassificado como possível no valor de R$ 195.000. A Companhia considera que é mais provável que os tratamentos adotados sejam aceitos do que rejeitados.

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa Incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.

		Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Caixa e bancos		**11.335**	12.791	**587.268**	871.625
Fundos de investimentos	**(a)**	**1.009.099**	47.358	**1.503.893**	934.638
CDBs	**(b)**	**450.499**	385.685	**1.103.094**	535.798
		1.470.933	445.834	**3.194.255**	2.342.061

a. Trata-se do fundo exclusivo de investimentos em Cotas de fundo de investimento de renda fixa administrado pelo Itaú Unibanco. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo está composto principalmente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. **b.** Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP (CDI) de 99,87% (103,65% em dezembro 2023), com liquidez diária.

11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Política contábil: Títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Historicamente, a Companhia recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

		Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Fundos de investimentos	**(a)**	**452.014**	31.425	**672.057**	250.578
		452.014	31.425	**672.057**	250.578

a. Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2025 e 2030, com liquidez diária, sendo compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Itaú Unibanco, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido do fundo) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas.

12. CONTAS A RECEBER

Política contábil: Contas a receber correspondem aos valores faturados e provisionados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE), quando aplicável.

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Ambiente de Contratação Regulada (ACR)	**583.1930**	179.330	**1.393.069**	1.113.128
Ambiente de Contratação Livre (ACL)	**434.9580**	–	**638.607**	317.117
Venda de gás e condensado	**299.0330**	1.072	**299.034**	1.072
	1.317.184	**180.402**	**2.330.71**	**1.431.317**

Avaliação do risco de crédito: O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos que mitigam o risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de câmara de compensação multilateral e centralizada. As operações realizadas no âmbito da CCEE são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas. Além disso, para os contratos comercializados bilateralmente (segmento de comercialização de energia) é realizada uma análise de risco frente às contrapartes antes da operação, por meio de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE. Também é realizado um acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, para que, em caso de atraso, a energia negociada não seja registrada e a contraparte fique com um déficit de energia, sujeita ao preço de energia atual no mercado (PLD) e à multa na CCEE. O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros. Além disso, a Companhia realiza análise individual da posição de vencimentos da carteira de clientes, histórico, situação financeira e condições de venda, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. Após a análise, não foi identificado nenhum risco de perda de crédito esperada.

›››

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Demonstrações Financeiras 2024

ENEVA S.A.

CNPJ nº 04.423.567/0001-21

eneva

13. ESTOQUES

Política contábil: Os estoques da Companhia são essencialmente compostos por materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia e exploração de gás. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o menor dos dois. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. Os estoques de insumos são avaliados com base na média ponderada móvel.

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Materiais, suprimentos e outros	**86.994**	56.831	**237.615**	160.513
Carvão	–	–	**243.290**	374.193
Peças eletrônicas e mecânicas	**43.272**	21.153	**211.908**	152.451
Lubrificantes e químicos	**7.093**	6.427	**68.176**	18.004
Gás Natural Liquefeito ("GNL")	**50.198**	–	**51.727**	19.403
Outros	**792**	–	**792**	–
	188.348	84.411	**813.508**	724.564

14. TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL) a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Imposto de Renda - IRPJ	**70.591**	79.693	**176.958**	208.093
Contribuição Social - CSL	**9.006**	2.525	**112.826**	73.131
	79.597	**82.218**	**289.784**	**281.224**
Circulante	**77.172**	**49.048**	**276.010**	**243.290**
Não circulante	**2.425**	**33.170**	**13.774**	**37.934**

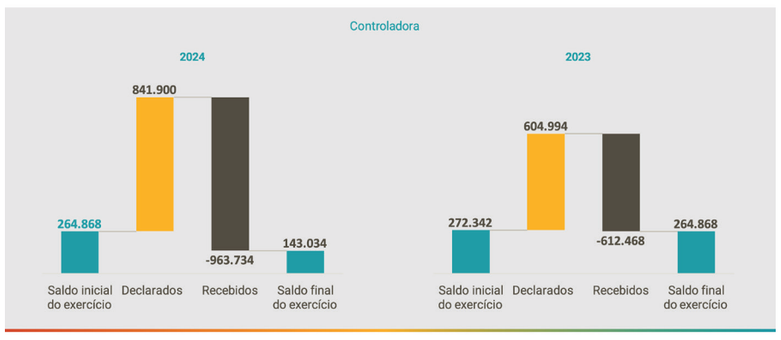
Os demais tributos a recuperar estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
PIS **(a)**	**48.005**	41.263	**64.161**	53.212
COFINS **(a)**	**222.935**	191.499	**292.179**	243.212
ICMS **(b)**	**36.410**	4.342	**38.156**	44.539
Outros	**6.066**	7.050	**6.516**	7.844
	313.416	**244.154**	**401.012**	**348.807**
Circulante	**45.711**	**16.507**	**50.640**	**66.550**
Não circulante	**267.705**	**227.647**	**350.372**	**282.257**

a. Os saldos da Controladora referem-se a créditos de PIS/COFINS sobre gastos com ativo imobilizado do segmento de E&P, cuja compensação ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação/amortização. No Consolidado, estão incluídos os créditos de PIS/COFINS sobre insumos e aquisições de ativo imobilizado das plantas operacionais (UTEs). **b.** O saldo de ICMS a recuperar é decorrente de crédito oriundo da importação de GNL.

15. DIVIDENDOS A RECEBER

Política contábil: A Companhia possui dividendos mínimos obrigatórios a receber de suas controladas baseados no estatuto social dessas empresas e nos limites definidos na legislação aplicável.



16. INVESTIMENTOS

Política contábil Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu controle da entidade e tem a influência de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. **Controladas em conjunto:** São investimentos em que a Companhia possui influência significativa compartilhada com uma ou mais partes, mas não o controle sobre as políticas financeiras e operacionais. Esses investimentos são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto, dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. Os investimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, o qual inclui os gastos com a transação. As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas) e as controladas em conjunto, sendo representadas pelas seguintes empresas:

	2024						
	Participação societária	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Controladas diretas							
Amapari Energia S.A. **(*)**	100,00%	8.441	17	24.189	15.733	(31.464)	32.995
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	232.833	2.790.452	279.244	1.143.423	1.600.618	153.570
Azulão I Geração de Energia S.A.	99,90%	136.048	736.460	74.640	527.087	270.781	(2.458)
Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A. **(*)**	100,00%	218	8.434	296	19	8.337	(97)
Eneva Comercializadora de Energia S.A.	100,00%	500.022	489.908	545.266	249.961	194.703	123.359
Eneva Participações III S.A.	85,80%	82.680	2.959.864	73	–	3.042.471	794.499
Eneva Participações S.A.	100,00%	4.175	202.781	1.628	20.858	184.470	70.582
Focus Futura Geração 1 S.A.	0,06%	4.846	1.531.253	18.167	10.779	1.507.153	(42.362)
Focus Futura Holding Participações S.A.	100,00%	2.389	2.425.762	19.608	519	2.408.024	(126.037)
Focus Inteligência em Energia Ltda.	100,00%	7.908	–	1.372	379	6.157	4.796
Geração de Energia do Maranhão S.A.	100,00%	185.563	499.995	51.091	–	634.467	4.649
GNL Brasil Logística S.A. **(*)**	51,00%	48.229	149.425	21.146	156.156	20.352	3.516
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	397.742	1.646.986	244.740	502.241	1.297.747	(245.300)
Jandaíra II Ventos S.A. **(*)**	99,90%	–	–	1	–	(1)	(70)
Jandaíra Ventos S.A. **(*)**	99,90%	–	–	–	(111)	111	(61)
Linhares Brasil Energia Participações S.A.	100,00%	54	367.784	252	–	367.586	(14)
Nossa Senhora de Fátima S.A. **(*)**	100,00%	1	16.827	–	1.487	15.341	(166)
Parnaíba B.V. **(*)**	100,00%	292	–	420	–	(128)	61
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	421.106	1.370.634	231.015	708.159	852.566	(24.707)
Povoação Energia S.A.	100,00%	301.635	306.875	38.725	48.455	521.330	95.528
Sparta 300 Participações S.A.	100,00%	633.109	1.597.042	429.915	513.672	1.286.564	(2.918)
SPEs Ventos **(*)**	100,00%	25	862	2	195	690	(236)
Sul Geração de Energia Ltda. **(*)**	50,00%	20	13.073	13	1.156	11.924	(57)
Tauá Geração de Energia Ltda. **(*)**	100,00%	267	15.000	1.607	4.063	9.597	(4.883)
Termelétrica Viana S.A.	100,00%	308.035	365.299	209.135	84.153	380.046	39.240
Termopantanal Participações Ltda. **(*)**	66,70%	9	400	1	2.726	(2.318)	–
Controladas indiretas							
Linhares Geração de Energia S.A.	100,00%	290.334	464.688	287.695	99.543	367.784	60.704
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	100,00%	617.880	2.553.363	868.270	978.561	1.324.412	605.756
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	496.562	2.297.898	508.445	650.579	1.635.436	189.592
SPE Futura 1 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,90%	13.444	531.413	15.800	(292)	529.349	(17.370)
SPE Futura 2 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,00%	15.332	512.058	11.944	(122)	515.568	(6.142)
SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,90%	20.042	588.486	31.390	166.738	410.400	(21.447)
SPE Futura 4 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,90%	29.800	818.875	63.192	279.454	506.029	(18.877)
SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,00%	17.981	403.073	20.047	132.847	268.160	(10.262)
SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia S.A.	100,00%	14.793	313.393	22.215	88.612	217.359	(23.404)
Termopantanal Ltda.	66,70%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	–
Controladas em conjunto:							
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	1.065	729	456	1.800	(462)	198
Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	7.288	1.256	1.390	148	7.006	(137)
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	10.575	3.946	4.693	791	9.037	(2.328)

** Essas subsidiárias compõem a linha de outros na mutação do investimento.*

	2023						
	Participação societária	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Controladas diretas							
Amapari Energia S.A. **(*)**	100,00%	2.516	1.483	2.919	76.795	(75.715)	2.048
Azulão Geração de Energia S.A.	99,9%	183.673	2.481.064	249.908	964.559	1.450.270	51.548
Azulão I Geração de Energia S.A.	99,9%	402.411	247.650	(2.415)	379.237	273.239	(1.543)
Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A. **(*)**	75,00%	292	8.432	286	5	8.433	8
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	79,0%	86	2.319.789	–	1.015	2.318.860	180.752
DC Energia Participações S.A.	100,00%	710	492.312	–	–	493.022	37.960
Eneva Norte S.A. **(*)**	100,00%	1	–	–	–	1	1
Eneva Participações III S.A.	85,1%	2.468	2.517.949	27	356	2.520.034	161.786
Eneva Participações S.A.	100,00%	5.296	204.692	4.857	81.573	123.558	28.514
FC One Energia Ltda	100,00%	132.031	425.810	32.711	21.213	503.917	188.852
Focus Futura Geração 1 S.A.	0,10%	9.440	1.572.752	17.907	17.246	1.547.039	663
Focus Futura Holding Participações S.A.	100,00%	77.842	977.612	15.829	5.145	1.034.480	(24.315)
GNL Brasil Logística S.A	51,00%	31.207	46.136	61.046	20.685	(4.388)	(4.388)
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	406.049	2.094.076	272.099	514.978	1.713.048	118.649
Jandaíra II Ventos S.A. **(*)**	99,9%	9	–	1	–	8	(84)
Jandaíra Ventos S.A. **(*)**	99,9%	9	–	–	(115)	124	43
Nossa Senhora de Fátima S.A.	100,00%	–	16.825	–	2.848	13.977	(122)
Parnaíba B.V.	100,00%	619	–	768	–	(149)	(257)
Pecém II Participações S.A.	100,00%	122	926.171	–	3.735	922.558	56.036
Sparta 300 Participações S.A.	100,00%	7.663	541.218	77.601	–	471.280	(2.426)
SPEs Ventos **(*)**	100,00%	97	1.863	6	511	1.443	(788)
Sul Geração de Energia Ltda. **(*)**	50,00%	18	13.086	–	1.123	11.981	(142)
Tauá Geração de Energia Ltda.	100,00%	920	15.733	396	4.207	12.050	(3.063)
Termopantanal Participações Ltda.	66,7%	9	400	1	2.726	(2.318)	–
Controladas indiretas							
Celse Elétrica S.A.	100,00%	1.558.944	9.157.109	392.425	8.003.839	2.319.789	180.865
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	612.089	700.796	753.684	495.582	63.619	30.688
Focus Energia Ltda	100,00%	401.086	569.246	358.590	295.940	315.802	186.257
Focus Inteligência em Energia Ltda.	100,00%	13.570	–	1.461	109	12.000	6.147
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	–	414.156	2.621.749	463.010	1.310.464	1.262.431	213.299
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	–	295.275	2.150.044	420.996	768.805	1.255.518	157.591
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	411.581	1.530.978	242.645	773.762	926.152	56.348
SPE Futura 2 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,00%	11.658	525.090	12.745	2.294	521.709	(5.923)
SPE Futura 1 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,9%	12.386	551.318	14.772	3.597	545.335	1.781
SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,9%	120.252	527.409	41.147	174.054	432.460	5.944
SPE Futura 4 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,9%	211.117	656.412	57.491	284.559	525.479	7.009
SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia S.A.	10,00%	59.383	384.812	30.389	135.384	278.422	(9.808)
SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia S.A.	100,00%	13.322	324.738	31.993	91.002	215.065	(20.956)
Termopantanal Ltda.	66,7%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	–
Controladas em conjunto:							
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	864	1.338	458	2.404	(660)	(583)
Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	8.523	1.345	1.533	198	8.137	1.046
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	13.752	2.075	3.814	355	11.657	1.605

** Essas subsidiárias compõem a linha de outros na mutação do investimento.*

Mutação do investimento das controladas diretas e controladas em conjunto - valor patrimonial

	Saldo em 2023	**Transferência de participação**	**Reconhecimento de participação em controlada***	**Aporte/Integralização de AFAC**	**Equivalência**	**Amortização de mais-valia**	**Juros**	**Dividendos**	**Aquisições**	**Incorporação**	**Transferência para passivo a descoberto**	**Outros resultados abrangentes**	**Saldo em 2024**
Controladas diretas													
Focus Futura Holding Participações S.A. **(b)**	**1.313.171**	(50.195)	1.520.974	(21.392)	(126.037)	–	–	–	–	–	–	–	**2.636.521**
Eneva Participações III S.A.	**1.742.085**	–	–	347.205	288.762	–	48.376	(347.702)	–	–	–	–	**2.078.726**
Azulão Geração de Energia S.A.	**1.445.608**	–	–	–	153.416	–	–	3	–	–	–	–	**1.599.027**
Itaqui Geração de Energia S.A.	**1.723.109**	–	–	–	(245.300)	(512)	–	(170.000)	–	–	–	–	**1.307.297**
Sparta 300 Participações S.A.	**471.280**	–	–	718.746	(2.918)	–	–	–	–	–	–	99.456	**1.286.564**
Povoação Energia S.A.	–	–	–	–	95.528	(62.150)	–	(220.000)	1.089.394	–	–	18.974	**921.746**
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	–	–	–	–	9.905	(13.549)	–	–	678.890	–	–	–	**675.246**
Pecém II Geração de Energia S.A.	–	748.748	–	–	(72.919)	(2.150)	–	–	–	–	–	–	**673.679**
Termelétrica Viana S.A.	–	–	–	–	39.240	(33.795)	–	(30.000)	652.877	–	–	9.353	**637.675**
Linhares Brasil Energia Participações S.A.	–	–	–	–	60.690	(33.498)	–	(100.000)	706.378	–	–	9.086	**642.656**
Eneva Participações S.A.	**299.495**	–	–	6.034	70.582	(1.806)	–	–	–	–	–	(15.703)	**358.602**
Azulão I Geração de Energia S.A.	**272.983**	–	–	–	(2.456)	–	–	–	–	–	–	–	**270.527**
Eneva Comercializadora de Energia S.A.	–	–	–	23.592	30.136	–	–	–	–	–	–	(6.162)	**47.566**
Focus Inteligência em Energia Ltda **(a)**	–	–	–	–	3.012	–	–	(10.638)	–	13.783	–	–	**6.157**
Focus Futura Geração 1 S.A. **(b)**	**(49.339)**	50.195	89	2.072	(42)	–	–	–	–	–	–	–	**2.975**
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. **(a)**	**7.692.591**	(2.294.995)	–	–	(17.219)	(85.824)	–	–	–	(5.295.481)	928	–	–
Pecém II Participações S.A.	**723.510**	(748.748)	–	–	48.144	(4.306)	–	(18.600)	–	–	–	–	–
DC Energia Participações S.A. **(a)**	**487.007**	–	–	–	(4.807)	–	–	–	–	(482.200)	–	–	–
FC One Energia LTDA **(a)**	**414.212**	–	–	–	(168.715)	–	–	–	–	(245.497)	–	–	–
Centrais Elétricas de Sergipe S.A. **(a)**	–	2.294.995	–	–	(395.219)	–	–	–	–	(1.899.776)	–	–	–
Outras	**48.435**	(634)	–	26.318	(1.076)	–	–	4	–	2.105	(16.123)	(291)	**58.738**
	16.584.147	**(634)**	**1.521.063**	**1.102.575**	**(237.293)**	**(237.590)**	**48.376**	**(896.933)**	**3.127.539**	**(7.907.066)**	**(15.195)**	**114.713**	**13.203.702**
Controladas em conjunto:													
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	**5.830**	–	–	–	(1.119)	–	–	(191)	–	–	–	–	**4.520**
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	**4.069**	–	–	–	(69)	–	–	(497)	–	–	–	–	**3.503**
	9.899	–	–	–	**(1.188)**	–	–	**(688)**	–	–	–	–	**8.023**
Total de investimentos	**16.594.046**	**(634)**	**1.521.063**	**1.102.575**	**(238.481)**	**(237.590)**	**48.376**	**(897.621)**	**3.127.539**	**(7.907.066)**	**(15.195)**	**114.713**	**13.211.725**

*Referente à reavaliação de participação dos acionistas não controladores sobre os investimentos de geração solar, vide nota explicativa 30 - Patrimônio líquido. a. Ao longo do exercício de 2024, a Eneva realizou uma reorganização societária incorporando cinco controladas. A reorganização teve como principal objetivo a simplificação de sua estrutura societária, redução de custos administrativos, operacionais e otimização financeira (gestão do caixa). No dia 17 de abril de 2024, foi concluída a incorporação das seguintes empresas do segmento de comercialização: FC One Energia Ltda, Focus Energia Ltda e Platinum Comercializadora de Energia Participações Ltda. A incorporação foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2023, e o processo de aprovação por todos os órgãos reguladores pertinentes foi concluído em abril de 2024. No dia 24 de junho de 2024, a Companhia incorporou a Celse e a DC Energia. Essas incorporações foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2023 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2024, após obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias. As informações das empresas incorporadas estão detalhadas a seguir:

	Celse	**DC Energia**	**Comercializadoras**
Ativo			
Circulante	648.795	710	331.110
Não circulante	10.181.420	528.861	561.673
Ativo	**10.830.215**	**529.571**	**892.783**
Passivo			
Circulante	316.004	–	229.756
Não circulante	8.614.415	–	174.902
Acervo líquido adquirido	1.899.796	529.571	488.125
Passivo e acervo líquido	**10.830.215**	**529.571**	**892.783**

No momento da incorporação, foi liquidado a nota comercial no valor de R$ 1.300.000, que estava em aberto entre a Companhia e Celse. **b.** Referente à reavaliação da participação dos acionistas não controladores sobre os investimentos de geração solar, vide nota explicativa 30 - Patrimônio líquido.

16.1. Composição dos saldos:

	Controladora	
Participações societárias	**2024**	**2023**
Controladas	**12.101.126**	16.383.598
Controladas em conjunto	**8.024**	9.899
Adiantamento para futuro aumento de capital	**1.102.575**	200.549
	13.211.725	**16.594.046**

16.2. Composição do resultado de equivalência patrimonial e outros efeitos de participações societárias

	Controladora	
	2024	**2023**
Resultado de equivalência patrimonial sobre os investimentos	**(238.481)**	921.858
Resultado de equivalência patrimonial sobre os passivos a descoberto	**30.432**	(4.775)
Amortização de mais valia	**(237.590)**	(313.230)
	(445.639)	**603.853**

17. IMOBILIZADO

Política contábil: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de um ativo, podendo conter: i. Custo de materiais e mão de obra direta; ii. Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; iii. Custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados; e iv. Custos de empréstimos e debêntures, que são capitalizados como parte do imobilizado se forem diretamente atribuíveis à construção de um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais. **Estimativas e julgamentos:** Para os ativos de E&P, as reservas de gás natural são calculadas com base em informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização pelo método de unidades produzidas. A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e à geologia dos reservatórios, bem como às alterações em preços e custos utilizados. As revisões também podem resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção. **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados a esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação: Depreciação do imobilizado de geração de energia:** A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos a partir do seu início de operação. **Depreciação do imobilizado na fase de exploração e produção - (E&P):** O imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas. Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por consultoria independente e, com base nessas informações, a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas.

»»»

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

17.1. Composição dos saldos:

	Controladora 2024							
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado E&P	Imobilizado em curso	Direito de uso (b)	Total
Faixa de depreciação	–	25 a 50 anos	5 a 40 anos	16 anos	Por produção	–	1 a 28 anos	–
Custos								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.268	132.699	1.104.472	23.996	2.864.934	3.549.016	189.667	7.867.052
Adições	–	–	9.738	–	7	1.481.386	402.457	**1.893.588**
Incorporação	7.567	613.807	5.135.689	6.019	–	346.631	4.004.746	**10.114.459**
Baixas	–	–	(17.810)	–	–	–	–	**(17.810)**
Transferências	(2.038)	6.549	30.964	1.954	749	(38.178)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**7.797**	**753.055**	**6.263.053**	**31.969**	**2.865.690**	**5.338.856**	**4.596.870**	**19.857.288**
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	(54.054)	(672.524)	(18.181)	(1.542.387)	–	(79.278)	(2.366.424)
Adições	–	(15.414)	(141.747)	(1.795)	(95.009)	–	(78.220)	**(332.185)**
Incorporação	–	(85.141)	(843.289)	(3.027)	–	–	(636.666)	**(1.568.123)**
Baixas	–	–	2.221	–	–	–	–	**2.221**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	(154.609)	(1.655.339)	(23.003)	(1.637.396)	–	(794.164)	(4.264.511)
Valor Contábil								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.268**	**78.645**	**431.948**	**5.815**	**1.322.547**	**3.549.016**	**110.389**	**5.500.628**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**7.797**	**598.446**	**4.607.714**	**8.966**	**1.228.294**	**5.338.856**	**3.802.706**	**15.592.777**

	Controladora 2023							
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado E&P	Imobilizado em curso	Direito de uso (b)	Total
Faixa de depreciação	–	25 a 50 anos	5 a 40 anos	16 anos	Por produção	–	1 a 28 anos	–
Custos								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	200	77.374	95.990	19.922	2.784.376	2.708.757	162.328	5.848.947
Adições	–	–	–	–	293	980.461	26.425	**1.007.180**
Incorporação CGTF	2.068	42.463	1.007.662	1.506	–	(14.089)	914	**1.040.524**
Baixas	–	–	–	–	(177)	(29.421)	–	**(29.598)**
Transferências	–	12.862	820	2.568	80.442	(96.692)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.268**	**132.699**	**1.104.472**	**23.996**	**2.864.934**	**3.549.016**	**189.667**	**7.867.052**
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	(13.311)	(50.736)	(13.915)	(1.479.081)	–	(36.372)	(1.593.415)
Adições	–	(10.321)	(40.389)	(3.619)	(63.306)	–	(42.058)	**(159.694)**
Incorporação CGTF	–	(30.423)	(581.399)	(647)	–	–	(848)	**(613.316)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	(54.054)	(672.524)	(18.181)	(1.542.387)	–	(79.278)	(2.366.424)
Valor Contábil								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**200**	**64.063**	**45.254**	**6.007**	**1.305.295**	**2.708.757**	**125.956**	**4.255.532**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.268**	**78.645**	**431.948**	**5.815**	**1.322.547**	**3.549.016**	**110.389**	**5.500.628**

	Consolidado 2024							
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado E&P	Imobilizado em curso	Direito de uso (b)	Total
Faixa de depreciação	–	25 a 50 anos	5 a 40 anos	16 anos	Por produção	–	1 a 28 anos	–
Custos								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.037	5.430.113	14.240.223	52.105	3.035.166	7.393.813	3.989.074	34.174.531
Adições **(a)**	–	2	7.813	(116)	7	3.757.575	850.687	**4.225.096**
Combinação de negócios	5.380	270.898	1.203.869	3.620	–	75.911	199	**1.559.877**
Baixas	1.623	–	(18.640)	(27)	–	(7.798)	(156.654)	**(181.497)**
Perda por redução ao valor recuperável	–	–	(634.748)	–	–	–	–	**(634.748)**
Transferências	(2.038)	(90.505)	1.072.821	109.513	749	(1.090.540)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**39.002**	**5.610.508**	**15.871.338**	**165.095**	**3.035.922**	**10.113.695**	**4.307.700**	**39.143.259**
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.623**	**(1.215.470)**	**(2.528.295)**	**(24.697)**	**(1.574.942)**	–	**(383.840)**	**(5.725.621)**
Adições	–	(183.693)	(649.126)	(22.442)	(95.009)	–	(528.128)	**(1.478.399)**
Baixas	(1.623)	–	2.248	2	–	–	92.456	**93.083**
Transferências	–	9.620	(9.584)	(36)	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	(1.389.543)	(3.184.757)	(47.173)	(1.669.951)	–	(819.512)	(7.110.937)
Valor Contábil								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**35.660**	**4.214.643**	**11.711.928**	**27.408**	**1.460.224**	**7.393.813**	**3.605.234**	**28.448.910**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**39.002**	**4.220.965**	**12.686.581**	**117.922**	**1.365.971**	**10.113.695**	**3.488.188**	**32.032.322**

a. A movimentação está representada substancialmente pelos equipamentos adquiridos para a construção do projeto Azulão 950, de Parnaíba VI, pela aquisição de sobressalentes para o Hub Sergipe, campanha de exploração do poço Gavião Belo e pelos investimentos na planta de liquefação no Complexo Parnaíba (SSLNG). Em 2023 as adições também contemplavam aquisições para o projeto de Azulão I e Parnaíba V. Durante o exercício tivemos o montante de juros capitalizados no valor de R$274.839 (R$361.087 em dezembro de 2023). **b.** Refere-se principalmente ao direito de uso do afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação (Navio) relacionado à atividade de armazenagem e regaseificação de gás natural do Hub Sergipe. O ativo é depreciado de forma linear durante o período contratual (até 31 de dezembro de 2044).

	Consolidado 2023								
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado E&P	Menos valia	Imobilizado em curso	Direito de uso	Total
Faixa de depreciação	–	25 a 50 anos	5 a 40 anos	16 anos	Por produção	–	–	1 a 28 anos	–
Custos									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.969	4.603.541	11.695.146	49.274	2.954.608	(461.890)	8.897.710	3.639.288	31.409.646
Adições	2.068	12.051	481.518	688	293	–	2.143.019	354.528	**2.994.165**
Baixas	–	–	(58.163)	(353)	(177)	–	(174.021)	(4.742)	**(237.456)**
Adiantamento a fornecedor	–	–	–	–	–	–	8.176	–	**8.176**
Transferências	–	814.521	2.121.722	2.496	80.442	461.890	(3.481.071)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**34.037**	**5.430.113**	**14.240.223**	**52.105**	**3.035.166**	**–**	**7.393.813**	**3.989.074**	**34.174.531**
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.623**	**(1.036.340)**	**(1.900.922)**	**(21.088)**	**(1.512.292)**	**–**	**–**	**(118.006)**	**(4.587.025)**
Adições	–	(179.130)	(627.373)	(3.609)	(62.650)	–	–	(265.834)	**(1.138.596)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.623**	**(1.215.470)**	**(2.528.295)**	**(24.697)**	**(1.574.942)**	**–**	**–**	**(383.840)**	**(5.725.621)**
Valor Contábil									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**33.592**	**3.567.201**	**9.794.224**	**28.186**	**1.442.316**	**(461.890)**	**8.897.710**	**3.521.282**	**26.822.621**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**35.660**	**4.214.643**	**11.711.928**	**27.408**	**1.460.224**	**–**	**7.393.813**	**3.605.234**	**28.448.910**

Certificação de reservas*

Reservas de gás natural e condensado nos campos da Bacia do Parnaíba (Bm³)

	Volumes brutos de gás dos campos (100% WI) (Bm³)	Volumes brutos de condensado dos campos (100% WI) (MMBls)	Reservas de gás da Eneva (100% WI) (Bm³)	Reservas de condensado da Eneva (100% WI) (MMBls)
Total (1P)	30,1	1,2	48,1	1,5
Total (2P)	36,1	1,5	54,1	1,7
Total (3P)	44,8	1,7	62,5	1,9

Reservas de gás natural, condensado e óleo nos campos da Bacia do Amazonas (Bm³)

	Volumes brutos de gás dos campos (100% WI) (Bm³)	Volumes brutos de óleo e condensado dos campos (100% WI) (MMBls)	Reservas de gás da Eneva (100% WI) (Bm³)	Reservas de óleo e condensado da Eneva (100% WI) (MMBls)
Total (1P)	7,8	6,6	8,5	6,8
Total (2P)	9,8	9,5	10,5	9,7
Total (3P)	14,1	13,0	14,7	13,3

Os níveis de garantia de produção subdividem-se em: 1P: Alto nível de garantia de produção; **2P:** Reservas prováveis de produção, 50% atribuíveis no nível de garantia; e **3P:** Reservas possíveis de produção, 10% atribuíveis no nível de garantia. **Avaliação de recuperabilidade dos ativos Estimativas e julgamentos:** A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de eventos que indiquem deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. Caso seja observado indicativo de deterioração, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade. Esses testes envolvem algumas variáveis e incertezas no que se refere às projeções de fluxos de caixa, para avaliação dos ativos em uso, e às definições dos valores de mercado dos ativos, para aqueles com intenção de venda. Para fins de avaliação de perda por redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"). A Companhia considera que cada usina de geração térmica e a unidade de produção de gás natural constituem as UGCs. A Companhia realizou a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado, considerando em sua análise o CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", que tem como objetivo estabelecer procedimentos capazes de assegurar que os ativos da entidade estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação. No decorrer de 2024, a Companhia identificou que os ativos imobilizados das controladas Itaqui e Pecém II, possuíam indicativos de desvalorização, devido principalmente à falta de horizonte no cenário energético atual brasileiro de um novo leilão para a recontratação das usinas de combustível a carvão. As usinas de Itaqui e Pecém II serão descontratadas em 2027 e 2028, respectivamente, devido ao término de seus contratos. Diante desse cenário, a Companhia vem aprimorando os estudos relativos à conversão destas plantas para gás natural. Como consequência dos testes de valor recuperável, a Companhia registrou perda por redução ao valor recuperável de R$634.748, sendo R$516.880 em Itaqui e R$117.868 em Pecém II. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas a seguir, as quais foram definidas pelo plano estratégico de curto e longo prazo, sendo uniformes entre os ativos testados e tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração. **Abordagem:** Projetaram-se fluxos de caixa operacionais (valor em uso), expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R$). **Prazo:** A projeção inicia-se em 2025 e se estende até o término das autorizações das usinas junto à ANEEL (2044 para Itaqui e 2045 para Pecém II). Nos ativos de geração de energia, a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pela viabilidade econômica. Em nossa abordagem, projetamos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com prazo remanescente de 3 a 4 anos, encerrando em 2027 (Itaqui) e 2028 (Pecém II). Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2044 e 2045), a premissa assumida foi a continuidade das operações sob regime de capacidade, considerando a conversão das plantas de carvão para gás natural, utilizando como base os parâmetros definidos no leilão de capacidade ocorrido em 2021 e o estudo de conversão das usinas para gás natural para projetar os fluxos operacionais. **Preço de venda:** A referência utilizada para o 1º ciclo de monetização (período no qual as empresas possuem CCEAR) são as condições contratuais atuais, indexadas pela inflação (IPCA). A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término dos CCEARs atuais da Companhia e o final do período projetivo, teve como base o preço teto do leilão de capacidade ocorrido em dezembro de 2021. **CAPEX para conversão das plantas, manutenção e *overhaul:*** Foram projetados investimentos em CAPEX para a conversão das plantas de carvão para gás, considerando orçamentos detalhados por projeto e ajustados pela inflação (IPCA) para a parcela do CAPEX em Reais e pelo Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos para a parcela do CAPEX em dólar. Esses dispêndios são concentrados em períodos específicos, conforme o cronograma de execução das conversões. Além disso, foram previstos investimentos recorrentes em manutenção, de acordo com o ciclo orçamentário e igualmente indexados pela inflação. Esses gastos apresentam comportamento linear ao longo dos anos, exceto para os custos com *overhauls,* que seguem ciclos pre-determinados pelos fabricantes das turbinas. **Taxa de desconto:** A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) em termos nominais para Itaqui e Pecém II, considerando efeitos inflacionários, conforme evidenciado no quadro ao lado:

	Itaqui	Pecém II
CMPC e Ke nominal (pós tax)	9,44%	8,85%
CMPC e Ke nominal (pré tax)	12,61%	12,29%

As taxas equivalentes acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da alíquota de impostos das UTEs.

18. INTANGÍVEL

Política contábil: Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Estimativas e julgamentos:** Para os ativos de Exploração e Produção, as reservas de gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas. A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e à geologia dos reservatórios, bem como às alterações em preços e custos utilizados. As revisões também podem resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção. **Composição dos ativos intangíveis - Consolidado:**

		2024			2023		
	Faixa de amortização	Custo	Amortização*	Valor líquido	Custo	Amortização*	Valor líquido
Direito de uso na aquisição de investimentos	1 a 35 anos	1.158.435	(712.800)	**445.635**	1.158.435	(433.920)	724.515
Intangível de E&P (reservas)	Unidade produzida	510.039	(61.876)	**448.163**	509.907	(52.329)	**457.578**
Ágio e valor justo de ativos de vida útil indefinida	–	81.522	–	**81.522**	1.633.856	–	**1.633.856**
Outorgas e CCEARs	15 anos	7.458.892	(552.941)	**6.905.951**	4.737.055	(387.687)	**4.349.368**
Intangível em curso	–	52.997	–	**52.997**	57.320	–	**57.320**
Direito de outorga/concessão	15 a 33 anos	94.319	(42.695)	**51.624**	94.319	(39.920)	**54.399**
Licenças e software de informática	5 anos	106.309	(71.018)	**35.291**	68.115	(39.081)	**29.034**
		9.462.514	**(1.441.330)**	**8.021.184**	**8.259.007**	**(952.937)**	**7.306.070**

***** *A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, com exceção do intangível de E&P para exploração de gás natural, que é amortizado com base nas unidades produzidas e os ativos de autorização das térmicas adquiridas em 2024 que são amortizados conforme curva de realização dos contratos regulados. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados aos diferentes ativos.*

Mutação dos ativos intangíveis:

	Direito de uso na aquisição de investimentos	Intangível de E&P	Ágio e valor justo de ativos de vida útil indefinida	Outorgas e CCEAR (a)	Intangível em curso	Direito de outorga/concessão	Licenças e software de informática	Mais valia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.004.609**	467.065	1.633.856	68.234	58.961	52.973	27.151	4.565.829	**7.878.678**
Adições	–	10	–	–	1.195	4.401	6.679	–	**12.285**
Baixas	–	–	–	–	–	(2.975)	–	–	**(2.975)**
Transferências	–	–	–	4.565.829	(2.836)	–	2.836	(4.565.829)	–
Amortização	(280.094)	(9.497)	–	(284.695)	–	–	(7.632)	–	**(581.918)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**724.515**	**457.578**	**1.633.856**	**4.349.368**	**57.320**	**54.399**	**29.034**	–	**7.306.070**
Adições	–	132	–	1.116.885	741	–	13.513	–	**1.131.271**
Baixas	–	–	–	–	–	–	(1.358)	–	**(1.358)**
Combinação de negócios	–	–	–	52.618	20.138	–	838	–	**73.594**
Transferências		–	(1.552.334)	1.552.334	(25.202)	–	25.202	–	–
Amortização	(278.880)	(9.547)	–	(165.254)	–	(2.775)	(31.938)	–	**(488.393)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**445.635**	**448.163**	**81.522**	**6.905.951**	**52.997**	**51.624**	**35.291**	–	**8.021.184**

(a) Outorgas e CCEAR: Referem-se substancialmente à alocação das mais valias geradas nas combinações de negócios e oriundos de outorgas e CCEARs. Em 2024 as principais movimentações estão relacionadas a transferência do ágio de vida útil indefinida, oriundo da combinação de negócios realizada em 2022 pela Companhia para aquisição da Celse (incorporada em 2024), no montante de R$1.522.334, amortizada pelo período de autorização da UTE e as adições de mais valia gerada na combinação de negócios descritas na nota explicativa 3 - "Combinação de negócios". **(b) Intangível de E&P:** Direito de uso sobre os recursos minerais provenientes dos blocos exploratórios de gás adquiridos pela Companhia. **(c) Ágio e valor justo de ativos de vida útil indefinida: Ágio *(goodwill)* oriundo da combinação de negócios realizada em 2015 pela Companhia para aquisição da Parnaíba II no montante de R$73.497 e na aquisição de Nossa Senhora de Fátima em 2021 gerando valor justo de R$8.025.** O valor recuperável do ágio é avaliado todo ano, independentemente da existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável, conforme determina o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas a seguir. Com base nos testes realizados, não foi identificada perda no seu valor recuperável para o exercício de 2024. **Avaliação de perda por redução ao valor recuperável:** É exigido que a Companhia e suas controladas efetuem anualmente teste de redução ao valor recuperável de ativo intangível de vida útil indefinida. Para fins de avaliação de perda por redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A Companhia considera as usinas operadas pela controlada Parnaíba II e a UTE Sergipe como unidades geradoras de caixa independentes. O ativo intangível de vida útil indefinida foi gerado em combinações de negócios (Parnaíba II em 2015), tendo sido submetido ao teste de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso baseado no valor presente do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa. Não houve a necessidade de reconhecimento de qualquer provisão para redução ao valor recuperável de acordo com as premissas-chave dos testes de valor recuperável descritas a seguir e aprovadas pela Administração. **Abordagem:** Projetaram-se fluxos de caixa operacionais expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R$). **Prazo: Parnaíba II:** A projeção inicia-se em 2024 e se estende até o ano de 2048. A premissa assumida foi a continuidade das operações sob regime de capacidade, utilizando como base os parâmetros definidos no leilão de capacidade ocorrido em 2021 para projetar os fluxos operacionais. **Preço de venda:** A referência utilizada para o 1º ciclo de monetização (período no qual as empresas possuem CCEAR) são as condições contratuais atuais indexadas pela inflação (IPCA). A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término dos CCEARs atuais da Companhia e o final do período projetivo, teve como base o resultado do leilão de capacidade ocorrido em dezembro de 2021. **CAPEX de manutenção e *overhaul:* Parnaíba II:** Foram projetados investimentos em manutenção, de acordo com o ciclo orçamentário, indexados pela inflação (IPCA). São dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com *overhaul*, que ocorrem em ciclos predeterminados pelo fabricante da turbina. **Taxa de desconto:** A Companhia aplica a abordagem do custo de Capital Próprio (Ke) para Parnaíba II, considerando efeitos inflacionários, conforme evidenciado no quadro ao lado: As taxas ao lado apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica da UGC e a evolução da alíquota de impostos e das premissas de inflação.

	Parnaíba II
CMPC e Ke nominal (pós tax)	9,5%
CMPC e Ke nominal (pré tax)	13,6%

19. FORNECEDORES

Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Inicialmente, elas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

		Consolidado 2024	Consolidado 2023
Geração de energia	**(a)**	**135.519**	100.016
Construção de novas usinas	**(b)**	**202.975**	22.151
Comercialização de energia	**(c)**	**490.312**	309.691
Exploração e produção de gás	**(d)**	**85.203**	24.086
Comercialização de gás	**(e)**	**180.480**	–
Manutenção das usinas	**(f)**	**405.452**	388.701
Outros		**316.424**	91.667
		1.816.365	**936.312**
Circulante		**1.305.006**	**600.106**
Não circulante		**511.249**	**336.206**

»»»

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

a. O saldo é composto substancialmente por obrigações com fornecedores de insumos para a geração de energia. **b.** Corresponde aos investimentos ligados às aquisições para os projetos em construção Azulão 950. **c.** O saldo é composto substancialmente pela compra de energia elétrica no ambiente de contratação livre por meio de contratos bilaterais. **d.** O saldo é composto por fornecedores e prestadores de serviços ligados à atividade de exploração e produção de gás natural, sendo diretamente ligado à execução das campanhas de prospecção e desenvolvimento dos ativos do segmento de *Upstream*. **e.** O saldo é composto, substancialmente, por obrigações com fornecedores de insumos para comercialização de energia, atividade que começou em 2024, conforme citado na nota explicativa 1.1 - Eventos significativos do exercício. **f.** O saldo é composto, substancialmente, por materiais usados na manutenção preventiva e corretiva das usinas, tais como peças, eletrônicos, mecânicos e elétricos.

20. FORNECEDORES DE PROJETOS EM CONSTRUÇÃO

Política contábil: A Companhia renegociou os passivos oriundos de obrigações junto aos principais fornecedores dos projetos em construção. Essa renegociação teve como objetivo a extensão de prazo para liquidação dessas obrigações. A Companhia avalia se as alterações nos termos e condições do passivo original modificam substancialmente o fluxo de caixa exigido para a liquidação da obrigação ou não. Se o passivo original foi substancialmente modificado, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo, registrando o eventual ganho/perda gerado pelas alterações no resultado ou no imobilizado. Se o passivo original não foi substancialmente modificado, a Companhia mantém o passivo original reconhecido. Essa avaliação considera aspectos qualitativos e quantitativos, vinculados respectivamente à natureza e à função dos passivos, e o reflexo quantitativo na mudança dos fluxos de caixa da obrigação.

Composição:	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecedores de projetos em construção	–	86.857	**375.143**	191.034
Juros a incorrer de fornecedores - AVP	**–**	(6.221)	**(20.110)**	(11.336)
	–	80.636	**355.033**	179.698

A Companhia concluiu pela manutenção do passivo original, considerando que, em média, a diferença entre os fluxos originais e os renegociados tiveram uma diferença de apenas 9,18%. A negociação com fornecedores teve como objetivo alinhar o fluxo de caixa dos projetos em construção, seja liberando financiamentos contratados ou iniciando a geração de caixa desses ativos. Os encargos financeiros foram aproximadamente 10,02% a.a., com um prazo de pagamento médio estendido em 335 dias em comparação com os 30 dias habituais. Os juros incorridos em 2024 totalizaram R$ 24.813, dos quais R$ 7.160 foram reconhecidos como despesa financeira e R$ 17.653 como custo de construção do ativo imobilizado. Adicionalmente, para esses passivos em específico, a Companhia realiza o registro contábil com base no valor presente das obrigações. O Ajuste a Valor Presente ("AVP") é apurado levando em consideração as taxas de juros praticadas nas operações e a curva de juros DI x Pré na B3, referência para marcação a mercado de instrumentos financeiros e adotada como taxa de desconto para o prazo remanescente dos títulos em aberto. **Operações de desconto de títulos:** Com o intuito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, assim como viabilizar suas alternativas de gestão financeira, a Companhia autorizou a estes eventualmente realizar a cessão de crédito junto a instituições financeiras, a seu exclusivo critério. Para as situações em que faturas foram negociadas com instituições financeiras, a Companhia foi instruída a passar a realizar o pagamento ao novo detentor e beneficiário dos títulos na data de vencimento e nos montantes previamente acordados com seus fornecedores originais, sem qualquer mudança nos termos e condições das faturas originais, bem como ausência de garantias e/ou condições contratuais que prevejam situações de cobranças antecipadas. Vale ressaltar que a Companhia não possui gestão sobre as eventuais negociações entre fornecedores e instituições financeiras, sendo discricionário aos fornecedores a eventual negociação das faturas na gestão de seus fluxos de caixa. A cessão dos títulos não altera as condições comerciais previamente estabelecidas com os fornecedores. Por se tratar de um passivo, onde apenas novos prazos foram estabelecidos, realizamos o ajuste a valor presente desse passivo para atendimento ao CPC 12 - Ajuste a valor presente.

21. ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS FUTUROS

Política contábil: A Companhia realiza o registro contábil desse passivo de longo prazo com base no valor presente das obrigações. O AVP é apurado levando em consideração as taxas de juros praticadas nas operações e a curva de juros DI x Pré na B3, referência para marcação a mercado de instrumentos financeiros e adotada como taxa de desconto para o prazo remanescente dos títulos em aberto.

	Consolidado	
	2024	**2023**
Antecipação de recebíveis futuros		
Eneva S.A.	**4.157.737**	–
Pecém II Geração S.A.	**432.965**	575.998
Itaqui Geração S.A.	**282.766**	420.429
	4.873.469	**996.427**
Juros a incorrer AVP		
Eneva S.A.	**(1.274.275)**	(186.048)
Pecém II Geração S.A.	**(66.871)**	(186.048)
Itaqui Geração S.A.	**(30.379)**	(186.048)
	(1.371.525)	**(186.048)**
Circulante	**214.782**	**249.342**
Não circulante	**3.287.162**	**561.037**

Saldo composto pela cessão parcial de direitos creditórios decorrentes de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEARs") da Eneva S.A., Itaqui, Pecém II e UTE Porto Sergipe I. Vide movimentação abaixo:

		Pecém II Geração S.A.	Itaqui Geração S.A.	Eneva S.A.	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**457.081**	**353.298**	**–**	**810.379**
(+)	Novas captações	–	–	2.700.000	**2.700.000**
(+)	Juros incorridos	52.046	36.752	183.462	**272.260**
(-)	Pagamento de principal	(129.500)	(124.887)	–	**(254.386)**
(-)	Pagamento de juros	(13.534)	(12.776)	**–**	**(26.310)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**366.094**	**252.387**	**2.883.462**	**3.501.943**

Em relação à UTE Porto Sergipe I, em 26 de julho de 2024, foi celebrado contrato de cessão parcial dos direitos creditórios entre a Eneva S.A. e o Bradesco, em que a Companhia cedeu aproximadamente 100% da receita fixa de 18 contratos de CCEARs do empreendimento UTE Porto do Sergipe I, em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação em caso de inadimplência. A Companhia permanecerá responsável por todas as suas obrigações assumidas perante a CCEE e a ANEEL no exercício de suas atividades como agente do setor elétrico, conforme nota explicativa 1.1 - Eventos significativos do exercício.

22. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	**878**	442	**53.053**	51.269
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSL	**–**	**–**	**126.592**	47.779
	878	**442**	**179.645**	**99.048**
Circulante	**511**	**442**	**179.278**	**90.711**
Não circulante	**367**	**–**	**367**	**8.337**

Os demais tributos a recolher estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
ICMS	**44.760**	25.176	**65.022**	45.760
PIS, COFINS e IOF	**73.696**	13.597	**188.674**	86.584
Tributos de Importação	**4.683**	4.368	**5.825**	5.620
Royalties	**10.037**	5.536	**10.037**	5.536
Outros*	**12.007**	3.377	**20.532**	14.528
	145.183	**52.054**	**290.290**	**158.028**
Circulante	**145.183**	**52.054**	**290.290**	**158.028**

**Composto principalmente por tributos retidos de terceiros.*

23. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil: Incialmente, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é por meio dos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás da Companhia. Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis foram registrados como parte do custo desses ativos no ativo imobilizado. As debêntures que receberam essa classificação foram as seguintes: terceira emissão e quinta emissão de debêntures simples em série única, atribuíveis à construção do projeto Parque dos Gaviões, primeira e segunda séries da sexta emissão, atribuíveis à construção do projeto Parque dos Gaviões e de Parnaíba VI, primeira e segunda séries da oitava emissão e primeira, segunda e terceira séries da nona emissão, atribuíveis à construção de Parnaíba VI.

Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures: A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios: • não estão condicionados a eventos futuros; e • são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência. Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa das atividades de financiamentos nas demonstrações do fluxo de caixa.

Empréstimos e Financiamentos						2024				2023			
Empresa	**Credor**	**Moeda**	**Taxas de juros**	**Taxas efetivas**	**Vencimento**	**Custo de captação a apropriar**	**Principal**	**Juros**	**Total**	**Custo de captação a apropriar**	**Principal**	**Juros**	**Total**
Azulão	BASA SubCrédito A, B e C	R$	IPCA+ 1,5013%	9,24%	16/06/2036	(9.928)	799.542	4.954	**794.568**	(11.601)	869.309	4.528	**862.236**
Azulão	FDA	R$	IPCA+ 2,335%	10,99%	01/02/2038	(1.969)	197.124	1.241	**196.396**	(2.337)	214.276	822	**212.761**
Azulão I	FDA	R$	IPCA + 3,2137%	8,77%	01/01/2041	–	150.000	5.283	**155.283**	–	–	–	–
Azulão I	BASA	R$	IPCA+5,1041%	15,40%	15/01/2041	–	400.000	1.549	**401.549**	–	400.000	138	**400.138**
Eneva	FINEP	R$	TJLP + 3,00%	10,33%	17/03/2025	(3)	2.961	11	**2.969**	(62)	14.682	49	**14.669**
Eneva	FINEP	R$	TJLP + 1,00%	8,34%	15/12/2028	(51)	15.916	48	**15.913**	(61)	19.862	52	**19.853**
Eneva	Banco do Brasil	R$	CDI + 1,60%	12,32%	08/09/2024	–	–	–	**–**	–	250.000	9.202	**259.202**
Eneva	Santander	R$	CDI + 1,60%	12,25%	23/09/2024	–	–	–	**–**	–	250.000	8.916	**258.916**
Eneva	LBBW	EUR	EURIBOR + 0,8%	5,38%	30/06/2034	–	123.161	1.173	**124.334**	–	–	–	–
GNL Brasil	BNB	R$	IPCA + 3,2751%	13,61%	15/01/2032	–	61.959	505	**62.464**	–	19.643	50	**19.693**
Linhares	Itaú	R$	IPCA + 4,9%	13,78%	31/05/2025	–	18.482	–	**18.482**	–	–	–	–
Parnaíba II	FDNE	R$	IPCA + 3,383%	8,80%	01/07/2041	(3.951)	274.180	36.316	**306.545**	(4.914)	246.552	13.117	**254.755**
PGC	BNB	R$	IPCA + 1,9388%	9,78%	15/07/2036	(4.963)	821.557	285.032	**1.101.626**	(5.833)	842.048	245.279	**1.081.494**
Sparta 300	FDA	R$	IPCA + 3,2137%	11,98%	01/07/2042	–	500.000	2.569	**502.569**	–	–	–	–
SPE 3 Futura	BNB	R$	IPCA + 2,0431%	9,80%	15/07/2045	–	180.651	6.880	**187.531**	–	189.055	7.149	**196.204**
SPE 4 Futura	BNB	R$	IPCA + 3,4906%	11,07%	15/08/2046	(1.283)	294.127	40.201	**333.045**	(1.391)	300.000	35.148	**333.757**
SPE 5 Futura	BNB	R$	IPCA + 2,0431%	9,81%	15/07/2045	–	141.568	5.186	**146.754**	–	144.285	5.379	**149.664**
SPE 6 Futura	BNB	R$	IPCA + 2,0431%	9,81%	15/07/2045	–	94.521	3.479	**98.000**	–	96.146	3.585	**99.731**
Tevisa	Itaú	R$	PRÉ + 12,2355%	12,24%	31/03/2025	–	55.847	(928)	**54.919**	–	–	–	–
Tevisa	ABC	R$	PRÉ + 12,2305%	12,23%	31/03/2025	–	55.942	(929)	**55.013**	–	–	–	–
Tevisa	Santander	R$	PRÉ + 12,6855%	12,69%	31/05/2025	–	45.227	(748)	**44.479**	–	–	–	–
						(22.148)	**4.232.766**	**391.822**	**4.602.439**	**(26.199)**	**3.855.858**	**333.414**	**4.163.073**
Depósitos vinculados						**–**	(335.719)	**–**	**(335.719)**	**–**	(301.095)	**–**	**(301.095)**
						(22.148)	**3.897.047**	**391.822**	**4.266.720**	**(26.199)**	**3.554.763**	**333.414**	**3.861.978**
Circulante						**(3.237)**	**376.392**	**282.258**	**655.413**	**(2.432)**	**652.889**	**162.517**	**812.974**
Não circulante						**(18.911)**	**3.520.654**	**109.564**	**3.611.307**	**(23.767)**	**2.901.874**	**170.897**	**3.049.004**

Debêntures						2024				2023			
Empresa	**Credor**	**Moeda**	**Taxas de juros**	**Taxas efetivas**	**Vencimento**	**Custo de captação a apropriar**	**Principal**	**Juros**	**Total**	**Custo de captação a apropriar**	**Principal**	**Juros**	**Total**
PGC	1ª emissão - 1ª série	R$	IPCA + 7,2227%	16,00%	15/11/2025	(460)	121.192	708	**121.440**	(1.154)	211.592	1.764	**212.202**
PGC	1ª emissão - 2ª série	R$	CDI + 2,5%	17,61%	15/11/2025	(513)	97.527	1.517	**98.531**	(1.513)	188.993	3.129	**190.609**
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª série	R$	CDI + 1,2%	11,77%	02/10/2024	–	–	–	–	(127)	145.000	4.469	**149.342**
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª série	R$	CDI + 1,76%	17,17%	02/10/2026	(361)	359.999	10.880	**370.518**	(647)	360.000	11.582	**370.935**
Eneva	2ª emissão - 1ª série	R$	CDI + 1,15%	12,22%	15/05/2024	–	–	–	–	(605)	750.000	11.209	**760.604**
Eneva	2ª emissão - 2ª série	R$	CDI + 1,8%	11,74%	15/05/2027	–	–	–	–	(3.043)	750.000	11.790	**758.747**
Eneva	2ª emissão - 3ª série	R$	IPCA + 5,05%	12,88%	15/05/2029	(2.079)	679.670	3.861	**681.452**	(2.667)	647.875	3.807	**649.015**
Eneva	3ª emissão - 1ª série	R$	IPCA + 4,2259%	12,06%	15/12/2027	(4.648)	873.293	1.436	**870.081**	(7.325)	832.441	1.231	**826.347**
Eneva	5ª emissão - 1ª série	R$	IPCA + 5,5%	13,30%	15/06/2030	(12.810)	865.719	1.841	**854.750**	(16.077)	825.221	1.580	**810.724**
Eneva	6ª emissão - 1ª série	R$	IPCA + 4,127%	11,44%	15/09/2030	(8.927)	492.944	5.889	**489.906**	(12.694)	469.885	5.385	**462.576**
Eneva	6ª emissão - 2ª série	R$	IPCA + 4,5034%	11,92%	15/09/2035	(17.976)	756.512	9.715	**748.251**	(21.716)	721.123	9.005	**708.412**
Eneva	7ª emissão - 1ª série	R$	CDI + 1,57%	11,32%	19/05/2025	–	–	–	–	(1.441)	1.500.000	21.595	**1.520.154**
Eneva	8ª emissão - 1ª série	R$	IPCA + 6,5254%	13.94%	15/07/2032	(16.168)	788.704	23.694	**796.230**	(18.782)	751.518	21.801	**754.537**
Eneva	8ª emissão - 2ª série	R$	IPCA + 6,5891%	14,12%	15/07/2037	(11.179)	517.586	15.699	**522.106**	(12.124)	493.183	14.444	**495.503**
Eneva	8ª emissão - 3ª série	R$	CDI + 1,7%	17,67%	15/07/2029	(8.949)	500.000	28.748	**519.799**	(11.146)	500.000	31.830	**520.684**
Eneva	8ª emissão - 4ª série	R$	CDI + 2%	17,70%	15/07/2032	(7.310)	350.000	20.634	**363.324**	(8.418)	350.000	22.778	**364.360**
Eneva	9ª emissão - 1ª série	R$	IPCA + 6,9%	14,30%	15/09/2032	(39.703)	837.308	16.568	**814.173**	(46.404)	797.831	15.140	**766.567**
Eneva	9ª emissão - 2ª série	R$	IPCA + 7%	14,55%	15/09/2037	(28.409)	632.140	12.512	**616.243**	(30.741)	602.336	11.592	**583.187**
Eneva	9ª emissão - 3ª série	R$	IPCA + 7,15%	14,79%	15/09/2042	(30.211)	637.685	12.886	**620.360**	(31.872)	607.619	11.938	**587.685**
Eneva	10ª emissão - 1ª série	R$	IPCA + 6,5643%	14,33%	15/04/2034	(15.851)	650.547	8.591	**643.287**	–	–	–	–
Eneva	10ª emissão - 2ª série	R$	IPCA + 6,6737%	14,35%	15/04/2039	(22.289)	890.224	11.947	**879.882**	–	–	–	–
Eneva	10ª emissão - 3ª série	R$	CDI + 1%	16,82%	15/04/2029	(16.238)	692.449	16.812	**693.023**	–	–	–	–
Eneva	10ª emissão - 4ª série	R$	CDI + 1,15%	16,80%	15/04/2031	(7.467)	307.548	7.563	**307.644**	–	–	–	–
Eneva	11ª emissão - 2ª série	R$	CDI + 2,5%	18,51%	15/09/2028	(79.531)	281.926	12.122	**214.517**	–	–	–	–
Eneva	11ª emissão - 3ª série	R$	IPCA + 7,4941%	15,47%	15/09/2030	(64.786)	1.904.427	39.630	**1.879.271**	–	–	–	–
GNL	1ª emissão - 1ª série	R$	CDI + 1%	16,90%	15/09/2029	1	100.000	2.745	**102.746**	–	–	–	–
Celse	2ª emissão - 2ª série	R$	CDI + 2,50%	12,59%	15/09/2028	–	–	–	–	(115.786)	2.700.000	94.868	**2.679.082**
Celse	2ª emissão - 3ª série	R$	IPCA + 7,49%	12,16%	15/09/2030	**–**	**–**	**–**	**–**	(79.991)	1.814.189	32.544	**1.766.742**
						(395.864)	**13.337.400**	**265.998**	**13.207.534**	**(424.273)**	**16.018.806**	**343.481**	**15.938.014**
Depósitos vinculados						–	(87.815)	–	**(87.815)**	–	(99.255)	–	**(99.255)**
						(395.864)	**13.249.585**	**265.998**	**13.119.719**	**(424.273)**	**15.919.551**	**343.481**	**15.838.759**
Circulante						**(79.784)**	**527.516**	**265.998**	**713.730**	**(68.946)**	**1.032.187**	**343.481**	**1.306.722**
Não circulante						**(316.080)**	**12.722.069**	**–**	**12.405.989**	**(355.327)**	**14.887.364**	**–**	**14.532.037**

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente à *Project Finance*, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos), bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com o aval da Controladora para as subsidiárias.

		Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
		Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**552.641**	**3.861.978**	**10.569.103**	**15.838.759**
(+)	Incorporações	–	–	4.533.459	–
(+)	Combinação de negócios	–	**173.964**	–	**11.014**
(+)	Novas captações	108.676	**828.258**	2.500.000	**2.600.000**
(+)	Juros incorridos	50.899	**214.607**	976.711	**1.313.889**
(+/-)	Variação cambial	14.485	**14.485**	–	–
(+/-)	Variação monetária	104	**112.320**	410.420	**472.078**
(-)	Pagamento de principal	(515.770)	**(643.698)**	(5.418.074)	**(5.764.497)**
(-)	Pagamento de juros	(67.886)	**(264.621)**	(1.058.852)	**(1.391.372)**
(+/-)	Custo de captação	69	**4.051**	1.531	**28.408**
(+/-)	Depósitos vinculados	**–**	**(34.624)**	**–**	**11.440**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**143.218**	**4.266.720**	**12.514.298**	**13.119.719**

		Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
		Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**49.757**	**4.894.292**	**10.589.080**	**13.567.743**
(+)	Novas captações	1.500.000	**2.104.095**	–	**5.000.000**
(+)	Juros incorridos	46.866	**285.917**	932.873	**1.434.117**
(-)	Reorganização societária	(1.025.474)	–	–	–
(+/-)	Variação cambial	432	**(4.007)**	–	–
(+/-)	Variação monetária	–	**193.098**	300.143	**325.985**
(-)	Pagamento de principal	(15.653)	**(3.241.969)**	–	**(3.530.808)**
(-)	Pagamento de juros	(3.344)	**(321.687)**	(1.091.355)	**(1.535.386)**
(+/-)	Custo de captação	57	**60.725**	27.028	**396.968**
(+/-)	Valor justo das debêntures	–	–	(188.666)	**(426.230)**
(+/-)	Depósitos vinculados	**–**	**(108.486)**	**–**	**606.370**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**552.641**	**3.861.978**	**10.569.103**	**15.838.759**

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
Ano de Vencimento	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
2026	15.439	**258.832**	357.261	**649.967**
2027	15.443	**199.525**	593.205	**618.205**
2028	15.451	**281.176**	978.996	**1.003.996**
2029	10.809	**284.226**	2.540.558	**2.565.558**
2030 até o último vencimento	54.045	**2.923.267**	7.656.078	**7.656.078**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**111.187**	**3.947.026**	**12.126.098**	**12.493.804**
Depósitos vinculados	**–**	**(335.719)**	**–**	**(87.815)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**111.187**	**3.611.307**	**12.126.098**	**12.405.989**

Estratégia para contratação do endividamento: Para realizar a contratação de novos financiamentos são considerados principalmente elementos como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Como na maioria dos casos as receitas da Companhia são corrigidas anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação são as que trazem naturalmente um alinhamento entre receitas e despesas financeiras. Entretanto, por se tratar de financiamentos de longo prazo, as diversas indexações disponíveis são avaliadas comparativamente considerando as expectativas pelos prazos considerados e não pelo custo corrente. Por fim, a indexação de financiamentos é vinculada a tipos de instrumentos, com eficiências diferenciadas e público-alvo de investidores. Portanto, a contratação de novos financiamentos ainda considera a alternativa que apresenta exequibilidade em função de condições de mercado. ***Covenants* financeiros e não financeiros:** Os contratos de financiamentos e debêntures das Companhias operacionais (PGC, Parnaíba II, Azulão e Eneva) possuem obrigações que são monitoradas regularmente para garantir que o contrato seja cumprido. Essas cláusulas estão resumidas a seguir: i. Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente; ii. Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações; iii. Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; iv. Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações; v. Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações; vi. Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios; vii. Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e viii. Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias. Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros já em fase de medição, as quais se encontram atendidas.

»»»

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Empresa	Descrição dos covenants financeiros	Posição em 31/12/2024	Posição em 31/12/2023
PGC	Dívida líquida de, no máximo, 3,0*¹ vezes o EBITDA Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,2*²	✓	✓
Parnaíba II	Dívida líquida de, no máximo, 3,0 vezes o EBITDA	✓	✓
Eneva S.A.	Dívida líquida de, no máximo, 4,5*³ vezes o EBITDA	✓	✓

*¹ *Conforme deliberado e aprovado na assembleia de debenturistas da primeira emissão de debêntures da PGC, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA era de até 4,0 (quatro inteiros) em 31/12/2022, até 3,5 (três vírgula cinco) em 31/12/2023 e até 3,0 (três inteiros) em 31/12/2024.* *² *Adicionalmente, foi deliberado e aprovado que o índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") terá a sua apuração suspensa para os exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e em 31/12/2024.* *³ *Conforme deliberado e aprovado em assembleias de debenturistas da segunda, terceira, quinta, sexta, sétima emissões de debêntures da Eneva, e terceira emissão de debêntures da Parnaíba II, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA da Eneva S.A. poderá atingir até 6,5 (seis vírgula cinco) no período compreendido entre 31/12/2022 e 30/06/2023, até 5,5 (cinco vírgula cinco) entre 30/09/2023 e 31/12/2023, até 5,0 (cinco inteiros) entre 31/03/2024 e 30/06/2024 e até 4,5 (quatro vírgula cinco) após esse período.*

24. ARRENDAMENTOS

Política contábil: No início de um contrato, a Companhia avalia se há um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento, quando ele transfere o direito de controle do uso de um ativo identificado por um período com contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso (contabilmente registrado em imobilizado), conforme nota explicativa 17 - Imobilizado, e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento feito no momento ou antes da data de início. Subsequentemente, o ativo é depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da sua vida útil e, quando aplicável, o seu valor residual permanece contabilizado, conforme detalhamento apresentado na nota explicativa 17 - Imobilizado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou se, essa taxa não puder ser imediatamente determinada com base na taxa incremental de captação da Companhia. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero. A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a doze meses, tampouco de baixo valor. Os arrendamentos incluem máquinas e equipamentos, imóveis, automóveis, serviços, exploração de óleo & gás e o afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação (navio e/ou FRSU) ligado à atividade de exploração de gás natural, sendo este o arrendamento mais relevante.

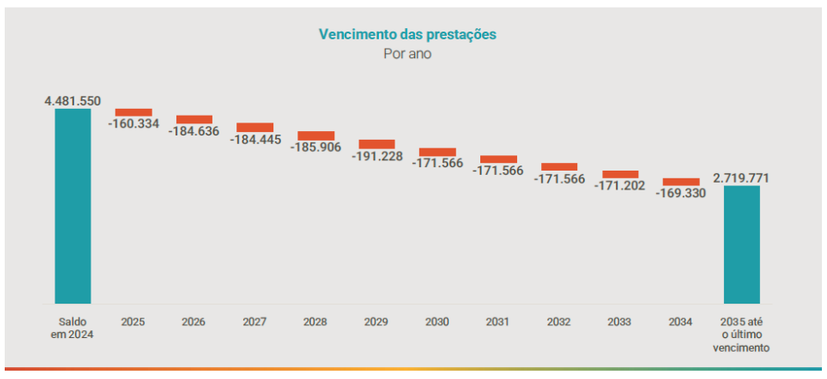
Arrendamento passivo - Consolidado:

	2024						
	Automóveis	Navio	Exploração de óleo & gás	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.566**	**3.293.339**	**34.260**	**70.312**	**66.060**	**125.216**	**3.591.753**
Juros do período	103	202.418	4.840	8.037	7.104	8.407	**230.909**
Adições por novos contratos	–	–	15.656	3.837	8.574	–	**28.067**
Adições por combinação de negócios	–	–	–	549	–	–	**549**
Ajustes por remensuração	825	115.973	54.429	10.585	6.563	(1.285)	**187.090**
Variação cambial	–	922.095	–	–	13.384	631	**936.110**
Contraprestações pagas	(3.228)	(301.422)	(6.924)	(16.706)	(38.467)	(58.887)	**(425.634)**
Baixas	(192)	–	(88)	(3.926)	(1.672)	(58.320)	**(64.198)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**74**	**4.232.403**	**102.173**	**72.688**	**61.546**	**15.762**	**4.484.646**
Passivo circulante	**50**	**112.721**	**4.004**	**22.103**	**18.529**	**4.014**	**161.421**
Passivo não circulante	**24**	**4.119.682**	**98.169**	**50.585**	**43.017**	**11.748**	**4.323.225**

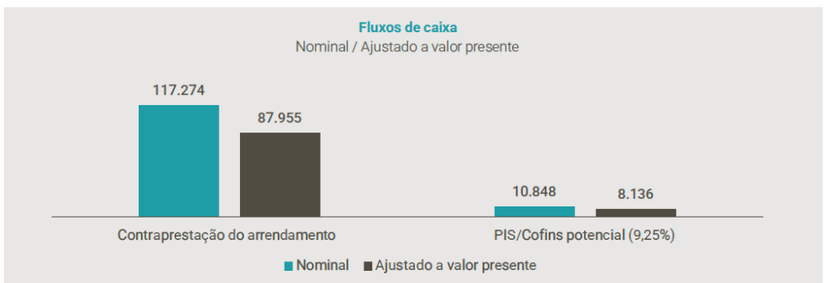
	2023						
	Automóveis	Navio	Exploração de óleo & gás	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**6.070**	**3.448.031**	**29.836**	**60.819**	**83.213**	**39.835**	**3.667.804**
Juros do período	418	184.731	4.021	7.497	7.608	15.233	**219.508**
Adições por novos contratos	549	–	4.012	15.458	26.800	38.948	**85.767**
Ajustes por remensuração	(72)	158.229	1.471	777	2.638	106.565	**269.608**
Variação cambial -		(253.375)	–	–	(4.664)	(926)	**(258.965)**
Contraprestações pagas	(4.399)	(244.277)	(5.080)	(14.239)	(43.389)	(74.439)	**(385.823)**
Baixas -	–	–	–	–	(6.146)	–	(6.146)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.566**	**3.293.339**	**34.260**	**70.312**	**66.060**	**125.216**	**3.591.753**
Passivo circulante	**2.516**	**97.578**	**2.561**	**11.577**	**17.739**	**58.228**	**190.199**
Passivo não circulante	**50**	**3.195.761**	**31.699**	**58.735**	**48.321**	**66.988**	**3.401.554**

Contratos por prazo e taxa de desconto: O cálculo das taxas de desconto foi realizado com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, considerando os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread de crédito"). O spread foi obtido em duas etapas: primeira, por meio da diferença entre o custo médio das dívidas da Eneva S.A. e o padrão dos títulos públicos brasileiros, e a segunda etapa consistiu no cálculo de proxy de garantia, que é um spread negativo na taxa de desconto pelo fato de as dívidas da Eneva S.A. possuírem garantias. O cálculo de proxy foi feito pela diferença entre taxas de juros do mercado de ativos de energia americano com rating BBB contra ativos de rating BBB-. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Maturidade dos contratos: O vencimento dos passivos de arrendamento da Companhia é apresentado a seguir:



PIS/COFINS: Atualmente, a Companhia possui 8 contratos de arrendamento que são geradores de crédito de PIS/COFINS com base na legislação tributária vigente.



25. PROVISÃO, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas, assim como em processos administrativos regulatórios, que são monitorados e constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados internos e assessores jurídicos. **Política contábil:** A Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais, administrativos e arbitrais em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis. **Estimativas e julgamentos:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia. O saldo consolidado da provisão para causas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é apresentado abaixo:

	Consolidado				
	2023	2024			
	Saldo acumulado	Adições	Reversão	Atualização	Saldo acumulado
Cíveis	79.204	668	(64.350)	3.467	18.989
Trabalhistas	16.668	25.562	(27.005)	11.472	26.697
Tributárias	92	85	(150)	68	95
Ambiental	–	30	(30)	–	–
Total das provisões	**95.964**	**26.345**	**(91.535)**	**15.007**	**45.781**

Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão): As ações de natureza tributária, cível, trabalhista, regulatória, fundiária e ambiental que não estão provisionadas envolvem prognóstico de perda possível classificado pela Administração, seus advogados e assessores jurídicos, como segue:

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ambientais		**12.782**	1	**44.968**	36.221
Trabalhistas		**47.962**	41.519	**84.342**	72.625
Cíveis	(a)	**1.029.694**	69.236	**2.015.320**	2.130.147
Tributárias	(b)	**273.767**	69.236	**617.593**	473.369
Fundiárias		**107.102**	107.100	**114.535**	107.100
Regulatórias	(c)	**1.820**	1.820	**318.851**	129.134
Total		1.473.127	288.911	3.195.609	2.948.596

a. Os valores envolvidos nas arbitragens refletidos no quadro consolidado acima são uma estimativa da soma dos pleitos formulados contra a Companhia e/ou suas controladas nas arbitragens. Esse cálculo foi realizado de maneira independente pelos assistentes técnicos da Companhia para referência financeira e contábil dos pleitos formulados até o momento. A Companhia e suas controladas são parte em cinco arbitragens em curso no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil- Canadá (CAM-CCBC) e na Câmara de Comércio Internacional (*International Chamber of Commerce* "CCI"). As contingências mais relevantes são relacionadas a contratos celebrados com fornecedores de serviços de construção e montagem de usinas termelétricas, em que as requerentes pleiteiam contra a Companhia e suas controladas reequilíbrio econômico dos contratos. A Companhia e suas controladas, por sua vez, pleiteiam a compensação por danos decorrentes do descumprimento das obrigações previstas nos contratos. Nos procedimentos arbitrais em curso no CAM-CCBC, os valores pleiteados contra a Companhia somam a quantia de R$525.000 enquanto os valores pleiteados em favor da Companhia alcançam a soma de R$ 3.200.000. Nos procedimentos arbitrais em curso na ICC, os valores pleiteados contra Companhia somam R$521.000, enquanto os valores pleiteados pela Companhia a seu favor somam R$940.000. Além dos procedimentos indicados acima, a Companhia, na qualidade de sucessora por incorporação da Celse, também é parte em procedimento arbitral perante a ICC iniciada anteriormente à aquisição do ativo pela Companhia. Os valores pleiteados contra a Companhia somam R$432.000, enquanto os valores pleiteados pela Companhia a seu favor somam R$524.000. Os direitos e deveres envolvidos nessa disputa foram cedidos aos ex-acionistas da antiga Celse e, portanto, foram destacados da soma dos pleitos e contrapleitos nas arbitragens em curso na ICC indicados acima. **Arbitragem com decisão proferida:** Em 3 de setembro de 2024, a Companhia, como sucessora da Focus, firmou acordo para encerramento de disputa arbitral, garantindo indenização de USD 72.000 mil. Até março de 2025, foi recebido o montante de USD 50.920 mil (R$ 317.381), sendo pago aos antigos acionistas R$ 177.044 e o valor retido de R$ 140.337 como reembolso de gastos com a arbitragem. O valor restante, totalizando USD 20.780 mil, será pago até junho de 2025. Os valores recebidos serão repassados aos antigos acionistas da Focus, conforme o Protocolo e Justificação. **b.** A Companhia, na qualidade de sucessora por incorporação de subsidiária, é parte em Embargos opostos em Execução Fiscal por meio da qual a União exige pagamento de PIS COFINS, no valor de R$ 106.000. Além disso, em agosto de 2024 foram lavrados dois autos de infração pela Receita Federal para cobrança de PIS/Cofins, PIS/Cofins-Importação, multa e juros, no valor de aproximadamente R$28.000. **c.** Foi instaurado em 6 de junho de 2024 o processo administrativo pela ANEEL cujo objeto é a discussão da cobrança de encargos rescisórios do CUST da UTE Termofortaleza, no valor de R$ 98.000. A Companhia obteve decisão cautelar para suspender a cobrança e aguarda a deliberação da diretoria colegiada da agência. A Companhia também é parte em requerimento administrativo na ANEEL cujo objeto é a discussão de metodologia de cálculo de indisponibilidade da UTE Porto de Sergipe I, com valor histórico de R$ 119.000. **Outros riscos tributários:** Desde 2011, a Eneva S.A. é beneficiária de crédito presumido de ICMS nas operações de venda de gás natural no Maranhão que foi instituído pela Lei 9.463 de 2011, preenchendo as condições legais pertinentes. O referido benefício fiscal foi revogado de forma unilateral pelo estado. A Companhia e seus assessores jurídicos entendem que a revogação do benefício não respeitou os trâmites legais necessários. Os desdobramentos legais vêm sendo acompanhados pela Companhia, assim como, a avaliação das medidas cabíveis para garantir seu direito adquirido. Os valores referentes ao benefício descrito estão demonstrados na nota explicativa 30 - Patrimônio líquido.

26. VALOR JUSTO DOS CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Política contábil: A Companhia, por meio de suas controladas, opera no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e firmou contratos bilaterais de compra e venda de energia com diferentes participantes do mercado. Dessa forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazos que compõem seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). Portanto, a Companhia designa esses contratos como instrumentos financeiros, conforme IFRS 9/CPC 48, no início do contrato para contemplar a contabilização da correta exposição ao risco das operações de compra e venda futura dos contratos bilaterais. O valor justo dos contratos de comercialização considera: **(i)** curvas de referência de preços de mercado para entrega futura de energia para os diferentes submercados, fontes e prazos de suprimento (curvas *forward* de marcação a mercado); e **(ii)** curva de referência de taxas de juros reais utilizada para trazer os fluxos futuros dos contratos a valor presente. Sempre que o valor justo atual dos contratos diferir do valor calculado com base nos preços contratados, um ganho ou perda será reconhecido. O valor justo dos contratos está classificado como nível 3 na hierarquia de valor justo. **Estimativas e julgamentos:** O resultado da marcação a mercado (MTM) da carteira de contratos de compra e venda de energia para entrega futura do segmento de Comercialização de Energia é calculado como o somatório das diferenças entre o valor contratado e o valor de mercado atual de cada posição em aberto, trazidas a valor presente pela taxa de desconto correspondente. O valor de mercado de cada posição em aberto é calculado pela multiplicação da quantidade de energia pelo preço de mercado correspondente ao submercado, fonte e maturidade (prazo para o suprimento) associado. As curvas de preços de mercado utilizadas para a marcação a mercado refletem o valor de saída das posições de energia e se baseiam em referências de preços de mercado independentes e na visão interna da empresa.

Seguem abaixo as posições em aberto:

	Consolidado	
	2024	2023
Ativo circulante	**717.224**	660.830
Ativo não circulante	**899.974**	1.012.905
Total do ativo	**1.617.198**	1.673.735
Passivo circulante	**(1.036.943)**	(558.322)
Passivo não circulante	**(214.964)**	(429.328)
Total do passivo	**(1.251.907)**	**(987.650)**
Posição líquida	**365.291**	**686.0185**

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações a mercado desses contratos foram feitas considerando as datas-base de 31 de dezembro de 2023 e 2024, respectivamente.
A carteira de comercialização permite flexibilidade para gerenciar os contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as políticas e os limites de riscos estabelecidos pelos órgãos de gestão da Companhia. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo.
A avaliação de risco de crédito de comercialização de energia está descrita na nota explicativa 12 - Contas a receber.

27. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÃO DE ABANDONO

Política contábil: Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e os custos do ativo correspondente são reconhecidos em contrapartida. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A Companhia revisa trimestralmente seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas e quando há indicativo de mudanças em suas premissas. Essa provisão se refere aos custos esperados para o abandono dos campos produtores de gás e para a desmobilização dos ativos da UTE de Pecém II. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos uma vez que: i. no reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos correspondentes, resultando em uma despesa reconhecida no resultado do exercício; ii. as obrigações ocorrerão no longo prazo; iii. os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das políticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos no momento da remoção e restauração efetivas; e iv. as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente junto com as regulamentações ambientais e de segurança. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores políticas. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas. **Estimativas e julgamentos:** Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto (7,33% a 7,46%) e ao valor presente dos custos esperados para a desmobilização e remoção dos ativos ao fim do prazo de autorização das usinas e são reconhecidos em contrapartida aos custos do correspondente ativo. Longos períodos até a data de abandono e variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Essa avaliação é realizada para os ativos da Eneva S.A. (segmento *Upstream)* e Pecém II, que estão registrados no ativo imobilizado com contrapartida em provisão para desmobilização. A seguir, são apresentados os fluxos com provisão de abandono contabilizados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	**168.774**	**128.921**	**169.208**	**128.297**
Revisão da provisão	**(36.175)**	19.446	**(38.093)**	19.772
Atualização de juros	**23.283**	20.407	**24.074**	21.139
Saldo final	**155.882**	**168.774**	**155.189**	**169.208**

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil: Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são, em sua maioria, medidos pelo custo amortizado, mas em alguns casos podem ser avaliados pelo valor justo, com impacto no resultado ou em outros resultados abrangentes. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de finanças vigente. Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir: • **Nível I:** São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.• **Nível II:** São informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.• **Nível III:** São informações não observáveis para o ativo ou passivo. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

	Hierarquia	2024	2023
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Caixa e equivalente de caixa	N.A.	1.690.362	1.407.423
Contas a receber	N.A.	2.330.709	1.431.317
Operações comerciais com partes relacionadas	N.A.	6.893	–
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1.503.893	934.638
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	672.057	250.578
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	Nível 3	1.617.198	1.673.735
Valor justo por meio do resultado abrangente			
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	–	3.876
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	1.816.365	997.112
Fornecedores de projetos em construção	N.A.	355.033	179.698
Empréstimos e financiamentos	N.A.	4.256.242	3.861.978
Debêntures	N.A.	13.119.719	15.838.759
Antecipação de recebíveis futuros	N.A.	3.501.944	810.379
Operações comerciais com partes relacionadas	N.A.	206	206
Contas a pagar - setor elétrico	N.A.	34.068	45.832
Provisão - custo de ressarcimento	N.A.	61.095	62.047
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	N.A.	144.679	–
Arrendamento	N.A.	4.484.646	–
Valor justo por meio do resultado			
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	N.A.	1.251.907	987.650
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	175.962	4.518
Valor justo por meio do resultado abrangente			
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 3	125.669	–

Métodos e técnicas de avaliação: Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis. Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais por meio do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em função do seu ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do seu saldo contábil. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher o método e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Demonstramos abaixo o valor justo dos passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado:

	Consolidado		Consolidado	
	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - nível 2
Passivos financeiros				
Debêntures	13.119.719	**12.324.704**	15.838.759	**15.757.293**

As debêntures possuem mercado secundário, sendo marcadas a mercado por meio de novas negociações.
Para os demais passivos financeiros listados no quadro anterior classificados e mensurados pelo custo amortizado, a Companhia entende que se trata de operações bilaterais que não possuem mercado ativo e nem outra fonte semelhante, que têm condições comparáveis e que podem servir de modelo para determinar seus valores justos, portanto, os valores contábeis refletem o valor justo das operações. **Opção de compra e mensuração do seu valor justo:** A Companhia possui o direito de recompra de todas as ações preferenciais da Eneva III detidas pelo Itaú Unibanco S.A. no âmbito do Acordo de Investimentos celebrado em 21 de junho de 2023, com a possibilidade de exercício entre 1º de julho de 2026 e 20 de junho de 2030, ou em determinadas circunstâncias para datas anteriores ao início do período ordinário de exercício. Vale destacar que o acionista preferencialista não possui o direito de venda das ações, salvo determinadas circunstâncias, ficando a decisão de exercício do direito a exclusivo critério da Companhia, conforme nota explicativa 16 - Investimentos. Para mensuração do valor justo, usamos o método do Valor Presente Líquido, considerando o fluxo previsto de dividendos pagos pela Eneva III versus o preço

»»

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

de exercício atualizado da opção de compra. Informações consideradas para mensuração:

Inputs	Fontes	Tratamento
Custo de capital próprio	Curvas de juros futuros prêmios de riscos	Weighted Average Cost of Capital (WACC)
Fluxo de dividendos esperado	Estimativa interna da empresa	–
CDI Futuro	Curvas de juros futuros	–

Nesse sentido, a principal variável não verificável e necessária para a mensuração do valor justo da opção de compra é o fluxo de dividendos esperado, que foi estimado a partir das melhores informações da Companhia e sensibilizado por métodos estatísticos aplicados às premissas relevantes e não controladas para a estimativa. Assim, avaliamos a opção como um instrumento financeiro de nível 3 na hierarquia de valor justo. Com base nesse exercício, a Companhia estima que, em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos benefícios econômicos da opção não gerou valor justo a ser reconhecido. As ações preferenciais conferem direitos a dividendos prioritários à sua participação no capital social da empresa. A prioridade para o recebimento dos dividendos pelos acionistas preferenciais prevista no Acordo de Investimentos levaria a Companhia a exercer o direito de recompra em situações cuja economicidade do exercício se denote favorável à Companhia, seguindo modelos tradicionais de precificação de opções e suas perspectivas de negócio. Os dividendos pagos aos acionistas minoritários ao longo do exercício de 2024 estão em linha com o programado no Acordo de Investimentos e de acordo com sua participação acionária.

29. PARTES RELACIONADAS

Política contábil: As transações de compra e de venda de energia, compra e venda de gás natural e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, sendo atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

		Controladora					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Mútuo:							
Focus Holding Comercializadora Participações		–	–	–	63.279	–	(1.020)
GNL Brasil Logística S.A.		–	58.585	–	–	**6.505**	4.319
Itaqui Geração de Energia S.A.	(a)	**278.487**	250.140	–	–	**28.348**	53.379
Pecém II Geração de Energia S.A.	(b)	**398.229**	394.697	–	–	**43.532**	77.924
Outros		**688**	1.567	**10**	2.489	1	(6.284)
		677.404	**704.989**	**10**	**65.768**	**78.386**	**128.318**
Operações comerciais:							
Azulão Geração de Energia S.A.		**3.067**	25.788	**4.416**	487	**33.598**	24.224
Eneva Comercializadora de Energia Ltda		**13.735**	15.046	**52.708**	–	**(209.757)**	14.358
Itaqui Geração de Energia S.A.		**4.743**	–	**386**	–	**18.888**	–
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	(c)	**188.025**	96.116	**14.518**	496	**535.150**	363.225
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	(c)	**139.123**	116.885	**2.757**	19.074	**382.284**	313.324
Banco BTG Pactual S.A.		**6.750**	–	**6.625**	–	**125**	–
Outros		**48.027**	75.544	**13.718**	12.906	**43.458**	64.045
		403.470	**329.379**	**95.128**	**32.963**	**803.746**	**779.176**
Dividendos:							
FC One Energia Ltda		–	111.969	–	–	–	–
Itaqui Geração de Energia S.A.		**55.062**	36.271	–	–	–	–
Parnaíba II Geração de Energia S.A.		**84.764**	84.764	–	–	–	–
Pecém II Participações		–	26.617	–	–	–	–
Outros		**3.208**	5.247	–	–	–	–
		143.034	264.868	–	–	–	–
Debêntures:							
Linhares Geração de Energia S.A.		**219.879**	–	–	–	**2.720**	–
		219.879	–	–	–	**2.720**	–
Operações comerciais:							
SPE Futura 1 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	(d)	–	–	**2.008**	–	**(8)**	–
SPE Futura 2 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	(d)	–	–	**6.025**	–	**(25)**	–
SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	(d)	–	–	**82.341**	–	**(341)**	–
SPE Futura 4 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	(d)	–	–	**176.732**	–	**(732)**	–
SPE Futura 5 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	(d)	–	–	**33.639**	–	**(139)**	–
SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	(d)	–	–	**503**	–	**(3)**	–
		–	–	**301.248**	–	**(1.248)**	–
		1.443.787	**1.299.236**	**396.386**	**98.731**	**883.604**	**907.494**

a. Contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante), sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado. b. Contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante), sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado. c. São saldos compostos basicamente pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) da Eneva para as subsidiárias, pelo período contratual de atendimento aos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado (CCARs) das geradoras. Para esse fornecimento, não há garantias prestadas entre as partes e a liquidação se dá em pagamentos mensais. d. Trata-se da 3ª emissão de notas comerciais escriturais emitida pela Eneva S.A. com as SPEs. O vencimento de acordo com o termo é 15 de dezembro de 2042 e será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA. **Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria:** A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre eles.
Os montantes totais de remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho da Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, seguem abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Benefícios de curto prazo	(a)	**42.973**	42.950	**42.973**	49.660
Benefícios de longo prazo	(b)	**7.407**	8.951	**7.407**	10.492
		50.380	51.901	**50.380**	60.152

a. Remuneração da Administração da Companhia que inclui salários, honorários e demais componentes fixos, bem como benefícios e incentivo de curto prazo registrados pelo regime de competência. b. Conforme descrito na nota explicativa 32 - Plano de pagamento baseado em ações, a Companhia implementou plano de pagamento baseado em ações para gestores e diretores estatutários e não estatutários. A entrega das ações é feita após o cumprimento de determinadas condicionantes, como prazo de 3 a 5 anos e performance das ações a partir da outorga do plano (apresentados conforme o realizado ao longo de 2024). Seguem abaixo os montantes de remuneração mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretoria: Para informar a remuneração mínima, média e máxima, do Conselho de Administração e Diretoria consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social. A remuneração abaixo destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração e se referem à contraprestação por atividades exercidas pelos beneficiários durante todo o exercício social.

	Consolidado					
	2024			2023		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho de Administração	613	740	1.504	180	418	916
Diretores	1.851	3.465	9.228	398	2.042	9.232
	2.464	**4.206**	**10.733**	**578**	**2.460**	**10.148**

30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é, respectivamente, de R$17.898.826 e R$13.077.188. A Companhia possui ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 31 de dezembro de 2024 é composto por 300.244.720 ações autorizadas. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como dedução do valor captado.

	Consolidado 2024	
	Quantidade	%
Acionistas:		
Banco BTG Pactual	489.057.120	25,31%
Partners Alpha Investiments LLC	437.492.863	22,64%
Eneva FIA	312.640.404	16,18%
Dynamo	190.148.492	9,84%
Atmos Capital Gestão de Recursos	80.077.740	4,14%
Velt	27.073.531	1,40%
Ações em tesouraria	1.202.046	0,06%
Outros	394.899.571	20,43%
Total	**1.932.591.767**	**100,00%**

	Consolidado 2023	
	Quantidade	%
Acionistas:		
Banco BTG Pactual	348.882.453	22,02%
Eneva FIA	317.140.404	20,01%
Partners Alpha Investiments LLC	85.409.046	5,39%
Dynamo	170.607.721	10,77%
Atmos Capital Gestão de Recursos	86.168.513	5,44%
Ações em tesouraria	1.900.090	0,12%
Outros	574.464.151	36,25%
Total	**1.584.572.378**	**100,00%**

Reserva de capital: As reservas de capital da Companhia são constituídas pelo plano de opções de ações outorgadas pela Companhia, ágio na emissão de ações e pela reserva de capital originada da combinação de negócios com a Focus. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos das reservas de capital são, respectivamente, de R$235.074 e R$172.879. **Reserva de lucros - Incentivos fiscais: SUDENE/SUDAM:** A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda no período de 10 anos. Para o exercício de 2024, a Companhia constituiu R$243.638 (R$77.500 em 2023) de incentivo fiscal da Sudene e R$32.087 (R$1.424 em 2023) de incentivo fiscal da Sudam. **ICMS - crédito presumido:** Reserva constituída mediante a destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao incentivo fiscal de ICMS para as saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a gás natural. Para os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia constituiu respectivamente R$135.700 e R$78.441 de incentivo fiscal de ICMS. **Ações em tesouraria: Programa de recompra de ações próprias:** Os programas de recompra visam a aquisição de ações de emissão da Eneva S.A. para fazer frente às obrigações dos planos de incentivo de remuneração de longo prazo baseados em ações, direcionados aos administradores e empregados da Eneva S.A. e de suas sociedades controladas. No exercício de 31 de dezembro de 2024, não foram adquiridas novas ações. Por outro lado, já foram entregues aos beneficiários nos exercícios de 2024 e 2023 os valores de R$10.060 e R$11.115, conforme apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). **Outros resultados abrangentes:** As mutações do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas são denominadas Outros Resultados Abrangentes (ORA) e incluem alterações que poderão afetar o resultado de períodos futuros ou, em alguns casos, nem mesmo circularem pelo resultado. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de outros resultados abrangentes são compostos por ajustes de conversão de moeda estrangeira e ganhos e perdas com derivativos, conforme apresentação na Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). **Prejuízos acumulados (destinação do resultado do exercício):** O lucro do exercício da Companhia foi integralmente destinado para compensar os prejuízos acumulados. Quando os prejuízos acumulados forem completamente compensados, a destinação de resultados atenderá ao definido no Estatuto Social da Companhia. **Participações de acionistas não controladores: Composição da participação:**

		2024		2023	
Investimentos	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
SPE Futura 1	89,10%	–	–	427.202	–
SPE Futura 2	90,00%	**59.998**	–	58.493	–
SPE Futura 3	89,10%	–	–	383.020	–
SPE Futura 4	89,10%	–	–	466.050	–
SPE Futura 5	90,00%	–	–	245.793	–
GNL Logística	49,00%	**9.972**	**1.723**	(2.150)	(2.150)
Eneva Participações III	14,91%	**1.236.081**	**505.736**	1.004.870	87.897
Termopantanal Participações	33,34%	**(772)**	**–**	(772)	**–**
Total		**1.305.279**	**507.459**	**2.582.506**	**85.747**

Ao longo do exercício a Companhia reavaliou a influência significativa dos acionistas não controladores em determinados empreendimentos e, devido a alterações nos fatos e circunstâncias relacionados aos investimentos, conforme julgamento na determinação do tratamento das usinas do complexo Futura (SPEs Futura 1, Futura 3, Futura 4 e Futura 5), a participação societária de não controladores foi desreconhecida, com reflexo no saldo de investimentos na nota explicativa 16 - Investimentos. Não há outros impactos decorrentes desse registro no exercício, sendo a única alteração nos saldos patrimoniais. A Companhia, a exemplo do exercício anterior, continua sendo a controladora desses investimentos.

31. RESULTADO POR AÇÃO (EM REAIS)

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pela respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

Resultado do exercício:	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas (em reais) **(a)**	42.013.002	217.684.685
Denominador		
Média ponderada de ações **(b)**	1.670.976.438	1.582.672.288
Efeito das opções **(c)**	445.203	1.013.272
Lucro por ação (R$) - básico (a / b)	**0,02514**	0,13754
Lucro por ação (R$) - diluído (a / b + c)	**0,02514**	0,13745

32. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

32.1. Planos de opções de compra: A Companhia possui programas de incentivos de longo prazo para executivos elegíveis. Foram outorgados planos de opções de compra de ações emitidas pela Companhia, que foram aprovados pelo Conselho de Administração. A seleção dos beneficiários é submetida à avaliação pelo Comitê de Pessoas da Companhia (órgão consultivo vinculado ao Conselho de Administração). Os planos têm vigência de 5 anos, com liberação parcial (20%) a cada ano, sendo condicionado à manutenção do vínculo empregatício do beneficiário durante esse período. Essas opções são liquidadas com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta "Ações em tesouraria". O plano tem como objetivo garantir alinhamento dos interesses dos beneficiários aos interesses dos acionistas, maximizando os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis, além de manter os executivos vinculados à Companhia. O programa de Stock Options da Companhia foi encerrado para novas outorgas, a partir de 2024. **Política contábil:** A liquidação dos planos se dará exclusivamente pela entrega de instrumentos patrimoniais (ações). O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga com base no modelo *Black&Scholes*, sendo a despesa registrada em base pro rata temporis (da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção).
Movimentação ocorrida no plano de opções no ano de 2024:

Plano outorgado pela Companhia	**Quantidade de opções**	**Preço médio ponderado de exercício das opções**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.967.572**	**11,37**
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2023		
Exercidas*	**(1.659.704)**	10,32
Outorgadas	**–**	–
Expiradas	**(1.868.508)**	12,98
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2024 **		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**7.439.360**	**13,70**

* Preço de exercício corrigido por IPCA + spread
** Opções exercíveis nesta data.

Premissas para mensuração do valor justo das opções de compra

Plano	Data de outorga*	Prazo de outorga (anos)	Preço de exercício original	Preço de exercício corrigido por IPCA + spread	Volatilidade esperada	Taxa de juros livre de risco para a vida da opção	Quantidade outorgada	Quantidade remanescente em 31/12/2024
2016	11/02/2019	5	3,75	6,18	27,9%	7,5%	1.000.000	–
2016	10/01/2020	5	7,57	11,69	27,9%	6,4%	8.840.000	**1.256.000**
2016	01/05/2021	5	16,49	25,91	36,0%	8,3%	800.000	**800.000**
2020	11/02/2021	5	15,88	25,73	35,7%	7,0%	240.000	–
2020	11/02/2021	5	15,88	25,73	35,7%	7,0%	4.723.375	**3.013.135**
2020	19/05/2021	5	15,98	24,90	36,0%	8,8%	1.106.600	–
2020	30/11/2021	5	15,17	21,53	35,6%	10,7%	36.520	**36.520**
2020	08/12/2021	5	14,82	20,96	35,5%	10,9%	243.450	**243.450**
2020	01/04/2022	5	13,36	17,84	40,8%	11,3%	2.651.525	**1.644.545**
2020	25/02/2022	5	13,10	17,91	40,8%	11,3%	8.570	**8.570**
2020	01/04/2022	5	13,36	17,84	40,8%	11,3%	17.825	**17.825**
2020	26/04/2022	5	14,12	18,62	40,8%	11,3%	37.600	**37.600**
2020	01/04/2023	5	11,44	13,72	35,5%	12,4%	472.245	**381.715**
							20.177.710	**7.439.360**

* A vigência dos planos é de 5 anos, portanto, são liberadas 20% das opções por ano a partir da data da outorga. O efeito no resultado do exercício de 2024 foi de R$18.275, registrado na demonstração do resultado no grupo "gerais e administrativas".
33.1. Plano de unidades de performance restritas - units: A Companhia possui 3 planos de ações restritas ("Restricted Units" ou "RUs") que estão em andamento, são eles: i. Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações da Companhia ("Plano Restricted Units 2021") aprovado na Assembleia Geral de Acionistas de 11 de março de 2021. Esse plano contempla dois programas de outorgados ocorridas em 2022 e 2023, ambos em carência; ii. Plano de 2023 de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações da Companhia ("Plano 2023 Restricted Units") aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023. Esse plano contempla dois programas de outorgados ocorridas em 2023 e 2024, ambos em carência; e iii. Plano de 2024 de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações da Companhia ("Plano 2024 Restricted Units") aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2024. Esse plano contempla atualmente um programa, outorgado em 2024. As units concedidas aos beneficiários dos Planos de 2021 e 2024 estão divididas da seguinte forma: 50% a título de retenção, condicionado ao cumprimento do prazo de carência que dará direito a ações na proporção de 1:1, em relação aos outros 50%, será aplicado um fator multiplicador a ser apurado em função do TSR (retorno total aos acionistas) incremental versus o IPCA + ganho real obtido no triênio da carência. As RUs concedidas pelo plano de 2023 são 100% vinculadas à retenção dos beneficiários na proporção 1:1. **Política contábil:** A liquidação dos planos se dará exclusivamente pela entrega de instrumentos patrimoniais (ações), via "Ações em tesouraria". O valor justo dos instrumentos outorgados é calculado na data da outorga com base em Simulações de Monte Carlo, sendo a despesa registrada em base pro rata temporis até a data de liquidação dos programas. O preço médio é obtido através da ponderação do preço de outorga de cada programa pelas quantidades outorgadas.
Movimentação ocorrida nos planos de RUs no ano de 2024:

Plano de RUs concedidas pela Companhia - Quantidade de RUs em aberto	**Quantidade de RUs**	**Preço médio ponderado das ações**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.448.175**	**15,91**
Entregues*	(267.089)	12,62
Concedidas	2.677.164	12,62
Canceladas	(539.861)	15,11
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.318.389**	**12,33**

* Preço de liquidação (entrega das ações)

Premissas para mensuração do valor justo das RUs

Plano	Data de outorga	Prazo de outorga (anos)	Preço de exercício original	Preço médio ponderado	Volatilidade esperada	Taxa de juros livre de risco para a vida da opção	Quantidade outorgada*
2018	01/04/2021	3	8,69	17,04	35,3%	5,6%	**632.951**
2021	01/04/2022	3	16,70	13,36	35,8%	7,6%	**932.545**
2021	01/04/2023	3	15,05	11,44	35,7%	11,1%	**1.360.555**
2023	01/04/2023	3	11,49	11,44	35,3%	12,1%	**746.272**
2023	01/04/2024	3	10,54	12,62	36,0%	12,1%	**479.928**
2024	01/04/2024	3	–	12,62	–	–	**2.197.236**

O efeito no resultado do exercício de 2024 foi de R$34.429, registrado na demonstração do resultado no grupo "gerais e administrativas". O modelo de precificação Monte Carlo se baseia em 10.000 cenários em que o preço da ação se comporta aleatoriamente em relação à expectativa de crescimento de mercado. **31.2. Plano de *Matching Shares*:** *Este plano de incentivo de longo prazo tem como objetivo conceder a executivos elegíveis a oportunidade de comprar ações de emissão* da Eneva a partir da remuneração variável de curto prazo recebida anualmente. Se as ações adquiridas forem mantidas por um período de três anos e os participantes mantiverem o vínculo empregatício com a Eneva, o participante adquire o direito de receber uma remuneração variável adicional em dinheiro para compra de ações *matching*, equivalente à quantidade de ações originalmente adquirida pelo participante. **Política contábil:** A liquidação dos planos se dará exclusivamente pelo pagamento em caixa de quantia equivalente à quantidade de ações detidas pelo participante. O valor justo dos instrumentos outorgados é calculado a cada período de divulgação com base em simulações de Monte Carlo, sendo a despesa registrada mensalmente. O preço médio é obtido através da ponderação do preço de outorga de cada instrumento pelas quantidades outorgadas.
Movimentação ocorrida nos planos de *Matching Shares* no ano de 2024:

Plano de Matching Shares (MS) concedidas pela Companhia - Quantidade de MS em aberto	**Quantidade de MS**	**Preço médio ponderado das ações**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.990.782**	**12,06**
Entregues *	(83.466)	12,79
Concedidas	457.512	12,82
Canceladas	(146.160)	11,77
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.218.668**	**12,34**

* Preço de liquidação (entrega das ações).

Premissas para mensuração do valor justo das *Matching Shares*

Plano	Data de outorga	Prazo de outorga (anos)	Preço de exercício de partida	Preço médio ponderado	Volatilidade esperada	Taxa de juros livre de risco para a vida da opção	Quantidade outorgada*
2021	17/02/2022	3	15,95	13,93	37,1%	11,4%	**474.554**
2021	10/02/2023	3	11,70	11,78	41,9%	13,0%	**1.630.214**
2021	30/03/2023	3	10,69	10,63	35,3%	12,0%	**85.063**
2021	25/05/2023	3	11,76	11,86	35,3%	11,0%	**2.560**
2024	28/02/2024	3	–	12,82	–	–	**457.512**
							2.649.903

O efeito no resultado do exercício de 2024 foi de R$11.044, registrado na demonstração do resultado no grupo "gerais e administrativas". **31.3. Plano de *Phantom Stock - ("PS"):*** Este mecanismo de incentivo de longo prazo consiste na concessão de bônus baseado no valor das ações de emissão da Companhia *(Phantom Stock)* a partir do atingimento de metas financeiras atribuídas aos elegíveis. As *Phantom Stock* são entregues em dinheiro aos participantes em três parcelas, sendo 1/3 por ano, corrigidas pela variação da ação nos anos subsequentes à data da outorga aos participantes que mantiverem o vínculo empregatício com a Companhia. **Política contábil:** A liquidação do plano se dará exclusivamente pelo pagamento em caixa de quantia equivalente à quantidade de *Phantom Stock* detida pelo participante. O valor justo dos instrumentos outorgados é calculado a cada período de divulgação com base em simulações de Monte Carlo, sendo a despesa registrada mensalmente. O preço médio é obtido através da ponderação do preço de outorga de cada instrumento pelas quantidades outorgadas.
Movimentação ocorrida nos planos de *Phantom Stock* no ano de 2024:

Plano de PS concedidas pela Companhia - Quantidade de PS em aberto	**Quantidade de PS**	**Preço médio ponderado das ações**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**339.834**	**11,99**
Entregues	(113.278)	11,99
Concedidas	380.923	12,90
Canceladas	(59.796)	11,99
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**547.683**	**12,55**

Premissas para mensuração do valor justo das PS:

Plano	Data de outorga	Prazo de outorga (anos)	Preço médio ponderado	Volatilidade esperada	Taxa de juros livre de risco para a vida da opção	Quantidade outorgada*
2023	28/02/2023	3	11,99	41,9%	12,99%	339.834
2024	28/02/2024	3	12,90	–	–	380.923
						720.757

* Foi adotada a premissa de que não haverá pagamento de dividendos para as ações.
O efeito no resultado do exercício de 2024 foi de R$3.642, registrado na demonstração do resultado no grupo "gerais e administrativas".

33. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

No dia 30 de setembro de 2022, a Companhia sagrou-se vencedora no segundo leilão de reserva de capacidade na forma de energia. Serão implantados os projetos de geração termelétrica Azulão 950, com as UTE Azulão II e UTE Azulão IV (em conjunto UTE Azulão II), que terão capacidade total instalada de 950 MW, nas adjacências do campo de Azulão. O prazo de construção previsto para o Complexo Azulão e desenvolvimento da produção adicional de gás natural é de cerca de 50 meses, iniciado em outubro de 2022. O desembolso estimado para o ano de 2025 é de R$2.000.000. **Programa exploratório mínimo ("PEM"):** O saldo do PEM referente às concessões vigentes a serem cumpridas da Eneva - isto é, aquelas arrematadas no âmbito da 13ª e da 14ª Rodadas de Licitação e do 1º e do 2º Ciclos Licitatórios da Oferta Permanente - está apresentado no quadro abaixo:

›››

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

Demonstrações Financeiras 2024

ENEVA S.A.

CNPJ nº 04.423.567/0001-21

eneva

Concessão	Bacia	BID	PEM contratual (Uts)	PEM cumprido em 2024 (Uts)	Saldo em 2024 (UTs)	Valor (R$) do PEM contratual	valor (R$) restante a ser cumprido	Status
PN-T-48A	Parnaíba	OP1	1.488	–	1.488	R$29. 684	R$10.189	A cumprir até **11/2026**
AM-T-62	Amazonas	OP2	3.138	–	3.138	R$18.828	R$18.828	A cumprir até **06/2029**
AM-T-48	Amazonas	OP2	4.138	–	4.138	R$23.828	R$ 828	A cumprir até **06/2029**
PAR-T-68	Paraná	OP2	1.908	–	1.908	R$11.448	R$11.448	A cumprir até **06/2027**
PAR-T-99	Paraná	OP2	1.902	–	1.902	R$11.414	R$11.414	A cumprir até **06/2027**
PAR-T-196	Paraná	OP2	1.872	–	887	R$11.232	R$5.317	A cumprir até **06/2027**
PAR-T-215	Paraná	OP2	1.866	–	–	R$11.196	–	A cumprir até **06/2027**

Os blocos exploratórios concedidos no âmbito da 13ª Rodada de Licitações (PN-T-69, PN-T-87, PN-T-103, PN-T-146 e PN-T-163) e da 14ª Rodada de Licitações (PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-133 e PN-T-134) se caracterizam por uma Fase de Exploração que dura 6 (seis) anos e demanda o cumprimento das unidades de trabalho (UT) compromissadas no PEM. Entre programas sísmicos e campanhas de perfuração de poços, a Eneva S.A. superou a quantidade de UTs necessárias para esses ativos antecipadamente. Dos blocos exploratórios concedidos no contexto do 1º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente (PN-T-47, PN-T-48A, PN-T-66, PN- T-67A, PN-T-68 e PN-T-102A) e do 2º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente (AM-T-62, AM-T-84, AM-T-85, PAR-T-86, PAR-T-99, PAR-T-196 e PAR-T-215), PN-T-47, PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-68, PN-T-102A, PAR-T-215 e AM-T-85 já tiveram PEM cumprido. Os demais ativos têm até no mínimo até 2027 para o cumprimento das unidades de trabalho (UT) compromissadas no PEM, o que deve ocorrer com base nas atividades a serem realizadas nos próximos anos. Estima-se que com o cumprimento integral restante, a Companhia irá investir, no mínimo, R$600.000 nos próximos anos em campanhas sísmicas e perfuração de poços exploratórios.

34. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

O quadro abaixo demonstra as transações não caixa de investimentos e financiamentos que foram excluídas da demonstração do fluxo de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aumento de capital - combinação de negócios	**1.670.518**	–	–	–
Reconhecimento de participação em controlada	**1.521.063**	(1.521.063)	–	–
Novos contratos de arrendamento	**338.667**	–	–	–
Parcela contingente advinda de combinação de negócios	**214.393**	–	**214.393**	–
Encontro de contas de arbitragem	**137.333**	–	**137.333**	–

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Aprovação da 13ª emissão de debêntures da Eneva S.A.: Em 12 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou a 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em até duas séries, no montante total de até R$1.160.000. Em 07 de janeiro de 2025, a distribuição pública foi encerrada, emitindo 838.074 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única. **35.2. Celebração de contrato de financiamento no âmbito do projeto SSLNG: Em 1**9 de dezembro de 2024, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), no valor de R$660.000 ao custo de IPCA + 3,4187% a.a., com prazo de vigência de 15 anos, incluindo 5 anos de carência de principal e vencimento final em 15 de janeiro de 2040, considerando, também, um bônus de adimplência contratual. A liberação do recurso aconteceu no dia 13 de janeiro de 2025, após atendimento de determinadas condições precedentes e ao cronograma do projeto. **35.3. Programa de recompra de ações:** Com o objetivando de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente de alocação de capital, a Companhia criou, em 05 de janeiro de 2025, o programa de aquisição de ações de sua própria emissão até o limite de 50.000.000 ações ordinárias. Nessa mesma data, foi aprovada a celebração de contratos de derivativos referenciados em ações da Eneva. O Programa de Recompra não resultará em impactos sobre a composição societária ou estrutura administrativa da Companhia. **35.4. Incorporação de subsidiárias:** Em 25 de janeiro de 2025, a Companhia incorporou, após o cumprimento das condições suspensivas, as seguintes subsidiárias: Linhares Brasil Energia Participações S.A., Linhares Geração S.A., Termelétrica Viana S.A. e Povoação Energia S.A. O objetivo das incorporações é simplificar e racionalizar a estrutura societária da Companhia, reduzindo custos operacionais, administrativos e com possibilidades de obtenção de sinergias financeiras. **35.5. Início da operação comercial de Parnaíba VI:** Em 01 de março de 2025, a ANEEL autorizou o início da operação de Parnaíba VI, que consiste no fechamento de ciclo simples das unidades geradoras a gás natural da UTE MC2 Nova Venécia 2 ("Parnaíba III"), localizado no Complexo Parnaíba, com capacidade instalada de 92,25 MW.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Henri Philippe Reichstul
Presidente
José Afonso Alves Castanheira
Vice-Presidente

CONSELHEIROS

Marcelo Pereira Lopes de Medeiros
Guilherme Bottura
Renato Antônio Secondo Mazzola
Felipe Gottlieb
Barne Seccarelli Laureano

DIRETORIA

Lino Lopes Cançado
Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Cruz Lopes
Diretor de Marketing, Comercialização e Novos Negócios

CONTADOR

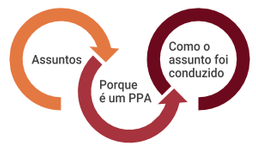
Bruno Campelo de Azevedo
CRC106648/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Eneva S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Eneva S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Combinação de negócio (Nota 3)	
Durante o exercício de 2024 a Companhia adquiriu o controle em quatro novos negócios. A mensuração e o reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores justos envolveu julgamentos significativos da administração em conjunto com seus especialistas externos, além da aplicação de estimativas relevantes, fundamentadas em dados e premissas subjetivas, como receitas projetadas, taxa de desconto, dentre outras. O uso de técnicas de avaliação na determinação da alocação do preço de compra e o julgamento da administração na definição do valor justo da contraprestação podem ter impacto relevante na mensuração dos ativos adquiridos e nos passivos assumidos e, por essa razão, consideramos essa como uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria envolveram o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos que inclui a combinação de negócios. Com o auxílio de especialistas internos, nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a leitura dos contratos que formalizaram cada operação e o entendimento do processo de validação e mensuração dos valores contábeis preliminares considerados para a identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas datas das combinações de negócios. Também avaliamos a competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela administração. Avaliamos a metodologia utilizada na mensuração do valor justo das participações e dos ativos adquiridos e passivos assumidos, com auxílio dos nossos especialistas, e testamos as premissas utilizadas pela administração, tais como as receitas projetadas, taxa de desconto, dentre outras. Além dos procedimentos acima destacados, efetuamos avaliação dos principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas combinações de negócios. Como resultado das evidências obtidas por meio dos nossos procedimentos executados, consideramos que as divulgações das combinações de negócios apresentadas nas demonstrações financeiras estão consistentes e alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 17): No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas registraram em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R$ 634.748 mil, referente a provisão ao valor recuperável de ativos imobilizados, os quais se referem a duas usinas térmicas a carvão. Para esses ativos, a administração da Companhia avaliou que havia indicativo de desvalorização, sendo estimado o seu valor recuperável com base no valor estimado em uso. Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade decorre dos julgamentos significativos em relação às estimativas dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como preços de venda de energia, investimentos em CAPEX para conversão das plantas previstos e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria envolveram o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos que inclui a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados. Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação de fluxos de caixa descontados, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para as unidades geradoras de caixa com indicativos de redução do valor recuperável. Testamos a consistência dos principais dados e das principais premissas utilizadas nas projeções tais como preços de venda de energia, CAPEX para conversão das plantas e taxa de desconto, além de efetuarmos análise de sensibilidade dos fluxos de caixa descontados. Como resultado das evidências obtidas por meio dos nossos procedimentos de auditoria, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações e dados obtidos. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de março de 2024, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras , a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2025.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

pwc

MONITOR MERCANTIL SA:27897172000166

Assinado de forma digital por MONITOR MERCANTIL SA:27897172000166
Dados: 2025.03.27 12:27:11 -03'00'

ICP Brasil

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br